

FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Guilherme Ghisoni da Silva

**AS ANÁLISES DO TEMPO DE WITTGENSTEIN E O
ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA – O FIM DA
MEMÓRIA COMO PARTE DA ESTRUTURA LÓGICA DO
MUNDO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto

São Carlos
2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S586at Silva, Guilherme Ghisoni da.
As análises do tempo de Wittgenstein e o argumento da linguagem privada : o fim da memória como parte da estrutura lógica do mundo / Guilherme Ghisoni da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
308 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Wittgenstein, Ludwig Josef Johann, 1889-1951. 2. Tempo (Filosofia). 3. Memória. 4. Fenomenologia. I. Título.

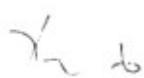
CDD: 192 (20^a)

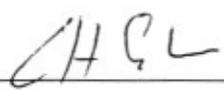
GUILHERME GHISONI DA SILVA
AS ANÁLISES DO TEMPO DE WITTGENSTEIN E O ARGUMENTO DA LINGUAGEM
PRIVADA – O FIM DA MEMÓRIA COMO PARTE DA ESTRUTURA LÓGICA DO
MUNDO

Tese apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Aprovada em 05 de maio de 2011

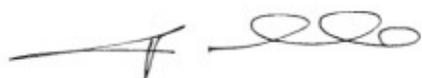
BANCA EXAMINADORA

Presidente  _____
(Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto - UFSCar)

1º Examinador  _____
(Dr. Luiz Henrique Lopes dos Santos – USP)

2º Examinador  _____
(Dr. João Vergílio Gallerani Cuter – USP)

3º Examinador  _____
(Dr. Ludovic Soutif – PUC-RJ)

4º Examinador  _____
(Dr. Marcelo Carvalho – UNIFESP)

À Celira, aos meus pais e irmãos

À Isadora e ao Vitor

Agradecimentos

Ao Bento Prado Neto, pela orientação e por oferecer um ponto de partida, sem o qual essa tese não seria possível.

A todos os participantes do grupo de estudos voltado ao período intermediário de Wittgenstein, que ocorreu ao longo do ano de 2009, na UFSCar e USP – em especial, ao João Vergílio e ao André Porto.

Ao Ludovic Soutif, pela amizade e pelo exemplo de dedicação à filosofia.

Ao Denis Perrin, pela acolhida na França e pelas discussões.

Aos professores e funcionários do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos.

À FAPESP, pela bolsa de estudos.

A minha esposa Celira, pelo apoio constante.

Resumo:

O objetivo desta tese é o estudo das análises de Wittgenstein sobre o tempo, no período intermediário, e as conexões entre essas análises e o argumento da linguagem privada. Esse estudo revelou a importância do papel concedido à memória, em 1929-1930, de tal modo que a utilizamos como chave de leitura para a compreensão de uma grande mudança ocorrida no pensamento do autor, no início da década de trinta (o abandono da tese da plena determinação do sentido). Essa compreensão da ruptura, pelo viés das análises do tempo, priorizando o papel da memória, foi tomada como pano de fundo para o entendimento de alguns importantes trechos, no livro *Investigações Filosóficas*, nos quais Wittgenstein explora o problema da linguagem dos dados sensoriais e a experiência privada.

Palavras-chave: memória, tempo, fenomenologia, linguagem privada

Abstract:

The aim of this thesis is the study of Wittgenstein's analyses of time, during the middle period, and the connections of those analyses to the private language argument. This study showed the importance granted to memory, in 1929-1930, which allowed using it as a key concept for the understanding of a major change that happened to Wittgenstein's philosophy in the early thirties (the abandonment of the thesis of the complete determination of sense). The understanding of this abandonment, through the perspective of the analyses of time, taking memory as a key concept, was used as a backdrop for the comprehension of some important passages from the book *Philosophical Investigations*, in which Wittgenstein deals with the problem of the language of sense-data and private experience.

Key-words: memory, time, phenomenology, private experience

Sumário

Abreviações:.....	8
1. Introdução	10
1.1. O projeto fenomenológico e o tempo	19
1.1.1. A atemporalidade do sentido no TLP	20
1.1.2. O projeto fenomenológico de 1929 e o tempo como um tema privilegiado	26
1.1.3. A distinção entre tempo primário e tempo secundário.....	33
1.2. A memória como parte da estrutura lógica do mundo.....	41
1.2.1. A memória como fonte do tempo.....	42
1.2.2. A memória como fonte da identidade	45
1.2.3. A memória como fonte do conhecimento	50
1.3. A crítica de Wittgenstein ao problema ceticismo russelliano do passado.....	55
1.4. A memória como <i>fonte</i> e a memória de um evento físico.....	66
1.5. A finitude da memória e o estatuto não-quantitativo do tempo primário	73
2. A impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica	82
2.1. A crítica a duas interpretações não temporais do abandono da linguagem fenomenológica	85
2.1.1. A interpretação de Kield Nielsen	85
2.1.2. A interpretação de Alva Noë	90
2.2. As interpretações temporais da impossibilidade da linguagem fenomenológica ...	93
2.2.1. O pioneirismo da interpretação temporal de Hintikka	93
2.2.2. Denis Perrin e a impossibilidade factual da linguagem fenomenológica em 1929	101
2.2.3. Ferraz Neto e o mecanismo de representação da experiência imediata	105
2.3. O problema da relação entre verificacionismo e memória como fonte do conhecimento	112
2.4. O abandono da linguagem fenomenológica, a manutenção da plena determinação do sentido e o desenvolvimento do novo método filosófico	115
3. A linguagem e o tempo homogêneo da física	125
3.1. A extensão temporal dos objetos físicos e a distinção entre hipótese e proposição genuína	128
3.1.1. Relação entre as hipóteses, os objetos físicos e os fenômenos	128
3.1.2. Os poderes causais das entidades transtemporais e a crença na indução:.....	132
3.1.3. A proposição genuína como corte transversal da hipótese.....	136
3.1.4. Algumas consequências temporais da dimensão hipotética da linguagem	139

3.2. A temporalidade da expectativa e a atemporalidade do sentido: critérios fisicalistas e fenomenológicos de identidade.....	144
3.2.1. Os pressupostos fisicalistas e fenomenológicos da manutenção do sentido ao longo do tempo	149
<i>a) Os critérios fisicalistas:.....</i>	<i>149</i>
<i>b) Os critérios fenomenológicos:.....</i>	<i>152</i>
4. O fim da essência atemporal da linguagem	157
4.1. A falsa analogia da memória como imagem material e a busca por uma linguagem ideal	164
4.1.1. O fim da plena determinação do sentido e o abandono da memória como parte da estrutura lógica do mundo	173
4.1.2. A crítica final à dimensão metafísica do mobilismo heraclítico.....	183
5. A autonomia e a temporalização da gramática	188
5.1. O abandono da realidade e da proposição como cortes	190
5.1.1. A falsa analogia de um “Es” (“isso”) indizível no BT.....	190
5.1.2. A dimensão temporal da coisificação da experiência imediata no BT.....	195
5.1.3. A coisificação da experiência imediata e o passado como uma imagem material (a relação entre o BT e o PS)	200
5.2. O fim da distinção entre hipótese e proposição genuína	211
5.2.1. A regra como a concessão temporal de uma atemporalidade à proposição empírica	215
6. O argumento da linguagem privada (em 1936 e nas PU) e as análises do tempo da década de trinta	225
6.1. O argumento da linguagem privada nas aulas de 1936	225
6.1.1. A impossibilidade do uso das impressões como modelos para as aplicações da linguagem.....	226
<i>a) O uso da metáfora do projetor em 1936:</i>	<i>230</i>
<i>b) A transtemporalidade dos modelos da linguagem</i>	<i>233</i>
6.1.2. A dimensão temporal do problema da linguagem privada nas aulas de 1936	238
<i>a) Dois possíveis erros interpretativos:</i>	<i>244</i>
<i>b) A diferença entre o uso da metáfora do projetor em 1929-1930 e 1936:</i>	<i>246</i>
6.2. O argumento da linguagem privada nas PU e as análises do tempo.....	249
<i>i) O sentido de “privacidade” que será analisado por Wittgenstein</i>	<i>250</i>
<i>ii) A impossibilidade de um critério privado de correção</i>	<i>253</i>
<i>iii) A crítica à noção de “justificação subjetiva”</i>	<i>262</i>

<i>iv</i>)	O uso do aumento da pressão arterial como critério	265
<i>v</i>)	O experimento do besouro na caixa	271
<i>vi</i>)	A importância da distinção entre representação (<i>Vorstellung</i>) e coisa (<i>Ding</i>) ..	275
<i>viii</i>)	O comportamento e o começo dos jogos de linguagem (a dimensão positiva do ALP)	283
7.	Conclusão: a necessária dimensão temporal do seguir uma regra	290
	Bibliografia.....	305
	Bibliografia.....	305

Abreviações:

ALP Argumento da Linguagem Privada

Obras de Wittgenstein:

BIB The Blue Book
BrB The Brown Book
BT The Big Typescript
BPP I Remarks on the Philosophy of Psychology I
BPP II Remarks on the Philosophy of Psychology II
LSD The Language of Private Experience and Sense-Data (presente em PO)
MS Manuscritos do *Nachlass*
NPESD Notes on Private Experience and Sense-Data
PB Philosophische Bemerkungen
PG Philosophical Grammar
PO Philosophical Occasions
PS Phänomenale Sprache (texto ditado a Waismann, presente em VW)
PU Philosophische Untersuchungen
SRLF Some Remarks on Logical Form
TLP Tractatus logico-philosophicus
TS Tiposcritos do *Nachlass*
VW *The Voices Of Wittgenstein* (textos ditados a Waismann)
Z Zettel
WVC Wittgenstein and the Vienna Circle
WLC 30-32 Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1930-1932
WLC 30-33 *Wittgenstein's Lectures, 1930-1933* (notas de aula de G.E. Moore)
WLC 32-35 Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1932-1935

Obras de outros autores:

AoM	B. Russell, The Analysis of Mind
ML	B. Russell, Mysticism and Logic and Other Essays
OKEW	B. Russell, Our Knowledge of the External World
UCM	B. Russell, The Ultimate Constituents of Matter
RSDP	B. Russell, The Relation of Sense-data to Physics
TK	B. Russell, Theory of Knowledge
PP	B. Russell, Problems of Philosophy

1. Introdução

A partir da publicação do *Nachlass* de Wittgenstein (seja suas partes reeditadas em livros ou na forma eletrônica), deu-se início um longo trabalho arqueológico, que visa revelar o percurso das ideias desse autor, desde seus primeiros escritos até os textos tardios (especialmente, buscando conectar o *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP) às *Investigações Filosóficas* (PU)). Somam-se nessa tarefa também, às vinte e duas mil páginas dos manuscritos, as aulas, conversas e ditados, que preenchem muitas das lacunas deixadas pelo autor. No momento atual das pesquisas, em torno da relação entre esses textos de Wittgenstein, está longe de haver qualquer consenso entre os comentadores, seja acerca de quais são os momentos desse percurso (salvo em linhas muito gerais), seja acerca da correta compreensão de como essas mudanças ocorreram.

Uma posição bastante prudente acerca deste tópico de debate é expressa por David Stern, em seu livro de 1995, no qual afirma que:

Seria enganoso, contudo, sugerir que qualquer uma das mudanças (...), mesmo a rejeição da linguagem fenomenológica enunciada no parágrafo de abertura das *Observações Filosóficas*, ocorreu em um determinado momento do tempo, ou levou de modo imediato e radical a uma ruptura com suas visões anteriores.¹

O objetivo desta tese não é contradizer *tout court* essa afirmação de Stern, mas mostrar que, ao menos no que diz respeito às análises de Wittgenstein sobre o tempo, é possível pontuar de maneira razoavelmente precisa dois dos mais importantes momentos do percurso de Wittgenstein, que ocorrem em 1929 e no início da década de trinta. O primeiro deles é a compreensão temporal do abandono do projeto de construção de uma linguagem fenomenológica (que abordaremos no capítulo 2). O segundo (que constituirá o foco do quarto capítulo desta tese) é a ruptura com o princípio da plena determinação do sentido, que marca o final do período fenomenológico – durante o qual Wittgenstein compreendia a linguagem como possuindo uma essência determinada pela forma lógica dos fenômenos.²

A importância da determinação de como ocorre esse segundo momento é que nos permitirá oferecer um *argumento temporal* para explicitar a razão do que Wolfgang

¹ Stern, 1995, p. 138. (“It would be misleading, however, to suggest that any changes (...), even the rejection of phenomenological language announced in the open paragraph of the Philosophical Remarks, occurred at a single point in time, or amounted to an immediate and radical break with his earlier views”).

² Como ficará expresso nas páginas seguintes, o verificacionismo de Wittgenstein será aqui compreendido como a maneira adotada pelo autor, no final de 1929 e início de 1930, de salvaguardar o princípio tractariano da plena determinação do sentido – por essa razão me reportarei a esta ruptura como o abandono deste princípio (priorizando-o em detrimento da ideia de verificação).

Kienzler denominou de “retomada” (*Wiederaufnahme*).³ Para Kienzler a “retomada” é o exercício, que se inicia no verão de 1931, de revisão e edição dos textos escritos de fevereiro de 1929 até janeiro de 1930 (do MS 105 ao MS 109).⁴ Essa retomada teria três fases (*i.* em julho de 1931, *ii.* em novembro de 1931, *iii.* de abril a junho de 1932) e culmina, em 1932-1933, com a confecção do datiloscrito chamado de *The Big Typescript* (BT).⁵

Porém, embora seja inequívoca a localização do momento da retomada (cronologia com a qual concordo), no qual Wittgenstein passa a se debruçar sobre os seus textos anteriores, é assaz controversa a razão desse movimento reflexivo.

Há dois principais modos pelas quais podemos pensar o movimento que leva Wittgenstein à *retomada*. Um deles é supor (como sinalizei ser a posição defendida por David Stern) a inexistência de uma razão exclusiva que o levou, de forma abrupta, a rever e a reeditar seus textos. Por esse viés, a retomada seria o resultado de uma série de novas concepções e descontentamentos referentes à redação das ideias iniciais do período de 1929-1930. O outro modo é supor que há uma razão para a retomada. Por esse viés (que buscarei aqui defender), a *Wiederaufnahme* seria o resultado do abandono de algumas das teses centrais de Wittgenstein, presentes nos manuscritos de 1929-1930, que levaria à necessidade de uma profunda revisão de suas ideias anteriores.

Mas a tentativa de determinar precisamente, *pelo viés das análises do tempo*, as razões que levaram Wittgenstein à retomada não constitui uma crítica frontal à afirmação de Stern, por várias razões (que é crucial que sejam explicitadas, pois são pontos que esta tese *não* pretende defender). A primeira delas é que a compreensão da ruptura com o princípio da plena determinação do sentido (que tomaremos como chave de leitura inicial), pelo viés do tempo, não será aqui tomada como a *causa* das mudanças ocorridas em outras áreas do pensamento de Wittgenstein. O principal motivo, para que tal extrapolação não seja feita, é que se encontra para além das minhas capacidades especificar se há ou não influência desta ruptura nas análises de Wittgenstein sobre outros temas – como, por exemplo, no caso da matemática. A segunda razão é que grande parte do material que utilizarei possui um estatuto controverso. Por exemplo, no BT é possível encontrar, a meu ver, trechos que foram

³ Cf. Kienzler, 1997, pp. 79-80. (“Diese Struktur des philosophischen Selbstgesprächs hat Wittgenstein in einer Reihe von Aufzeichnungen aus dem Jahr 1931 und 1932 ausgebildet, die ich unter dem Titel „Wiederaufnahme“ zusammenfassen möchte”).

⁴ Cf. Kienzler, 1997, p. 88.

⁵ Cf. Kienzler, 1997, p. 87.

concebidos antes da ruptura e outros que são posteriores, lado a lado, compondo um único texto. Isso torna bastante problemático especificar a cronologia da mudança do pensamento de Wittgenstein. No caso das aulas, conversas e ditados (que nos serão muito importantes – em especial, as conversas com o Círculo de Viena (WVC) e os textos ditados a Waismann (VW)), soma-se o problema de que a redação não foi feita de próprio punho por Wittgenstein.⁶ No caso do VW, há ainda dois agravantes. O primeiro deles é que muitos dos textos não são datados – o que dificulta relacioná-los com a cronologia do *Nachlass*. O segundo é que, por volta de 1934, Wittgenstein abandona a parceria com Waismann, pois se encontrava descontente com o modo como suas ideias estavam ali expressas.⁷ Assim, não será o objetivo desta tese defender que a ordem das razões aqui expressas, para compreender o percurso de Wittgenstein, no início da década de trinta, seja a ordem cronológica das ideias de Wittgenstein (pois tal determinação não me parece ser possível, dada a natureza desses textos sem datação que usarei para articular essas ideias).⁸

Também não será o objeto desta tese fazer uma análise geral do papel do tempo na filosofia de Wittgenstein – como empreendida por Denis Perrin (2007) (que analisa desde a ruptura com a linguagem fenomenológica, até as análises de Wittgenstein sobre a gramática temporal de alguns conceitos, no âmbito dos escritos tardios sobre a filosofia da psicologia). Em relação à abordagem de Perrin, que visa exaurir o tema do tempo em Wittgenstein, pode-se dizer que as minhas pretensões são a de apenas operar um corte cirúrgico e longitudinal, unindo algumas passagens cujo estudo nos permitirá compreender como as análises do tempo de 1929-1933 podem ser tomadas como o pano de fundo do chamado “argumento da linguagem privada” (ALP) (diferindo drasticamente do escopo do estudo de Perrin).⁹

⁶ Gordon Baker, editor da edição bilingüe do livro VW, chega a afirmar que “(...) este livro é a publicação de uma importante parte do *Nachlass* de Waismann e a autoria é então apropriadamente atribuída a Waismann” (VW, p. xviii).

⁷ A parceria entre Wittgenstein e Waismann se estendeu, principalmente, entre 1931 e 1934 (cf. VW, p. xxiii).

⁸ Por esse motivo, como veremos ao longo deste livro, datarei o abandono do princípio da plena determinação do sentido, de maneira geral, como algo que ocorre por volta de 1930-1931.

⁹ Ao utilizar a designação “argumento da linguagem privada”, não visou, com isso, sugerir a existência de um argumento contra a possibilidade de uma linguagem privada. Wittgenstein, com escreve no prefácio das PU, sempre aborda o mesmo tema sob vários caminhos diferentes e não encontramos nesse caso uma exceção. Caso queiramos tratar esses trechos como “argumentos”, devemos aceitar, então, a existência de vários argumentos. Apenas por uma comodidade terminológica (para que não seja necessário sempre escrever “o comumente chamado ‘argumento da linguagem privada’”) utilizarei a designação “argumento da linguagem privada” ou a sigla “ALP”.

Mas, uma vez expressas essas limitações que parecem sugerir uma agenda modesta e despreziosa, é necessário explicitar a extensão das minhas pretensões, que justificara, em parte, a importância das ideias expressas nesta tese. A ruptura que teremos em vista no final do quarto capítulo pode ser interpretada como a localização de uma falsa analogia, que nutria a busca por uma linguagem ideal (a linguagem fenomenológica de 1929, assim como, a linguagem completamente analisada do TLP); visto que levava à ilusão da possibilidade de uma exatidão completa na descrição da experiência imediata. Essa falsa analogia poderá ser compreendida como o tratamento equivocado do passado da memória (em sentido fenomenológico), no qual Wittgenstein tomava a memória como a fonte do conhecimento e da identidade (nos anos de 1929-1930). O que argumentarei nas seções seguintes é que esse tratamento da memória como *fonte* era central ao modo como Wittgenstein resolvia o problema do regresso ao infinito do sentido. A localização dessa falsa analogia forçará Wittgenstein a repensar sua filosofia, levando em consideração a dimensão temporal do sentido. Essa mudança, por sua vez, seria o cerne do “argumento da linguagem privada” (ALP) – como buscarei mostrar no capítulo 6. Assim, ao oferecer uma chave de leitura para compreender essas mudanças, abordarei temas que são centrais para Wittgenstein, não só no que diz respeito às linhas gerais de suas principais teses acerca da linguagem,¹⁰ mas que possuirão um importante papel no seu método filosófico.¹¹

Deixemos de lado agora essas questões de cunho exegético e metodológico e vejamos de um ponto de vista filosófico (e mais geral) qual é o problema presente nesse percurso que constitui o ponto nevrálgico das análises a serem feitas nos capítulos iniciais desta tese. A tentativa de redução das diferentes possibilidades fisicalistas de discurso a linguagens que descrevem de forma imediata a experiência imediata foi um

¹⁰ É importante notar aqui o meu comprometimento com a ideia de que há *teses* filosóficas em Wittgenstein. Independentemente da qualidade e profundidade de muitos dos comentadores que possuem um viés revisionista (que compreendem a filosofia de Wittgenstein como possuidora, exclusivamente, de um laivo negativo – visando apenas desfazer ilusões oriundas da não compreensão da lógica de nossa linguagem), sequer me darei ao trabalho de adentrar nesse campo de debate. Parece-me haver não só teses em Wittgenstein, como a adoção de fortes pressupostos metafísicos (e tenho em mente aqui a ideia de uma essência do mundo – de um espaço lógico de possibilidades – que fixa o horizonte intencional da linguagem de forma *atemporal*); principalmente em seus escritos iniciais e no período que precede o BT. Caso adentremos no debate com os revisionistas, perderíamos de vista os objetivos desta tese. Para esse debate, ver Silva, G. (2003).

¹¹ Um bom exemplo dessa relação é o modo como o abandono da linguagem fenomenológica estaria diretamente ligado à mudança de método expressa no início das PB. Aqui me coloco em total desacordo com a perspectiva adotada por Alva Noë (1994), que vê a mudança de método como a razão do abandono da linguagem fenomenológica. Na perspectiva aqui adotada, é a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica que leva Wittgenstein à mudança de método (como argumentarei no capítulo 2.1.2.).

lugar comum em muitas das filosofias do início do século XX e é essa ideia, de uma redução do físico ao fenomenológico, que acaba por conceder ao tempo um papel privilegiado (embora cada um dos diferentes projetos filosóficos seja marcado por suas peculiaridades). A experiência imediata possui um caráter temporalmente fugidio e a ideia de que a realidade física seria construída a partir desses dados imediatos traz à tona uma série de indagações, cuja temática envolve problemas referentes ao tempo. Uma consequência direta dessa tentativa de compreensão da relação entre o físico e o fenomenológico é a construção dos conceitos e das categorias básicas da fenomenologia do tempo – em especial: a distinção entre tempo fenomenológico e tempo físico, a ideia de que a realidade presente é dada no *specious present*, o papel da memória na constituição do tempo fenomenológico etc.. (conceitos esses que encontraremos nas análises do tempo de Wittgenstein).

Uma das principais dificuldades trazidas pelo caráter temporal da realidade (que se revela ao final da análise lógica da linguagem) é a explicitação de como o sentido pode se manter ao longo do tempo, de tal forma que uma proposição tenha o mesmo sentido no passado, no presente e no futuro. Um bom exemplo dessa dificuldade é a relação entre a expectativa e o evento futuro, que pode ou não preencher a expectativa. Embora as respostas a essa indagação (“como o sentido pode perdurar ao longo do tempo?”) sejam tão diversas quando há diferentes filosofias e filósofos, é possível determinar duas estratégias gerais, a partir das quais poderemos especificar a peculiaridade e a contribuição da posição de Wittgenstein. O primeiro modo de fundamentar o sentido seria conceber o ponto arquimediano da linguagem como constituído por relações semânticas verticais, entre a linguagem e objetos *eternos* e *imutáveis* (como, por exemplo, os objetos simples do TLP). Nesse caso (e esse será o modo como compreenderemos o recurso de Wittgenstein a um *espaço lógico* no TLP e aos *espaços de possibilidades* no período intermediário), fundamenta-se o sentido em uma estrutura *metafísica*, que fixa a ordem categorial da linguagem, determinando a totalidade do que pode ser dito – por exemplo, ao especificar, como no caso do TLP, o número de nomes com significado e as suas concatenações possíveis.¹²

¹² Visto que nosso foco são as análises que têm início em 1929, não buscaremos fundamentar aqui uma interpretação fenomenológica do TLP. Traçarei essa relação de maneira (assumidamente) *anacrônica*, a partir da possibilidade de pensarmos as proposições elementares como proposições que descrevem a experiência imediata e os objetos simples como os dados imediatos (“[a]s coisas elas mesmas [*die Dinge selbst*] são talvez as quatro cores básicas, espaço, tempo e outros dados de mesmo tipo” (PB, §147)).

Veremos que Wittgenstein, em 1929, mesmo após abandonar a independência lógica das proposições elementares e mesmo que compreenda o tempo como um traço essencial da realidade (fenomênica), ainda fundamentará o sentido de modo metafísico (semelhantemente ao TLP), em uma estrutura atemporal, que determinaria a multiplicidade lógica e as dimensões de possibilidades dos diferentes espaços de possibilidades (tátil, visual, auditivo etc.). Nessa concepção, o nome não nomeia simplesmente um dado imediato (temporalmente fugidio), mas um ponto do espaço de possibilidade (cuja identidade será garantida – como argumentarei adiante – pela sobreposição entre passado e memória).

O segundo modo é compreender o sentido como algo que se articula ao longo do tempo, sem que as condições de verdade possam ser determinadas de uma vez por todas a partir de condições de sentido *eternas e imutáveis*. É essa temporalização da linguagem que marcará, de acordo com as ideias expressas nesta tese, a passagem do Wittgenstein inicial ao Wittgenstein tardio e selará o fim do período fenomenológico. E será o modo como Wittgenstein articula (em sua filosofia tardia) a possibilidade da manutenção do sentido ao longo do tempo, sem recorrer a um âmbito mental para a determinação do sentido (como uma representação ou estado de consciência co-presente à aplicação da regra), que marcará uma das grandes contribuições de seu pensamento à filosofia do século XX. Com essa mudança, Wittgenstein passa a compreender as categorias modais de necessidade e contingência como articuladas a partir de práticas humanas *no tempo*. Mas isso não revoga o estatuto *atemporal* da lógica de nossa linguagem (concebida em sua filosofia tardia como regras gramaticais), apenas deixa de fundar essa atemporalidade de modo metafísico em uma suposta *essência do mundo*. A atemporalidade da regra decorrerá apenas do modo como em um determinado contexto a prática humana que ali se desenrola fixa o valor de verdade de algumas proposições, de tal modo que não faz sentido perguntar se o valor de verdade dessa proposição muda ou permanece o mesmo, ao longo do tempo. Ao fixarmos o seu valor de verdade, tomamos essa proposição como uma regra, a partir da qual formularemos nossos juízos (passíveis de verdade ou falsidade). Assim, essas proposições (às quais *temporalmente* concedemos um estatuto *atemporal*) serão as regras que determinam o significado de nossas palavras e o sentido de nossos juízos (à semelhança das unidades e padrões dos métodos de mensuração e projeção da linguagem fisicalista, no período intermediário).

A análise dessas mudanças no percurso da filosofia de Wittgenstein estará aqui dividida em 7 capítulos. No primeiro, nos dedicaremos ao estudo de como o tempo se

torna um tópico importante na filosofia de Wittgenstein, em 1929 – que terá como elemento principal o projeto de construção de uma linguagem fenomenológica. Esse estudo inicial também nos permitirá compreender como o projeto de construção dessa linguagem é tractariano em essência (de tal modo que possamos notar como a distinção entre linguagem fenomenológica e fisicalista perfaz, em 1929, a distinção do TLP entre linguagem completamente analisada e linguagem ordinária). Esse estudo nos permitirá compreender como o tempo torna-se um tema privilegiado em 1929. Isso, por sua vez, nos levará diretamente ao papel central concedido por Wittgenstein à memória nesse período. Wittgenstein concede à memória quatro papéis: como *fonte do tempo*, como *fonte do conceito de passado*, como *fonte da identidade* e como *fonte do conhecimento* (como verificação de nossas proposições). Grande parte do primeiro capítulo será dedicada à compreensão desses papéis. É por esse viés que compreenderemos o modo como o autor articula e distingue os tempos primário (fenomenológico) e o secundário (homogêneo da física) – tomando como pano de fundo a importante metáfora do projetor. A parte final deste primeiro capítulo será dedicada à compreensão de como o autor articula a finitude da memória e a infinitude do tempo primário. Compreender como o tempo primário vem a ser intencionalmente infinito nos será útil ao entendimento da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica, no capítulo 2.

No segundo capítulo, nos dedicaremos à crítica e à compreensão de cinco diferentes interpretações do abandono do projeto de construção de uma linguagem fenomenológica. Os dois primeiros modos (de Kield Nielsen e Alva Noë) serão aqui abordados pelo fato de oferecerem interpretações *não temporais* para a impossibilidade de tal linguagem. A crítica a essas interpretações terá o papel de trazer à tona a pertinência do tempo ao estudo desse tema. A primeira interpretação temporal a ser analisada será a de Jakko Hintikka – que tem a importância histórica de ser o primeiro autor a atentar para o papel das análises de Wittgenstein sobre o tempo. A segunda interpretação temporal, a ser analisada, é proposta por Denis Perrin e a terceira interpretação, por Ferraz Neto. A importância da interpretação de Ferraz Neto para os propósitos desta tese se deve ao fato de ser o primeiro autor a oferecer uma exegese detalhada dos trechos nos quais Wittgenstein expressa a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica e de tal modo que exime essa linguagem de ser uma descrição que exprima “(...) exclusiva e exaustivamente o fenômeno presente”¹³ (como

¹³ Perrin, 2007, p. 32. (“(...) exclusivement et exhaustivement le phénomène présent”).

encontraremos em Perrin, assim como, em Hintikka). Esse passo é *fundamental* para a compreensão do papel da memória, como uma importante chave de leitura do desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein (que, embora tenha sido localizada por Hintikka, não foi explorada profundamente, em parte, devido ao modo como ele compreendeu a linguagem fenomenológica, em parte, devido ao tratamento inconsistente do papel da memória como critério de identidade, no período em questão). Esse viés oferecido por Ferraz Neto nos possibilitará compreender como o abandono da linguagem não decorre de uma impossibilidade *factual* da linguagem descrever o fluxo presente (como argumenta Perrin, acerca da ruptura de 1929), mas do caráter não-quantitativo do tempo primário (heterogêneo – na terminologia de Ferraz Neto). Isso, por fim, nos levará ao problema de como articular (em 1929-1930) uma interpretação forte do papel da memória na filosofia intermediária de Wittgenstein e o verificacionismo (que abordaremos na última seção do capítulo 2).

No capítulo 3, analisaremos as consequências positivas da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica, que se expressa como a tese de que a linguagem deve fluir no tempo homogêneo da física. Esse estudo (que privilegiará o modo como Wittgenstein atribui um papel temporal às hipóteses) nos permitirá compreender como, ainda em 1929-1930, embora Wittgenstein já tome a linguagem como algo necessariamente temporal (elemento esse que argumentarei ser um traço central de sua filosofia tardia) ainda estará preso a uma fundamentação metafísica (atemporal) do sentido – tendo em vista a manutenção do princípio tractariano da plena determinação do sentido (através da distinção entre *hipótese* e *proposição genuína*). Essa ideia de uma fundamentação metafísica se expressaria na maneira como ele concebe, ao final de 1929, um novo método filosófico, que ainda teria em vista mostrar a *essência do mundo*.

O capítulo 4 terá como foco a compreensão de como a ruptura com esse princípio pode ser encontrada no texto ditado a Waismann, intitulado “Linguagem Fenomenal” (PS). Essa ruptura (como argumentarei) será o fim do tratamento da memória como parte da estrutura lógica do mundo, de tal modo que Wittgenstein deixará de pensar o mundo como o *mundo da consciência* (que seria o livro de notas da memória – a versão temporal do livro tractariano “*O mundo tal como o Encontro*”¹⁴).

¹⁴ Cf. TLP, 5.631.

No capítulo 5, nos dedicaremos à relação entre o ditado PS e o BT, por meio da qual traçaremos as linhas de força para unir as análises do tempo de 1929-1933 ao “argumento da linguagem privada” (ALP). O estudo do ALP será feito no capítulo 6, em dois momentos. O primeiro terá como foco as aulas de 1936 (“The Language of Private Experience and Sense-Data” (LSD)) e o segundo, os principais trechos dedicados à crítica da linguagem privada, presente nos parágrafos 243-315, das *Investigações Filosóficas* (PU).

O capítulo final desta tese será a exposição de como a aceitação de um caráter necessariamente temporal da linguagem estará presente no modo como o autor articula necessidade e contingência nas PU (expressando, assim, aquilo que seria a dimensão positiva de sua filosofia tardia). Essa análise terá em vista compreender como o autor resolve o regresso ao infinito do sentido após a ruptura de 1930-1931.¹⁵

¹⁵ As citações presentes neste livro serão traduzidas para o português por mim (com a exceção do TLP, cuja tradução será a versão de L. H. L. dos Santos) e o texto original poderá ser encontrado na nota de rodapé, na primeira citação da passagem.

1.1. O projeto fenomenológico e o tempo

Wittgenstein fundamenta sua filosofia inicial em um postulado (*Forderung*), cujo abandono (como visto mostrar, pelo viés das análises do tempo, no quarto capítulo) marcará a gênese de sua filosofia tardia. O postulado em questão é o requisito de que o sentido de uma proposição deve determinar de forma completa as suas condições de verdade. De acordo com este postulado, da *plena determinação do sentido*, torna-se inconcebível que uma proposição tenha sentido, sem que se saiba (de uma vez por todas) em que circunstâncias ela seria verdadeira ou falsa. Esse postulado encontra-se presente no TLP, assim como, nos anos de 1929-1930 (especialmente, nas PB e nos MSS 105-109).¹⁶

Pelo viés temporal, no TLP, esse postulado o levará a fundamentar o sentido de forma *atemporal* em uma substância (eterna e imutável – os objetos simples), que determina o horizonte intencional da linguagem. Essa ideia de um *espaço lógico* (formado pelos objetos simples existentes) estaria presente ainda em 1929-1930, como a tese de que os espaços de possibilidades fenomenológicos (tátil, auditivo, visual etc.) teriam uma *estrutura a priori*, que fixa as condições de sentido da linguagem, determinando de forma completa as condições de verdade das proposições fenomenológicas.¹⁷

A chave de leitura, aqui proposta para a compreensão do abandono deste postulado, é o estudo do papel concedido por Wittgenstein à memória, no período intermediário, como parte da estrutura lógica do mundo. Na ruptura com essa concepção (que abordaremos no capítulo 4), poderemos ver em ação o método filosófico tardio de Wittgenstein, pois a suposição da possibilidade de uma descrição completamente exata da experiência imediata será retraçada a uma *falsa analogia* ("*falsche Analogie*")¹⁸, na qual há uma importante confusão entre as gramáticas das vivências e dos objetos – expressa no tratamento do passado da memória (da experiência imediata) como uma *imagem material*.

¹⁶ Cf. MS 106, p. 204 / PB, §122. “Se deve ter um sentido determinado (e do contrário seria um contra-senso), uma proposição tem de apreender – abranger – completamente seu sentido (...)” (“Wenn ein Satz einen bestimmten Sinn haben soll (und sonst ist er unsinnig), so muß er seinen Sinn ganz erfassen - ganz übersehen”).

¹⁷ Como será visto no final do capítulo 2, o fim do projeto de construção de uma linguagem fenomenológica não representa o abandono da plena determinação do sentido, mas apenas a recusa da ideia de um *simbolismo* completamente perspicuo (isomórfico à realidade fenomênica).

¹⁸ Cf. PS, p. 320.

Porém, um longo percurso se faz necessário para que seja possível articularmos essas ideias, que serão expostas nos primeiros capítulos. Para isso, primeiramente, teremos que nos apropriar de várias categorias centrais do pensamento de Wittgenstein do TLP e do início do período intermediário (em 1929-1930).

A primeira etapa deste percurso (presente na seção 1.1.1) visa à compreensão de como o postulado da plena determinação do sentido leva Wittgenstein, no TLP, ao tratamento atemporal do sentido. Isso também nos permitirá localizar o limite do TLP enquanto tratado *lógico* - ante a impossibilidade da determinação *a priori* da forma lógica das proposições elementares. Com isso, poderemos notar (na seção 1.1.2) como o projeto fenomenológico de 1929 é tractariano em essência e como o tempo torna-se um problema central para a filosofia de Wittgenstein. Também buscaremos compreender, neste capítulo, como a contraposição entre sistema primário e sistema secundário (central ao período fenomenológico) reflete a contraposição entre linguagem fenomenológica e linguagem fisicalista - que pode ser diretamente interpretada como a versão de 1929 da distinção entre linguagem completamente analisada e linguagem ordinária do TLP. Além disso, exploraremos como essa contraposição se expressa temporalmente, na distinção entre tempo primário (fenomenológico) e tempo secundário (fisicalista) (que abordaremos através do estudo da importante metáfora do projetor). A partir dessas análises (na seção 1.1.3), veremos como o tempo, a memória e o passado articulam-se no sistema primário e poderemos explicitar a relação entre a memória e a plena determinação do sentido.

1.1.1. A atemporalidade do sentido no TLP

O TLP é erigido a partir da noção de proposição elementar, na qual a proposição é pensada como um complexo bipolar. Diferentemente das demais proposições da linguagem (que são moleculares - funções de verdade de proposições elementares), o sentido das proposições elementares independe da verdade e da falsidade. Essa independência se revela de duas formas: *i*) o sentido da proposição elementar independe da verdade ou falsidade de qualquer outra proposição (tese da independência lógica das proposições elementares) e *ii*) o seu sentido independe da sua própria verdade ou falsidade (tese da anterioridade do sentido sobre a verdade e falsidade). No caso das

proposições moleculares, o sentido será determinado pelas possibilidades de verdade ou falsidade das proposições elementares, que as compõem.

A independência entre sentido e verdade nas proposições elementares será alcançada através da sua complexidade essencial. Toda proposição elementar será necessariamente um complexo de nomes, que figura, através da concatenação dos nomes, uma concatenação de objetos. O sentido da proposição independerá de sua verdade ou falsidade, visto que, ao sentido, só será necessária a existência dos objetos, que são os significados dos nomes na proposição (mas não que esses objetos estejam concatenados no mundo tal qual figurado pela proposição). A bipolaridade da proposição (a sua aptidão à verdade e à falsidade) decorre do modo como a ocorrência no mundo do estado de coisas figurado a torna verdadeira, enquanto a não ocorrência a torna falsa (mas sem a privar de sentido - pois a existência dos objetos, que são os significados dos nomes da proposição, garante o sentido dessa proposição).

Além dos princípios da bipolaridade e da complexidade, o princípio da *plena determinação do sentido* será central ao modo como Wittgenstein concebe a linguagem no TLP (e, como argumentarei ao longo da tese, constitui o grande fio condutor de sua filosofia inicial). A plena determinação surge como um postulado ("*Forderung*"),¹⁹ que pode ser formulado da seguinte maneira: toda proposição deve determinar de forma completa as suas condições de sentido, de tal modo que, ao compreendermos a proposição, já estará determinado de forma também completa em que caso a proposição será verdadeira e em que caso ela será falsa. Em outros termos: é inconcebível que uma proposição tenha sentido, sem que se saiba (de uma vez por todas) em que circunstâncias ela será verdadeira ou falsa.

É o postulado da plena determinação do sentido que leva Wittgenstein a sustentar, no TLP, que:

Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desse complexo e nas proposições que os descrevem completamente.²⁰

A generalidade dos enunciados sobre os complexos deverá necessariamente poder ser decomposta, até que se alcance a singularidade absoluta das proposições

¹⁹ Cf. TLP, 3.23.

²⁰ TLP, 2.0201. Essa ideia nos será importante para a compreensão do projeto de construção de uma linguagem fenomenológica.

elementares (ou seja: a análise lógica da linguagem deverá ter um fim).²¹ São essas proposições elementares que descreverão de forma plenamente determinada o mundo, de tal modo que inexista uma terceira opção, que a efetivação ou não no mundo do estado de coisas figurado pela proposição.

Do ponto de vista ontológico, esse fim da análise (que explicitaria as proposições elimináveis que compõem a linguagem) requer existência de uma *substância do mundo* (uma singularidade ontológica que será isomórfica à proposição elementar). Como afirma Wittgenstein: “[s]e o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição”.²² Sem uma substância do mundo seríamos lançados em um regresso, no qual as condições de sentido da proposição dependeriam das condições de verdade de outras proposições e o sentido dessas proposições, da verdade ou falsidade de outras *ad infinitum*. É por nomear a substância do mundo, que os nomes que constituem a proposição elementar terão significado (e a proposição terá sentido) independentemente de toda contingência (do que vem a ser no mundo) e independentemente das demais proposições.

É no âmbito da proposição elementar que a linguagem toca a realidade, através do modo como o nome *substitui*, na proposição, o objeto nomeado (“a possibilidade da proposição repousa sobre o princípio da substituição [*Vertretung*] de objetos por sinais”).²³ Essa substituição institui uma paridade entre a proposição e o estado de coisas figurado, de tal forma que permitirá a Wittgenstein pensar a linguagem e o mundo como situados dentro do mesmo *espaço lógico (logische Raum)*.²⁴ Essa paridade se expressa de duas formas: *i*) enquanto paridade lógico/matemática de elementos (“[d]eve ser possível distinguir na proposição tanto quanto seja possível distinguir na situação que ela representa”²⁵) ao mesmo passo que *ii*) enquanto paridade formal (“[a] forma de afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração”²⁶).

A paridade formal é uma consequência do modo como o nome, ao substituir na proposição o objeto, passa a ter na linguagem as mesmas possibilidades de combinação

²¹ Cf. Porto, 2011 XXX.

²² TLP, 2.0211. (“Hätte die Welt keine Substanz, so würde, ob ein Satz Sinn hat, davon abhängen, ob ein anderer Satz wahr ist”).

²³ TLP, 4.0312.

²⁴ Cf. TLP, 3.42.

²⁵ TLP, 4.04. (“Am Satz muß gerade soviel zu unterscheiden sein, als an der Sachlage, die er darstellt”).

²⁶ TLP, 2.151. (“Die Form der Abbildung ist die Möglichkeit, daß sich die Dinge so zu einander verhalten, wie die Elemente des Bildes”).

com outros nomes, que o seu respectivo objeto tem no âmbito ontológico. Assim, a proposição elementar não tem apenas o mesmo número de elementos que o estado de coisas figurado (a paridade lógico/matemática de elementos), mas seus elementos deverão ter o mesmo *tipo lógico*, que as *categorias ontológicas* dos objetos por eles nomeados (tendo, assim, as mesmas *dimensões* de possibilidades). Essa paridade formal institui o *isomorfismo* entre linguagem e realidade, pois a totalidade das proposições possíveis (as concatenações possíveis de nomes) será isomórfica à totalidade dos estados de coisas possíveis (as concatenações possíveis de objetos). Essa totalidade de possibilidades (comum à linguagem e à realidade) é fixada pela existência dos objetos simples (que têm em si, como propriedade interna, as suas possibilidades de ligação com outros objetos). São esses objetos que Wittgenstein chamará de "substância do mundo" (sem a qual, o sentido não seria plenamente determinado).

Deste modo, a relação entre linguagem e realidade poderá ser pensada como uma projeção bijetiva, em que a proposição é a projeção (o mapeamento) de uma estrutura (a linguagem) sobre outra estrutura (a realidade), tendo como condição de possibilidade a localização dessas estruturas em um mesmo espaço de possibilidades. Linguagem e realidade serão estruturas isomórficas situadas dentro do mesmo espaço lógico de possibilidades - que fixa o horizonte intencional da linguagem e as possibilidades do mundo. Como afirma Wittgenstein no *Tractatus*:

A proposição determina um lugar no espaço lógico. A existência deste local é garantida pela mera existência dos constituintes – pela existência da proposição com sentido.²⁷

Podemos chamar esse requisito de um espaço lógico *eterno e imutável* (a fixar o sentido das proposições – ao ser garantia do *local* lógico determinado pela proposição) de requisito “*metafísico*” da relação essencial – isomórfica – entre linguagem e mundo (em outros termos: *o requisito metafísico da plena determinação do sentido*).

O caráter metafísico desses objetos pode ser notado na recusa de Wittgenstein de atribuição de um estatuto material/factual a eles. Como diz Wittgenstein:

A substância do mundo *só pode* determinar uma forma, e não propriedades materiais. Pois estas são representadas apenas pelas proposições – são constituídas apenas pela configuração dos objetos.²⁸

²⁷ TLP, 3.4. (“Der Satz bestimmt einen Ort im logischen Raum. Die Existenz dieses logischen Ortes ist durch die Existenz der Bestandteile allein verbürgt, durch die Existenz des sinnvollen Satzes”).

²⁸ TLP, 2.0231 (grifo do autor). (“Die Substanz der Welt *kann* nur eine Form und keine materiellen Eigenschaften bestimmen. Denn diese werden erst durch die Sätze dargestellt - erst durch die Konfiguration der Gegenstände gebildet”).

As propriedades materiais são contingentes (e passíveis de representação), não podendo fazer parte das condições de sentido das proposições. Caso os objetos que constituem a substância do mundo fossem contingentes, a não efetivação do objeto (material) tornaria sem significado o nome que o substitui na linguagem e sem sentido as proposições nas quais esse nome ocorre.

Esse caráter metafísico dos objetos também se revela na necessidade de que sejam *simples*. Para que a proposição que figura a concatenação desses objetos seja realmente elementar, é necessário que os significados dos nomes sejam objetos que não mais possam ser desmembradas em objetos ainda mais simples - do contrário, ainda não teríamos chegado ao final da análise da linguagem - visto que poderíamos definir o nome deste complexo, recorrendo a nomes ainda mais simples. Como afirma Wittgenstein: “[o] postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido”.²⁹ Por ser absolutamente simples, esse objeto não será passível de mudança, estando, assim, livre de toda a contingência.

Desse modo, os objetos simples (que são a substância do mundo) não deverão ser pensados como objetos materiais (objetos físicos), mas como aquilo “(...) que subsiste independentemente do que seja o caso”.³⁰ Pensar o espaço lógico (os objetos simples) como algo do âmbito dos fatos (que compõem o mundo) seria tratá-lo como a efetivação de algumas possibilidades, que, por sua vez, não seriam as possibilidades últimas, mas apenas um recorte em um espaço maior de possibilidade.

Duas importantes consequências se seguem do modo como o autor compreende o sentido plenamente determinado pelo isomorfismo entre linguagem e mundo (fixado pelo espaço lógico). A primeira consequência é que a ordem categorial fixada pelos objetos simples (e partilhada pela linguagem ao determinar o *tipo* lógico dos nomes) não poderá ser *descrita* (figurada proposicionalmente), pois ela é condição de possibilidade do sentido.

A segunda consequência (e que circunscreve os limites da lógica) é que a forma lógica das proposições elementares será algo que não pode ser antevisto pela própria lógica. Não é possível determinar *a priori* o número de nomes com significados, pois não é possível determinar *a priori* quais objetos existem. Como afirma Wittgenstein: “[c]omo não podemos, porém, especificar o número de nomes com significados

²⁹ TLP, 3.23. (“Die Forderung der Möglichkeit der einfachen Zeichen ist die Forderung der Bestimmtheit des Sinnes”).

³⁰ TLP, 2.024. (“Die Substanz ist das, was unabhängig von dem, was der Fall ist, besteht”).

diferentes, tampouco podemos especificar a composição da proposição elementar”.³¹ A lógica pode apenas determinar aquilo que se depreende da análise das condições de sentido da proposição. Ela pressupõe apenas que "(...) nomes tenham significado e que proposições elementares tenham sentido: e essa é a sua ligação com o mundo".³² Mas não é possível (ou necessário) à lógica saber a forma das proposições elementares e quais delas são verdadeiras e quais são falsas (sendo esta preocupação algo do âmbito da ciência). Por essa razão a experiência necessária à lógica não será a experiência de *como* o mundo é mas de *que* ele é.³³

Wittgenstein restringe-se, no *Tractatus* (visto que um tratado *lógico*), a afirmar que é a *aplicação* da lógica que decide quais proposições elementares existem – sem explicitar no detalhe em que consistiria tal aplicação. Avançar qualquer tese nesse sentido seria incorrer em erro semelhante ao que o autor atribuiu a Russell – ao construir uma hierarquia das expressões, postulando *a priori* uma ontologia (uma ordem categorial).³⁴

A junção das duas consequências leva Wittgenstein, em seu pensamento inicial, à tese de que a ordem categorial da realidade poderia somente ser explicitada através da análise lógica das proposições (pois indizível) – que equivaleria à aplicação da lógica tractariana. A ordem categorial da realidade deveria ser *mostrada* no simbolismo perspicuo da linguagem completamente analisada – explicitando a forma lógica dos objetos simples existentes, em suas concatenações possíveis. Isso, por fim, revelaria a topologia do espaço lógico (as suas dimensões de possibilidade). Por essa razão, a análise completa da linguagem (ou, em outros termos, a construção de uma linguagem completamente analisada) teria em vista, para Wittgenstein, a tarefa elucidativa/filosófica de desfazer as confusões conceituais, que nutrem as questões metafísicas, ao mostrar que partem da má compreensão da lógica de nossa linguagem.³⁵

Mas a ordem categorial da realidade não transparece na superfície de nossa linguagem ordinária – em seu simbolismo obscurecido pelos acordos tácitos enormemente complicados.³⁶ Nossas proposições ordinárias apenas ganham a multiplicidade (lógico-matemática) do fato figurado através do método pelo qual essas

³¹ TLP, 5.55. (“Da wir aber die Anzahl der Namen von verschiedener Bedeutung nicht angeben können, so können wir auch nicht die Zusammensetzung des Elementarsatzes angeben”).

³² TLP, 6.124.

³³ Cf. TLP, 5.552.

³⁴ Cf. TLP, 5.55-5.556.

³⁵ Cf. TLP, p. 131.

³⁶ Cf. 4.002.

proposições são projetadas no mundo. Tal método é pensar o sentido da proposição. Assim, embora toda linguagem esteja em perfeita ordem lógica, nem todo simbolismo expressa na sua superfície mesma a multiplicidade lógica do pensamento (que é a multiplicidade dos estados de coisas figurados). Apenas em uma linguagem completamente analisada “(...) aos objetos do pensamento correspondem elementos do sinal proposicional”.³⁷

1.1.2. O projeto fenomenológico de 1929 e o tempo como um tema privilegiado

Um tópico central à filosofia de Wittgenstein em 1929 é que ele quebra o silêncio, sobre o qual o *Tractatus* nada podia dizer, e situa os fenômenos como a realidade ao qual a análise lógica remete.³⁸ No “Some Remarks on Logical Form” (SRLF),³⁹ Wittgenstein escreve:

Agora, só podemos substituir um simbolismo não preciso por um perspicuo ao inspecionar os fenômenos que queremos descrever, ou seja, tentando entender sua multiplicidades lógica. Isso quer dizer, só podemos chegar a uma análise correta por meio do que pode ser chamado de uma investigação lógica dos fenômenos eles mesmos, ou seja, em certo sentido *a posteriori*, e não conjecturando acerca das possibilidades *a priori*.⁴⁰

Nesse trecho, Wittgenstein afirma que a análise correta pode apenas ser alcançada através do entendimento da multiplicidade lógica dos fenômenos, tomando a

³⁷ TLP, 3.2. (“Im Satze kann der Gedanke so ausgedrückt sein, daß den Gegenständen des Gedankens Elemente des Satzzeichens entsprechen”).

³⁸ Um importante campo de debate sobre o *Tractatus* é o problema da determinação do que venham a ser os seus objetos simples. Wittgenstein nunca ofereceu um exemplo claro de objeto simples e as discussões em torno desse problema têm sido tão aguerridas quanto proficuas. Porém, adentrar nesse debate nos afastaria demasiadamente do percurso que temos em vista nesta tese (as análises do tempo de 1929 à 1936 e as suas possíveis relações com as *PU*). O modo como contornarei essa dificuldade (dada a importância dos objetos simples para a plena determinação do sentido) será através da adoção de um viés assumidamente *anacrônico* – no qual poderemos interpretar os objetos simples à luz das análises fenomenológicas iniciadas em 1929. Tal viés, embora talvez insuficiente enquanto análise do *Tractatus* (tarefa esta que se encontra fora dos limites desse livro), se prestará ao propósito aqui almejado de mostrar a importância do postulado tractariano da plena determinação do sentido para o projeto fenomenológico de 1929.

³⁹ Wittgenstein, 1929.

⁴⁰ SRLF, p. 162 (“Now we can only substitute a clear symbolism for the unprecise one by inspecting the phenomena which we want to describe, thus trying to understand their logical multiplicity. That is to say, we can only arrive at a correct analysis by, what might be called, the logical investigation of the phenomena themselves, i.e., in a certain sense *a posteriori*, and not by conjecturing about *a priori* possibilities”).

forma lógica dos fenômenos como aquilo que fixa a ordem categorial *a priori* que a linguagem deve ter. Esse tratamento fenomenológico do que foi a substância tractariana do mundo é aprofundado no apêndice B do WWK (redigido a partir de conversas com o Círculo de Viena, que ocorreram por volta de 1930), em que Wittgenstein afirma: “[f]enômenos (vivências) são o que proposições elementares descrevem”.⁴¹ Em semelhante linha de pensamento (e em profunda sintonia com o *Tractatus*), Wittgenstein afirma, também no WWK:

A *forma* das proposições elementares não pode ser especificada *a priori*. / A forma das proposições elementares deve ajustar-se [*sich richten*] à forma dos fenômenos, e isto é algo que não pode ser antevisto.⁴²

Embora a partir fevereiro de 1929 a ideia de proposição elementar perca a sua importância⁴³ (ao pondo de Wittgenstein afirmar que “[o] conceito de uma ‘proposição elementar’ perde agora efetivamente todo o seu significado”⁴⁴) é possível constatar nessas passagens do SRLF e do WWK que o espírito das análises *fenomenológicas* de 1929-1930 é tractariano em origem. A busca por uma linguagem fenomenológica (que será uma das preocupações centrais de Wittgenstein no início de 1929) objetiva cumprir a aplicação da lógica (a análise completa da linguagem) – tarefa esta que se situava para além dos limites do TLP, uma vez que não podia ser antevista através de conjecturas sobre as condições de possibilidade do sentido.

Mas o que significa tomar os fenômenos como aquilo ao qual a forma das proposições elementares deve ajustar-se? De que maneira uma investigação lógica dos fenômenos eles mesmos nos possibilitaria substituir um simbolismo não preciso por um perspicuo? As respostas a essas indagações só serão possíveis a partir da correta compreensão do estatuto que o *fenômeno* tem para Wittgenstein.

Um erro interpretativo que colocaria em risco o entendimento de toda a filosofia intermediária de Wittgenstein seria conceber o fenômeno como algo situado a meio caminho entre a mente (de um sujeito) e a realidade em si. O fenômeno, nesse caso, seria concebido como uma imagem mais ou menos fiel da realidade (escondida para além de nossos limites da cognição e do entendimento). Mas essa forma de “idealismo”

⁴¹ WWK, p. 249 (“Was die Elementarsätze beschreiben, sind die Phänomene (die Erlebnisse)”).

⁴² WWK, p. 249. (Grifo do autor). (“Die *Form* der Elementarsätze läßt sich nicht a priori angeben. / Die Forme der Elementarsätze muß sich nach der Form des Phänomene richten, und diese können wir nicht vorhersehen”).

⁴³ Cf. MS 106, p. 61. (“Es gibt dann nicht unendlich viele sondern keine Elementarsätze”).

⁴⁴ MS 108, p. 52 / PB, §83. (“Der Begriff des “Elementarsatzes” verliert jetzt überhaupt seine frühere Bedeutung.”).

(ou "fenomenalismo") seria completamente antagônica à posição de Wittgenstein – como se pode notar desde o TLP. A tese tractariana de que o mundo e a vida são um só (de tal modo que “eu” sou o meu mundo⁴⁵) parece inicialmente tencionar a favor de tal vertente idealista. Mas Wittgenstein opera uma radicalização do caráter idealista dessa forma de solipsismo, até o seu ponto de ruptura, no qual o mundo que aparece coordenado ao *sujeito* recobra toda a sua objetividade, coincidindo com o mais puro realismo. O mundo do sujeito solipsista (no *Tractatus*) coincide com o mais puro realismo, pois “[o] eu do solipsista reduz-se a um ponto sem extensão e resta a realidade coordenada a ele”.⁴⁶ Caso adotemos o viés retrospectivo (assumidamente anacrônico), no qual atribuímos um estatuto fenomenológico ao mundo do TLP, poder-se-ia dizer que o mundo fenomênico de 1929 também deve coadunar-se com o mais puro realismo, pois a realidade seria um puro fenômeno sem sujeito (resultado da radicalização do solipsismo – que faz do sujeito “um ponto sem extensão”). Esse caráter fenomenológico do mundo tractariano (aqui anacronicamente relacionado ao mundo de 1929) pode ser exemplificado pelo modo como o autor o concebe em relação a esse sujeito *inexistente*:

Se eu escrevesse um livro *O Mundo tal como o Encontro*, nele teria que incluir um relato sobre meu corpo, e dizer quais os membros se submetem à minha vontade e quais não, etc. – este é bem um método para isolar o sujeito, ou melhor, para mostrar que, num sentido importante, não há sujeito algum: só dele *não* se poderia falar nesse livro.⁴⁷

Nesse caso, a descrição completa do mundo “*tal como o Encontro*” mostraria que não há sujeito algum e o mundo seria a totalidade dos estados de coisas que aparecem coordenados a esse sujeito inexistente (visto que fora do mundo).

Esse desaparecimento do sujeito é algo que será central à ideia de fenômeno em 1929-1930, pois a remissão a um sujeito seria uma maneira de priorizar (a partir das regularidades do mundo) uma *perspectiva* como *minha*. Tal prioridade seria a inserção de um elemento hipotético/fisicalista, que nos afastaria da realidade tal qual ela nos é imediatamente dada. Para localizar o sujeito é necessário unir (construindo uma regra de conexão – uma *hipótese*) diferentes espaços de possibilidades – como, por exemplo,

⁴⁵ Cf. TLP, 5.62.

⁴⁶ TLP, 5.64. (“Das Ich des Solipsismus schrumpft zum ausdehnungslosen Punkt zusammen, und es bleibt die ihm koordinierte Realität”).

⁴⁷ TLP, 5.631. (Grifo do autor). (“Wenn ich ein Buch schriebe "Die Welt, wie ich sie vorfand", so wäre darin auch über meinen Leib zu berichten und zu sagen, welche Glieder meinem Willen unterstehen und welche nicht, etc., dies ist nämlich eine Methode, das Subjekt zu isolieren, oder vielmehr zu zeigen, daß es in einem wichtigen Sinne kein Subjekt gibt: Von ihm allein nämlich könnte in diesem Buche *nicht* die Rede sein”).

através da relação entre o espaço tátil e o espaço visual. Sobre esse tema, Wittgenstein afirma, nas PB §73:

*Então é a possibilidade de se virar para trás que me leva à ideia de espaço. O espaço resultante em torno de mim é uma mistura do espaço visual e espaço das sensações musculares./ Sem a sensação de poder ‘virar para trás’, minha ideia de espaço seria essencialmente outra. / Então, um olho destacado, imóvel, não teria a ideia de um espaço ao seu redor.*⁴⁸

A localização privilegiada de um ponto do espaço (que seria *em torno de mim*, onde *me* encontro – permitindo a localização de um *eu*) ocorreria por meio da construção de um espaço através da união hipotética, que se vale das regularidades entre visão e sensação. Sem essa junção hipotética (contingente), constataríamos, como afirma o autor, que “[n]o espaço visual não há um olho pertencendo a mim e olhos pertencendo a outros”⁴⁹. Haveria apenas o puro fenômeno sem sujeito, expurgado de toda e qualquer relação contingente com os diferentes espaços de possibilidades.

Podemos concluir, a partir desses paralelos traços entre o TLP e 1929-1930, que uma descrição fenomenológica deve necessariamente *não* se remeter a um sujeito, como ponto de fuga ao qual a realidade aparece coordenada (diferentemente do que suporia um viés fenomenalista, que concede aos fenômenos o estatuto de *sense-data* de um *sujeito*). Além disso, uma descrição fenomenológica deveria poder descrever cada espaço de possibilidade, de modo independente dos demais espaços (visto que essa junção seria contingente) e sem o recurso a qualquer elemento hipotético (que se vale das regularidades empíricas).

Outro ponto crucial à compreensão da relação entre a "investigação lógica dos fenômenos eles mesmos" e a análise completa da linguagem é que, assim como, no TLP, os objetos materiais/físicos são a efetivação de possibilidades inscritas no espaço lógico, os fenômenos, em 1929-1930, serão a efetivação de possibilidades inscritas nos espaços de possibilidades. Semelhantemente ao TLP, para Wittgenstein, em 1929-1930, a experiência imediata será concebida como a efetivação de possibilidades inscritas de forma eterna e imutável na estrutura *a priori* dos espaços de possibilidades (visual, tátil, auditivo etc.). Wittgenstein compreende, nesse período (à semelhança de Heinrich

⁴⁸ PB, §73. (Grifos do autor). (“Also ist es die Möglichkeit des Michumdrehens, die mir zu jener Raumvorstellung verhilft. Der resultierende Raum um mich herum ist also ein gemischter Sehraum und Muskelgefühlsraum. / Ohne das Gefühl der Fähigkeit, "mich umzudrehen" wäre meine Raumvorstellung eine wesentlich andere. / So hätte das freisitzende, unbewegliche Auge nicht die Vorstellung eines es umgebenden Raumes”).

⁴⁹ PB, §73. (Grifos do autor). (“Im Gesichtsraum ist nicht ein Auge, welches mir gehört, und Augen, die anderen gehören”).

Hertz, Helmholtz e Boltzmann – como mostra David Hyder), a realidade como composta por diferentes estruturas, que fixam a multiplicidade lógica (*manifold*) de cada âmbito da experiência imediata.⁵⁰ Essas diferentes estruturas serão os diferentes espaços de possibilidades (tátil, auditivo, visual etc.).⁵¹ Essas estruturas determinariam o horizonte intencional da linguagem, tal qual o espaço lógico no TLP - salvo a principal distinção que, em 1929, as proposições da linguagem completamente analisada não mais seriam logicamente independentes, mas parte de um *sistema de proposições*, cujas possibilidades serão fixadas pela forma *a priori* destes espaços de possibilidades. (Xxx colocar referência).

O que torna central o projeto de *construção da linguagem fenomenológica* (ao qual Wittgenstein se dedica no início de 1929) é que essa estrutura *a priori* não pode ser representada (visto que necessária) e nem pode ser justificada por referência à realidade. Como afirma Wittgenstein: “[c]onvenções gramaticais não podem ser justificadas descrevendo o que é representado. Uma tal descrição já pressupõe a regra gramatical”.⁵² Ou seja, não é possível *justificar* a forma e a multiplicidade lógica da linguagem (as convenções de nosso simbolismo - sua sintaxe) descrevendo o que é representado, pois tal descrição já pressuporia o isomorfismo entre a linguagem e o fenômeno descrito. Em outros termos: a linguagem não pode *dizer* a forma lógica da realidade fenomênica, ela apenas pode *mostrá-la* através da construção de uma notação que permita descrever a realidade de forma plenamente determinada (não hipotética). Ao se construir uma simbolismo que pudesse descrever a realidade fenomênica (cada um dos seus espaços de possibilidade) de forma completa, mostrar-se-ia neste simbolismo perspicuo a gramática subjacente a todo e qualquer modo de apresentação da realidade.

É essa ideia, de que a multiplicidade lógica dos fenômenos fixa a ordem categorial *a priori* que toda e qualquer linguagem tem, que Wittgenstein expressa na afirmação de fevereiro de 1929 (que poderemos tomar como um *motto* que percorre todo o seu período fenomenológico):

⁵⁰ Essas estruturas eram concebidas por Heinrich Hertz como uma *terra-de-ninguém* (*Grenzstreif / no-man's-land*) – pois tal âmbito não seria nem subjetivo, nem objetivo (em sentido físico). Cf. Hertz, H., „Zum 31. August 1891“. In: H. Hertz. *Schriften vermischten Inhalts. Gesammelte Werke*. vol. I. ed. P. Lenard. Leipzig: Barth. 1 895, pp. 364-65. (Citado por Hyder, 2002, p. 154-155). Porém, Wittgenstein certamente não teria (em 1929) apreço pela distinção traçada por Hertz entre um mundo interno (da consciência) e um mundo externo (das coisas reais) – que parece sinalizar o caráter neo-kantiano da posição de Hertz.

⁵¹ Cf. Hyder, 2002, p. 155-156.

⁵² MS 108, p. 104 / PB, §7b (de 4 de março de 1930). (“Die Konventionen der Grammatik lassen sich nicht durch eine Beschreibung des Dargestellten rechtfertigen. Jede solche Beschreibung setzt schon die Regeln der Grammatik voraus”).

A fenomenologia apenas estabelece as possibilidades. Assim, a fenomenologia é a gramática da descrição dos fatos sobre os quais a física constrói suas teorias.⁵³

A fenomenologia visa estabelecer as possibilidades (a forma e a multiplicidade lógica) da realidade. Com isso, ela explicitaria a sintaxe lógica (a gramática) subjacente a toda e qualquer descrição do mundo. Isso torna evidente que a relação entre a fenomenologia e a física será de natureza *gramatical*. A física constrói suas teorias (seus modos de apresentação da realidade) sobre os fatos do mundo, cujas possibilidades são mostradas pela fenomenologia.

Essa relação entre fenomenologia e física será uma contraposição central no período intermediário. Ela articula e distingue aquilo que Wittgenstein chama de “sistema primário” (“*ersten System*”) (a realidade fenomenológica) e “sistema secundário” (“*zweiten System*”) (os modos de apresentação fisicalista da realidade).⁵⁴ O tema central desta tese (o estudo das análises de Wittgenstein sobre o tempo e a memória) parte da compreensão do modo como o tempo se distingue e se articula nesses dois sistemas. Mas, antes de nos atermos ao estudo da contraposição entre o *tempo fenomenológico* e o *tempo físico*, é necessário abordarmos (mesmo que apenas superficialmente)⁵⁵ a distinção entre *linguagem fenomenológica* e *linguagem fisicalista*.

A contraposição entre linguagem fenomenológica e fisicalista não será de ordem *semântica* ou *ontológica*,⁵⁶ mas a contraposição entre um simbolismo completamente perspicuo (a linguagem fenomenológica) e um simbolismo que não explicita plenamente o seu sentido (as linguagens fisicalistas – e devemos incluir aqui a linguagem ordinária, que é fisicalista, visto que fala de objetos físicos). Wittgenstein expressa tal concepção no seguinte trecho do MS 105:

⁵³ MS 105, p. 5 / PB, §1e. (“Die Phänomenologie stellt nur die Möglichkeiten fest. Dann wäre also die Phänomenologie die Grammatik der Beschreibung derjenigen Tatsachen, auf denen die Physik ihre Theorien aufbaut”). O texto em alemão sugere, através do uso do dativo plural “*denen*” (no trecho “*auf denen die Physik ihre Theorien aufbaut*”), que a física constrói suas teorias sobre os “fatos”, pois “*derjenigen Tatsachen*” seria o único plural ao qual o pronome relativo poderia se referir.

⁵⁴ Cf. MS, 105, p. 84 / MS 106, p. 206 / PB, §§58, 68, 139.

⁵⁵ O aprofundamento dessa distinção será feito ao longo dos capítulos 2 e 3. O estudo da linguagem fenomenológica (e das razões temporais que vetam a sua possibilidade) será o objeto do capítulo 2. O modo como Wittgenstein concebe as linguagens fisicalistas receberá um tratamento detido no capítulo 3 (no qual estudaremos o caráter temporal da noção de hipótese, que ganha proeminência após a constatação de que a linguagem deve necessariamente fluir no tempo homogêneo da física).

⁵⁶ Esse equívoco é cometido, por exemplo, por Jakko Hinitkka (como analisaremos detidamente na seção 2.2.1).

Não esqueçamos que a linguagem fisicalista descreve também o mundo primário e não algo como um mundo hipotético. A hipótese é apenas uma conjectura sobre o modo mais [prático | correto (?)] de apresentação.⁵⁷

Do ponto de vista ontológico, há apenas *um* mundo (o mundo primário – dos fenômenos) e a linguagem fisicalista será somente um modo de apresentação mais prático/econômico da realidade (em vez de ser um modo de descrição completamente perspicuo dos fenômenos). Como veremos no capítulo 3, as hipótese permitem a construção de uma linguagem mais prática/econômica, pois, uma multiplicidade de fenômenos (cuja descrição perspicua seria enormemente complicada) pode ser subsumida através da hipótese (que é uma regra de conexão de fenômenos) e significada por meio de uma única palavra (que serão os chamados "objetos físicos").⁵⁸ O que é importante termos em mente, aos propósitos desta seção, é que a distinção entre linguagem fenomenológica e fisicalista perfaz, em 1929, a distinção tractariana entre linguagem completamente analisada e linguagem ordinária – no sentido de que a primeira *mostra* em seu simbolismo a forma lógica que a segunda não revela.⁵⁹

É a maneira como Wittgenstein situa a estrutura *a priori* da realidade fenomênica como aquilo que fixa a ordem categorial da realidade que tornará o tempo um tema privilegiado, pois, como Wittgenstein constata já no início de 1929 (no MS 105), não parece ser possível descrever o fenômeno sem fazer uma alusão ao tempo. Tomando como caso paradigmático as sentenças espaciais, afirma Wittgenstein: “[p]arece-me uma peculiar qualidade da sentença espacial que aparentemente não se pode descrever o espaço sem a alusão ao tempo”.⁶⁰ Desse modo, afirma o autor: “[é] de antemão provável que o tempo não entre na consideração do espaço visual de modo suplementar como um penduricalho”.⁶¹ A razão dessa presença não suplementar do tempo é que “(...) uma imagem visual *pode apenas* existir no tempo”.⁶² Até mesmo “(...) dizer que tudo permanece o mesmo já pressupõe o tempo”.⁶³ Essa mesma presença de modo não suplementar do tempo no espaço visual pode ser estendida aos demais

⁵⁷ MS 105, p. 108. (Adendos entre colchetes do autor). (“Vergessen wir nicht daß die physikalische Sprache auch wieder nur die primäre Welt beschreibt und nicht etwa eine hypothetische Welt. Die Hypothese ist nur eine Annahme über die [praktischste| richtige (?)] Art der Darstellung”).

⁵⁸ Cf. WVC, p. 257.

⁵⁹ Cf. TLP 4.002.

⁶⁰ MS 105, p. 11 (de 06 de fevereiro de 1929). (“Es scheint mir eine eigentümliche Eigenschaft der räumlichen Aussagen daß man scheinbar den Raum ohne irgend eine Anspielung auf die Zeit nicht beschreiben kann”).

⁶¹ MS 105, p. 11. (“Es ist eigentlich von vornherein wahrscheinlich daß die Zeit in die Betrachtung des Gesichtsraumes nicht nachträglich als ein Anhängsel eintreten kann”).

⁶² MS 106, p. 55 / PB, §88. (Grifo do autor). (“(...) ein Gesichtsbild *kann nur* in der Zeit existieren”).

⁶³ MS 105, p. 72. (“Aber schon zu sagen alles bleibt gleich setzt die Zeit voraus”).

espaços de possibilidade da experiência imediata. A consequência disto ao projeto de construção da linguagem fenomenológica é que uma linguagem que seja isomórfica à realidade deverá partilhar também a forma lógica *temporal* desta realidade.

Para compreendermos porque a explicitação na linguagem fenomenológica da forma lógica temporal da realidade não será possível (ponto este que vetará a possibilidade de uma linguagem fenomenológica) é necessário compreendermos as categorias básicas das análises do tempo – em especial: a distinção entre o tempo primário (fenomenológico) e o tempo secundário (fiscalista). O entendimento do estatuto temporal do tempo primário também nos permitirá localizar o papel central que a memória terá no sistema primário. A partir deste papel, poderemos extrair consequências semânticas e epistemológicas, que esclarecerão os diferentes estatutos que Wittgenstein atribui à memória como *fonte*.

1.1.3. A distinção entre tempo primário e tempo secundário

Uma importante via de acesso às análises de Wittgenstein sobre o tempo é a metáfora na qual o autor distingue e relaciona o tempo da linguagem fenomenológica ao tempo das linguagens fiscalistas, através da relação entre um projetor de filme e a tela do cinema. Essa metáfora terá um papel central em 1929 (nas PB), reaparece em 1932 (no BT e nas *Lectures 30-32*) e, em 1936 (nas LSD), Wittgenstein a usará para expressar uma das primeiras versões do ALP. A importância dessa metáfora pode ser notada em um trecho do MS 112, de novembro de 1931 (presente também no BT), em que o autor afirma:

A maioria dos enigmas que a natureza do tempo parece nos apresentar pode ser entendida examinando uma analogia que, de uma forma ou de outra, subjaz a várias falsas concepções: de um lado, é o que ocorre no projetor através do qual o filme corre, do outro é o que ocorre na tela.⁶⁴

Mas, como de costume, embora essa metáfora tenha um papel central, em momento algum Wittgenstein a expõe de maneira detalhada, articulando seus elementos

⁶⁴ MS 112, 128r / BT, §105, p. 364. (“Die meisten Rätsel, die uns das Wesen der Zeit aufzugeben scheint, kann man durch die Betrachtung einer Analogie verstehen die in einer oder der andern Form den verschiedenen falschen Auffassungen zugrundeliegt: Es ist der Vorgang im Projektionsapparat durch [den] welchen] der Film läuft einerseits und auf der Leinwand andererseits.”). Como veremos adiante, Russell aceita essa mesma metáfora (que ele retira de Bergson), porém concede um estatuto ontológico invertido ao modo como Wittgenstein a interpreta. Assim, teremos um bom exemplo de como essa mesma metáfora estará presente na base do que seria para Wittgenstein uma falsa concepção.

de forma pormenorizada. Nas conversas com o Círculo de Viena, em dezembro de 1929, Wittgenstein a menciona, de modo lacunar, apenas como “(...) um antigo símile”.⁶⁵ Nesse mesmo período de dezembro de 1929, no MS 108, Wittgenstein redige as considerações sobre a metáfora e o tempo, que estão presentes nas PB.

Nas conversas com O. K. Bouwsma, em 1949, o autor se refere a ela como “a imagem da lâmpada do cinema”⁶⁶ e explicita o contexto em que a concebeu. Segundo consta, Wittgenstein concebeu a metáfora em meio a uma conversa sobre o *cogito* cartesiano com Gotlob Frege, em 1911.⁶⁷ O autor explicita a relação entre metáfora e Descartes, no dia 7 de agosto de 1949, na qual, após Bouwsma introduzir o *cogito*, Wittgenstein expõe aquilo que lhe parece ser o que levou Descartes ao *cogito*:

Eu sempre penso isso como o cinema. Você vê diante de si a imagem na tela, mas atrás de você está o projetor, e ele tem um rolo aqui desse lado de onde ele está desenrolando [o filme] e um outro daquele lado para onde ele o está enrolando. O presente é a imagem que está diante da luz, mas o futuro ainda está no rolo a ser passado, e o passado está naquele rolo. Isso já passou. Agora imagine que tem apenas o presente. Não há um rolo futuro e nem rolo passado. E agora imagine ainda que linguagem poderia haver nessa situação. Poder-se-ia apenas dizer. Isto!⁶⁸

A parte final desta citação só será aqui analisada ao abordarmos o uso dessa metáfora em 1936, onde o ponto de confluência entre a crítica (pelo viés do tempo) à fenomenologia e à concepção de Russell do “isto” como único nome próprio genuíno ficará evidente. Nesta seção, visamos apenas compreender a distinção entre os dois tempos, explicitando de maneira mais profunda suas diferenças e como se relacionam.

No MS 105 (PB, §51), Wittgenstein expressa de forma mais detida as ideias acima citadas:

Se eu comparo os fatos do primeiro sistema com as imagens na tela [do cinema] e os fatos do segundo sistema com as imagens no filme, no filme há uma imagem presente e imagens passadas e futuras. Mas na tela há apenas o presente./ O que há de característico nessa comparação é que, nela, eu vejo o futuro como pré-formado./ Faz sentido dizer que os eventos futuros estão pré-formados se pertence à *essência* do tempo o não se interromper. Pois então

⁶⁵ Cf. WVC, 1979, p. 50.

⁶⁶ Bouwsma, 1986, p. 10 (“*the figure of the cinema lamp*”).

⁶⁷ Cf. Bouwsma, 1986, p. 10.

⁶⁸ Bouwsma, 1986, p. 13. (“I always think of it as like the cinema. You see before you the Picture on the screen, but behind you is the operator, and He has a roll here on this side from which He is winding and another on that side into which He is winding. The present is the picture which is before the light, but the future is still on this roll to pass, and the past is on that roll. It’s gone already. Now imagine that there is only the present. There is no future roll, and no past roll. And now further imagine what language there could be in such a situation. One could just gape. This!”).

podemos dizer: algo vai ocorrer, apenas não sabemos o quê. E no mundo da física podemos dizê-lo.⁶⁹

O tempo primário (fenomenológico) é aqui representado como o constante presente da tela do cinema. Por sua vez, o tempo secundário (dos “fatos da física”) é representado pelo filme, em que “há uma imagem presente e imagens passadas e futuras”. Uma grande assimetria é expressa por Wittgenstein logo na sequência, em que afirma que o traço característico da comparação é que nela “eu vejo o futuro como pré-formado”. O cerne da citação é a ideia de que o caráter pré-formado do futuro será algo que pertence à essência do tempo *físico* (sinalizando uma importante diferença para com o tempo primário, pois, para Wittgenstein, “[n]esse tempo não há futuro”⁷⁰).

Ao aproximar o tempo primário (fenomenológico) da tela do cinema, Wittgenstein expressa uma de suas características centrais. O tempo primário será um *constante presente*: “na tela há apenas o presente”. Podemos compreender essa exclusividade (*ontológica*) do presente no mundo fenomênico retrazendo-a ao modo como o solipsismo do TLP assumirá, em 1929, um aspecto temporal, na forma de um *solipsismo instantaneísta*. Para Wittgenstein, no TLP, a verdade do solipsismo se mostrava na identidade entre os limites da linguagem e os limites do *meu* mundo. O mundo é o mundo do “sujeito” que, nos limites do mundo, reduz-se a um ponto sem extensão. Em 1929, Wittgenstein, ao tentar levar a construção de uma linguagem isomórfica ao mundo, constata o caráter temporalmente imediato desse mundo, que se apresenta a esse sujeito “inexistente”. O mundo não é apenas o *meu* mundo (como no TLP), mas é o mundo que me é dado *agora*. Como afirma o autor:

A proposição que apenas a experiência presente tem realidade parece conter a última consequência do solipsismo. E em um sentido é assim; apenas o que isto pode dizer leva a tão pouco quanto o que pode ser dito pelo solipsismo. – Pois o que pertence à essência do mundo simplesmente não pode ser *dito*.⁷¹

⁶⁹ MS 105, p. 84-86 / PB, §51. (Grifo do autor). (“Wenn ich die Tatsachen des ersten Systems mit den Bildern auf der Leinwand und die Tatsachen im zweiten System mit den Bildern auf dem Filmstreifen vergleiche so gibt es auf dem Filmstreifen ein gegenwärtiges Bild, vergangene und zukünftige Bilder; auf der Leinwand aber ist nur die Gegenwart. / Das eine Charakteristische an diesem Gleichnis ist, daß ich darin die Zukunft als präformiert ansehe. / Es hat einen Sinn zu sagen die zukünftigen Ereignisse seien präformiert wenn es im *Wesen* der Zeit liegt, nicht abzureißen. Denn dann kann man sagen: „Etwas wird geschehen, ich weiß nur nicht, was“. Und in der Welt der Physik kann man das sagen.”)

⁷⁰ Cf. MS 113, p. 125v / BT, §105, p. 365. (“In dieser Zeit gibt es z.B. keine Zukunft”).

⁷¹ MS 108, p. 2 / PB, §54. (Grifo do autor). (“Jener Satz, daß nur die gegenwärtige Erfahrung Realität hat, scheint die letzte Konsequenz des Solipsismus zu enthalten. Und in einem Sinne ist das auch so; nur kann er ebenso wenig sagen wie der Solipsismus. - Denn was zum *Wesen* der Welt gehört, läßt sich eben nicht *sagen*. Und die Philosophie, wenn sie etwas sagen könnte, müßte das *Wesen* der Welt beschreiben.”)

O mais puro realismo do mundo tractariano se expressa, em 1929, na forma de uma exclusividade *ontológica* da “experiência presente” e esse traço instantaneísta do solipsismo é compreendido pelo autor como um aspecto *essencial* do mundo – ou seja, como algo que faz parte de como o mundo é constituído (enquanto realidade fenomênica).⁷²

Essa redução da realidade à experiência presente parece trazer consigo o seguinte problema (abordado pelo autor no início de 1929). Se apenas a experiência presente tem realidade, o passado e o futuro não seriam reais. Essa assimetria ontológica entre as diferentes instâncias do *triunviratum* (presente, passado e futuro) torna o presente da experiência imediata um “presente” *sem concorrentes*. Por essa razão, Wittgenstein caracteriza esse constante presente como *atemporal* (*zeitlos*), pois, como afirma o autor: “(...) ‘presente’ não seria usado aqui para distingui-lo do passado e do futuro. E, assim, seria um epíteto sem sentido”.⁷³ O paradoxo ao qual isso parece nos conduzir é o de que: se a alusão ao tempo é uma peculiar qualidade das sentenças fenomenológicas, mas o mundo fenomenológico é atemporal (um constante presente sem concorrentes), como a necessária alusão ao tempo na linguagem coaduna-se com a atemporalidade do mundo? Ou seja, como indaga Wittgenstein no MS 105: “[s]e o mundo do dado é atemporal [*zeitlos*], como diabos se pode então falar sobre ele”⁷⁴?

A resposta dessa indagação (como veremos no capítulo 2) será negativa, no que diz respeito a uma descrição puramente fenomenológica (não será possível falar de forma não-hipotética do mundo do primário). Porém, essa impossibilidade não decorre (ao menos não diretamente) da atemporalidade da realidade fenomênica, pois, embora ela seja (do ponto de vista ontológico) um constante presente, esse mundo primário será “temporalmente ordenado” (“*zeitlich geordnet*”).⁷⁵ É nessa ordenação temporal do mundo primário que localizaremos o papel ontológico da memória como “*fonte do*

⁷² Mas, embora o autor use o termo “experiência” (na ideia de que “apenas a experiência presente tem realidade”), é premente lembrar que (de acordo com a interpretação aqui sugerida) o desaparecimento do sujeito (nos limites do mundo), tal qual no TLP, ainda se aplica ao período de 1929-1930. Desse modo, a “experiência presente” deve ser pensada como o puro fenômeno, que é um dado *temporalmente imediato* de um sujeito *inexistente* (e jamais como dado sensorial – *sense-data* – de um sujeito, em um determinado momento do tempo). Em ambos os casos (no TLP e em 1929), o que o solipsismo quer significar é inteiramente correto, mas também, em ambos os casos, é algo que não se deixa dizer (por pertencer à essência do mundo) – “apenas se mostra”. (Cf. TLP, 5.62. (“(...) sondern es zeigt sich”).

⁷³ MS 108, p. 4 / PB, §54j. (“(...)”gegenwärtig” hier nicht zum Unterschied von vergangen und zukünftig gebraucht wird. Es ist also ein bedeutungsloses Beiwort”).

⁷⁴ MS 105, p. 96 / PB, §48. (“Wenn die Welt der Daten zeitlos ist, wie kann man überhaupt über sie reden?”).

⁷⁵ Cf. MS 105, p. 86-8.

tempo” (*Quelle der Zeit*).⁷⁶ Retornaremos a esse ponto na seção seguinte, onde analisaremos detidamente os diferentes papéis atribuídos à memória como *fonte* (“*Quelle*”).

Em resumo (tendo apenas em vista nesta seção compreendermos a distinção entre tempo primário e secundário), pode-se dizer que a realidade fenomênica nos é dada em um tempo cuja estrutura temporal é a estrutura da memória, pois a *ordem* da memória será a *ordem* de como os eventos nos foram dados de forma sucessiva no constante presente da experiência imediata. Como afirma o autor:

Os dados de nossa memória são ordenados, essa ordem chamamos de “tempo da memória”, em oposição ao tempo físico, a ordem dos eventos no mundo físico.⁷⁷

Nas conversas com o Círculo de Viena, Wittgenstein expressa essa ideia de forma ainda mais enfática:

Minhas memórias são ordenadas. *Tempo é o modo como memórias são ordenadas*. Então, o tempo é dado em conexão imediata com as memórias. Tempo é, por assim dizer, a forma como tenho memórias.⁷⁸

Nestes trechos fica bastante evidente que Wittgenstein concebe a ordem da memória como a ordem do tempo primário (chamado por ele de “tempo da memória” (*Gedächtniszeit*)) e contrapõe essa ordem à ordem (temporal) do mundo físico (do sistema secundário). O que nos demandará certa exegese (na seção seguinte) é compreender como Wittgenstein coaduna de maneira coerente a exclusividade ontológica do presente e o acesso imediato ao passado (visto que o passado primário é o passado da memória), sem que seja vítima da forma de ceticismo do passado que acometeu o pensamento de Russell no *The Analysis of Mind*.⁷⁹ A resposta de Wittgenstein a esse problema cético decorre, em parte, de como, para ele, a memória será “(...) uma determinada parte da estrutura lógica do mundo”.⁸⁰ Aos nossos propósitos nesta seção basta apenas salvuardarmos a ideia de que, no sistema

⁷⁶ Cf. MS 108, p.33 / PB, §49b.

⁷⁷ MS 112, p. 131r / TS 211, p. 535 / TS 212, p. 1362 / BT, §105, p. 364. (“Die Daten unseres Gedächtnisses sind geordnet; diese Ordnung nennen wir Gedächtniszeit, im Gegensatz zur physikalischen Zeit, der Ordnung der Ereignisse in der physikalischen Welt”).

⁷⁸ WVC, p. 98. (My memories are ordered. *Time is the way memories are ordered*. Thus time is given in immediate connection with memories. Time is, as it were, the form in which I have memories). (Grifos do autor).

⁷⁹ Cf. AoM, p. 94 (“Não há impossibilidade lógica na hipótese de que o mundo tenha se originado [*sprang in to existence*] cinco minutos atrás, exatamente como ele estava, com uma população que ‘relembra’ um passado totalmente irreal”). (Analisaremos este trecho mais adiante).

⁸⁰ BT §102, p. 351 / MS 110, pp. 9-10. (“(...) einen bestimmten Teil der logischen Struktur unserer Welt”).

primário, a estrutura temporal da realidade fenomenológica terá uma dupla característica: *i*) ela será um constante presente, ao mesmo passo que será *ii*) um fluxo que possui uma ordem interna. Essa ordem de como os eventos nos foram temporalmente dados na experiência imediata será a maneira como a memória ordena as vivências através da relação de *antes e depois*.

O tempo secundário (físico), por sua vez, será uma *construção* a partir da ordem temporal da realidade primária. Como afirma Wittgenstein no MS 105:

Mas pode-se também dizer que o fato de que, a partir desses dados presentes, eu *posso* construir um segundo sistema temporal diz algo sobre o primeiro sistema e o que isso diz eu expressei nessas palavras: *o primeiro sistema é temporalmente ordenado*. Apenas não se pode esquecer que esta ordem temporal se revela inteiramente diferente daquela do segundo sistema.⁸¹

O cerne da distinção entre o tempo primário e o secundário é que as relações transitivas, assimétricas e não-reflexivas de *antes e depois* (de como os eventos nos são temporalmente ordenados pela memória) serão representadas no tempo secundário (físico) por meio de relações *espaciais* transitivas, assimétricas e não-reflexivas (por exemplo, “a direita de...”, “a esquerda de...”). Nesse caso (no tempo físico), como dirá Wittgenstein, “(...) traduzo as relações temporais em espaciais”.⁸² Essa espacialização é caracterizada pela metáfora do projetor, através da maneira como os fotogramas estão ordenados de forma espacial ao longo do filme (que representa a *linha* do tempo físico). Assim, no tempo físico, a ordem temporal *sucessiva* (de como os eventos nos foram dados de forma dinâmica (em um *fluxo presente*), no tempo primário) é representada de forma *sincrônica*. Ou seja, na construção do tempo físico, a partir da ordem temporal primária (da memória), transforma-se as relações temporais *dinâmicas* de antes e depois em relações *estáticas* espaciais.

Ramsey (em seu manuscrito sobre o tempo, de tom wittgensteiniano, redigido, provavelmente, em 1928-1929 – época em que se encontrava frequentemente com Wittgenstein) aborda um grave problema da *espacialização* operada na construção do tempo físico (que nos permitirá notar um importante elemento da metáfora do projetor). Segundo Ramsey, a representação espacial, que constitui o tempo físico, leva a uma *subtração* da qualidade temporal da série dos eventos, pois, transforma-se uma relação

⁸¹ MS 105, p. 86-8. (Grifos meus). (“Man kann aber auch sagen daß ich aus diesen gegenwärtigen Data ein zeitliches 2. System konstruieren kann sagt etwas über das 1. System aus und was es aussagt drücke ich in den Worten aus: Das erste System ist zeitlich geordnet. — Nur darf man nicht vergessen daß diese zeitliche Ordnung ganz anders aussieht als die im 2. System”).

⁸² BT, §102, p. 353. (“(...) die zeitlichen Beziehungen in räumliche übersetze”).

dinâmica temporal em uma relação *estática* espacial.⁸³ Essa subtração exigirá que a qualidade temporal seja reintroduzida, para que a representação espacial possa ser uma série temporal. Segundo Ramsey:

(...) apenas quando a série temporal é substituída na imaginação por uma série espacial, tentamos restituir a sua qualidade temporal introduzindo a presentidade [*presentness*] de fora. Isso não é dizer que não possamos legitimamente representar a série temporal por uma espacial, desde que estejamos preparados a conceder que (por exemplo) “a esquerda de” represente por convenção “antes de” e não tencione simultaneamente uma realização imaginativa da relação temporal.⁸⁴

Neste trecho, Ramsey claramente concebe o tempo espacializado como uma substituição na imaginação das relações temporais de “antes de” por relações espaciais de “a esquerda de”. Essa substituição não perderia a sua legitimidade, desde que não se perca de vista que a simultaneidade das relações espaciais seja uma representação por convenção das relações temporais. O perigo presente nessa espacialização é que torna as relações temporais em relações estáticas espaciais, exigindo que, de algum modo, a qualidade temporal seja novamente introduzida, para que a série espacial seja temporal.⁸⁵ Ramsey descreve o modo como a qualidade temporal é restituída da seguinte forma: “(...) somos inclinados a imaginar cada evento estendido diante de nós sendo iluminado um de cada vez pela lente da lanterna do presente”.⁸⁶

Embora em Wittgenstein não encontremos sinais da ideia de que a imaginação tenha algum papel na espacialização physicalista do tempo, podemos encontrar a ideia da introdução da *presentidade* “de fora” (de modo bastante engenhoso) na metáfora do projetor – na ideia de que é a aplicação dinâmica da linha do tempo (o filme) à lâmpada do projetor (ao presente), que a torna o tempo físico uma série temporal. É essa aplicação que torna a série de eventos na representação physicalista do tempo (no filme) uma série temporal e determina (no mundo físico) o que é passado, presente ou futuro (pois essa série temporal secundária, por si só, não traz essa determinação). Na série

⁸³ Cf. Ramsey, 2006, p.158.

⁸⁴ Ramsey, 2006, p.158. (“(...) only when the temporal series is replaced in imagination by a spatial series, do we try to restore its temporal quality by introducing presentness from outside. This is not to say that we cannot legitimately represent a temporal series by a spatial one, provided we are prepared to keep to it to allow (say) [“] to the left of [”] to stand by convention for [“] before [”] and not attempt simultaneously an imaginative realisation of the temporal relationship.”).

⁸⁵ Segundo Ramsey, é essa reintrodução de fora da temporalidade, na série que representa as relações temporais espacialmente, que levaria ao paradoxo de McTaggart (da irrealidade do tempo), ao misturar e confundir as duas séries temporais (que são diferentes modos de representação do tempo). (Cf. Ramsey, 2006, p. 162).

⁸⁶ Ramsey, 2006, p.157. (“(...) we are apt to imagine each of the events spread out before us being lit up in turn by the bull’s eye lantern of presentness”).

secundária, os eventos apenas existem mantendo entre si (de modo estático) relações espaciais.⁸⁷ É a aplicação de forma dinâmica da representação fiscalista do tempo à luz do presente (da experiência imediata) que determina qual fotograma (no filme) é presente e quais fotogramas são passado e futuro.

Através da espacialização (que é uma representação *sincrônica* dos eventos), o modo de apresentação fiscalista do tempo contrapõe a exclusividade ontológica do presente do mundo primário a uma igualdade ontológica de todos os momentos do *triumviratum* (passado, presente e futuro). Ao tratar a ordem temporal primária de forma sincrônica, o tempo secundário não só representaria os dados da memória de forma sincrônica, mas também os eventos futuros (que não fazem parte do tempo da memória/primário). É esse sincronismo da representação espacializada no tempo físico que instaura a assimetria expressa na metáfora do projetor de que “(...) os eventos [físicos] futuros estão pré-formados”.⁸⁸ Essa pré- formação do futuro não pode ser atribuída ao tempo primário, pois, como dirá Wittgenstein, no MS 113: “[n]esse tempo [no tempo da memória] não há futuro”.⁸⁹ Ou seja (de acordo com a metáfora do projetor), pode-se dizer que na tela (no mundo fenomênico) “(...) não há nenhuma imagem para o que eu farei em uma hora”.⁹⁰ A contraposição é que esse evento seria concebido, na representação espacializada do tempo físico, como pré-formado – de tal modo que atribuiríamos, na gramática fiscalista, uma positividade ontológica a isso que ainda não é (assim como, atribuímos também aos eventos passados, que não mais são).

Porém, não esqueçamos que o tempo físico é apenas uma representação espacializada da ordem temporal da realidade fenomênica. Essa concessão de um mesmo estatuto ontológico para todos os eventos não é uma tese ontológica em sentido forte (de que todos os eventos físicos *existem* ao mesmo tempo), pois o sistema secundário é apenas um *modo de apresentação* do mundo primário. Em outros termos, assim como “(...) a linguagem fiscalista descreve também o mundo primário e não um

⁸⁷ No *The Brown Book* (BrB), o autor traça uma caricatura crítica do perigo presente nessa igualdade ontológica dos eventos ao longo do tempo fiscalista, ao explicitar a *imagem* que estaria em sua base (que, em 1929, poderia ser interpretada como uma confusão entre o estatuto do tempo secundário e o tempo primário). Segundo ele, “(...) imaginamos um reino dos futuros eventos ainda não nascidos, do qual eles viriam para a realidade e passariam ao reino do passado”. Esse reino do passado, por sua vez, seria como “(...) um submundo no qual eles [os eventos] teriam desaparecido da vida real” (BrB, p. 109). (“We could, of course, imagine a realm of the unborn, future events, whence they come into reality and pass into the realm of the past (...”).

⁸⁸ MS 105, p. 84-86 / PB, §51. (Grifo do autor).

⁸⁹ MS 113, p. 125v / BT, §105, p. 365. (“In dieser Zeit gibt es z.B. keine Zukunft”).

⁹⁰ BT, §105, p. 364. (“(...) was ich in einer Stunde tun werde, gibt es ja keine solchen Bilder”).

mundo hipotético”,⁹¹ o tempo secundário é apenas um modo de apresentação da ordem do tempo primário.

1.2. A memória como parte da estrutura lógica do mundo

A memória desempenhará um papel central na filosofia intermediária de Wittgenstein. Esse local de destaque (principalmente nos anos de 1929-1930) pode ser notado no modo como o autor trata o tempo primário como o “tempo da memória” (*Gedächtniszeit*)⁹² e a memória como a “fonte do tempo” (*Quelle der Zeit*).⁹³ Ao longo das próximas seções, exploraremos algumas consequências semânticas e epistemológicas desse papel ontológico concedido à memória como *fonte do tempo*. Para compreendermos como essas consequências se articulam será necessário o entendimento de vários elementos presentes nas passagens de Wittgenstein sobre a memória, no período em questão:

- i) a memória como percepção contínua, que institui a relação de antes e depois dos fenômenos (a memória como *fonte do tempo*)
- ii) o modo como a relação de antes e depois dos fenômenos é, ao mesmo tempo, a ordem da memória e a ordem temporal primária (o colapso entre passado e memória)
- iii) a impossibilidade de uma distinção entre ser e parecer ser dos dados da memória (não só da *ordem*, mas também do *conteúdo* da memória)
- iv) consequências semânticas da inexistência de uma distinção entre ser e parecer ser (a memória como *fonte da identidade*)
- v) consequências epistemológicas dessa mesma indistinção (a memória como *fonte do conhecimento*)

A importância dessas análises sobre a memória é que as utilizarei como uma chave de leitura para o entendimento do desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein e para a contraposição entre o período fenomenológico e o ALP. Argumentarei que o

⁹¹ MS 105, p. 108.

⁹² Cf. MS 112, p. 131r / TS 211, p. 535 / TS 212, p. 1362 / BT, §105, p. 364.

⁹³ Cf. MS 108, p.33 / PB, §49b.

ALP poderá ser tomado com a recusa direta do estatuto concedido à memória em 1929-1930 (em especial, das consequências semântica e epistemológica desse estatuto).

O percurso aqui trilhado, da análise dos diferentes papéis da memória como fonte, culminará com a compreensão da crítica de Wittgenstein a Russell, no que tange ao problema russelliano do ceticismo do passado. Também explorarei a distinção (central a esta tese) entre memória em sentido fenomenológico e a memória em sentido físico. Para facilitar o manejo dessas ideias, será aqui utilizada a seguinte nomenclatura (que *não é* de Wittgenstein): a memória em sentido fenomenológico (como a *fonte do tempo*) denominarei de “memória primária” e a memória em sentido fisicalista (como a imagem de um evento físico) de “memória secundária”.⁹⁴

1.2.1. A memória como fonte do tempo

Nosso ponto de partida será o estudo de algumas passagens nas quais Wittgenstein trata a memória como a experiência que fundamenta o conceito de tempo. A compreensão dessa experiência nos permitirá determinar em que sentido a memória desempenha o papel ontológico de *fonte do tempo* e como isso se relaciona com a ordem temporal primária.

Na página 98 do MS 105, Wittgenstein levanta a seguinte indagação: “[q]ue experiência fundamenta o conceito de tempo, a admissão [*Annahme*] de um tempo?”.⁹⁵ Na resposta a essa indagação, ele explicita o sentido no qual poderemos conceber a memória como a *fonte do tempo* (a experiência sobre a qual repousa o conceito de tempo):

O que se deve responder? – É a memória, se há um presente puntiforme; ou é uma percepção contínua da qual o presente é um ponto final e que se pode chamar num sentido mais amplo também de memória.⁹⁶

⁹⁴ Embora essa terminologia remonte a William James (1918, p. 643), não estou aqui me comprometendo com o sentido atribuído a essas expressões por esse autor. O objetivo aqui é justamente caracterizar o sentido peculiar dado por Wittgenstein às ideias subsumidas através dessas expressões.

⁹⁵ Cf. MS 105, p. 98. (“Welches Erlebnis liegt dem Zeitbegriff, der Annahme einer Zeit, zu Grunde?”).

⁹⁶ MS 105, p. 98. “Es ist die Erinnerung, wenn es eine punktartige Gegenwart gibt; oder es ist eine kontinuierliche Wahrnehmung deren einer Endpunkt die Gegenwart ist und die man in einem weiteren Sinne auch Erinnerung nennen kann”.

O autor trata aqui a memória como a experiência sobre a qual repousa o conceito de tempo e, logo em seguida, oferece um dilema, como uma maneira de qualificar o sentido por ele atribuído a essa memória. Um modo de interpretar esse trecho é tomar o dilema proposto como um falso dilema. A própria ideia de uma memória no caso de um presente puntiforme reduziria essa ponta do dilema ao absurdo. Em um presente puntiforme não há tempo, não podendo haver também passado e memória. Restaria, então, apenas a segunda ponta do dilema - a ideia de “uma percepção contínua no qual o presente é um ponto final e que se pode chamar em um outro sentido também de memória”. Aqui Wittgenstein sugere que a memória (no sentido pelo qual seria a experiência que fundamenta a aceção de tempo) é aquilo que dá continuidade à percepção e que permite situar o presente como ponto final. Por esse viés interpretativo, podemos afirmar que a memória seria condição de possibilidade do tempo, pois, sem a memória (como aquilo que dá continuidade à percepção), não haveria a ideia de um *fluxo temporal*.

No MS 107, Wittgenstein faz um desenho, que ilustra o tempo primário, encabeçado pela seguinte afirmação: “[o] imediato encontra-se em constante fluxo. (Ele efetivamente tem a forma de um fluxo)”.⁹⁷



Esse desenho pode ser tomado como uma alusão ao papel da memória primária como a “percepção contínua” (representado pelas linhas horizontais), que antecede o presente (a linha vertical) e forma o fluxo da experiência imediata. Nesse caso, podemos ver em que sentido a memória seria parte constitutiva da realidade fenomênica, ao ser condição de possibilidade do constante fluxo da experiência, que situa o presente como ponto final do fluxo.

Essa concepção da memória como condição de possibilidade da continuidade da percepção permite compreender as razões que levam Wittgenstein a tomar a memória como *fonte do tempo*, nos trechos em que o tempo primário é concebido como uma *ordem*. No BT §105, Wittgenstein afirma: “[o] tempo não é um espaço de tempo

⁹⁷ Cf. MS 107, p. 159. (“Das Unmittelbare ist in ständigem Fluß begriffen. (Es hat tatsächlich die Form eines Stroms)”).

[Zeitraum], *mas uma ordem!*”⁹⁸ Na página seguinte do BT, ele complementa (em texto já citado):

Os dados de nossa memória são ordenados, essa ordem chamamos de ‘tempo da memória’ [*Gedächtniszeit*], em oposição ao tempo físico, a ordem dos eventos no mundo físico.⁹⁹

A relação entre o tratamento da memória como percepção contínua e o tempo da memória como uma ordem estaria no modo como é a continuidade da percepção que possibilita a relação interna entre as vivências dadas, de tal modo que poderíamos dizer que uma vivência veio *antes da outra*. Dito de forma negativa: em um presente puntiforme não haveria a ideia de uma ordem temporal, pois não haveria a relação de continuidade entre diferentes vivências, dadas em diferentes presentes. É a continuidade da percepção que torna possível as relações transitivas, assimétricas e não-reflexivas de *antes e depois*, que constituem a ordem do tempo primário (do tempo da memória). Desse modo, visto que o tempo secundário será apenas um modo de apresentação espacializado da ordem temporal primária,¹⁰⁰ a memória seria a fonte de toda e qualquer acepção de tempo.

Uma consequência direta desse papel atribuído à memória, como condição de possibilidade da ordenação temporal, é que ela será a "fonte do conceito de passado". Esse papel da memória é expresso por Wittgenstein de maneira mais direta no MS 107, no qual afirma:

Mas se pode conceber [descrever | o reconhecimento, como a memória, de duas maneiras diferentes: como a fonte dos conceitos de passado e identidade, ou como uma maneira de checar o que é passado e a identidade.¹⁰¹

A memória será a fonte do conceito de passado, pois, se não houvesse a continuidade da percepção, não teríamos, no mundo fenomênico, a ideia ela própria de passado (de um algo que *foi* dado).¹⁰² Sem a memória, o presente seria reduzido a um instante puntiforme, no qual não há tempo, não podendo haver também o conceito de passado. O ponto que nos será importante explorar é que, sendo a memória a fonte do

⁹⁸ BT, §105, p. 363. (Grifos do autor). (“*Die Zeit ist ja nicht ein Zeitraum, sondern eine Ordnung*”).

⁹⁹ MS 112, p. 131r / TS 211, p. 535 / TS 212, p. 1362 / BT, §105, p. 364. (“*Die Daten unseres Gedächtnisses sind geordnet; diese Ordnung nennen wir Gedächtniszeit, im Gegensatz zur physikalischen Zeit, der Ordnung der Ereignisse in der physikalischen Welt*”).

¹⁰⁰ Cf. MS 105, p. 86-8.

¹⁰¹ MS 107, p. 242 / PB, §19. (“*Man kann eben das Wiedererkennen wie das Gedächtnis auf zwei verschiedene Weisen [auffassen] beschreiben: als Quelle des Begriffs der Vergangenheit und Gleichheit oder als Kontrolle dessen was vergangen ist und der Gleichheit*”).

¹⁰² Cf. MS 105, p. 96 / PB, §50. Retornaremos (na seção seguinte) às duas caracterizações da identidade ao abordarmos a memória como fonte da identidade. Posteriormente exploraremos também a memória em sentido fisicalista, no qual ela é apenas "uma maneira de checar o que é passado".

passado, no mundo fenomênico, passado e memória irão colapsam, de tal modo que "ser passado" significará "nos ser dado pela memória".

Esse colapso pode ser compreendido à luz da relação entre a memória e a exclusividade ontológica do presente. Essa exclusividade é uma decorrência do modo como no solipsismo instantaneísta de 1929 idealismo e realismo convergem (semelhantemente ao solipsismo tractariano). O solipsismo instantaneísta (constitutivo da essência do mundo primário – que abordamos na seção anterior) torna os dados (temporalmente) imediatos do sujeito “inexistente” a realidade. Assim, o mundo de 1929 será um puro fenômeno sem sujeito, dado no *constante fluxo presente* da experiência imediata (que tem como condição de possibilidade o papel ontológico da memória, como *fonte do tempo*). O ponto em questão é que não há um mundo para além dos fenômenos que torne os dados imediatos algo entre a mente (do sujeito) e a realidade em si.¹⁰³ Da mesma forma, não haverá um passado para além do que nos é dado pela memória, de tal modo que a memória fosse apenas um entreposto a meio caminho entre o sujeito e um evento passado (do ponto de vista ontológico, há apenas o presente).¹⁰⁴ O resultado dessa radicalização do solipsismo será o colapso entre *passado* e *memória*, no qual a memória será “(...) uma determinada parte da estrutura lógica do mundo”.¹⁰⁵ Assim, tanto a *ordem* quanto o *conteúdo* da memória serão os critérios únicos que determinam a ordem e o conteúdo dos dados imediatos passados (podendo, assim, a memória desempenhar os papéis de fonte do conhecimento e da identidade - como veremos a seguir).

1.2.2. A memória como fonte da identidade

O papel atribuído por Wittgenstein à memória como *fonte da identidade* poderá ser compreendido como uma consequência *semântica* do papel *ontológico* da memória como fonte do tempo. Aqui não será a memória diretamente nosso objeto de estudo,

¹⁰³ Os objetos físicos serão construções a partir dos fenômenos; como veremos no capítulo 3.

¹⁰⁴ A bipolaridade da memória só será possível ao ser concebida como a representação de um evento físico passado, cuja positividade ontológica no passado (no modo de apresentação fisicalista do tempo) garante a distinção entre a memória e o evento rememorado - veremos isso em detalhe ao longo deste capítulo.

¹⁰⁵ Cf. BT §102, p. 351 / MS 110, pp. 9-10.

mas o *reconhecimento* ("Wiedererkennen").¹⁰⁶ O ponto em questão é que, se, no mundo primário, "ser passado" significa "ser dado pela memória", a determinação, de se um fenômeno já dado é ou não o mesmo que um fenômeno presente, ocorrerá tendo exclusivamente a memória como critério. Ou seja, visto que não há nenhum outro passado que o passado da memória, a memória será a única "corte de apelação" e, desse modo, aquilo que determina o critério de identidade dos fenômenos.¹⁰⁷ Assim, um fenômeno será o mesmo que um fenômeno anteriormente dado *se e somente se* eu o *reconhecer* como o mesmo.

O modo como o autor concebe a memória como a *fonte da identidade* é explicitado no MS 107 (e a importância desse trecho reside no fato de que será o antípoda da seção 258 da PU – do experimento do diário da sensação "S"):

Como eu sei que a cor deste papel, que chamo de "branco", é a mesma que vi aqui ontem? Porque a reconheço; e esse reconhecimento é minha única fonte desse conhecimento [*Quelle für dieses Wissen*]. Nesse caso, 'que é a mesma' significa que eu a reconheço! / Então também não se pode questionar se ela é realmente a mesma ou se eu poderia estar enganado; (se é a mesma e não apenas parece ser).¹⁰⁸

Em um primeiro momento, a resposta de Wittgenstein à indagação que abre o parágrafo parece perder de vista o problema em questão. Ele responde que é possível saber que a cor vista hoje é a mesma de ontem "reconhecendo-a" – como se negligenciasse o fato de que o problema em questão poderia ser glosado da seguinte forma: como posso saber que *realmente reconheço* essa cor, de tal modo que possa saber que ela é a mesma que vi ontem? É no adendo à resposta que a relação entre a identidade dos objetos fenomênicos e o colapso entre passado e memória transparece: "esse reconhecimento é minha *única* fonte de conhecimento aqui". Em outros termos, não há nenhum outro passado que os dados da memória primária, de tal modo que o reconhecimento será *critério de si mesmo* (assim como a rememoração será critério de si mesma – como veremos adiante). Portanto (e de uma maneira completamente antagônica ao que encontraremos nas PU), dado que inexistente aqui uma distinção entre

¹⁰⁶ Cf. MS 107, p. 242 / PB, §19.

¹⁰⁷ Essa caracterização é exatamente o posto do que encontraremos nas PU, §56 (em que Wittgenstein afirma: "[i]sto mostra que nem sempre recorremos ao que a memória nos diz como veredicto da última corte de apelação").

¹⁰⁸ MS 107, p. 236 / PB, §16 (de 14 de janeiro de 1930). (Grifos do autor). ("Wie weiß ich daß die Farbe dieses Papiers die ich „weiß“ nenne dieselbe ist wie die die ich gestern hier gesehen habe? Dadurch daß ich sie wiedererkenne und dieses Wiedererkennen ist meine einzige Quelle für dieses Wissen. Dann bedeutet „daß sie dieselbe ist“ daß ich sie wiedererkenne! / Man kann dann auch nicht fragen ob sie wohl die gleiche ist und ich mich nicht vielleicht täusche; ob sie die gleiche ist und nicht etwa nur scheint").

ser e parecer ser, as afirmações “é a mesma” e “eu a reconheço” se sobrepõem e, para Wittgenstein, *garantem a identidade da cor ao longo do tempo*. A conclusão que poderemos extrair desse trecho citado é que não faz sentido duvidar da identidade dos fenômenos, pois não faz sentido duvidar do que nos é dado pela memória – seja na forma de rememoração, seja na forma de reconhecimento.

Com o intuito de explicitar o papel fundamental que a memória primária desempenha na filosofia de Wittgenstein, no período intermediário, é possível estender esse mesmo raciocínio (presente na citação acima, do MS 107) à totalidade do espaço visual – visto que é um contínuo de cores. A memória primária não só deveria garantir a identidade de *uma* cor ao longo do tempo, mas deveria garantir a identidade de *todas* as cores, que compõem o espaço visual (e não esqueçamos que “(...) uma imagem visual *pode apenas* existir no tempo”¹⁰⁹). Além disso, não faria sentido, por exemplo, dizer que reconhecemos uma cor, mas que agora (no futuro) não nos lembramos de modo completamente exato a sua gradação (uma de suas dimensões de possibilidades); pois isso equivaleria a não saber que cor nos foi dada. Com isso, seria um absurdo para Wittgenstein (em 1929-1930) que uma cor nos fosse dada e que, posteriormente, não lembrássemos sua exata localização no espaço das cores (a sua forma lógica). Ou seja, a identidade dos objetos fenomênicos, dada pelo reconhecimento imediato, deve ser de tal maneira que aquilo que é rememorado traz consigo a sua forma lógica.¹¹⁰

Mas o tema em questão não é o problema *epistemológico* clássico da identidade ao longo do tempo. Aqui não está em questão o problema da garantia da identidade dos objetos, enquanto esses objetos não nos são dados em uma experiência imediata. O problema aqui é uma dificuldade lógica. Caso pensemos em uma notação que descreve o espaço das cores atribuindo a cada ponto três dimensões de possibilidades (luminosidade, tonalidade e saturação), a questão do trecho citado presente no MS 107 (p. 236) é: como sei que a cor que vejo agora é a mesma de outro momento, de tal modo que possa aplicar a essas duas cores a mesma tripla ordenada (determinando essas ocorrências em dois momentos do tempo como o mesmo lugar do espaço das cores)? A estratégia do autor parece ser mostrar que essa questão não tem sentido em termos fenomenológicos – pois o passado é aquilo que é dado de forma imediata pela memória

¹⁰⁹ MS 106, p. 55 / PB, §88. (Grifo do autor). (“(...) ein Gesichtsbild *kann nur* in der Zeit existieren”)

¹¹⁰ Veremos posteriormente como Wittgenstein sustenta essa posição através da ideia de que, ao dizermos que podemos reconhecer uma cor, estaríamos como que na posse de uma *Urbild* (um protótipo lógico), que poderia a qualquer momento ser comparada com a cor, determinando – de forma imediata – a sua identidade (cf. MS 108, p. 59 / PB, §11).

(não podendo haver dúvida acerca dessa correção). Com isso, fica evidente por que não há espaço no período intermediário para algumas das questões centrais da filosofia tardia de Wittgenstein, subsumidas na forma da indagação acerca do que seja “seguir uma regra”. Diante da questão “o que garante que eu saberei aplicar no futuro o nome ‘vermelho?’”, o Wittgenstein intermediário responderia “reconhecendo a cor” – supondo haver uma relação interna entre a cor que é dada no presente e suas ocorrências no passado da memória (determinando a identidade da cor e fixando, de imediato, o seu lugar na gramática das cores).

Essa linha de raciocínio aplicada às cores pode ser estendida à identidade de todos os fenômenos. Tomemos um círculo vermelho sobre um fundo azul como exemplo. A sua localização, o raio e a cor são propriedades internas desse círculo, de tal modo que o círculo não poderia ter uma dessas variáveis alteradas sem deixar de ser o círculo que é.¹¹¹ Do mesmo modo como não faria sentido duvidar se a cor que vejo agora no círculo é ou não a mesma vista em outro momento, sequer também seria possível duvidar se o círculo ocupa ou não a mesma posição, ou se tem o mesmo raio.¹¹² Visto que o reconhecimento é a *fonte da identidade*, ou bem a cor, a posição e raio são reconhecidos como o mesmo, ou não será o mesmo círculo (pois, não há nenhum outro critério para a identidade que a memória). E, dado o colapso entre passado e memória, sequer também seria possível indagar: “mas você *realmente* tem certeza?” O que é importante aos nossos propósitos é apenas notar que o mesmo caráter imediato, da relação entre o reconhecimento da cor (no trecho do MS 107, p. 236) e a atribuição de uma identidade a dados imediatos de diferentes momentos, poderia ser estendido a todos os outros aspectos do mundo fenomênico (e não só no que diz respeito ao espaço visual – mas também à identidade dos sons, dos gostos etc.).

Wittgenstein expressa esse caráter imediato do modo pela qual as propriedades internas dos fenômenos (que determinariam as suas identidades) nos são dadas, no MS 105, onde afirma que:

É certamente possível determinar a identidade de uma posição no campo visual, pois, de outra forma, não seríamos capazes de distinguir se uma mancha sempre permanece no mesmo lugar ou se ela muda seu lugar.¹¹³

¹¹¹ Cf. PB, §§97, 98. Embora Wittgenstein contemple a possibilidade de que, caso vejamos de forma continuada o círculo mudar de posição “diante dos nossos olhos”, poderíamos atribuir a ele o mesmo nome (Cf. PB, §95).

¹¹² Cf. MS 107, pp. 15-16 / PB, §95.

¹¹³ MS 105, pp. 29-31 / PB, §206. (“Es ist offenbar möglich die Identität eines Ortes im Gesichtsfeld festzustellen denn sonst könnte man nicht unterscheiden ob ein Fleck immer im gleichen Ort bleibt oder ob er seinen Ort ändert”).

Na sequencia do texto que compõe as PB, Wittgenstein conclui, ainda na seção 206: “[n]o espaço visual há posição absoluta e com isso movimento absoluto”.¹¹⁴

Embora aqui não haja lugar para uma análise detida das ideia de Wittgenstein sobre o espaço visual (pois tal tema se encontra para além dos limites desta tese), é possível notarmos, do ponto de vista das análises do tempo, como a ideia do estabelecimento da identidade da posição poderia estar relacionada às concepções de Wittgenstein sobre a memória primária.¹¹⁵ No trecho citado do MS 105, Wittgenstein retraza a identidade da posição no campo visual à possibilidade de distinguirmos se uma mancha permanece no mesmo lugar ou se muda. Nesse caso, a relação entre identidade e memória não parece ser tão imediata, pois veríamos, em direta sucessão, a mudança de posição da mancha. Porém, esse caso, no que tange à memória, não difere essencialmente de outro exemplo dado pelo autor, ainda no parágrafo 206, das PB: “[i]maginemos uma mancha que desaparece e reaparece (...)”.¹¹⁶ No caso do desaparecimento da mancha, fica evidente que, ao reaparecer, a posição anterior da mancha nos seria dada apenas pela memória. A resposta oferecida pelo autor é que: “(...) podemos certamente dizer se ela aparece no mesmo lugar ou em outro”.¹¹⁷ Como vimos anteriormente, essa possibilidade de dizer se a mancha aparece no mesmo ou em outro lugar estaria baseada (do ponto de vista das análises *do tempo*) no modo como a identidade da posição seria garantida pelo colapso entre passado e memória. Reconhecer (imediatamente) se ela aparece no mesmo ou em outro lugar seria a *única* fonte de conhecimento para determinar se a mancha aparece no mesmo ou em outro lugar. Por esse viés, a existência da ideia de “posição absoluta” poderia ser interpretada em estreita ligação com o modo pelo qual não poderíamos duvidar se o que nos é dado pela memória primária é ou não o passado e, conseqüentemente, se a posição rememorada da mancha é ou não a mesma (ao longo do tempo).

Uma possível crítica a essa aproximação seria afirmar que a identidade das posições no espaço visual não diz respeito ao colapso entre memória e passado, mas ao fato de que o campo visual seria intrinsecamente estruturado (como o capítulo XX das

¹¹⁴ MS 108, p. 100 / PB, §206. (“Im Gesichtsraum gibt es absolute Lage und daher auch absolute Bewegung”).

¹¹⁵ Sobre o espaço visual ver Soutif 2011.

¹¹⁶ MS 105, p. 31 / PB, §206. (“Denken wir uns einen Fleck, der verschwindet und wieder auftaucht (...)”).

¹¹⁷ MS 105, p. 31 / PB, §206. (“(...) so können wir doch sagen, ob er am gleichen Ort wieder erscheint oder an einem anderen”).

PB parece sugerir). Porém isso não resolve a versão temporal do problema da identidade (que perpassa *todo* o espaço visual, assim como, todos os fenômenos), pois o mesmo problema se colocaria novamente em um outro nível. Como seria possível determinar a identidade dessa estrutura (que tornaria o campo visual intrinsecamente estruturado), como a mesma em diferentes momentos do tempo, sem a fusão das diferentes perspectivas temporais em uma única perspectiva, através da relação interna entre o passado da memória e o presente? Caso essa relação seja completamente cindida, teríamos aqui o fim da identidade em sentido absoluto (e o presente se tornaria um presente puntiforme). A posição de Wittgenstein será o oposto dessa fragmentação da identidade. Ao invés da fragmentação temporal e da perda total da identidade, em Wittgenstein, no que diz respeito aos fenômenos, ocorre a identidade em sentido absoluto – em decorrência do colapso entre memória primária e passado (que transforma a relação entre o presente e o passado em uma relação interna/necessária).

1.2.3. A memória como fonte do conhecimento

A memória como fonte do conhecimento pode ser interpretada como uma consequência *epistemológica* do estatuto *ontológico* concedido à memória como fonte do tempo. Para compreendermos esse papel, é importante, inicialmente, notarmos como o estatuto da memória será diferente no tempo fenomenológico e no tempo físico (quando ela é a memória de um evento físico).

No MS 108, Wittgenstein busca distinguir a memória como *fonte do tempo* e a memória como *imagem de um evento físico* (que abordaremos ao longo desta seção e das seções seguintes). Esses dois modos de apresentação da memória, segundo Wittgenstein “(...) estão em ordem, e são igualmente legítimos, mas não podem ser misturados”.¹¹⁸ Confundir esses modos seria equivalente à confusão (nos termos da metáfora do projetor) entre o filme e a tela, na qual se concede o estatuto da realidade (o sistema primário) a uma mera forma de apresentação da realidade (o sistema secundário).¹¹⁹ No que tange à memória, isso equivaleria à confusão entre a memória

¹¹⁸ Cf. MS 108, p. 33 / PB, §49. (“Beide Ausdrucksweisen sind in Ordnung und gleichberechtigt, aber nicht miteinander vermischbar”).

¹¹⁹ Como notaremos na seção seguinte, este seria o pano de fundo do ceticismo do passado, que acomete a filosofia de Russell, no AoM.

como parte da estrutura lógica da realidade e o tratamento fisicalista da memória, como uma imagem (representação) de um evento físico.

O tratamento fisicalista da memória como *imagem* de um evento físico é descrito por Wittgenstein como uma mera metáfora, semelhante ao caso em que se diz que as representações são “imagens de objetos em nossas mentes”.¹²⁰ Sobre isso, afirma o autor:

Nós apenas usamos uma metáfora e agora a metáfora nos tiraniza. Na linguagem da metáfora, sou incapaz de sair da metáfora. Deve conduzir a contrassenso se você tentar usar a linguagem dessa metáfora para falar de memória como a fonte de nosso conhecimento, como verificação de nossas proposições.¹²¹

O ponto sobre o qual nos dedicaremos nessa seção é a caracterização feita por Wittgenstein, nesse trecho, ao dizer que seria um contrassenso utilizar a linguagem da metáfora (a memória em sentido fisicalista) para falar da memória como “*fonte do nosso conhecimento, como verificação de nossas proposições*”. De acordo com a interpretação aqui sugerida, essa caracterização da memória como fonte do conhecimento (como aquilo que verifica as nossas proposições) pode é atribuída, por Wittgenstein, à memória em sentido primário. É esse papel que concederá à memória um lugar de destaque no projeto de construção da linguagem fenomenológica, pois a memória será o *critério de exatidão* da descrição fenomenológica (daquilo que nos foi dado). Esse ponto nos será extremamente importante ao analisarmos a crítica feita por Wittgenstein, no texto “Linguagem Fenomenal” (PS) (ditado a Waismann), à busca por uma linguagem que descreveria de forma completamente exata a experiência imediata.¹²²

Wittgenstein retoma as ideias presentes no parágrafo 49 das PB em uma conversa com o Círculo de Viena, em que afirma, no dia 25 de dezembro de 1929:

Se eu posso verificar uma especificação temporal – por ex., que tal e tal veio antes que tal e tal – apenas através da memória, ‘tempo’ deve ter um sentido diferente do caso onde eu posso verificar uma tal especificação por outros meios, por ex., lendo um documento, ou perguntando a alguém e assim por diante. (...). Do mesmo modo, deve-se separar a memória como a *fonte* e a memória que pode ser verificada de um modo diferente.¹²³

¹²⁰ Cf. MS 108, p. 33 / PB, §49.

¹²¹ MS 108, p. 33 / PB, §49. (“Wir haben eben ein Gleichnis gebraucht, und nun tyrannisiert uns das Gleichnis. In der Sprache dieses Gleichnisses kann ich mich nicht außerhalb des Gleichnisses bewegen. Es muß zu Unsinn führen, wenn man mit der Sprache dieses Gleichnisses über das Gedächtnis als Quelle unserer Erkenntnis, als Verifikation unserer Sätze, reden will”).

¹²² O PS poderá ser tomado como uma crítica direta à concepção da memória como fonte do conhecimento, sustentada por Wittgenstein em 1929-1930.

¹²³ WVC, p. 53.

Um ponto que abordaremos detidamente no capítulo 2, mas que aqui já é importante que tenhamos em mente (para que possamos compreender o peso dessa citação), é o modo como Wittgenstein articula sentido e verificação, em 1929-1930. Segundo Wittgenstein: “[a] verificação não é uma mera indicação [*Anzeichen*] da verdade, mas é o sentido da proposição. (Einstein: como uma magnitude é mensurada é o que ela é)”.¹²⁴ Essa sobreposição entre o sentido e a verificação decorre da concepção de que: “[a] fim de ter uma ideia do sentido de uma proposição, é necessário o esclarecimento acerca do procedimento que leva à determinação de sua verdade”.¹²⁵ Assim, “o método de verificação (...) é o sentido ele mesmo”.¹²⁶ Em resumo (atendo-se apenas ao que é central aos nossos propósitos nesta seção): saber o sentido de uma proposição é saber o procedimento pelo qual ela é projetada sobre a realidade, possibilitando a determinação de sua verdade ou falsidade.

No trecho citado do WVC (p.53), Wittgenstein claramente expressa a ideia de que há um sentido em que se pode dizer que proposições sobre o passado (por exemplo, “que tal e tal veio antes que tal e tal”) são verificadas “*apenas através da memória*”. Esse papel pode ser atribuído à memória no mundo primário, pois (como visto nas seções anteriores) não há nenhum outro acesso ao passado fenomênico, de tal modo que as proposições fenomênicas sobre o passado têm apenas a memória como aquilo que poderia determinar o seu valor de verdade. Dito de forma ainda mais forte: o passado e o que nos é dado pela memória são uma só e a mesma coisa. Assim, não faz sentido duvidar (tomando aqui o espaço visual como modelo) se na imagem mnemônica cada ponto do espaço visual rememorado é o mesmo ou apenas parece ser. Além disso, essa mesma infalibilidade do *conteúdo* da memória se expressa no que diz respeito à *ordem* (podendo ela, com isso, ser aquilo que verifica uma proposição do tipo “que tal e tal veio antes que tal e tal”). O cerne da questão é que o colapso entre passado e memória primária torna a relação com o passado uma relação interna (lógica/necessária), de tal modo que não faria sentido, no mundo primário, indagar acerca da correção do que nos é dado pela memória – tanto acerca do *conteúdo* quanto da *ordem* dessa rememoração.

Mas isso não diz respeito *apenas* à determinação do valor de verdade das proposições sobre o passado da memória, pois, para Wittgenstein (no período em

¹²⁴ MS 107, p. 143 / PB, §166. (“Die Verifikation ist nicht *ein* bloßes Anzeichen der Wahrheit, sondern *der* Sinn des Satzes. (Einstein: wie eine Größe gemessen wird, das ist sie.)”).

¹²⁵ WVC, p. 244 (Um sich den Sinn eines Satzes zu vergegenwärtigen, muß man sich ds Verfahren klar machen, das zur Feststellung seiner Wahrheit führt.)

¹²⁶ WVC, p. 244(Die Methode der Verifikation ist nicht ein Mittel, ein Vehikel, sondern der Sinn Selbst).

questão), “o método de verificação (...) é o sentido ele mesmo”.¹²⁷ De acordo com a passagem citada do WVC (p.53), Wittgenstein contrapõe a verificação das proposições sobre o passado no caso em que são verificadas *apenas* pela memória e o caso em que são verificadas de outras formas, tendo em vista mostrar que nesses casos o conceito de tempo tem um sentido diferente. No caso em que a verificação das proposições sobre o passado ocorreria apenas através da memória, estaríamos no âmbito do tempo primário (fenomenológico). Quando há a possibilidade de verificar as proposições sobre o passado de outras maneiras, estaríamos no âmbito do tempo físico. Uma importante consequência dessa distinção é que, se “o método de verificação é o sentido ele mesmo”, a proposição que trata do passado no tempo primário terá um sentido diferente da proposição que trata do passado no tempo secundário, pois, os métodos de verificação dessas proposições serão diferentes. A principal diferença é que, no tempo primário, a memória nos dá *o passado* sobre o qual verificamos a verdade ou falsidade das proposições. Já no tempo secundário, embora não parece haver empecilho ao caso em que poderíamos verificar uma proposição recorrendo à memória, não será *apenas* através da memória que a verificação ocorrerá, pois não há uma relação interna/necessária entre o passado e a memória como *imagem* de um evento físico. Ela será apenas “(...) um guardião mais ou menos confiável do que ‘realmente’ aconteceu; e isto era algo que podemos saber de outro modo, um evento físico”.¹²⁸ Nesse caso, é possível conceber a falha da memória, quando os outros métodos de verificação tornam evidentes que a memória em questão é falsa. Ou seja, como dirá o autor no BT: “[s]e falamos sobre lembrar-se de maneira incorreta, memória é apenas *um* dos critérios para determinar que algo no mundo físico aconteceu”.¹²⁹ Em resumo: no tempo primário a memória *é* aquilo que verifica as proposições sobre o passado (o seu *fazedor-de-verdade*), enquanto no tempo secundário as memórias seriam passíveis de verificação. Nesse segundo caso, teríamos que recorrer a outras fontes (“lendo um documento, ou perguntando a alguém e assim por diante”) para determinar o que “realmente” aconteceu.

Wittgenstein retoma essas ideias em um ditado a Waismann, intitulado “Tempo”:

¹²⁷ WVC, p. 244. (“Die Method der Verifikation is nicht ein Mittel, ein Vehikel, sondern der Sinn selbst”).

¹²⁸ MS 108, p. 33 / PB, §49 / BT, §105, p. 363.

¹²⁹ BT, §105, pp. 364-365. (“Denn wir reden von einem Fehlerinnern und das Gedächtnis ist nur *eines* von den Kriterien dafür, daß etwas in der physikalischen Welt geschehen ist”).

Mas se não posso comparar minha memória com o passado, não tem sentido colocar em dúvida ou perguntar se é ou não enganadora.

Se, contudo, outra verificação for admissível – lendo notas, documentos, cartas ou perguntando a outra pessoa etc. – então não se fez algo como confirmar a memória, mas se conferiu à expressão da determinação temporal e, em suma, à palavra “passado”, um outro significado, e, de acordo com esse novo significado, pode ocorrer que duas experiências que eram simultâneas em minha memória devam ser tomadas como não simultâneas. Digo então: elas pareciam ter sido simultâneas, mas não eram – assim como digo: essas duas linhas me parecem ter o mesmo tamanho, mas não têm.¹³⁰

Wittgenstein inicia esse trecho expressando a infalibilidade da memória no mundo primário, pois, nesse caso, a memória não pode ser comparada com o passado – de tal modo que não faz sentido indagar se ela é ou não correta (como visto, no mundo primário há uma exclusividade ontológica do presente). Uma vez que não há uma cisão entre passado e memória, não poderá haver uma distinção entre *ser* e *parecer ser*; de tal modo que pudéssemos indagar se aquilo que é dado pela memória é ou não aquilo que realmente aconteceu. No caso em que uma outra verificação é admissível (por exemplo, pela leitura de notas, documentos cartas ou relatos de terceiros), a memória não terá o papel de *fonte*. Sobre esse outro modo de conceber a memória, alerta Wittgenstein, que a memória seria apenas uma expressão para datar algo (como que dizendo que isso ocorreu no passado) e que o termo “passado” teria aqui um sentido diferente do passado em sentido primário.

A possibilidade de outros meios de verificação das proposições sobre o passado introduz uma cisão entre *ser* e *parecer ser*, que torna a memória (nessa acepção fisicalista de passado) passível de bipolaridade. O exemplo dado por Wittgenstein é que, duas experiências, que me são dadas como simultâneas pela memória, poderiam ser não simultâneas, quando verificadas por um método de verificação, que comprove o erro da memória. Nesse caso, aceitaríamos a distinção entre *ser* e *parecer ser*, no sentido de que diríamos que os eventos nos *parecem* simultâneos, porém, eles não *eram* realmente simultâneos. É justamente essa cisão entre *ser* e *parecer ser* que é inadmissível a Wittgenstein no tratamento da memória (em sentido primário), como fonte do

¹³⁰ VW, pp. 334-336. (“Kann ich aber meine Erinnerung mit der Vergangenheit nicht vergleichen, so hat es auch keinen Sinn, an ihr zu zweifeln oder zu fragen, ob sie nicht trügt. / Lässt man aber eine andere Verifikation zu – etwa das Nachlesen von Aufzeichnungen, Dokumenten, Briefen oder das Befragen anderer Personen und dgl. mehr – so hat man nicht etwa die Erinnerung berechtigt, sondern man hat, dem Ausdruck der Zeitbestimmung und überhaupt dem Wort ‘vergangen’ eine andere Bedeutung gegeben, und in dieser neuen Bedeutung kann es sehr wohl sein, dass zwei Erlebnisse, die in meiner Erinnerung gleichzeitig waren, als ungleichzeitig anzusehen sind. Ich sage dann: Sie schienen mir gleichzeitig zu sein, waren es aber nicht, so wie ich etwa sage: Diese beiden Strecken erscheinen mir gleichlang, sind es aber nicht”).

conhecimento, como verificação de nossas proposições.¹³¹ Como exploraremos a seguir, há uma diferença no estatuto ontológico do passado, nos âmbitos fenomenológico e fisicalista, que torna a memória de um evento *físico* bipolar, pois poderá corresponder ou não ao evento, que subsiste no passado da ordem do tempo físico.

1.3. A crítica de Wittgenstein ao problema ceticismo russelliano do passado

Podemos notar como o tratamento da memória como *fonte* constitui um importante elemento da filosofia de Wittgenstein, em 1929-1930, através da contraposição com o modo como Russell concebe a memória no *The Analysis of Mind* (AoM).¹³² Por esse viés, poderemos traçar a concepção de memória de Wittgenstein como uma linha de resposta à forma de ceticismo do passado ao qual Russell estaria sujeito.

De acordo com Russell:

Não é logicamente necessário para a existência da memória [*memory-belief*] que o evento lembrado tenha ocorrido, ou até mesmo que o passado tenha de todo existido. Não há impossibilidade lógica na hipótese de que o mundo tenha se originado cinco minutos atrás, exatamente como ele estava, com uma população que “relembra” um passado totalmente irreal¹³³.

É a independência lógica concedida por Russell entre a memória (*memory-belief*) e o evento rememorado que torna logicamente possível esta forma radical de ceticismo do passado. Russell é levado a ela por duas principais razões: *i*) o tratamento da memória à semelhança de uma representação (bipolar) do passado e *ii*) uma concepção realista do passado, na qual o passado poderia existir de forma independente

¹³¹ A importância dessas análises para os propósitos deste livro é que, na análise do ALP, encontraremos a exigência dessa cisão entre *ser* e *parecer ser*, no âmbito da memória. Interpretaremos isso como a recusa da possibilidade de construção de uma linguagem a partir de um suposto mundo primário, no qual a memória seria a fonte da identidade e do conhecimento (como argumentarei a partir do PS).

¹³² Uma grande dificuldade que essa relação com Russell nos traz é o fato deste autor ter adotado várias concepções diferentes ao longo de sua vida. Para evitar esse problema, buscarei traçar apenas uma relação parcial entre Wittgenstein e as ideias de Russell presentes em alguns dos seus artigos, sem me comprometer com a questão acerca da relação entre Wittgenstein e os outros textos de Russell.

¹³³ AoM, p. 94. (“It is not logically necessary to the existence of a memory-belief that the event remembered should have occurred, or even that the past should have existed at all. There is no logical impossibility in the hypothesis that the world sprang into being five minutes ago, exactly as it then was, with a population that “remembered” a wholly unreal past”).

da memória (sendo o evento passado aquilo que determina a verdade ou falsidade da memória). A bipolaridade da memória está diretamente relacionada ao realismo do passado, pois, segundo ele, “(...) minha memória é verdadeira (ou falsa) em virtude de um evento passado”.¹³⁴ E é a possibilidade de falsidade da memória que torna logicamente possível que *todas* as memórias sejam falsas, podendo o passado, até mesmo, sequer existir.

Mas, se a memória independe logicamente do evento passado, o que a torna uma imagem mnemônica algo diferente das outras imagens mentais não poderá ser a relação que ela mantém com o passado (pois o passado pode sequer existir). Isso conduz Russell a pensar a memória como uma imagem *presente* à qual é acrescida uma determinação, que a diferencia das demais imagens (mentais presentes). Como afirma Russell:

(...) tudo que constitui a memória [*memory-belief*] está acontecendo *agora*, não no tempo passado ao qual a crença diz referir-se. Não é logicamente necessário para a existência de uma memória [*memory-belief*] que o evento lembrado deva ter ocorrido, ou que o passado tenha de fato existido¹³⁵.

A maneira de diferenciar a memória de outras *imagens mentais presentes* (como é o caso da imaginação) é que as memórias seriam “(...) acompanhadas de um sentimento de crença que pode ser expresso nas palavras ‘isto aconteceu’”.¹³⁶ Esse sentimento de crença (*feeling of belief*) é um “sentimento de ‘pretericidade’ [*pastness*]”,¹³⁷ que é acrescido à imagem, tornando-a uma imagem mnemônica. O ponto em questão é que, através dessas teses, Russell reduz a memória a um acontecimento presente, tratando a “pretericidade” como algo que é *acrescido* a uma imagem (e que a torna uma imagem mnemônica).

Um modo de compreender como essa posição de Russell difere da de Wittgenstein, no que tange ao estatuto da memória, é notar como Russell concebe a estrutura temporal da realidade de modo diferente de Wittgenstein, ao compararmos os usos que esses autores fazem da metáfora do projetor.¹³⁸ Isso nos permitirá o

¹³⁴ AoM, p. 98. (“(...) my memory is true (or false) in virtue of a past event”).

¹³⁵ AoM, p. 94. (“(...) everything constituting a memory-belief is happening now, not in that past time to which the belief is said to refer. It is not logically necessary to the existence of a memory-belief that the event remembered should have occurred, or even that the past should have existed at all”).

¹³⁶ AoM, p. 104. (“(...) are accompanied by a feeling of belief which may be expressed in the words “this happened””).

¹³⁷ Cf. AoM, p. 96.

¹³⁸ Um problema que resta a ser explorado é o de como coadunar essa caracterização da metáfora por Russell, no UCM de 1915, com a sua filosofia de 1921. Há ao menos dois momentos na filosofia de Russell, no que tange à memória. Em um período inicial ele sustenta que a memória nos daria

entendimento de como, de acordo com Wittgenstein, o estatuto da memória em Russell (e, conseqüentemente, a forma de ceticismo ao qual estaria sujeito) encontrar-se-ia atrelado à confusão entre o tempo primário e o tempo secundário (entre o estatuto do filme e da tela do cinema – na metáfora do projetor). Isso, por fim, nos possibilitará compreender como, para Russell, a memória é uma representação que independe logicamente do passado e, para Wittgenstein, ela é (como já visto) a *fonte do conceito* de passado e o *critério único* do que nos foi dado (no mundo primário). A posição defendida por Russell seria apenas uma compreensão *fisicalista* da memória – na qual os eventos passados subsistiriam de modo independente da memória (tornando a memória uma representação bipolar). Para compreendermos como Russell concebe a estrutura temporal da realidade (no UCM de 1915), vejamos como ele interpreta a metáfora do projetor (que, retira de Henri Bergson)¹³⁹:

Meu significado em relação à impermanência das entidades físicas pode ser talvez tornado mais claro pelo uso da metáfora favorita de Bergson do cinematógrafo. Quando li a afirmação de Bergson, que os matemáticos concebem o mundo através da analogia com o cinematógrafo, eu nunca tinha visto um cinematógrafo, e a minha primeira visita a um foi determinada pelo desejo de verificar a afirmação de Bergson, que descobri ser completamente verdadeira, até onde eu sei. Quando, em um cinema, vemos um homem rolando morro abaixo, ou fugindo da polícia, ou caindo em um rio, ou fazendo qualquer uma dessas coisas às quais os homens nesses lugares são aficionados, nós sabemos que não há apenas um homem se movendo, mas uma sucessão de filmes, cada um com um diferente homem momentâneo. A ilusão da persistência decorre apenas da aproximação à continuidade da série de homens momentâneos. Agora o que quero sugerir é que neste respeito o cinema é um metafísico melhor que o senso comum, a física ou a filosofia. O homem real também, creio eu, por mais que a polícia possa testemunhar sobre a sua identidade, é uma série de homens momentâneos, cada um diferente do outro, e unidos, não pela identidade numérica, mas pela continuidade e certas leis causais intrínsecas. E o que se aplica aos homens aplica-se igualmente a mesas e cadeiras, ao sol, à lua e as

conhecimento por familiaridade (*acquaintance*) com objetos de um passado remoto. (Um ótimo artigo sobre esse tema é o de Paulo Farias, de 2010). Posteriormente, ele irá sustentar que a memória nos dá *acquaintance* com objetos passados, apenas no caso da memória imediata. A divergência dos comentadores diz respeito à datação desta mudança. David Pears (1974) situa o primeiro momento entre 1905 e 1915 (revisando a sua interpretação inicial que marcava o final deste período em 1919 (Pears, 1967)). Sajahan Miah (2006) situa o primeiro momento entre 1905 e 1913, pois, segundo ele, no TK de 1913, Russell claramente não mais concebe a memória como algo que nos daria *acquaintance* com objetos de um passado remoto. De toda sorte, tanto a datação do primeiro momento como 1905-1915 quanto 1905-1913 permitiriam tratar o UCM como pertencente ao segundo momento da filosofia da memória de Russell. Assim, embora o trabalho historiográfico necessário para que se possa aproximar o UCM do AoM estenda-se para além dos limites desse livro, essa datação tornaria menos problemático o paralelo aqui traçado.

¹³⁹ É bem possível que Wittgenstein tenha tirado a metáfora do projetor do uso feito por Russell (em, por exemplo, do UCM, de 1915). Porém, caso levemos em consideração o relato feito a O. K. Bouwsma, em 1949 (de que ele havia concebido a metáfora em meio a uma conversa sobre o *cogito* cartesiano com Gotlob Frege, em 1911 (cf. Bouwsma, 1986, p. 10)), devemos atribuir a gênese da metáfora em Wittgenstein a uma fonte que independe de Russell.

estrelas. Cada uma dessas [coisas] deve ser tomada, não como uma única entidade persistente, mas como uma série de entidades, sucedendo umas às outras no tempo, cada uma durando apenas um período muito curto, porém, provavelmente não um mero instante matemático. Ao falar isso, estou apenas reivindicando o mesmo tipo de divisão para o tempo que estamos acostumados a reconhecer no caso do espaço. Um corpo que ocupa um pé cúbico será tomado como consistindo de muitos corpos menores, cada um ocupando apenas um pequeno volume; similarmente uma coisa que persiste por uma hora deve ser tomada como composta de várias coisas de menor duração. Uma teoria verdadeira da matéria requer a divisão das coisas em corpúsculos-temporais assim como em corpúsculos-espaciais.¹⁴⁰

Tendo em vista explicitar as razões que levaram Russell a conceder um estatuto à memória diferente de Wittgenstein, o que nos é importante notar nesta longa citação é que Russell aceita aqui a metáfora de Bergson do projetor como “completamente verdadeira”, mas a usa de modo antagônico a Wittgenstein. Russell formula aquilo que seria para ele o cerne da metáfora como a ideia de que a persistência das coisas na tela (o homem que vemos perseguido pela polícia, ou aquele que cai em um rio etc.) seria apenas uma *ilusão* decorrente do modo pela qual a série das imagens momentâneas (os fotogramas do filme) aproxima-se da continuidade (através da projeção do filme). Não há, para ele, em verdade, apenas *um* homem, mas uma série de homens, nos fotogramas do filme. Russell compreende tal descrição como uma metáfora da realidade, pois o modo como um filme é constituído de imagens momentâneas, que levam à ilusão de que as coisas persistem, seria semelhante à maneira pela qual a realidade, composta por entidades momentâneas, aparece-nos como temporal. O homem *real* seria também uma

¹⁴⁰ UCM, pp. 99-100. (Reeditado em ML). (“My meaning in regard to the impermanence of physical entities may perhaps be made clearer by the use of Bergson's favorite illustration of the cinematograph. When I first read Bergson's statement that the mathematician conceives the world after the analogy of a cinematograph, I had never seen a cinematograph, and my first visit to one was determined by the desire to verify Bergson's statement, which I found to be completely true, at least so far as I am concerned. When, in a picture palace, we see a man rolling down hill, or running away from the police, or falling into a river, or doing any of those other things to which men in such places are addicted, we know that there is not really only one man moving, but a succession of films, each with a different momentary man. The illusion of persistence arises only through the approach to continuity in the series of momentary men. Now what I wish to suggest is that in this respect the cinema is a better metaphysician than common sense, physics, or philosophy. The real man too, I believe, however the police may swear to his identity, is really a series of momentary men, each different one from the other, and bound together, not by a numerical identity, but by continuity and certain intrinsic causal laws. And what applies to men applies equally to tables and chairs, the sun, moon and stars. Each of these is to be regarded, not as one single persistent entity, but as a series of entities succeeding each other in time, each lasting for a very brief period, though probably not for a mere mathematical instant. In saying this I am only urging the same kind of division in time as we are accustomed to acknowledge in the case of space. A body which fills a cubic foot will be admitted to consist of many smaller bodies, each occupying only a very tiny volume; similarly a thing which persists for an hour is to be regarded as composed of many things of less duration. A true theory of matter requires a division of things into time-corpules as well as into space-corpules.”).

série de homens momentâneos. O que une essa série (dando identidade ao homem) não poderá ser a identidade numérica (pois, em cada instante, o homem seria outro), mas, de acordo com Russell, a continuidade e as leis causais, intrínsecas à realidade. Assim, os objetos materiais não seriam entidades que perduram no tempo, mas uma série de entidades, que (à semelhança dos fotogramas no filme) duram um curtíssimo período de tempo. A parte final da citação permite notar que Russell retira tal compreensão de tempo da analogia com o espaço – da tese de que um objeto espacial poderia ser concebido como o somatório das minúsculas partes que o compõem. E para escapar do regresso ao infinito ao qual essa concepção estaria sujeita, Russell recorre à noção de que a matéria, constituinte da realidade, seria composta por corpúsculos-temporais (*time-corpuscles*) e corpúsculos-espaciais (*space-corpuscles*).

No caso de Wittgenstein (como visto anteriormente), o filme não é aquilo que na metáfora representa a realidade, mas é apenas a maneira pela qual as linguagens fisicalistas representam de forma sincrônica a ordem temporal sucessiva, do tempo primário. Ou seja, a realidade, para Wittgenstein, *não é o filme*, mas a tela (contrariamente a Russell, que concebe a imagem da tela como uma *ilusão* causada pelo modo como o filme é projetado). Isso nos permite traçar um limite para o uso da metáfora em Wittgenstein. Para esse autor, não é a projeção do filme que *causa* a imagem na tela, mas o filme seria apenas um modo de apresentação da realidade que aparece na tela. Ou seja (diferentemente de Russell), a persistência das coisas na tela não é uma ilusão causada pela projeção contínua do filme (aproximadamente, 25 fotogramas por segundo), mas a realidade (temporalmente ordenada), a partir da qual o filme é construído (tornando bastante inapropriado o uso da metáfora por Wittgenstein, sob esse aspecto).

A diferença de peso ontológico, concedido por Wittgenstein à tela e por Russell ao filme, nos permite pontuar que a compreensão de Russell da realidade através da analogia com o cinematógrafo seria, para Wittgenstein, uma ilusão metafísica, decorrente da confusão entre o tempo primário e o tempo secundário. Podemos encontrar o modo como Wittgenstein constrói esse tipo de crítica na seção 57 das PB: “[o]s piores erros filosóficos sempre surgem quando tentamos aplicar nossa linguagem ordinária – fisicalista – no âmbito dos dados imediatos”.¹⁴¹ Mais especificamente (no que tange ao tempo), dirá o autor, na seção 49 do mesmo livro: “[n]ão se pode então

¹⁴¹ MS, 107, p. 160 / PB, §57. (“Die ärgsten philosophischen Irrtümer entstehen immer wenn man unsere gewöhnliche — physikalische — Sprache im Gebiet des unmittelbar Gegebenen anwenden will”).

aplicar o conceito do tempo, i.e., as regras sintáticas como se aplicam aos substantivos físicos, ao mundo das representações”.¹⁴² Encontraríamos esse tipo de confusão no modo como Russell concebe a realidade como uma “uma série de entidades que se sucedem umas às outras no tempo, cada uma durando um curtíssimo período”. Com isso, ele toma o modo de apresentação fisicalista (na qual podemos dizer que um pedaço de tempo é composto por pedaços menores – aplicando ao tempo a divisibilidade do espaço) como a realidade, confundindo o estatuto do sistema primário com o do secundário. Wittgenstein parece ter em mente as palavras de Russell no UCM quando escreve:

É estranho que na vida ordinária não somos incomodados pelo sentimento que o fenômeno está escapando de nós, o constante fluxo da aparência, mas apenas quando filosofamos. Isso indica que o que está em questão aqui é uma ideia sugerida por uma má aplicação de nossa linguagem. O sentimento que temos é que o presente desaparece no passado sem que possamos evitar isso. E aqui estamos obviamente usando a imagem de uma película cinematográfica que constantemente passa por nós, sem que possamos pará-la. Mas isso é claramente apenas resultado do mau emprego da imagem: não podemos dizer “o tempo flui” se pelo tempo queremos dizer a possibilidade do movimento. O que estamos olhando aqui é a possibilidade do movimento: e assim a forma lógica do movimento.¹⁴³

Neste trecho, Wittgenstein retrança o sentimento de que os fenômenos nos escapam a uma má aplicação da linguagem, que ocorre quando filosofamos. O modo como Russell concebe o objeto material como uma série de entidades (que se sucedem umas às outras no tempo) seria um claro exemplo dessa má aplicação, pois a realidade constantemente nos escaparia, visto que nela as entidades da realidade durariam um curtíssimo período de tempo. Elas constantemente desapareceriam no passado, como os fotogramas do filme já projetado. Porém, para Wittgenstein, isso é apenas a aplicação irrestrita da metáfora, em que se confunde a possibilidade do movimento (o tempo primário, que é a forma lógica temporal da realidade) com o movimento (por exemplo, de como um fotograma já projetado do filme fica a cada instante mais distante da

¹⁴² MS, 108, p. 34 / PB, §49. (“Man kann also den Zeitbegriff, d.h. die Regeln der Syntax, wie sie von den physikalischen Substantiven gelten, nicht in der Welt der Vorstellung anwenden, d.h. nicht dort, wo man sich einer radikal anderen Ausdrucksweise bedient.”).

¹⁴³ MS 108, pp. 32-33 / PB, §52. (“Es ist merkwürdig, daß wir das Gefühl, daß das Phänomen uns ent schlüpft, den ständigen Fluß der Erscheinung, im gewöhnlichen Leben nie spüren, sondern erst, wenn wir philosophieren. Das deutet darauf hin, daß es sich hier um einen Gedanken handelt, der uns durch eine falsche Verwendung unserer Sprache suggeriert wird. / Das Gefühl ist nämlich, daß die Gegenwart in die Vergangenheit schwindet, ohne daß wir es hindern können. Und hier bedienen wir uns doch offenbar des Bildes eines Streifens, der sich unaufhörlich an uns vorbeibewegt und den wir nicht aufhalten können. Aber es ist natürlich ebenso klar, daß das Bild mißbraucht ist. Daß man nicht sagen kann, "die Zeit fließt", wenn man mit "Zeit" die Möglichkeit der Veränderung meint. / Was wir hier betrachten, ist eigentlich die Möglichkeit der Bewegung. Also die logische Form der Bewegung”).

lâmpada do projetor). Em resumo: para Wittgenstein, Russell teria sucumbido à analogia com o espaço, ao tomar o tempo físico como o tempo da realidade (e a tese da divisibilidade do tempo em corpúsculos-temporais à semelhança dos corpúsculos-espaciais mostra claramente que sua concepção encontra-se baseada em um tratamento espacializado do tempo).¹⁴⁴

À luz das análises de Wittgenstein, a concepção de Russell da realidade como composta por entidades momentâneas (semelhantes aos fotogramas de um filme) é o tratamento da realidade como a série *sincrônica* dos eventos e o fluxo temporal como o *deslizamento* da série sincrônica sobre a luz do presente (usando aqui a linguagem da metáfora, em seu tratamento dado por Ramsey). Nesse caso, os eventos futuros (já existentes) ficariam a cada instante mais próximos do presente e, após passarem pelo presente, desapareceriam no passado; subsistindo (de alguma forma) cada vez mais distantes do presente. Esse tipo de confusão conceitual (entre as gramáticas do tempo fenomenológico e físico) é expresso por Wittgenstein, em meados da década de trinta, através da seguinte caricatura: “[n]ós, certamente, podemos imaginar um submundo no qual eles [os eventos] teriam desaparecido da vida real”.¹⁴⁵ Em 1929, para Wittgenstein, isso não seria nada além da confusão entre as gramáticas do sistema primário e secundário.

Russell, ao conceber realidade como composta por “(...) entidades, sucedendo umas às outras no tempo”,¹⁴⁶ supõe que, na série que constitui o modo como os objetos aparecem *na tela*, algumas das entidades estariam no passado, enquanto outra nos seria dada no presente e, outras, estariam no futuro. Por esse viés, ele concede *um mesmo estatuto ontológico* (no UCM) às entidades da série, em qualquer dos momentos do *triumviratum* (passado, presente e futuro). As entidades passadas ainda existiriam, assim como, as presentes e as futuras (que já estariam pré-formadas). O cerne da contraposição com o modo como Wittgenstein concebe a memória é que, para Russell, essa *ainda existência dos eventos passados* terá um papel central na concepção da

¹⁴⁴ Como veremos mais adiante, para Wittgenstein, o fluxo temporal presente não é algo que flui no tempo, mas é a forma lógica por meio da qual os fenômenos nos são dados temporalmente (e a partir da qual construímos um sistema temporal fisicalista – sendo a forma lógica do movimento (o tempo primário) a condição de possibilidade do secundário (cf. MS 105, p. 86-8). Retornaremos a esse tópico, nas seções seguintes, ao tratarmos do caráter não-quantitativo do tempo primário.

¹⁴⁵ BrB, p. 110. (“We could, of course, imagine a realm of the unborn, future events, whence they come into reality and pass into the realm of the past”). (Embora neste trecho o alvo não seja diretamente o tipo de erro que aqui atribuo a Russell, mas o equívoco de supor que o futuro aparece menos existente que o passado).

¹⁴⁶ Cf. UCM, pp. 99-100.

memória como logicamente independente do passado. A memória será logicamente independente do passado, pois o evento passado *subsiste* na série de entidades momentâneas. Nos termos do AoM, Russell expressa semelhante concepção, como a ideia de que “(...) a sensação que uma imagem supostamente copia está no passado quando a imagem existe”¹⁴⁷ – atribuindo à sensação que é o referente da imagem uma forma de existência *no* passado. A consequência dessa concessão de uma positividade ontológica ao passado é que, mesmo que tal evento não esteja situado na ordem da memória (para usarmos uma expressão mais próxima da linguagem de Wittgenstein), ainda assim, o evento continuaria a fazer parte da série da realidade. É essa concessão de uma ainda existência no passado (*o realismo metafísico do passado*) que tornará a memória bipolar, em Russell (ao menos no segundo momento de sua filosofia sobre a memória, a partir de 1915), pois o seu valor de verdade seria determinado pela correspondência entre a memória e aquilo que existe no passado (“(...) minha memória é verdadeira (ou falsa) em virtude de um evento passado”¹⁴⁸). E, como visto anteriormente, é essa bipolaridade da memória que permite ao autor supor que todas as nossas memórias sejam falsas (e que o passado sequer exista), abrindo caminho para uma forma radical de ceticismo do passado.

Essa forma de ceticismo se encontrará vetada em Wittgenstein (especialmente, nos anos de 1929-1930), pois (como visto), para ele, a memória (no mundo primário) não é uma mera representação do passado (passível de verdade ou falsidade), mas o modo pelo qual o passado nos é dado, no mundo fenomênico. A memória é parte da estrutura lógica da realidade fenomênica (da tela do cinema), sendo condição de possibilidade do tempo primário. Assim, a relação memória/passado será uma relação interna (necessária) e constitutiva do conceito de passado – não podendo haver, no âmbito primário, uma cisão entre *ser* e *parecer ser* no ato da rememoração.¹⁴⁹ A principal consequência dessa indistinção entre *ser* e *parecer ser* é que, para Wittgenstein (em 1929-1930), da mesma forma que um dado imediato no campo visual não está sujeito à bipolaridade (mas é o que determina a verdade ou falsidade das proposições sobre o presente), a memória em sentido fenomenológico (o seu *conteúdo* e

¹⁴⁷ AoM, pp.93-94. (“(...) the sensation which an image is supposed to copy is in the past when the image exists”).

¹⁴⁸ AoM, p. 98.

¹⁴⁹ Cf. MS 107, p. 242 / PB, §19.

a sua *ordem*) também não estará sujeita à bipolaridade (mas será o fazedor de verdade das proposições sobre o passado fenomênico).¹⁵⁰

O estatuto concedido por Wittgenstein à memória primária (nos anos de 1929-1930) permite contrapor sua concepção à de Russell de três principais maneiras: *i*) (do ponto de vista ontológico) não haverá em Wittgenstein o tratamento realista do passado, no qual é o evento passado que determinaria a verdade ou falsidade da memória (no mundo primário, para Wittgenstein, “(...) apenas a experiência presente tem realidade”¹⁵¹), deste modo, *ii*) a memória não será uma mera representação (uma imagem) do passado, mas uma acesso imediato ao que nos foi dado, pois *iii*) haverá uma relação interna entre passado e memória (distanciando Wittgenstein do colapso de Russell entre memória e *presente* – que leva Russell ao tratamento da pretericidade como algo que é acrescido a uma representação presente¹⁵²).

Poderemos abordar as ideias de Wittgenstein em relação aos tópicos *ii* (a recusa do tratamento da memória como representação (bipolar)) e *iii* (a admissão de uma relação interna entre passado e memória) através de um importante trecho do MS 105, no qual o autor escreve:

Se o mundo do dado é atemporal, como diabos se pode então falar sobre ele?
Se a memória *não* é ver o passado, como diabos sabemos então que ela deve ser interpretada por referência ao passado? Nós poderíamos então lembrar uma experiência e ficar em dúvida se a nossa imagem mnemônica é uma imagem do passado ou uma imagem do futuro.
Naturalmente, pode-se dizer: eu não vejo o passado, mas uma *imagem* do passado. Mas de onde eu *sei* que é uma imagem do *passado*, a menos que isso esteja na essência da imagem mnemônica? Aprendemos, a se dizer, pela experiência a interpretar essas imagens como imagens do passado? Mas o que diabos quer dizer aqui ‘passado’?

¹⁵⁰ Posteriormente, veremos como Wittgenstein abandona esse tratamento da memória e localiza uma falsa analogia em sua base. Tal mudança será, a meu ver, a grande ruptura no percurso de Wittgenstein (sob o viés das análises do tempo), no início da década de trinta.

¹⁵¹ MS 108, p.2 / PB, §54g. (“(...) nur die gegenwärtige Erfahrung Realität hat”).

¹⁵² Embora a diferença pareça ser pequena, é importante notar que busco atribuir a Wittgenstein (em 1929 e 1930) o colapso entre *memória* e *passado* – enquanto atribuo a Russell o colapso entre *memória* e *presente*. Essa diferença é crucial, pois me parece errada a interpretação sugerida por John Cook de que, para escapar do ceticismo do passado em Russell (que seria decorrente do modo como Russell concede um estatuto realista ao passado), Wittgenstein colapsaria memória e “presente*” (no qual o asterisco seria um indicativo de que se trata do presente fenomênico – no qual o presente não se opõe ao passado e ao futuro – que seria diferente do colapso de Russell entre memória e presente, sem asterisco). Cook expõe essa interpretação, principalmente, no capítulo V do seu livro de 1994. O erro, a meu ver, é que, ao compreender a memória em Wittgenstein como algo que se reduz ao presente do tempo primário, Cook inviabilizaria a compreensão da memória como *fonte do tempo primário* – pois (de acordo com a interpretação que busco defender) é em razão da ordem da memória determinar as relações internas que constituem a estrutura temporal do tempo primário que o presente poderá ser tomado como o *limite* do fluxo temporal primário. Se a memória se reduzisse ao presente fenomênico, perderia sentido a ideia de que o tempo primário é o tempo da memória.

Conflita com todos os conceitos do tempo físico que eu possa perceber o passado e isso novamente mostra apenas que o conceito de tempo no 1º sistema deve ser *radicalmente* diferente daquele da física.¹⁵³

Como vimos anteriormente, a indagação que abre a citação pode ser compreendida como uma consequência da exclusividade ontológica do presente, que torna o presente da experiência imediata um presente sem concorrentes. Nesse caso, o termo “presente” “(...) seria um epíteto sem sentido”,¹⁵⁴ de tal modo que se poderia caracterizar (de maneira bastante paradoxal) o tempo primário como um constante presente *atemporal*. Essa atemporalidade traz à tona a indagação inicial, pois, se o mundo do dado é atemporal, resta o problema de determinar como é possível que a linguagem fale de algo atemporal (pois, até mesmo “(...) dizer que tudo permanece o mesmo já pressupõe o tempo”).¹⁵⁵ As indagações seguintes sugerem (como indagações retóricas – típicas de Wittgenstein) que através da memória nós podemos *ver e perceber* o passado, pois a imagem mnemônica *necessariamente* apontaria para o passado, uma vez que esse *apontar para o passado* faz parte da sua essência. Ou seja, a resposta dada à indagação inicial (acerca da possibilidade de falarmos sobre o mundo do dado, mesmo sendo ele “atemporal”) é que, embora o mundo do dado (do ponto de vista ontológico) seja um constante presente, nele temos, via memória, um acesso imediato ao passado, através do qual podemos *perceber* o passado.¹⁵⁶

Wittgenstein busca no trecho citado afastar a ideia que a imagem mnemônica seria uma imagem à qual é acrescida um terceiro elemento (por exemplo: o sentimento de pretericidade de Russell, ou um tom azulado/sépia), que a distinguiria das demais imagens. Caso assim fosse, teríamos de aprender a interpretar a relação da imagem mnemônica com o passado (aprendendo a correlacionar a ela esse terceiro elemento) –

¹⁵³ MS 105, p. 96 / PB, §50. (Grifos do autor). (“Wenn die Welt der Daten zeitlos ist, wie kann man überhaupt über sie reden? Wenn die Erinnerung *kein* Sehen in die Vergangenheit ist, wie wissen wir dann überhaupt, daß sie mit Beziehung auf die Vergangenheit zu deuten ist? Wir könnten uns dann einer Begebenheit erinnern und zweifeln, ob wir in unserem Erinnerungsbild ein Bild der Vergangenheit oder der Zukunft haben. / Man kann natürlich sagen: Ich sehe nicht die Vergangenheit, sondern nur ein *Bild* der Vergangenheit. Aber woher *weiß* ich, daß es ein Bild der *Vergangenheit* ist, wenn dies nicht im Wesen des Erinnerungsbildes liegt? Haben wir etwa durch die Erfahrung gelernt, diese Bilder als Bilder der Vergangenheit zu deuten? Aber was hieße hier überhaupt “Vergangenheit”? / Nun widerstreitet es aber allen Begriffen der physikalischen Zeit, daß ich in die Vergangenheit wahrnehmen sollte, und das scheint wieder nichts anderes zu bedeuten, als daß der Zeitbegriff im ersten System von dem in der Physik radikal verschieden sein muß.”)

¹⁵⁴ MS 108, p. 4 / PB, §54j.

¹⁵⁵ MS 105, p. 72. (“Aber schon zu sagen alles bleibt gleich setzt die Zeit voraus”).

¹⁵⁶ A ideia de que podemos “perceber o passado” não é totalmente estranha à filosofia do início do século XX. Por exemplo, Russell sustentou, entre 1912-1914, a tese de que memória nos daria *acquaintance* (conhecimento por familiaridade) com objetos do passado remoto. (ver nota XXX).

sendo, então, essa relação contingente. A ideia de passado, nesse caso, teria que nos ser dada de uma outra maneira, que não via memória, para que fosse possível aprendermos a relacionar certas imagens com esse passado (interpretando essas imagens como imagens mnemônicas). Em resumo: ao se tratar a relação entre a memória e o passado como uma relação contingente, o conceito de passado teria de nos ser dado de modo independente da memória.

A ideia de um acesso imediato ao passado, por meio da memória, permite a Wittgenstein coadunar a possibilidade de uma percepção do passado e a exclusividade ontológica do presente (sem sucumbir ao colapso entre *memória* e *presente* – como Russell; na qual a memória é uma imagem presente acrescida do sentimento de pretericidade). Segundo Wittgenstein, no mundo primário, “[e]u tenho apenas imagens sensoriais presentes e imagens mnemônicas presentes”.¹⁵⁷ Porém, o autor escapa do ceticismo do passado, mesmo que (*aparentemente*) reduzindo a memória a uma imagem mnemônica presente, pois, diferentemente de Russell, essa imagem manterá uma *relação interna* (necessária) com o passado (sendo um modo de ver o passado e aquilo que nos dá o conceito ele mesmo de passado).¹⁵⁸ Não faria sentido, então, perguntar se o que é dado através da memória é ou não o passado e se esse passado realmente existe (abrindo caminho para a dúvida cética).

No que tange ao tópico *i* (da crítica de Wittgenstein ao realismo metafísico do passado) e de sua relação com o *ii* (de que a memória é um acesso imediato ao que nos foi dado), afirma o autor:

É claro que o modo de expressão da memória como uma imagem [*Bild*] é apenas uma metáfora, assim como o modo de expressão das representações [*Vorstellungen*] como “imagens de objetos em nossas mentes” (ou outra frase como tal) é uma metáfora. Nós sabemos o que uma imagem [*Bild*] é, mas representações [*Vorstellungen*] não são nenhuma imagem [*Bilder*]. Senão eu poderia ver a imagem [*Bild*] e o objeto do qual ela é imagem. Mas aqui as coisas são obviamente diferentes.¹⁵⁹

¹⁵⁷ MS 105, p. 86. (“Ich habe eben gegenwärtige Sinnesbilder und gegenwärtige Erinnerungsbilder”).

¹⁵⁸ Como veremos ao analisar a seguir o trecho do MS 108, p. 33 / PB, §49, o tratamento da memória como imagem é meramente metafórico. Isso sugere que a formulação de Wittgenstein, de que, no mundo primário, “[e]u tenho apenas imagens sensoriais presentes e *imagens mnemônicas* presentes” (grifos meus), não seja uma formulação com a qual o autor concordaria completamente, mas uma formulação provisória, que posteriormente será criticada.

¹⁵⁹ MS 108, p. 33 / PB, §49 (23 dezembro 1929). (“Es ist ja klar daß die Ausdrucksweise vom Gedächtnis als einem Bild nur ein Bild ist; genau so wie die Ausdrucksweise die die Vorstellungen „Bilder der Gegenstände in unserem Geiste” (oder dergleichen) nennt. Was ein Bild ist das wissen wir, aber die Vorstellungen sind doch gar keine Bilder. Denn sonst kann ich das Bild sehen und den Gegenstand dessen Bild es ist aber hier ist es offenbar ganz anders”).

Neste trecho, o autor critica a compreensão da memória como uma *imagem* (*Bild*) do passado, explicitando o caráter meramente metafórico dessa ideia (assim como, no caso em que dizemos que as representações são “imagens de objetos em nossas mentes”). O que permite evidenciar uma diferença categorial entre as imagens e a memória é a impossibilidade de vermos a memória e o objeto (passado) do qual ela é imagem. Russell perde de vista essa distinção categorial, pois, ao tomar a realidade como um filme (que concede o mesmo estatuto ontológico a todos os corpúsculos-temporais, que compõem a realidade no passado, presente e futuro), ele supõe a possibilidade de que a memória pudesse corresponder ou não ao evento que subsiste no passado. No modo como Wittgenstein compreende o mundo primário (em que há uma exclusividade ontológica do presente), não há esse tratamento realista do passado (no qual os eventos passados *existiriam* (no passado) independentes da memória). No mundo primário de Wittgenstein (em 1929-1930), o passado não nos é dado por uma outra via que a memória, de tal modo que fizesse sentido afirmar que a memória concorda ou não com o evento passado (que a verificaria).

1.4. A memória como *fonte* e a memória de um evento físico

Em uma conversa com o Círculo de Viena, em 25 de dezembro de 1929 (dois dias após escrever o trecho presente no MS 108 (p. 33 / PB §49), há pouco citado), Wittgenstein afirma: “[m]emória como a *fonte* e memórias que podem ser verificadas de um modo diferente devem ser igualmente mantidas à parte”.¹⁶⁰ Em sentido fenomenológico, a memória não será passível de correção, sendo a memória, ela mesma, o que *verifica* as proposições sobre o passado. Em sentido fiscalista/ordinário, embora a verificação da memória não seja direta (pois não podemos comparar a memória com um evento que não nos é temporalmente acessível), há a separação lógica entre a memória e o evento que a torna verdadeira (o seu fazedor-de-verdade). A comparação entre a memória (em sentido fiscalista) e o objeto do qual ela é “imagem” seria indireta: “(...) lendo um documento, ou perguntando a alguém e assim por diante”.¹⁶¹

¹⁶⁰ WVC, p. 53. (Grifo do autor). (“Ebenso muss man auseinanderhalten die Erinnerung als *Quelle* und die Erinnerung, die man noch auf andere Art verifizieren kann”).

¹⁶¹ WVC, p. 53. (“(...) dass ich ein Dokument nachlese, oder jemanden frage, und so weiter”).

Wittgenstein afiança explicitamente a distinção entre dois sentidos de memória ao afirmar, no parágrafo 49 das PB: “[p]ois ‘tempo’ tem um significado se tomamos a memória como fonte do tempo e quanto a tomamos como uma imagem [*Bild*] preservada de um evento passado”.¹⁶² Aqui, Wittgenstein não apenas afirma haver dois modos de conceber a memória, mas que o “tempo” tem um sentido diferente quando tratamos a memória como a *fonte do tempo* (pelo viés fenomenológico) e quando tratamos a memória como “a imagem preservada de evento passado”. Logo na sequência ele completa: “[s]e tomamos a memória como uma imagem, então é a imagem de um evento físico”¹⁶³ – tornando evidente que o sentido de “tempo” que se opõe ao tempo no qual a memória é a *fonte do tempo* é o sentido fisicalista, no qual a memória seria a imagem de um evento físico.

Com essa distinção entre dois sentidos de memória Wittgenstein não visa sugerir que apenas o sentido fenomenológico esteja correto, mas busca tornar evidente a diferença de estatuto que a memória tem no sistema primário e no sistema secundário. Como afirma Wittgenstein: “os dois modos de apresentação [da memória como *fonte do tempo* e da memória como imagem de um evento físico] estão em ordem, e são igualmente legítimos, mas não podem ser misturados”.¹⁶⁴ Assim, pelo viés das análises de Wittgenstein em 1929-1930, o erro de Russell (abordado na seção anterior), ao tomar a temporalidade do *filme* como a ordem temporal da realidade, foi ater-se ao tratamento fisicalista da memória (no qual a memória seria uma mera “imagem”, que independe logicamente do passado por ela representado), negligenciando o seu sentido primário/fenomenológico.

Wittgenstein explora detidamente a distinção entre a concepção primária (fenomenológica) e secundária (fisicalista) de memória em uma longa passagem do MS 108 (que é incorporada à seção “Tempo da memória” (*Gedächtniszeit*) no BT §105):

Pois tempo tem um significado [*Bedeutung*] se tomamos a memória como fonte do tempo e outro quanto a tomamos como uma imagem [*Bild*] preservada de um evento passado.

Se tomamos a memória como uma imagem, então é a imagem de um evento físico. A imagem desbota e eu noto como ela desbotou quando a comparo com outras evidências do que aconteceu. Nesse caso, a memória não é a fonte do tempo, mas um guardião mais ou menos confiável do que “realmente” aconteceu;

¹⁶² PB, §49 (“Denn “die Zeit” hat eine andere Bedeutung, wenn wir das Gedächtnis als die Quelle der Zeit auffassen, und wenn wir es als aufbewahrtes Bild des vergangenen Ereignisses auffassen”).

¹⁶³ PB, §49 (“Wenn wir das Gedächtnis als ein Bild auffassen, dann ist es ein Bild eines physikalischen Ereignisses”).

¹⁶⁴ PB, §49 (“Beide Ausdrucksweisen sind in Ordnung und gleichberechtigt, aber nicht miteinander vermischbar”).

e isto era algo de que poderíamos ter notícia de outro modo, é um evento físico. É totalmente diferente se agora tomamos a memória como a fonte do tempo. Aqui não é uma imagem, e também não pode desbotar – não no sentido que uma imagem desbota, tornando-se uma representação menos confiável de seu objeto.¹⁶⁵

O autor distingue aqui dois modos pelos quais a memória pode ser concebida: como *fonte do tempo* e como *imagem de um evento físico*. No caso em que a memória é concebida como a imagem de um evento físico, seria possível determinar a correção da imagem (por exemplo, o quanto ela desbotou), em relação ao objeto do qual ela é imagem. Essa memória seria apenas uma *representação bipolar* do passado. Nesse caso, a relação entre a memória e o passado seria uma relação contingente, de tal modo que faria sentido tomarmos uma certa memória de um evento físico como a representação de um evento passado e, posteriormente, descobrir que essa representação é falsa, ou que tal evento nunca ocorreu. Essa bipolaridade será possível, pois a memória como imagem de um evento físico representa algo cuja existência *independe logicamente da memória*. Nesse caso, a memória seria apenas “um guardião mais ou menos confiável do que ‘realmente’ aconteceu”; sendo aquilo que “realmente” aconteceu algo cuja identidade independe da memória e que poderia ser verificado de várias formas.

Como vimos na análise da crítica de Wittgenstein a Russell, essa possibilidade de verificação pode ser interpretada à luz da ideia de que, no modo como as linguagens fisicalistas representam de forma sincrônica a ordem sucessiva do tempo primário, concede-se um mesmo estatuto ontológico a todos os eventos. No que tange ao passado, essa concessão de uma *ainda existência* (no modo de apresentação fisicalista), permite tomar a memória secundária (em sentido fisicalista) como a imagem de um evento físico, passível de verificação – pois concebemos que o passado representado subsistiria (em algum lugar do passado - como um fotograma já projetado do filme, ao qual a memória pode ou não corresponder). O uso feito por Wittgenstein das aspas no termo “realmente” (*wirklich*) (ao expressar a ideia de que, no caso fisicalista, a memória é um

¹⁶⁵ MS 108, p. 33 / PB, §49 / BT, §105, p. 363. (“Denn "die Zeit" hat eine andere Bedeutung, wenn wir das Gedächtnis als die Quelle der Zeit auffassen, und wenn wir es als aufbewahrtes Bild des vergangenen Ereignisses auffassen. / Wenn wir das Gedächtnis als ein Bild auffassen, dann ist es ein Bild eines physikalischen Ereignisses. Das Bild verblaßt, und ich merke sein Verblassen, wenn ich es mit andern Zeugnissen des Vergangenen vergleiche. Hier ist das Gedächtnis nicht die Quelle der Zeit, sondern mehr oder weniger gute Aufbewahrerin dessen, was "wirklich" gewesen ist; und dieses war eben etwas, wovon wir auch andere Kunde haben können, ein physikalisches Ereignis. - Ganz anders ist es, wenn wir nun das Gedächtnis als Quelle der Zeit betrachten. Es ist hier kein Bild, und kann auch nicht verblassen - in dem Sinne, wie ein Bild verblaßt, so daß es seinen Gegenstand immer weniger getreu darstellt”).

“guardião mais ou menos confiável do que ‘realmente’ aconteceu”) pode ser interpretado como um importante lembrete de que esse tratamento sincrônico dos eventos ao longo do tempo é apenas o *modo de apresentação* fisicalista do tempo.

Mas, se a memória como imagem de um evento físico é passível de verificação, como comparar a memória com o evento representado, visto que é um evento *passado*? Uma via de resposta a essa indagação é tratar a memória como imagem de um evento físico passado à semelhança das proposições *fisicalistas* sobre o passado. O tema das proposições sobre o passado é abordado por Wittgenstein em uma passagem na qual discute o sentido da proposição “Júlio César cruzou os Alpes”:

Quem quiser contestar a proposição “apenas a experiência presente é real” (o que é tão errado quanto a sustentar) talvez perguntará se uma proposição como “Júlio César cruzou os Alpes” meramente descreve meu estado mental presente, que está ocupado com esse problema. E certamente a resposta é: não, ela descreve um evento que acreditamos ter ocorrido há 2.000 anos atrás. Isso, se a palavra “descreve” é compreendida da mesma maneira que na sentença “a proposição ‘estou escrevendo’ *descreve* o que estou fazendo no presente”. O nome Júlio César designa uma pessoa. Mas o que tudo isso quer dizer? Parece que não estou querendo enfrentar a resposta propriamente filosófica! Proposições que tratam de pessoas, i.e., contendo nomes próprios, podem ser verificadas de formas diferentes. – Podemos ainda encontrar o corpo de César: que isto seja pensável está diretamente conectado com o sentido da proposição sobre César. Mas também que um manuscrito possa ser encontrado, do qual emergiria que tal homem nunca viveu e que os relatos de sua existência foram forjados para um propósito particular. Proposições sobre Júlio César devem, então, ter um sentido tal que isso seja possível. Se enuncio a proposição: eu vejo uma mancha vermelha cruzando uma verde, não temos as mesmas possibilidades que no caso de “Júlio César cruzou os Alpes”, e nesse sentido posso dizer que a proposição sobre César tem seu sentido de modo mais indireto que esta.¹⁶⁶

O tratamento dado por Wittgenstein, no início da citação, à afirmação de que “apenas a experiência presente é real” ecoa o modo *tractariano* pelo qual aborda essa afirmação neste período. O que essa afirmação buscaria dizer pertence à essência do

¹⁶⁶ MS 108, pp. 5, 6 / PB, §56. (Grifo do autor). (“Wer den Satz, nur die gegenwärtige Erfahrung sei real, bestreiten will (was ebenso falsch ist, wie ihn zu behaupten), wird etwa fragen, ob denn ein Satz, wie "Julius Cäsar ging über die Alpen", nur meinen gegenwärtigen Geisteszustand, der sich mit dieser Sache beschäftigt, beschreibt. Und die Antwort ist natürlich: Nein! Er beschreibt ein Ereignis, das, wie wir glauben, vor ca. 2000 Jahren geschehen ist. Wenn nämlich das Wort "beschreibt" so aufgefaßt wird wie in dem Satz: "Der Satz 'ich schreibe' *beschreibt*, was ich gegenwärtig tue." Der Name Julius Cäsar bezeichnet eine Person. Aber was sagt denn das alles? Ich scheine mich ja um die eigentliche philosophische Antwort drücken zu wollen! Sätze, die von Personen handeln, d.h. Personennamen enthalten, können eben auf sehr verschiedene Arten verifiziert werden. Daß es denkbar ist, die Leiche Cäsars noch zu finden, hängt unmittelbar mit dem Sinn des Satzes über Cäsar zusammen. Aber auch, daß es möglich ist, eine Schrift zu finden, aus der hervorgeht, daß so ein Mann nie gelebt hat und seine Existenz zu bestimmten Zwecken erdichtet worden ist. Die Sätze über Julius Cäsar müssen also einen solchen Sinn haben, daß das möglich ist. Wenn ich den Satz sage: Ich sehe einen roten Fleck über einen grünen dahinziehen, so gibt es hier nicht die Möglichkeiten des Falles "Cäsar zog über die Alpen", und in diesem Sinne kann ich sagen, der Satz über Cäsar hat auf eine indirektere Art Sinn, als der erste.”)

mundo e, deste modo, seria algo indizível (assim como, todas as proposições necessárias – “[o] que pertence à essência do mundo não pode ser expresso pela linguagem”¹⁶⁷). Sustentar essa tese como a tentativa de *descrever* a essência do mundo seria tão equivocado quanto a negar.

A aceitação da exclusividade ontológica da experiência presente parece tornar a posição de Wittgenstein (ao atribuir essa exclusividade à essência do mundo) passível da seguinte crítica. Caso apenas a experiência presente seja real, com isso, as proposições sobre o passado, para que tenham sentido, teriam de se reduzir (de algum modo) a proposições sobre o presente. Isso, aparentemente, poderia forçar Wittgenstein a aceitar que uma proposição como “Julio César cruzou os Alpes” deveria reduzir-se, ao final, a uma proposição que descreve (por exemplo) meu estado mental *presente*. Mas, segundo Wittgenstein, a referida proposição sobre César não descreve meu estado mental presente, mas algo que ocorreu há 2.000 anos. O ponto crucial para a compreensão da passagem é notar que essa proposição sobre o passado *não é* uma proposição primária (que descreve algo que nos foi dado no mundo primário), mas é uma *hipótese* sobre uma pessoa (um objeto físico) – não esqueçamos que no mundo primário há apenas um puro fenômeno sem sujeito. Como toda hipótese (como veremos no capítulo 3), ela manterá uma abertura *para o futuro*, de tal modo que sua verificação nunca será completa. Poderíamos encontrar o corpo de César e, posteriormente, descobrir que tal corpo não era efetivamente de César, ou, até mesmo, como sugerido por Wittgenstein, seria possível descobrir indícios que nos levassem a crer que ele jamais existiu.

Caso aproximemos a memória como imagem de um evento físico de uma proposição hipotética sobre o passado, podemos dizer que as imagens mnemônicas (como a imagem de um evento físico) encontrar-se-iam também abertas para o futuro, de tal modo que sua verificação nunca seria completa. O ponto a ser notado é que, assim como a proposição “Júlio César cruzou os Alpes” seria “(...) simplesmente uma armadura [*Gerüst*] (como as proposições sobre qualquer outra pessoa) que admite uma grande variedade de verificações”,¹⁶⁸ a memória em sentido fisicalista seria também uma armadura (*Gerüst*), que admitiria uma gama de diferentes verificações.

¹⁶⁷ MS, 108, p. 1 / PB, §54. (“Was zum Wesen der Welt gehört, kann die Sprache nicht ausdrücken”).

¹⁶⁸ Cf. MS 108, p. 7 / PB, §56. (“Der Satz über Julius Cäsar ist eben ein Gerüst (wie der über jede andere Person), das die verschiedensten Verifikationen zuläßt, allerdings nicht alle, die es im Falle anderer z.B. lebender Personen zuläßt”).

Todavia (e poderemos notar aqui como é profunda, nesse período do pensamento de Wittgenstein, a influência do princípio da plena determinação do sentido), a abertura para o futuro não torna o sentido da proposição hipotética sobre o passado *indeterminado* (ou da memória em sentido fisicalista – no paralelo que visamos aqui ressaltar), pois, como dirá Wittgenstein: “[m]esmo nossa linguagem ordinária tem certamente que dar conta de todos os casos de incerteza (...)”.¹⁶⁹ Todas as possibilidades de verificação da proposição devem fazer parte do seu sentido – sendo essas proposições (obtidas a partir da hipótese) as que poderão genuinamente ser verificadas (como veremos no capítulo 3).

Essa abertura para o futuro não se aplica às proposições como “eu vejo uma mancha vermelha atravessando uma verde”, pois a verificação dessas proposições seria *instantânea* – através da comparação entre a proposição e o mundo do dado.¹⁷⁰ Por essa razão, diz Wittgenstein que a proposição “Júlio César cruzou os Alpes” “(...) tem seu sentido de modo mais indireto que esta [“eu vejo uma mancha vermelha atravessando uma verde”]”. Esse caráter indireto do sentido da proposição fisicalista sobre o passado se deve ao modo como sua verificação seria mediada por proposições que descrevem a experiência imediata – que seriam obtidas a partir das possibilidades presentes no sentido da proposição fisicalista.¹⁷¹

A ideia de que a memória secundária (como imagem de um evento físico passado) admitiria uma gama de diferentes verificações nos permite traçar uma importante diferença entre esse sentido de memória e o sentido primário (da memória como *fonte do tempo*). Essa distinção é expressa por Wittgenstein *uma semana* após a redação do trecho sobre a proposição “Júlio César cruzou os Alpes”, em uma conversa com o Círculo de Viena, no dia 25 de dezembro de 1929 (já analisada na seção *iii* do capítulo 1.1.4.):

Se eu posso verificar uma especificação temporal – por ex., que tal e tal veio antes que tal e tal – apenas através da memória, “tempo” deve ter um sentido diferente do caso onde eu posso verificar uma tal especificação por outros meios, por ex., lendo um documento, ou perguntando a alguém e assim por diante. (...).

¹⁶⁹ Cf. MS 108, pp. 7-8 / PB, §56. (“Auch unsere gewöhnliche Sprache muß ja für alle Fälle der Unsicherheit vorsorgen (...)”).

¹⁷⁰ Abordaremos esse problema na seção 2.3..

¹⁷¹ Na seção 2.3., buscarei mostrar que o verificacionsimo de Wittgenstein não deve ser interpretado como a ideia de que as proposições com sentido (passíveis de verificação) seriam apenas proposições que descrevem o *agora*.

Do mesmo modo, deve-se separar a memória como a *fonte* e a memória que pode ser verificada de um modo diferente.¹⁷²

O cerne desse trecho é a distinção entre o caso no qual a memória é aquilo que verifica a proposição sobre o passado (“que tal e tal veio antes que tal e tal”) e o caso no qual essa proposição seria verificada de outras formas – sem o recurso à memória (“lendo um documento, ou perguntando a alguém e assim por diante”). Aos nossos propósitos, é importante notar que, assim como é necessário distinguir esses dois modos de conceber a verificação da proposição sobre o passado (através da memória, ou através de meios fisicalistas) – pois indicam que se trata aqui de dois conceitos diferentes de tempo – é também necessária a distinção entre o caso no qual a memória é a *fonte* e o caso no qual ela pode ser verificada de modos diferentes. A distinção a ser traçada é que, no caso da memória como *fonte* é a *memória* que verifica a proposição sobre o passado e no outro caso (ordinário/fisicalista), a própria memória seria algo passível de verificação.

O que é crucial retermos dessas análises sobre a diferença do estatuto fisicalista da memória e o estatuto fenomenológico é que na memória em sentido primário não haverá a distinção entre *ser* e *parecer ser*, que possibilitaria a bipolaridade da memória (como ocorre no caso da memória em sentido fisicalista).

¹⁷² WVC, p. 53. (“Wenn ich eine zeitliche Angabe – z. B. das und das was früher als das und das – nur durch das Gedächtnis verifizieren kann, muß “zeit” eine andere Bedeutung haben als dort, wo ich eine solche Angabe auch durch andere Mittel verifizieren kann, z. B. dadurch, daß ich ein Dokument nachlese, oder jemanden frage, und so weiter. (...) Ebenso muß man auseinanderhalten die Erinnerung als *Quelle* und die Erinnerung die man noch auf andere Art verifizieren kann”). (Grifo do autor).

1.5. A finitude da memória e o estatuto não-quantitativo do tempo primário

Nas seções anteriores, pudemos notar como a memória desempenha um papel fundamental na filosofia de Wittgenstein, nos anos de 1929-1930. Esse papel privilegiado se mostrou sob vários aspectos – como fonte do conceito de passado, fonte do tempo, fonte da identidade e como fonte do conhecimento (como verificação de nossas proposições). Todas essas caracterizações podem ser compreendidas como uma consequência do modo como o autor colapsa passado e memória no mundo primário, tratando a memória como “(...) uma determinada parte da estrutura lógica do mundo”.¹⁷³ Esse colapso, a partir do qual o tempo primário torna-se o *tempo da memória* (*Gedächtniszeit*), suscita o seguinte problema (por meio do qual visio explicitar o tratamento *não-quantitativo* do tempo primário, que nos será útil, como chave de leitura, para a compreensão da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica). Se o tempo que temos à disposição da memória é finito (pois nossas lembranças são finitas), e visto que a memória é a fonte do tempo: seria o tempo primário também *finito*?

Uma maneira de abordar esse problema é compreender como a formulação dele (que Wittgenstein trata no MS 106 – como veremos a seguir) encontra-se vinculada à confusão entre o estatuto temporal do tempo primário e o tempo secundário. Essa confusão levaria a um tratamento equivocado do modo como a memória nos é dada no mundo primário e, conseqüentemente, do tempo primário (visto que é o tempo da memória). Wittgenstein aborda a importância da distinção entre o tempo primário e o secundário, principalmente, no MS 106, em que essa diferença de estatuto encontra-se tematizada como a contraposição entre duas maneiras de conceber o infinito temporal (sendo uma delas rechaçada por Wittgenstein). Um estudo detido do tratamento dado por Wittgenstein ao infinito certamente nos levaria para além dos propósitos aqui almejados. Porém, é importante notarmos (tendo em vista o ganho explicativo a ser alcançado por meio da possibilidade de relacionarmos a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica com o tratamento dado por Wittgenstein ao infinito) que, do ponto de vista do tempo, a crítica ao tratamento extensional da infinitude temporal

¹⁷³ Cf. BT §102, p. 351 / MS 110, pp. 9-10.

vetará para o autor, o tratamento *quantitativo* do tempo primário (incluindo aqui os dados da memória primária). Compreender como isso se relaciona, *no que diz respeito ao tempo*, será o objetivo desta seção. Mas, antes de tratarmos de alguns dos parágrafos do MS 106, recorrerei à metáfora do projetor, para sinalizar as conclusões que buscarei alcançar nesta seção.

A contraposição entre o tempo fenomenológico e o fisicalista é expressa na metáfora do projetor como a contraposição entre um tempo que é um *constante presente atemporal* (a tela) e um tempo *espacializado* (o filme) – no qual há presente, passado e futuro. À luz da metáfora do projetor (como tentarei aqui argumentar), o problema da aparente relação entre a finitude da memória e a finitude do tempo decorreria da atribuição equivocada do estatuto do filme à temporalidade da tela. O tempo primário (da memória) seria supostamente finito, pois, visto que a memória é a fonte do tempo, o tempo da realidade fenomênica deveria *estender-se* apenas da primeira de nossas memórias até o limite que é o presente. Porém (e esse é o cerne do problema), há aqui o tratamento do passado da memória primária como a representação *sincrônica* das vivências que nos foram dadas – como se o passado primário pudesse ser “visto” de uma só vez e abarcasse o *espaço de tempo* entre esses dois momentos (a primeira memória e o presente). Supõe-se, assim, que o tempo primário seja a *extensão* de tempo do tempo da memória. O erro presente nesse tratamento do passado da memória primária é o tratamento das memórias como se nos fossem dadas de forma *sincrônica* (em um tempo *espacializado*). Porém, isso não é nada além de uma representação fisicalista da ordem da memória – na qual se aplica o estatuto do tempo fisicalista à ordem do tempo da memória (retornaremos a esse ponto a seguir).

O que é crucial notarmos (para que possamos nos apropriar de uma chave de leitura para compreender, no capítulo 2, a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica) é que o tratamento *não-quantitativo* atribuído por Wittgenstein ao tempo primário (que analisaremos a seguir), também se aplicará aos dados da memória. Esse caráter não-quantitativo do tempo primário pode ser notado, principalmente, na maneira como esse tempo será concebido pelo autor como *infinito*. O cerne do tratamento (que chamarei de) *não-quantitativo* do tempo primário será a recusa de Wittgenstein de compreender esse tempo como um *pedaço de tempo*, que abarca e excede todos os pedaços de tempo finitos. Com isso, Wittgenstein buscará afastar a compreensão da infinitude do tempo primário como o conjunto infinito das porções finitas do tempo (vetando o tratamento de sua infinitude de modo *extensional*).

Wittgenstein expressa a maneira como, segundo ele, o tempo primário é infinito (mesmo em face da finitude da memória) no MS 106. Como afirma o autor:

Mesmo se ele [o tempo primário] preenche apenas até onde a memória alcança, isso de modo algum diz que ele é finito. Ele é infinito no mesmo sentido que o espaço visual tridimensional é, mesmo quando eu efetivamente posso ver apenas até as paredes de meu quarto. Então o que vejo pressupõe a possibilidade de ver o espaço maior. Isso quer dizer, eu poderia representar corretamente o que vejo apenas através de uma forma infinita.¹⁷⁴

Wittgenstein inicia o trecho claramente rejeitando que o *alcance* finito da memória implique na finitude do tempo primário. Logo em seguida, ele recorre à analogia com o espaço visual, para explicitar em que sentido o tempo primário é infinito. Mesmo que eu possa ver apenas até as paredes do meu quarto, segundo ele, o espaço seria infinito, pois “o que vejo pressupõe a possibilidade de ver o espaço maior”. Essa passagem sugere que seria *impossível* que algo finito nos fosse dado, sem que isso pressupusesse a possibilidade de que isso fosse ainda maior. Tal raciocínio, por sua vez, nos leva à situação limite onde o *finito* pressupõe o *infinito*, visto que *sempre* deverá haver a possibilidade de ver um espaço maior. Assim, seria apenas possível representar uma ocorrência (finita) no espaço visual, sendo o espaço ele mesmo infinito (no sentido de ser a condição de possibilidade (infinita) da representação espacial finita). No que tange ao tempo, a analogia com o espaço sugere que a representação (ou a ocorrência) de algo temporalmente finito só será possível sendo o tempo primário infinito (como condição de possibilidade (infinita) de toda e qualquer representação temporal finita). Isso permite concluir que a finitude da memória, para Wittgenstein, não implicaria na finitude do tempo, mas (de modo contrário) pressuporia a infinitude do tempo primário, como *forma infinita* de toda e qualquer ocorrência (ou representação) temporal (finita).

Wittgenstein retoma semelhantes considerações sobre a infinitude do tempo primário na parte final do MS 106. Nesse trecho nos é importante notar como o autor contrapõe dois sentidos de infinito (que, mais adiante, caracterizaremos como a contraposição entre o tratamento *quantitativo* (fiscalista) e o *não-quantitativo* (fenomenológico) do tempo):

Pode-se dizer: a infinitude está na natureza do tempo, ela não é a sua extensão accidental. / Nós apenas conhecemos o tempo – por assim dizer – pelo pedaço de

¹⁷⁴ MS 106, p. 29-31. (“Auch wenn sie nur so weit erfüllt ist als die Erinnerung reicht so sagt das keineswegs daß sie endlich ist. Sie ist in demselben Sinne unendlich in dem der 3-dimensionale Gesichtsraum es ist auch wenn ich tatsächlich nur bis zu den Wänden meines Zimmers sehen kann. Denn was ich sehe präsupponiert die Möglichkeit eines Sehens in größere Entfernung. Das heißt ich könnte, was ich sehe korrekt nur durch eine unendliche Form darstellen”).

tempo que está na frente de nossos olhos. Seria estranho se pudéssemos apreender sua extensão infinita (isto é, no sentido em que o apreenderíamos se nós próprios lhe fôssemos contemporâneos numa duração infinita). Estamos com o tempo efetivamente como com o espaço. O tempo preenchido que conhecemos é restrito (finito). A infinitude é uma qualidade inerente da forma temporal.¹⁷⁵

O pedaço de tempo que está *na frente de nossos olhos* é uma realidade finita, assim como, aquilo que nos é dado *agora* no espaço visual. Mas a infinitude do tempo não seria a mera extensão (contingente) ao infinito do tempo que está *agora* diante de nós – como se pudéssemos viver para sempre e alongar esse pedaço de tempo ao infinito, de tal modo que, ao vivermos eternamente, toda a sua extensão nos seria dada. Wittgenstein recusa aqui atribuir ao tempo primário o tratamento do tempo como um pedaço de tempo infinito.

Essa mesma contraposição entre dois sentidos distintos da infinitude temporal (e a recusa do tratamento do tempo como quantidade infinita) já se fazia presente no TLP, no qual Wittgenstein também recorria à analogia com o espaço para caracterizar o tempo da vida (que ele chamará em 1929 de *tempo primário*):

Se por eternidade não se entende a duração temporal infinita [*unendliche Zeitdauer*], mas a atemporalidade [*Unzeitlichkeit*], então vive eternamente quem vive no presente. Nossa vida é sem fim, como nosso campo visual é sem limite [*grenzenlos*].¹⁷⁶

Nesse aforismo, Wittgenstein contrapõe a infinitude da vida (que podemos aproximar da caracterização de 1929 do tempo primário, pois a vida é “*O Mundo tal como o Encontro*”,¹⁷⁷ assim como a realidade fenomênica que nos é dada) à ideia de uma duração temporal infinita (“*unendliche Zeitdauer*”). A eternidade (a infinitude) do tempo primário (da vida) não é concebida como quantidade de tempo (como uma duração infinita), mas é caracterizada pelo autor como espécie de atemporalidade (“*Unzeitlichkeit*”). Essa *atemporalidade* seria o modo como a eternidade se revela no constante presente.

¹⁷⁵ MS 106, p. 238-240 / PB, §143. (“Man könnte auch sagen: Die Unendlichkeit liegt in der Natur der Zeit, sie ist nicht ihre zufällige Ausdehnung. / Wir kennen ja die Zeit nur - gleichsam - von dem Stück Zeit her, was vor unsern Augen liegt. Es wäre sonderbar, wenn wir so ihre unendliche Ausdehnung erfassen könnten (in dem Sinn nämlich, wie wir sie erfassen würden, wenn wir selbst unendlich lang ihr Zeitgenosse wären). / Es geht uns mit der Zeit tatsächlich wie mit dem Raum. Die erfüllte Zeit, die wir kennen, ist begrenzt (endlich). Die Unendlichkeit ist eine innere Qualität der Zeitform”).

¹⁷⁶ TLP, 6.4311. (“Wenn man unter Ewigkeit nicht unendliche Zeitdauer, sondern Unzeitlichkeit versteht, dann lebt der ewig, der in der Gegenwart lebt. / Unser Leben ist ebenso endlos, wie unser Gesichtsfeld grenzenlos ist.”).

¹⁷⁷ Cf. TLP, 5.631.

No que tange à relação com 1929, o tratamento do tempo como uma *duração temporal infinita* (a ser repudiado) seria o tratamento da infinitude temporal como algo que poderíamos alongar ao infinito, caso pudéssemos viver para sempre (tratando a eternidade como *vida eterna*). Porém (e nos dois casos Wittgenstein busca salvaguardar a mesma concepção), o tempo primário (o tempo da vida, no TLP) não seria uma duração temporal infinita, mas uma espécie de *atemporalidade no presente* (como pudemos evidenciar em 1929, por meio da caracterização do tempo primário como a tela do cinema, na metáfora do projetor).

A grande dificuldade que se põe em 1929, para o entendimento do tempo e de sua relação com a memória (como fonte do tempo), é compreender a ideia de que o “pedaço de tempo [finito] que está na frente de nossos olhos” (ou que poderia nos ser dado pela memória) não é algo dentro de um tempo maior, mas é uma *totalidade*, que tem como *forma lógica* o tempo (que seria uma espécie de atemporalidade no presente – condição de possibilidade de toda e qualquer representação temporal). Por essas razões dirá Wittgenstein que “[o] tempo [primário] contém a possibilidade de todo futuro *agora*”,¹⁷⁸ pois esse tempo será “(...) a forma lógica do movimento” (como condição de possibilidade de toda e qualquer mudança).¹⁷⁹ Recorrendo novamente à metáfora do projetor, poderíamos dizer que a infinitude do tempo primário é a possibilidade infinita, que é a forma lógica temporal de tudo aquilo que nos é dado na tela (tanto dos fenômenos presentes quanto do passado, que nos pode ser dado através da memória).

Para a compreensão da articulação entre a finitude do que nos é dado e a infinitude do tempo é crucial notar que isso institui uma distinção *categorial* entre finito e infinito. Wittgenstein aborda essa distinção em uma passagem na página 199, do MS 106, na qual afirma:

Eu devo em algum sentido ter dois tipos de experiência: uma do finito, que não se pode transcender (essa ideia de transcendência é nos seus próprios termos um contrassenso), e uma do infinito. (...) A experiência dos fatos como vivência me dá o finito; os objetos *contêm* o infinito. Naturalmente não como um tamanho competindo com a experiência finita, mas intensionalmente.¹⁸⁰

¹⁷⁸ MS 106, p. 35 / PB, §140. (Grifo do autor e adendo em colchetes meu). (“Die Möglichkeit aller Zukunft hat die Zeit *jetzt* in sich”).

¹⁷⁹ Cf. MS 108, p. 27 / PB, §52. (“(...) die logische Form der Bewegung”).

¹⁸⁰ MS 106, p. 199 / PB, §138. (Grifo do autor). (“Ich muß also in irgendeinem Sinne zweierlei Erfahrungen haben: Eine des Endlichen, die es nicht übersteigen kann (diese Idee des Übersteigens ist an sich schon unsinnig), und eine des Unendlichen. (...) Die Erfahrung als Erleben der Tatsachen gibt mir das Endliche; die Gegenstände *enthalten* das Unendliche. Natürlich nicht als eine mit der endlichen Erfahrung konkurrierende Größe, sondern intentional.”)

A ideia de uma transcendência da experiência do finito é, nos seus próprios termos, um contrassenso, pois essa experiência é o que Wittgenstein denomina de mundo primário. Por exemplo, no que tange ao espaço visual, a ocorrência fenomenológica é a totalidade do campo de visão, que *agora* me é dado, como realidade finita. O erro que Wittgenstein visa desfazer é a compreensão dessa finitude como uma totalidade situada dentro de uma totalidade ainda maior (compreensão equivocada que nos levaria a um regresso ao infinito e ao tratamento do tempo como duração infinita). Caso o tempo finito que nos é dado fosse um pedaço de tempo dentro de um tempo maior, esse tempo abarcaria e excederia toda e qualquer ocorrência finita. Com isso, a realidade finita sempre estaria situada entre um passado e um futuro, pois seria sempre delimitada por um tempo maior. Isso, por sua vez, seria (novamente) apenas o tratamento *fisicalista* do tempo, no qual o presente é compreendido como algo que se opõe ao passado e ao futuro (como o fotograma presente que faz fronteira com os fotogramas passados e futuros). Em outros termos: para Wittgenstein, a infinitude do tempo primário não é uma totalidade que contém a finitude, mas é a possibilidade infinita que os objetos finitos dados nessa totalidade *contêm* (*enthalten*). Por essa razão dirá Wittgenstein que a infinitude do tempo é *intensional* (como possibilidade lógica). Assim, podemos resumir essas considerações através de uma passagem do MS 106, em que Wittgenstein afirma: “[o] vazio tempo infinito é apenas uma possibilidade dos fatos que, eles sim, são as realidades”.¹⁸¹

Essas mesmas considerações devem se aplicar aos dados da memória primária. O que nos é dado no ato da rememoração (pela memória primária) *não é* a representação *sincrônica* de uma série de vivências na memória, mas a rememoração de cada uma das vivências como *totalidade*; tal qual ela nos foi dada no vazio tempo infinito (que é a condição de possibilidade a forma lógica temporal).

Wittgenstein também expressa o caráter formal (e não-quantitativo) do tempo primário, em um importante trecho do MS 105: “[n]ão é assim: o fenômeno (*specious present*) contém o tempo, mas não está no tempo?/ Sua forma é o tempo, mas ele não tem lugar no tempo”.¹⁸² Se o presente da experiência imediata (caracterizado nessa passagem pela expressão de William James “*specious present*”) tivesse lugar no tempo,

¹⁸¹ MS 106, p. 236. (“Die leere unendliche Zeit ist nur die Möglichkeit von Tatsachen die erst die Realitäten sind”).

¹⁸² MS 105, p. 114 / PB, §69. (“Ist es nicht so: das Phänomen (*specious present*) enthält die Zeit, ist aber nicht in der Zeit? / Seine Form ist die Zeit aber es hat keinen Platz in der Zeit”).

a totalidade temporal que nos é dada *agora* seria um pedaço de tempo dentro de um tempo maior. Isso, por sua vez, levaria à compreensão da infinitude do tempo primário como uma *realidade infinita* (como o somatório infinito de todos os pedaços finitos de tempo, que são as realidades). Anos mais tarde, Wittgenstein retorna a essa caracterização do tempo primário (como *specious present*), em uma passagem na qual a contraposição que aqui temos em foco fica ainda mais evidente:

O que podemos chamar de tempo fenomenal (o *specious present*) não ocorre no tempo histórico (passado, presente e futuro), ele não é um pedaço de tempo.¹⁸³

O cerne da contraposição neste trecho é que o tempo primário (fenomenal) não é um pedaço de tempo, cujos limites fazem fronteira com um futuro e um passado que os excedem e o delimitam. A expressão “tempo histórico” é aqui usada como uma versão tardia da expressão “tempo secundário” – no qual há passado, presente e futuro.

Embora Wittgenstein utilize nessas duas citações a expressão de William James “*specious present*”, há uma importante diferença entre o uso de Wittgenstein e de James, que nos possibilitará precisar a posição defendida por Wittgenstein, sobre a infinitude do tempo primário. James define o *specious present* como: “(...) o modelo e protótipo de todos os tempos concebidos (...), a menor duração da qual estamos imediatamente e incessantemente cientes”.¹⁸⁴ Porém, para James, o *specious present* tem uma duração *mensurável* (de aproximadamente 12 segundos).¹⁸⁵ Nos termos de Wittgenstein, compreender o fenômeno (o *specious present*) como algo dotado de uma duração *mensurável* seria, justamente, cometer o erro de compreender o fenômeno como algo que “tem lugar no tempo”. Para Wittgenstein, o *specious present* (o presente da realidade fenomênica) não é mensurável, pois ele não é *limitado* por um tempo maior, de tal modo que pudéssemos especificar o tamanho desse presente, em relação a outros pedaços de tempo, que o delimitariam. É isso que torna o tempo primário um tempo que podemos caracterizar de *não-quantitativo*. Assim, James trata aquilo que para Wittgenstein é o tempo primário como um tamanho (pedaço de tempo) competindo com o que é dado de modo finito no *specious present* – enquanto para Wittgenstein, o

¹⁸³ MS 113, p. 123 / BT, §102, p. 351. (“Was wir die Zeit im Phänomen (specious present) nennen können liegt nicht in der Zeit (Vergangenheit, Gegenwart und Zukunft) der Geschichte, ist keine Strecke dieser Zeit.”).

¹⁸⁴ James, 1918, p. 631. (No texto original esta passagem encontra-se grifada). (“(...) *paragon and prototype of all conceived times (...), the short duration of which we are immediately and incessantly sensible*”).

¹⁸⁵ Cf. James, 1918, p. 613.

specious present será a totalidade que nos é dada no “vazio tempo [intensionalmente] infinito”.

Desse modo, é possível compreender a razão pela qual a confusão entre o estatuto do tempo primário e o secundário leva à (equivocada) suposição de que o tempo seria extensionalmente infinito. Caso pensemos que o tempo da realidade seja o tempo espacializado da física, supomos também que a sua infinitude seria uma “realidade infinita”, no qual o tempo seria uma *linha do tempo*, preenchida por todos os eventos físicos, que se estende ao infinito (sendo essa imagem algo que sequer teria sentido para Wittgenstein). Mas essa caracterização do tempo como o tratamento dos eventos de forma sincrônica não é nada mais que o modo pela qual as linguagens fisicalistas representam o tempo. O tempo ele mesmo não é infinito como uma *vida eterna*, mas é *agora* infinito, pois toda a possibilidade do futuro nos é dada *agora*.

Todas essas análises precedentes têm como pano de fundo a crítica de Wittgenstein à noção de infinito extensional. Através de suas críticas Wittgenstein visa defender a possibilidade exclusiva de um tratamento *intensional* do infinito; que ele aplicaria, principalmente, à infinitude do espaço, do tempo e do infinito matemático (chegando a afirmar que “(...) possibilidade matemática é precisamente a mesma que é no caso do tempo”).¹⁸⁶ Wittgenstein expressa a crítica ao tratamento extensional do infinito temporal, na porção posterior do MS 106:

Que não pensamos o tempo como realidade infinita, mas como intensionalmente infinito, é mostrado pelo fato de que, de um lado, não podemos imaginar um intervalo de tempo infinito e no entanto vemos que nenhum dia pode ser o último e assim que o tempo não pode ter fim.¹⁸⁷

Embora a infinitude do tempo primário não seja uma *vida eterna* (como realidade infinita), ainda assim, não podemos representar algo finito sem que pudéssemos conceber essa finitude como algo que poderia ser ainda maior.

Podemos agora retomar a caracterização inicial (por meio da metáfora do projetor), do modo como a memória nos seria dada no tempo primário, e cotejar tal caracterização como as análises sobre o tratamento não-quantitativo do tempo primário. A concepção da memória como uma *pedaço de tempo* seria a representação *sincrônica*

¹⁸⁶ MS 106 p. 147 / PB, §141 / PG, p. 466. (“(...) was in der Mathematik Möglichkeit genannt wird, ist eben dasselbe, was es auch in der Zeit ist”).

¹⁸⁷ MS 106, p. 238 / PB, §143. (“Daß wir die Zeit nicht als unendliche Realität sondern intentional unendlich auffassen zeigt sich so, indem wir uns einerseits einen unendlichen Zeitraum nicht denken können, aber doch sehen daß kein Tag der letzte sein kann, die Zeit also kein Ende haben kann.”).

do passado da memória. Nesse caso, confunde-se a memória como fonte do tempo com uma representação fisicalista da ordem da memória. É essa caracterização que leva a pensarmos que a finitude da memória implicaria a finitude do tempo, pois, visto que a memória é a fonte do tempo, o tempo que nos é dado deveria ter o *tamanho* da memória. Um modo equivocado de escapar dessa *finitude* seria tomar o tempo primário como um pedaço de tempo que excede o tamanho da memória. Porém, haveria aqui também o tratamento do tempo primário como uma duração de tempo e, conseqüentemente, da sua infinitude como o somatório de todas as porções finitas de tempo. Contra isso, alerta Wittgenstein: “[o] *tempo* [da memória] *não é um espaço de tempo* [Zeitraum], *mas uma ordem!*”.¹⁸⁸ A maneira de escapar desse dilema (do tratamento finito do tempo primário, ou do tratamento extensional da sua infinitude) – no que diz respeito à memória – é conceber que a ordem da memória não nos é dada de forma espacializada e sincrônica no mundo primário, mas sucessiva (*tal qual o fluxo da experiência imediata*). Ou seja, assim como na realidade finita que nos é dada o *agora* não se contrapõe a um passado e um futuro (pois esse presente é sem concorrentes), mas flui instituindo uma ordem dos eventos, os dados da memória (primária) nos serão dados de tal maneira que cada uma das vivências rememoradas também não se contrapõe (no ato da rememoração) às rememorações que as antecedem e as sucedem.

Em resumo: no mundo primário é possível rememorar *toda* a ordem e *todo* o conteúdo que nos foi dado na experiência imediata (pois a memória é a fonte do conhecimento), porém, uma vivência de cada vez (tal qual elas nos foram dadas). E caso queiramos representar a ordem da memória de forma espacial (sincrônica), não estaríamos mais no tempo que nos é dado no mundo primário, mas no tempo (*construído*) do sistema secundário (onde a memória não é mais a fonte do tempo e aquilo que verifica nossas proposições sobre o passado, porém, uma mera representação do passado, passível de verificação).

¹⁸⁸ BT, §105, p. 363. (Grifos do autor). (“*Die Zeit ist ja nicht ein Zeitraum, sondern eine Ordnung*”).

2. A impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica

No MS 105, de fevereiro de 1929, Wittgenstein levanta a seguinte indagação:

A linguagem fenomenológica descreve exatamente o mesmo que a [linguagem] ordinária, fisicalista. Ela deve apenas restringir-se ao que é verificável. Isto é possível?¹⁸⁹

A importância dessa indagação final encontra-se atrelada ao modo como a ideia de uma linguagem fenomenológica estaria (em 1929) na base da filosofia de Wittgenstein – tanto no que diz respeito à concepção da lógica da linguagem, quanto do seu método filosófico. Desde o TLP (como visto no início do capítulo 1), Wittgenstein postula a possibilidade de uma análise completa da linguagem, na qual chegaríamos a proposições que esgotam *todas* as suas possibilidades, no que diz respeito às condições de verdade ou falsidade – restringindo o mundo a apenas dizer sim ou não, diante da proposição. No TLP, esse âmbito seria o da linguagem completamente analisada, formada por proposições elementares. Em 1929, esse âmbito é o das proposições que descrevem a realidade fenomênica, de tal modo que o seu simbolismo mostraria em sua superfície a multiplicidade lógica dos fenômenos. Mas essa ideia (de um âmbito em que o sentido se mostraria de forma plenamente determinada) não é apenas uma tese sobre a lógica da linguagem, mas parte do *método* filosófico de Wittgenstein. Segundo Wittgenstein, através da análise completa das proposições (que torna visível a essência da linguagem e do mundo – visto que essas estruturas são isomórficas) os problemas filosóficos seriam resolvidos, pois são pseudo-problemas decorrentes do mau entendimento da lógica de nossa linguagem.¹⁹⁰ Desse modo, a questão pela possibilidade de uma linguagem que se restrinja a apenas o que é verificável (aos fenômenos) é a questão (em 1929) acerca da possibilidade da aplicação da lógica, assim como, do seu método filosófico.

Há várias interpretações sobre a constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica; porém, o único consenso entre os comentadores é que Wittgenstein abandona o projeto de construção dessa linguagem e que isso seria um importante momento no seu percurso filosófico. A pedra de toque dessa constatação é a passagem

¹⁸⁹ MS, 105, p. 108. (“Die phänomenologische Sprache beschreibt genau dasgleiche wie die gewöhnliche, physikalische. Sie muß sich nur auf das beschränken was verifizierbar ist. Ist das überhaupt möglich?”).

¹⁹⁰ Cf. TLP, p. 131.

amplamente citada, da página 176 do MS 107, de 23 de outubro de 1929, na qual Wittgenstein afirma que:

A suposição de que uma linguagem fenomenológica fosse possível e que efetivamente diga o que nós [devemos | queremos] expressar na filosofia é – creio eu – absurda.¹⁹¹

Mas na bibliografia secundária não há consenso acerca das razões que levam ao abandono da linguagem fenomenológica e, nem mesmo, do que seja tal linguagem (principalmente, no que diz respeito à indagação de se a linguagem fenomenológica deve ater-se apenas ao *presente* da experiência imediata, ou descrever o passado da memória).

Há três principais interpretações que explicitam a redução ao absurdo da ideia de uma linguagem fenomenológica em termos *temporais*. A primeira delas (e que possui maior relevância histórica – pelo seu caráter inovador) é a interpretação de Jikko Hintikka; presente, principalmente, nos artigos “Wittgenstein’s *annus mirabilis*”, de 1985, e “Wittgenstein on Being and Time”, de 1996.¹⁹² A segunda interpretação encontra-se no livro de Denis Perrin *Le flux et l’instant: Wittgenstein aux prises avec le mythe du present*, de 2007. A terceira interpretação é a proposta por Ferraz Neto, em seu livro *Fenomenologia em Wittgenstein: Tempo, Cor e Figuração*, de 2003 – que oferece a mais detida análise dos manuscritos de 1929 (embora tenha um escopo extremamente reduzido em relação às outras duas interpretações).

Farei uma exposição do modo como esses comentadores compreendem o abandono temporal da linguagem fenomenológica, visando aquilatar suas interpretações, à luz dos estudos precedentes aqui feitos acerca dos conceitos-chave das análises do tempo de Wittgenstein. A leitura de Hintikka, embora me pareça cometer vários equívocos (como abordaremos adiante), tem um importante ponto de afinidade com a interpretação que será aqui defendida – a se dizer: a localização da importância do papel da memória como critério de identidade, no período de 1929-1930 (embora esse tratamento seja bastante inconsistente em Hintikka). A interpretação de Ferraz Neto é a única que concebe a ruptura com a linguagem fenomenológica como algo que decorre do caráter não-quantitativo do tempo primário (que Ferraz Neto denomina

¹⁹¹ MS 107, p. 176. (“Die Annahme daß eine phänomenologische Sprache möglich wäre und die eigentlich erst das sagen würde was wir in der Philosophie ausdrücken [müssen] wollen] ist — glaube ich — absurd.”).

¹⁹² Ambos republicados em uma coletânea de 1996: “Wittgenstein’s *annus mirabilis*” (Hintikka 1996, p. 107-124) e “Wittgenstein on Being and Time” (Hintikka, 1996, p. 241-274).

“heterogêneo”); ao invés de compreendê-la como um problema de “sincronia” (que encontraremos em Hintikka e Perrin). Com isso, essa interpretação oferece uma chave de leitura singular para a compreensão dos desdobramentos positivos de impossibilidade da linguagem fenomenológica – que buscarei explorar e justificar como a interpretação que traz maior ganho explicativo à compreensão das análises do tempo de 1929. Em contrapartida, também buscarei frisar que o recurso à ideia de sincronia para explicitar a impossibilidade da linguagem fenomenológica constitui um equívoco interpretativo.

O estudo da interpretação de Denis Perrin (embora eu concorde, sobre vários aspectos, com o modo pelo qual ele concebe os desdobramentos das análises do tempo, na filosofia tardia de Wittgenstein) nos possibilitará uma pedra de toque para afastarmos aquilo que será aqui reputado como um modo incorreto de interpretar a linguagem fenomenológica – na qual ela é pensada como uma linguagem que deve descrever exclusiva e exaustivamente o *presente*. Através dessa crítica, buscarei justificar (ao longo deste capítulo) a importância dada à memória nas seções anteriores. Essa justificação ocorrerá, em parte, através da análise das páginas 108 a 114 do MS 105 (que formam os parágrafos 67 e 68 das PB) – analisadas de maneira bastante satisfatória por Ferraz Neto.

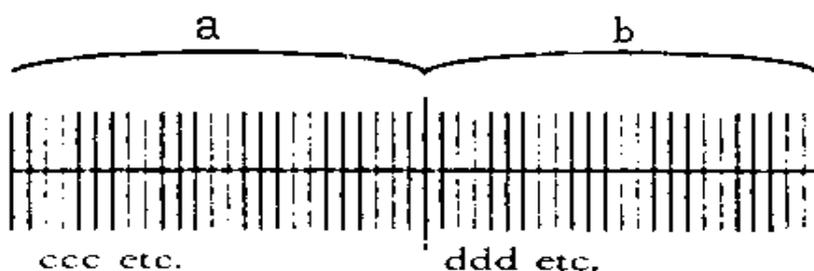
Mas antes de nos atermos ao estudo e crítica das interpretações *temporais* do abandono da linguagem fenomenológica, buscarei afastar duas interpretações *não temporais* dessa ruptura ocorrida em 1929.

2.1. A crítica a duas interpretações não temporais do abandono da linguagem fenomenológica

2.1.1. A interpretação de Kield Nielsen

O autor Kield Stehr Nielsen, em seu livro *The Evolution of the Private Language Argument* (2008), aborda a impossibilidade da linguagem fenomenológica recorrendo, principalmente, a trechos do MS 107, que formam o capítulo XX das PB. Embora o estudo do capítulo XX encontre-se para além dos limites desta tese (pois trata principalmente de problemas relacionados ao espaço visual),¹⁹³ é importante explicitar o erro que me parece haver nesta abordagem, pois uma interpretação da impossibilidade da linguagem fenomenológica que se atenha aos problemas do *espaço visual* esvaziaria (mesmo que apenas parcialmente) a importância da constatação *temporal* dessa impossibilidade. Outra razão para que aqui seja feita a crítica dessa interpretação é que ela parece não só ser uma via possível (embora equivocada) para a compreensão da impossibilidade da *linguagem* fenomenológica, mas também para a ruptura (que argumentarei acontecer, por volta de 1930-1931, pelo viés das análises do tempo) com o princípio da plena determinação do sentido.

O ponto de partida de Nielsen é a ideia (com a qual concordo) de que, no espaço visual, não há a distinção entre *ser* e *parecer ser*.¹⁹⁴ Essa distinção seria apenas possível através do recurso a elementos hipotéticos (que introduziriam métodos de verificação, por meio dos quais pensamos ser possível determinar que as coisas não são como elas parecem ser). O segundo passo de sua análise é o problema presente no parágrafo 208 das PB. Nesse trecho, Wittgenstein oferece a seguinte imagem:



Logo em seguida Wittgenstein afirma:

¹⁹³ Sobre esse assunto ver Soutif 2011.

¹⁹⁴ Cf. Nielsen, 2008, pp. 33-34, 187.

É obviamente possível para os intervalos a e b parecerem-me como tendo o mesmo tamanho e para os segmentos c e os segmentos d também me parecerem como tendo o mesmo tamanho, mas sua contagem revelar que tenho 25 cs e 24 ds.¹⁹⁵

Isso leva ao seguinte problema:

$$|a| = |b|, |c| = |d|, |24c| = |a|, |25d| = |b|$$

Desse modo, seria possível acerca da imagem visual de |d| que:

$$|d| = |c| = 24/25|d|$$

Isso levaria, de acordo com Nielsen, à seguinte conclusão: “[o] conceito de distância [*length*] não pode ser expresso em uma linguagem fenomenológica”.¹⁹⁶ Em outros termos, isso tornaria a ideia de distância “conceitualmente ininteligível”, vetando a possibilidade de uma linguagem fenomenológica.¹⁹⁷

Porém, o parágrafo 208 das PB, utilizado por esse comentador, parece-me poder ser mais bem interpretado, caso levemos em consideração algumas outras passagens do capítulo XX. Por esse viés, o trecho não conduziria à constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica, mas teria por objetivo mostrar apenas que não devemos confundir a ideia de exatidão do espaço euclidiano com o sentido de exatidão do espaço visual. No parágrafo 210, Wittgenstein escreve: “[a] questão é como explicar certas contradições que aparecem quando aplicamos os métodos de inferência usados no espaço euclidiano e no espaço visual”¹⁹⁸ – e esse seria (a meu ver) o cerne das seções que circundam esse trecho no capítulo XX. Por esse viés, o aparente paradoxo do parágrafo 208 (de que $|d| = |c| = 24/25|d|$) não seria um problema intrínseco ao espaço visual, mas algo que resulta da aplicação da linguagem fiscalista ao mundo da experiência imediata. Ou seja, a experiência imediata pareceria ser inexata e aproximada, *quando a comparamos* com a exatidão dos métodos de mensuração (fiscalistas), mas isso não quer dizer que ela seja intrinsecamente vaga e inexata. Isso estaria expresso principalmente no parágrafo 211 das PB:

¹⁹⁵ MS 107, p. 28 / PB, §208. (“Es ist offenbar möglich daß mir die Strecken a und b gleichlang erscheinen daß mir auch die Strecken c und d gleichlang erscheinen daß aber ihre Zählung ergibt daß ich 25 c und 24 d habe”).

¹⁹⁶ Nielsen, 2008, p. 187. (“The concept of length cannot be expressed in the phenomenological language”).

¹⁹⁷ Cf. Nielsen, 2008, p. 187.

¹⁹⁸ MS 107, pp. 33-34 / PB, §210. (“Es kommt darauf an, gewisse Widersprüche zu erklären, wenn wir auf den Gesichtsraum die Schlußweisen des euklidischen Raumes anwenden”).

As palavras “inexato”, “aproximado” etc. de fato têm apenas um sentido relativo, mas elas são *necessárias* e caracterizam a natureza da experiência; não como “aproximado” ou “vago” *em si mesmo*, mas como aproximado e vago em relação aos nossos meios de representação.¹⁹⁹

A grande conclusão desses trechos seria a constatação, no parágrafo 209, de que: “[a]qui se mostra – creio eu – que a imagem visual é muito mais complicada que à primeira vista parece”.²⁰⁰

Nas aulas de 1930-1933 (WLC 30-33),²⁰¹ Wittgenstein oferece o seguinte exemplo de cunho temporal. Wittgenstein pede aos alunos que imaginem um rio, com troncos de árvore flutuando correnteza a baixo, mantendo a mesma distância entre um tronco e outro. Segundo o autor, o intervalo de tempo entre a passagem, por exemplo, do décimo tronco e do vigésimo pode *parecer* o mesmo intervalo que entre o trigésimo e o quadragésimo. Porém, é possível constatar que, quando “(...) *medidos por um relógio*, esses intervalos não sejam iguais”.²⁰² Embora esse trecho sobre o tempo das notas de Moore não seja muito claro (e ele afirme que Wittgenstein “(...) disse muitas coisas nesta discussão que eu falhei em compreender e eu posso facilmente ter omitido pontos que ele poderia considerar de primeira importância”²⁰³), a analogia com os troncos que descem o rio claramente expressa uma versão temporal do argumento presente no parágrafo 208 das PB. Aqui (assim como no caso de que $|d| = |c| = 24/25|d|$), o intervalo de tempo entre o vigésimo e o trigésimo tronco parece ser (do ponto de vista da experiência imediata) igual ao intervalo entre o trigésimo e o quadragésimo, porém, eles não seriam intervalos iguais (do ponto de vista fisicalista, que recorre a um método de mensuração). O que é importante notar é que a ideia de uma linguagem fenomenológica sequer é mencionada nas notas das aulas de 1930-1933. O trecho em questão busca principalmente salientar que esses dois tempos (fenomenológico e físico) são distintos. Essa diferença é tão grande que o autor chega a afirmar, nesse mesmo período:

¹⁹⁹ MS 107, pp. 212-213 / PB, §211. (Grifos meus). (“Die Wörter "ungefähr", "beiläufig", etc. haben freilich nur relativen Sinn, aber sie sind doch *nötig* und sie charakterisieren die Natur unserer Erfahrung; nicht als an sich beiläufig oder verschwommen, aber doch als beiläufig und verschwommen in Relation zu den Mitteln unserer Darstellung”).

²⁰⁰ PB, §209. (“Es zeigt sich - glaube ich - hier, daß das Gesichtsbild viel komplizierter ist den ersten Blick zu sein scheint”).

²⁰¹ Moore, 1955. (Wittgenstein “(...) said a good many things in this discussion which I have failed to understand, and I may easily have omitted points which he would have considered of the first importance”).

²⁰² WLC 30-33, p. 23. (Grifos do autor) (“(...) *measured by a clock*, these intervals were not equal”).

²⁰³ WLC 30-33, p. 23. (“(...) said a good many things in this discussion which I have failed to understand, and I may easily have omitted points which he would have considered of the first importance.”).

Certamente a diferença entre tempo da memória e tempo físico é uma diferença lógica. Ou seja, as duas ordens poderiam perfeitamente bem ser chamadas por nomes completamente diferentes, e apenas se chama os dois de “tempo” visto que há uma determinada semelhança gramatical, exatamente como entre números cardinais e racionais; entre espaço visual, espaço tátil e espaço físico; como entre tons de cor [*Farbtönen*] e tons musicais [*Klangfarben*].²⁰⁴

Por esse viés, aceitando aqui o paralelo entre essa analogia temporal das aulas de 1930-1933 e parágrafo 208 das PB, é possível sugerir que o problema presente no capítulo XX das PB não vise expressar a impossibilidade da linguagem fenomenológica, mas mostrar apenas que a descrição da experiência imediata não deve ser confundida com a descrição fisicalista do mundo, pois em cada um desses casos a palavra “exatidão” teria um sentido distinto. Assim, o aparente paradoxo de que $|d| = |c| = 24/25|d|$ seria apenas um erro típico da filosofia, pois, para Wittgenstein: “[o]s piores erros filosóficos originam-se quando tentamos aplicar nossa linguagem ordinária – fisicalista – no âmbito dos dados imediatos”.²⁰⁵

Outro modo de expressar o equívoco da abordagem de Nielsen é através do tratamento detido da cronologia dos MSS. A afirmação de Wittgenstein que parece sacramentar a linguagem fenomenológica encontra-se no MS 107, página 176, de 23 de outubro de 1929: “[a] suposição de que uma linguagem fenomenológica fosse possível e que efetivamente diga o que nós [devemos | queremos] expressar na filosofia é – creio eu – absurda”.²⁰⁶ O modo como o problema do espaço visual, presente no parágrafo 208 das PB, encontra-se no início do MS 107 (página 28), de setembro de 1929, poderia sugerir que é essa análise que fundamenta a constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica – expressa no MS 107, página 176. Porém, já no MS 105 (*de fevereiro de 1929*), a impossibilidade da linguagem fenomenológica já se encontra expressa: “[a] linguagem pertence ao segundo sistema. Quando descrevo uma linguagem, eu essencialmente descrevo algo que pertence à física”.²⁰⁷ A constatação de que ela pertence ao segundo sistema é apenas a contraparte positiva da impossibilidade

²⁰⁴ MS 112, pp. 131r-131v / BT, §105, p. 365 (de 27 de novembro de 1931). (“Der Unterschied zwischen Erinnerungszeit und physikalischer Zeit ist natürlich ein logischer. D.h.: die beiden Ordnungen könnten sehr wohl mit ganz verschiedenen Namen bezeichnet werden und man nennt sie nur beide ”Zeit“, weil eine gewisse grammatische Verwandtschaft besteht, ganz wie zwischen Kardinal- und Rationalzahlen; Gesichtsraum, Tastraum und physikalischem Raum; Farbtönen und Klangfarben, etc., etc.”).

²⁰⁵ MS 107, p. 160 / PB, §57. (“Die ärgsten philosophischen Irrtümer entstehen immer, wenn man unsere gewöhnliche - physikalische - Sprache im Gebiet des unmittelbar Gegebenen anwenden will.”).

²⁰⁶ MS 107, p. 176.

²⁰⁷ MS 105, p. 114. (“Die Sprache selbst gehört zum zweiten System. Wenn ich eine Sprache beschreibe, beschreibe ich wesentlich etwas Physikalisches”).

da linguagem fenomenológica, alcançada seis meses antes da redação do trecho presente no capítulo XX das PB.

Que essa constatação seja algo que diz respeito ao tempo (e não ao espaço) é expresso de forma direta, em duas importantes passagens. Após dizer que a linguagem pertence ao segundo sistema, Wittgenstein afirma, no MS 105: “[o] que nós compreendemos pela palavra ‘linguagem’ flui no tempo homogêneo da física”. Logo em seguida, entre parênteses consta: “[c]omo foi feito perfeitamente claro pela comparação com um mecanismo”.²⁰⁸ Dedicar-nos-emos ao estudo do referido mecanismo, ao abordar a interpretação de Ferraz Neto. Porém, é claramente evidente que o problema em questão no trecho do mecanismo diz respeito a um problema acerca do estatuto temporal do mundo primário.²⁰⁹

Outra passagem na qual o caráter temporal da impossibilidade da linguagem fenomenológica é expresso é a sequência do trecho, cujo início é amplamente citado na bibliografia secundária:

A suposição de que uma linguagem fenomenológica fosse possível e que efetivamente diga o que nós [devemos | queremos] expressar na filosofia é – creio eu – absurda. Nós devemos nos virar com nossa linguagem comum e apenas compreendê-la corretamente. Isto é, não devemos nos deixar ser induzidos por ela a dizer contrassenso. Quero dizer: o que eu chamo de um sinal deve ser o que é chamado de um sinal na gramática; algo no filme, não na tela.²¹⁰

A alusão ao filme, em contraposição à tela, é uma referência direta à metáfora do projetor, por meio da qual Wittgenstein expressa a distinção entre tempo primário e tempo secundário. O final deste trecho citado (cujo início é a passagem mais conhecida de Wittgenstein sobre o abandono da linguagem fenomenológica) é apenas uma outra versão da frase do MS 105 de que “[o] que nós compreendemos pela palavra ‘linguagem’ flui no tempo homogêneo da física”.²¹¹

Um erro ainda mais grave que o de Nielsen (que sua interpretação poderia sugerir) seria tentar retirar não apenas a impossibilidade da linguagem fenomenológica do capítulo XX (como faz Nielsen), mas o fim do período fenomenológico (embora

²⁰⁸ MS 105, p. 114 / PB, §69d. (“Was wir unter dem Wort "Sprache" verstehen, läuft in der homogenen physikalischen Zeit ab. (Wie das durch den Vergleich mit dem Mechanismus vollkommen klar wird.)”).

²⁰⁹ Cf. MS 105, p. 108 / PB, §67a.

²¹⁰ MS, 107, p. 176. (“Die Annahme daß eine phänomenologische Sprache möglich wäre und die eigentlich erst das sagen würde was wir in der Philosophie ausdrücken [müssen] wollen] ist — glaube ich — absurd. Wir müssen mit unserer gewöhnlichen Sprache auskommen und sie nur richtig verstehen. D.h. wir dürfen uns nicht von ihr verleiten lassen Unsinn zu reden. / Ich meine: was ich Zeichen nenne muß das sein was man in der Grammatik Zeichen nennt, etwas auf dem Film nicht auf der Leinwand.”)

²¹¹ MS 105, p. 114 / PB, §69d.

Nielsen tenha o cuidado de não cometer esse equívoco).²¹² Mas esse seria um erro compreensível, pois, aparentemente seria possível ler no capítulo XX uma mudança que está por acontecer naquele período (que é o abandono da tese de que a multiplicidade lógica dos fenômenos possa determinar a essência da linguagem). Mas isso ainda (de acordo com a tese aqui defendida – que expressarei no capítulo 4) não ocorre no MS 107, pois Wittgenstein ainda aceita ali o colapso entre passado e memória (cuja ruptura será a maneira pela qual interpretarei o final do período fenomenológico). Por exemplo, no parágrafo 206 das PB, Wittgenstein diz:

É certamente possível determinar a identidade de uma posição no campo visual, pois, de outra forma, não seríamos capazes de distinguir se uma mancha sempre permanece no mesmo lugar ou se ela muda seu lugar. Imaginemos uma mancha que desaparece e reaparece, podemos certamente dizer se ela aparece no mesmo lugar ou em outro.²¹³

Esse trecho claramente mostra, no mesmo capítulo no qual Nielsen busca fundamentar sua interpretação, que Wittgenstein ainda aceita que a experiência imediata nos seria dada de forma plenamente determinada. Como visto, o parágrafo 208 das PB pode ser interpretado como a ideia de que a experiência imediata pareceria ser inexata e aproximada, *apenas* quando comparada com a exatidão dos métodos de mensuração (fiscalistas). Isso, de modo algum, significa que ela seja intrinsecamente vaga e inexata (“(...) não como “aproximado” ou “vago” em si mesmo, mas como aproximado e vago em relação aos nossos meios de representação”).²¹⁴ E é justamente o abandono da ideia de que na experiência imediata há um critério para a exatidão da descrição fenomenológica (de tal modo que ela seria intrinsecamente determinada) que encontraremos por volta de 1930-1931 (como abordaremos no capítulo 4, ao analisarmos o PS).

2.1.2. A interpretação de Alva Noë

O erro de Alva Noë (em sua excelente exposição do que consiste a fenomenologia para Wittgenstein – no seu artigo de 1994) é bem mais pontual que o de Nielsen, porém, jogaria por terra todos os esforços depreendidos pelos autores que

²¹² Cf. Nielsen, 2008, pp. 35-40.

²¹³ MS 105, pp. 29-31 / PB, §206. (“Es ist offenbar möglich, die Identität eines Ortes im Gesichtsfeld festzustellen, denn sonst könnte man nicht unterscheiden, ob ein Fleck immer im gleichen Ort bleibt oder ob er seinen Ort ändert. / Denken wir uns einen Fleck, der verschwindet und wieder auftaucht, so können wir doch sagen, ob er am gleichen Ort wieder erscheint oder an einem anderen”).

²¹⁴ Grifos meus.

abordaremos na sequência deste capítulo 2, que tratam da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica (assim como, jogaria por terra grande parte dos esforços desta pesquisa). Para Noë, a impossibilidade da linguagem fenomenológica não leva à mudança no método de Wittgenstein (como buscarei mostrar no final deste capítulo 2), mas seria a mudança de método que levaria ao abandono do projeto de construção de uma linguagem fenomenológica.

Noë aborda esse tema pelo viés da aceitação de Wittgenstein (no início da década de trinta) da arbitrariedade da gramática. Seu ponto de partida é a tese (com a qual concordo) de que “[a] gramática da linguagem fenomenológica está longe de ser arbitrária, pelo contrário, ela é determinada pela natureza essencial da experiência imediata”.²¹⁵ A busca pela linguagem fenomenológica seria a busca por um simbolismo completamente perspicuo, que mostraria em sua sintaxe a essência da experiência imediata. Mas, segundo ele (e esse será o nosso ponto de discordância):

Não foi a impossibilidade de uma linguagem fenomenológica que convenceu Wittgenstein da arbitrariedade da gramática. Na verdade, é o contrário.²¹⁶

Segundo esse comentador, Wittgenstein teria explorado a importância da ideia de que a investigação fenomenológica era uma investigação gramatical, pois o objetivo da fenomenologia era exibir as possibilidades da realidade, que determinavam as possibilidades últimas da linguagem.²¹⁷ A grande mudança é que Wittgenstein teria se dado conta (ao aproximar fenomenologia e gramática) de que a tarefa da filosofia não deveria ser o desenvolvimento de uma notação estruturalmente isomórfica à realidade, mas o entendimento do que faz sentido dizer acerca da experiência. Porém, isso tornaria, segundo ele, a fenomenologia desnecessária, pois “(...) o que faz sentido dizer sobre a experiência é independente do modo como a experiência é”.²¹⁸

A principal razão pela qual essa interpretação seria equivocada é que o abandono da linguagem fenomenológica é certamente anterior ao desenvolvimento do novo método filosófico. Já no MS 105 (de janeiro de 1929) Wittgenstein constata a impossibilidade de tal linguagem (“[o] que nós compreendemos pela palavra

²¹⁵ Noë, 1994, p. 24. (No texto original, toda esta passagem encontra-se em itálico). (“The grammar of phenomenological language is far from arbitrary, rather, it is determined by the essential nature of immediate experience”).

²¹⁶ Noë, 1994, p. 25. (“It was not the impossibility of a phenomenological language that convinced Wittgenstein of the arbitrariness of grammar. The converse is the truth”).

²¹⁷ Cf. Noë, 1994, p. 9.

²¹⁸ Noë, 1994, p. 25. (“(...) what it makes sense to say about experience is independent of what experience is like”).

‘linguagem’ flui no tempo homogêneo da física”.²¹⁹). O desenvolvimento do novo método filosófico (que abordaremos apenas no final deste capítulo 2) é expresso, principalmente, no MS 107, de outubro de 1929:

[S]e nós descrevemos a classe de linguagens que preenchem o seu propósito, então, fazendo isso, teríamos mostrado o que é essencial a elas e dado uma representação imediata da experiência imediata.²²⁰

Mesmo que tomemos como foco a passagem amplamente citada na bibliografia secundária sobre o ocaso da linguagem fenomenológica (de outubro de 1929),²²¹ ainda assim, o novo método só seria expresso trinta páginas depois (na página 205 do MS 106) – sendo a passagem sobre a absurdidade da linguagem fenomenológica de 23 de outubro e a passagem do novo método de 25 de novembro.

²¹⁹ MS 105, p. 114 / PB, §69d.

²²⁰ MS 107, pp. 205-206 / PB, §1. (“[W]enn man quasi die Klasse der Sprachen beschreibt, die ihren Zweck erfüllen, dann hat man damit ihr Wesentliches gezeigt und damit die unmittelbare Erfahrung unmittelbar dargestellt”).

²²¹ Cf. MS 107, p. 176 (“A suposição de que uma linguagem fenomenológica fosse possível e que efetivamente diga o que nós [devemos | queremos] expressar na filosofia é – creio eu – absurda”).

2.2. As interpretações temporais da impossibilidade da linguagem fenomenológica

2.2.1. O pioneirismo da interpretação temporal de Hintikka

Segundo Jakko Hintikka, o abandono da linguagem fenomenológica é uma reviravolta que marca “(...) o *único* corte definido [*clear-cut*] na mudança inicial da visão de Wittgenstein”.²²² A importância atribuída por Hintikka a esse abandono pode ser explicitada através do modo como compreende o TLP em termos fenomenológicos. Segundo ele, o TLP é “(...) um exercício em fenomenologia”,²²³ que acolhe a redução russelliana da linguagem aos objetos conhecidos por familiaridade (*acquaintance*) – com a exceção de que não seria necessária a familiaridade com as formas lógicas, visto que, para Wittgenstein, as formas lógicas seriam as formas dos objetos conhecidos por familiaridade.²²⁴ Nesse caso (e em oposição a Russell), os objetos simples carregariam todo o peso de determinar a forma lógica das proposições elementares. Essa redução da linguagem aos objetos conhecidos por familiaridade seria uma “redução fenomenológica”, haja vista que a linguagem seria concebida tendo em sua base relações semânticas verticais de dois lugares (*two-place relations*), entre os nomes e os fenômenos.²²⁵ A concatenação de nomes, no âmbito proposicional, representaria, de forma imediata, concatenações possíveis de objetos – de tal modo que os nomes seriam isomórficos ao seu significado – e cuja verdade ou falsidade seria determinada de forma também *imediata*, pela comparação entre a proposição e o fato afigurado. Essa concepção de que a linguagem figura de forma imediata um fato possível seria estendida à linguagem como um todo através da ideia de que todas as proposições complexas seriam funções de verdade de proposições elementares.²²⁶

O afastamento com relação ao TLP teria lugar em 1928-1929, com o reconhecimento de Wittgenstein de que a linguagem possui alguns aspectos não veri-

²²² Hintikka, 1986, p. 138 (Grifos do autor). (“(...) the *only* clear-cut initial change in Wittgenstein’s view”).

²²³ Hintikka, 1996, p. 56. (“(...) an exercise in phenomenology”).

²²⁴ Cf. Hintikka, 1996, p. 55-77, 212-3. (Cf. Marion, 1998, pp. 5-6).

²²⁵ Cf. Hintikka, 1986, p. 179-180.

²²⁶ Cf. Hintikka, 1996, p. 82-84.

funcionais e, desse modo, não figurativos.²²⁷ Esse reconhecimento é atribuído por Hintikka, principalmente, ao problema da incompatibilidade das cores e à constatação da presença necessária de parâmetros numéricos nas proposições elementares.²²⁸ O problema da incompatibilidade das cores revelaria a dependência lógica entre as proposições elementares, de tal modo que as proposições complexas não poderiam ser relacionadas às elementares exclusivamente por meio de funções de verdade. Os números, por sua vez, entrariam como parâmetros nas proposições elementares, pois, segundo Hintikka, Wittgenstein adotaria no período em questão a ideia de que o cálculo operado com números e equações faria parte do modo pela qual as proposições complexas seriam projetadas sobre a realidade.²²⁹ Esses aspectos não veri-funcionais seriam responsáveis por instituir uma incomensurabilidade *temporal* entre a linguagem e a realidade.

O ponto de partida da interpretação temporal de Hintikka é a distinção de Wittgenstein entre o “tempo da informação” (“*information-time*” – denominado aqui de “tempo físico”) e o “tempo da memória” (“*memory-time*” – o tempo fenomenológico). Para Hintikka, o uso do tempo físico implicaria que as especificações das referências temporais seriam feitas através de uma “(...) cronologia pública, implementada por meio de relógios, calendários e outras tais parafernalias da medição de tempo”.²³⁰ Em contraste, no tempo da memória, explícita ou implicitamente, seria necessário fazer referência ao “agora” e, assim, ele incluiria todas as referências temporais indexicais. Além de ser um sistema de referência temporal “centrado no agora” (“*now-centered*”), no tempo da memória não haveria a determinação das extensões de tempo (“*time-spans*”), mas apenas a relação de antes e depois baseado apenas nas memórias e expectativas.²³¹ Para que a linguagem fenomenológica (tractarianamente concebida como figurações imediatas dos fatos) fosse possível, o tempo da memória deveria ser autossuficiente, pois a realidade fenomênica à qual a linguagem é retrçada nos é dada nesse tempo.

²²⁷ Cf. Hintikka, 1996, p. 83-84.

²²⁸ O problema da incompatibilidade das cores é tratado por Hintikka em 1986, p. 121-132 e a necessária presença de parâmetros numéricos em 1996, p. 264.

²²⁹ Cf. Hintikka, 1996, p. 85.

²³⁰ Hintikka, 1996, p. 241-242. (“(...) a public chronology, implemented by clocks, calendars, and other such time-keeping paraphernalia”)

²³¹ Cf. Hintikka, 1996, p. 242.

O cerne de sua interpretação da impossibilidade temporal de uma linguagem que se atenha ao tempo da memória é que os aspectos não veri-funcionais da linguagem seriam operações (cálculos) que deveriam acontecer no tempo físico. Segundo Hintikka:

A correção de um cálculo é predicada a partir dos símbolos da linguagem persistentes no tempo físico e da habilidade daquele que calcula reconhecer a identidade desses objetos físicos (os símbolos) através do tempo. O critério de tal identidade pode apenas ser fisicalista, não fenomenológico.²³²

Hintikka atribui a Wittgenstein neste trecho uma concepção da matemática (do cálculo) que o vincula diretamente ao fisicalismo, visto que, de acordo com Hintikka:

Calcular de cabeça é parasitário, de acordo com Wittgenstein, do cálculo com símbolos no papel ou em um ábaco. As próprias marcas empregadas em tais cálculos devem ser objetos físicos persistentes.²³³

Nesse caso, seria a *fisicalidade* dos símbolos envolvidos no cálculo, parte do método de verificação, que tornaria a linguagem necessariamente fisicalista, no sentido de que aquele que calcula deveria ser capaz de reconhecer a identidade desses símbolos ao longo do tempo.

O importante desdobramento dessa constatação é que, de acordo com Hintikka, ela colocaria a comparação entre a linguagem e o mundo em uma nova perspectiva:

Não apenas [a comparação entre a linguagem e mundo] se baseiam em operações anteriores com combinações de símbolos de nossa linguagem. Os objetos operados, as sentenças e outras expressões de nossa linguagem, pertencem ao mundo físico. *A fortiori*, sempre que uma expressão é comparada com os fatos, com o mundo, esse fato deve ser um fato físico. Além disso, a comparação entre o mundo e a linguagem tem lugar em um momento do tempo diferente do momento no qual a sentença foi originalmente feita. Elas não são feitas dentro do *specious present*²³⁴.

Sobre essa passagem, é crucial notar que Hintikka depreende teses ontológicas a partir da constatação do caráter fisicalista da linguagem. Não só a linguagem é fisicalista, mas os fatos com os quais ela será comparada devem ser fatos no mundo

²³² Hintikka, 1996, p. 264. (“The correctness of calculation is predicated on the persistence of linguistic symbols in physical time and on the calculator’s ability to recognize the identity of these physical objects (markers) throughout time. The criteria of such identity can only be physicalistic, not phenomenological.”).

²³³ Hintikka, 1996, p. 264. (“Calculating in one’s head is parasitic according to Wittgenstein on calculating with symbols on paper or with an abacus. the very markers employed in such calculations have to be temporally persisting”).

²³⁴ Hintikka, 1996, p. 265. (“Not only do they rely on antecedent operations on the symbol combinations of our language. The objects operated on, the sentences and other expressions of our language, belong to the physical world. *A fortiori*, whenever an expression is compared with the facts, with the world, this expression is a physical object or physical fact. Moreover, the comparison between the world and the language takes place at the moment of time different from the one in which the statement was originally made, because the intervening calculations inevitably take some (physical) time. They are not made within a *specious present*”).

físico. Isso trará uma tensão à interpretação de Hintikka, pois ele também oferecerá um tratamento não ontológico dessa constatação – que implica a inversão da primazia entre o tempo fenomênico e o tempo físico – em termos quantificacionais.

Essa tensão (entre o viés ontológico e o não-ontológico) estaria, de acordo com ele, presente na própria filosofia de Wittgenstein como uma consequência do fato de que Wittgenstein nunca teria atingido, segundo ele, uma “clareza completa [full clarity]”, no que tange à distinção entre o tempo físico e o fenomenológico, como o contraste entre o modo perspectivo de identificação (que sempre faz referência ao *aqui* e a *agora*) e o modo público (que se vale dos métodos de mensuração fisicalistas) – que ficaria expresso no tratamento quantificacional da distinção.²³⁵ Ou seja, para Hintikka:

[E]mbora Wittgenstein tenha visto a conexão entre o problema da identificação e a noção de objeto [*objecthood*], ele nunca relacionou isso à tão importante noção de quantificador, com o propósito de explicitar totalmente o contraste como sendo equivalente à distinção entre dois tipos de quantificadores. Ironicamente, um entendimento completo do conceito mais central de toda a lógica contemporânea, a noção de quantificador, assim escapou a Wittgenstein.²³⁶

Wittgenstein só teria se aproximado desta clareza, segundo Hintikka, no *Blue Book*, ao tratar a distinção como o contraste entre o modo perspectivo de identificação e o modo público.²³⁷

O viés ontológico do problema da distinção entre os dois tempos é o de que, segundo o comentador:

O contraste entre os dois conceitos de tempo implica um contraste similar entre dois tipos ontológicos diferentes de objetos. A diferença entre os dois tipos encontra-se [*lies*] em suas condições de identidade²³⁸.

No tempo da memória, a identidade dos objetos seria dada tão somente pela memória, pois “(...) para tais objetos fenomenológicos [os aspectos] não há *critério de identidade* através do tempo exceto a memória”.²³⁹ Desse modo, “[a] pretericidade

²³⁵ Cf. Hintikka, 1996, p. 267.

²³⁶ Hintikka, 1996, p. 261. (“[E]ven though Wittgenstein saw the connection between the problem of identification and the notion of objecthood, He never brought in the all-important notion of quantifier for the purpose of spelling out the contrast fully as being tantamount to a distinction between two kinds of quantifiers. Ironically, a full understanding of the most central concept of contemporary logic, the notion of quantifier, thus eluded Wittgenstein”).

²³⁷ Cf. Hintikka, 1996, p. 245-248.

²³⁸ Hintikka, 1996, p. 245. (“The contrast between two different concepts of time implies a similar contrast between two ontologically different kinds of objects. The difference between the two kinds lies in their identity conditions”).

²³⁹ Hintikka, 1996, p. 244. (Grifo meu). (“(...) for such phenomenological objects there are no criteria of identity through time except memory”).

[*pastness*] de um objeto da memória deve ser parte da forma lógica daquele objeto”.²⁴⁰ Esta concepção permitiria, segundo Hintikka, a Wittgenstein tratar a ostensão como um modo de determinar (imediatamente e de uma vez por todas) a identidade dos objetos (fenomênicos). Já no caso do tempo físico, seria necessário um critério para identidade que se refira a “(...) atributos ‘essenciais’ temporalmente persistentes [*persisting*] dos objetos, [e] nossos objetos devem ser temporalmente persistentes para terem suas identidades testadas por tal critério”.²⁴¹ Ou seja, no caso dos objetos físicos não seria apenas necessário um critério de identidade, mas um critério de re-identificação dos objetos, pois tais objetos seriam temporalmente persistentes (diferentemente dos dados imediatos). Isso não seria o abandono da importância das relações semânticas verticais (antes dadas pela memória primária), mas o reconhecimento de que regras têm um papel crucial na relação entre linguagem e realidade. As regras desempenharão o papel de critérios fisicalistas para a re-identificação dos objetos físicos. Esse critério de identidade fisicalista não seria apenas necessário para a manipulação dos símbolos (que são objetos físicos), presentes nas operações de cálculo (necessárias ao método de verificação), mas também à identificação dos objetos físicos que compõem os fatos físicos, com os quais a proposição será comparada.

Embora tal contraste ontológico estivesse presente, para Hintikka, no modo como Wittgenstein formula o problema, tal contraste se dissiparia, tão logo o problema fosse formulado em termos quantificacionais. Na linguagem fisicalista a quantificação seria sobre objetos temporalmente persistentes, enquanto na linguagem fenomenológica sobre “cortes temporais” (“*time-slices*”) de objetos persistentes – que seriam os seus aspectos fenomênicos. Porém (e esse é o ponto crucial), segundo Hintikka, essa multiplicação dos quantificadores não “(...) implica uma multiplicação das entidades no mundo”.²⁴² Ou seja:

A diferença é conceitual. Ela é ilustrada pela diferença entre quantificar sobre objetos persistentes versus quantificar sobre objetos habitando [*inhabiting*] um corte temporal [*time-slices*] de um curso de eventos²⁴³.

²⁴⁰ Hintikka, 1996, p. 252. (“[T]he pastness of an object of memory must be part and parcel of the logical form of that object”).

²⁴¹ Hintikka, 1996, p. 245. (“(...) temporally persisting “essential” attributes of objects, our objects must be temporally persisting in order to have their identity tested by such criteria”).

²⁴² Cf. Hintikka, 1996, p. 262.

²⁴³ Hintikka, 1996, p. 245. (“The difference is a conceptual one. It is illustrated by the difference between quantifying over persisting objects vs. quantifying over objects inhabiting one single time-slice of a course of events”).

Nessa perspectiva não-ontológica da distinção, a conclusão que Hintikka retira do fato de que a aplicação do método de verificação da linguagem toma tempo (por conta dos seus elementos não-verificáveis) é que a *linguagem* necessitaria quantificar sobre objetos que perduram (ao menos o tempo que se faz necessário para que a verificação seja possível) – embora a realidade nos seja dada como um fluxo de aspectos fenomênicos (no tempo da memória). Assim, para Hintikka, Wittgenstein resolveria a tensão entre o viés ontológico e o não-ontológico da distinção entre o tempo físico e o tempo fenomenológico distanciando-se gradativamente (ao longo da primeira metade da década de trinta) do viés ontológico, ao priorizar, por fim, o aspecto não-ontológico da inversão (ocorrida em 1929), da primazia entre o tempo da memória e o tempo físico. Desse modo, a inversão de 1929 não alteraria o estatuto ontológico dos objetos que constituem a realidade, de tal modo que, segundo Hintikka, Wittgenstein manteria por toda a sua vida uma *ontologia fenomenológica*, na qual a realidade seria composta por dados sensoriais (e, por essa razão, Wittgenstein seria, para ele, um "cartesiano enrustido" ("*closet-Cartesian*"²⁴⁴)). A inversão apenas representaria a constatação de que a linguagem deve falar de objetos que perduram no tempo físico e essa seria uma maneira necessária da linguagem se referir à realidade que nos é dada no tempo fenomenológico. Essa conclusão estaria condensada na afirmação de Wittgenstein (que é o grande *motto* da interpretação de Hintikka): “[o] mundo em que vivemos é o mundo dos dados sensoriais, mas o mundo do qual falamos é o mundo dos objetos físicos”.²⁴⁵

Embora essa interpretação de Hintikka tenha vários elementos com os quais concordarei, o modo como ele articula a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica e as conclusões que ele retira dessa impossibilidade são passíveis de várias críticas.

Para Hintikka, o que veta a possibilidade da linguagem fenomenológica é que a fisicalidade dos símbolos envolvidos no cálculo do método de verificação exigiriam que a linguagem fosse fisicalista. Segundo esse autor, aquele que calcula deveria ser capaz de reconhecer a identidade desses símbolos ao longo do tempo – sendo, assim, necessário um critério fisicalista de re-identificação desses objetos, para que a linguagem pudesse ser comparada à realidade. Isso colocaria, segundo ele, a relação

²⁴⁴ Cf. Hintikka, 1986, p. 292.

²⁴⁵ WLC 30-32, p. 82. (“The world we live in is the world of sense-data; but the world we talk about is a world of physical objects”).

entre linguagem e mundo em uma nova perspectiva, pois “[n]ão se pode colocar um objeto fisicalista como uma sentença lingüística ‘em cima de’ [*on the top of*] um estado de coisas fenomenológico”.²⁴⁶ Ou seja, em termos temporais, Hintikka sustenta que uma proposição composta de objetos temporalmente persistentes (que são os símbolos usados no cálculo do método de mensuração) não pode ser comparada com os aspectos fenomênicos, dados no constante fluxo do *specious present*. Para que seja possível a relação entre a linguagem e a realidade seria, então, necessário que o fato com o qual a proposição fosse comparada fosse um fato físico, no tempo físico.²⁴⁷

Embora concorde com a ideia de que os cálculos requeridos pelo método de verificação “(...) tomam uma quantidade de tempo (físico) não-desprezível”,²⁴⁸ a tese de que não se pode colocar uma sentença lingüística, *por ser um objeto físico*, “em cima de” um estado de coisas fenomenológico, claramente negligencia o caráter *gramatical* da relação entre as linguagens fisicalistas e a realidade fenomênica. Como alerta Wittgenstein:

Não esqueçamos que a linguagem fisicalista descreve também o mundo primário e não um mundo hipotético. A hipótese é apenas uma conjectura sobre o modo mais prático [correto (?)] de apresentação [*Art der Darstellung*].²⁴⁹

Contrariamente à interpretação de Hintikka, pode-se afirmar que o “encaixe” é desde sempre garantido pelo fato de que a linguagem fisicalista descreve também o mundo primário – sendo que “(...) a fenomenologia é a gramática da descrição dos fatos, sobre os quais a física constrói suas teorias”.²⁵⁰ E mesmo após a constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica, Wittgenstein ainda mantém a possibilidade desse “encaixe” através da distinção entre hipótese e proposição genuína (como abordaremos no capítulo 3) – na qual a proposição genuína é compreendida como uma proposição que descreve a experiência imediata. O que Wittgenstein abandona em 1929 (de acordo com a interpretação que será aqui defendida do abandono da linguagem fenomenológica) é a suposição de que a *gramática* da descrição dos fatos

²⁴⁶ Hintikka, 1996, p. 265. (“You cannot put a physicalistic object like a linguistic sentence “on the top of” a phenomenological state of affairs”).

²⁴⁷ Cf. Hintikka, 1996, p. 265.

²⁴⁸ Hintikka, 1996, p. 73. (“(...) indeed takes a non-negligible amount of (physical) time”).

²⁴⁹ MS 105, p. 108. (“Vergessen wir nicht daß die physikalische Sprache auch wieder nur die primäre Welt beschreibt und nicht etwa eine hypothetische Welt. Die Hypothese ist nur eine Annahme über die [praktischste] richtige (?) Art der Darstellung”).

²⁵⁰ MS 105, p. 5 / PB, §1e. (“Dann wäre also die Phänomenologie die Grammatik der Beschreibung derjenigen Tatsachen, auf denen die Physik ihre Theorien aufbaut”).

(a forma lógica da realidade) fosse passível de ser explicitada através de um simbolismo completamente perspicuo.

Porém, o tratamento não-ontológico (quantificacional) dado por Hintikka parece amenizar esse equívoco (no qual concebe a impossibilidade nos termos de uma incompatibilidade ontológica/temporal entre os fatos físicos (as proposições) e os estados de coisas fenomenológicos). No tratamento quantificacional, a conclusão final de Hintikka é a de que o caráter fisicalista da linguagem apenas sustenta que ela deve *quantificar* sobre objetos físicos, e esse seria o modo como a linguagem necessariamente fala da realidade *fenomênica*. Essa conclusão, por sua vez, parece coadunar-se com a ideia de que a dimensão hipotética das linguagens fisicalistas é apenas um modo de apresentação da realidade fenomenica.

Um grave problema da interpretação de Hintikka é o modo como relaciona o problema da identidade dos objetos físicos e a memória. Embora seja um grande mérito de sua interpretação localizar o papel da memória como critério de identidade dos fenômenos (“(...) para tais objetos fenomenológicos [os aspectos] não há critério de identidade através do tempo exceto a memória”²⁵¹), há um grave equívoco no modo como compreende o papel da memória e a identidade dos objetos físicos. A razão oferecida por Hintikka, contrária à ideia de que o critério dos objetos físicos pudesse ser fenomenológico é o de que, segundo ele:

Como em Descartes, Wittgenstein não acreditava implicitamente no testemunho da memória, que no caso de Wittgenstein inclui re-identificação dos objetos físicos por meio da memória e de modo mais geral memórias faladas das comparações passadas entre linguagem e mundo.²⁵²

Atendo-se inicialmente ao problema da relação entre a memória e a re-identificação, nesse trecho, Hintikka defende a tese de que o critério de identidade dos objetos físicos não pode ser dado pela memória, visto que Wittgenstein “não acreditava implicitamente no testemunho da memória”. Caso se compreenda essa afirmação como dizendo respeito à memória no sentido fenomenológico como a *fonte*, ela seria completamente antagônica à posição de Wittgenstein – que compreende a memória como o fazedor-de-verdade das proposições sobre o passado. Caso se compreenda essa afirmação como versando sobre a memória como uma mera representação de um *evento*

²⁵¹ Hintikka, 1996, p. 244

²⁵² Hintikka, 1996, p. 264. (“Like Descartes, Wittgenstein did not implicitly believed in the testimony of memory, which in Wittgenstein’s case includes re-identification of physical objects by means of memory and more generally speaking memories of past language-world comparisons”).

físico passado, ela atribuiria uma forma de ceticismo, que perde de vista o próprio estatuto da memória como representação de um evento físico. O erro de Hintikka, nesse caso, seria afirmar que Wittgenstein não acredita que a memória fosse capaz de cumprir um determinado papel (dar um critério de identidade), porém, dado o estatuto lógico que Wittgenstein atribui a essa memória (como algo passível de verdade ou falsidade), *por princípio*, esse papel não poderia ser atribuído a ela.

Do ponto de vista temporal, uma das principais características dos objetos físicos (como veremos no capítulo 3, ao analisarmos o conceito de hipótese) é que o objeto seria uma regra de conexão da experiência imediata, que determina uma *forma* transtemporal (que perdura para além da experiência imediata). É isso que concede aos objetos uma “existência” para além do presente; como algo que existe ao longo da linha do tempo. Pode-se então concluir que a identidade do objeto físico não pode ser dada pela memória, pois o objeto físico é justamente aquilo que “existe” para além da realidade primária, *dada no tempo da memória*.²⁵³ Consequentemente, por princípio, a memória não pode ser aquilo que determina a identidade desses objetos. Ou seja, a identidade só será dada através de critérios fisicalistas. Assim, ainda que a conclusão de Hintikka nos pareça correta (o critério de identidade dos objetos físicos não pode ser fenomenológico – embora trivial), o ceticismo que ele atribui à memória para alcançar tal conclusão seria equivocado.

Em resumo: Hintikka peca ao atribuir uma tensão entre um viés ontológico e um quantificacional, ao tratamento da distinção entre o que nos é dado no tempo da memória e no tempo físico. E é através do viés ontológico que ele expressa a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica, como o fato de que: “[n]ão se pode colocar um objeto fisicalista como uma sentença lingüística ‘em cima de’ [*on the top of*] um estado de coisas fenomenológico”.²⁵⁴ Porém, como visto, isso certamente não se aplica à filosofia de Wittgenstein, em 1929.

2.2.2. Denis Perrin e a impossibilidade factual da linguagem fenomenológica em 1929

²⁵³ A utilização das aspas no termo “existe” busca sinalizar que a existência nesse caso diz respeito apenas ao modo de apresentação fisicalista da realidade.

²⁵⁴ Hintikka, 1996, p. 265.

O ponto de partida de Denis Perrin é a compreensão do projeto de construção da linguagem fenomenológica como a busca por uma linguagem que exprima “(...) exclusiva e exaustivamente o fenômeno presente a fim de assegurar uma verificabilidade integral e uma exclusão estrita de todo elemento hipotético”.²⁵⁵ O ponto a ser notado é que, com isso, Perrin compreende a linguagem fenomenológica como uma linguagem que deveria ser “(...) estritamente simultânea ao que ela descreve”.²⁵⁶ A partir dessa caracterização da linguagem fenomenológica, ele compreende a sua impossibilidade como uma consequência da tese de que toda linguagem, “(...) em razão de sua articulação, sempre leva tempo” e, desse modo, seria incapaz de descrever o *specious present* que é uma “(...) mudança incessante”.²⁵⁷ Ou seja, para Perrin, haveria (no início de 1929) uma “(...) impossibilidade *de fato* (a linguagem fenomenológica não poderia apreender o instante *presente* da experiência)”.²⁵⁸

Em um artigo de 2009, ele oferece o seguinte resumo de sua posição:

Desse ponto de vista, a impossibilidade da linguagem fenomenológica se impõe como *factual*: por causa do caráter fluente do presente, sua descrição verbal não poderia ser simultânea (uma vez que uma proposição toma tempo), ao passo que essa simultaneidade é um dos requisitos que pesam sobre a linguagem fenomenológica.²⁵⁹

Essa impossibilidade estaria visível, segundo ele, no símile da *Lanterna Mágica*, como a incompatibilidade entre dois tempos distintos. Como afirma Perrin:

[A] incompatibilidade entre toda linguagem em razão de seu caráter necessariamente físico (sua propriedade de ser estendida no tempo físico) e o presente da experiência imediata repousa sobre a diferença do tempo físico e do tempo fenomenal, tal qual é desenhada pela analogia cinematográfica.²⁶⁰

²⁵⁵ Perrin, 2007, p. 32. (“(...) exclusivement et exhaustivement le phénomène présent afin de s’assurer une vérifiabilité intégrale et une stricte mise à l’écart de tout élément hypothétique”). É importante notarmos que um uso ambíguo do tempo “presente” poderia favorecer a interpretação de Perrin, tirando de foco o ponto da crítica que aqui será delineada. Em um sentido amplo, toda descrição fenomenológica é uma descrição do *presente*. Mesmo que descrevamos a experiência imediata que nos *foi* dada (agora acessível pela memória), valendo-se desse sentido ambíguo do tempo “presente”, poder-se-ia dizer que a descrição do passado da memória também é uma descrição do presente (daquilo que *foi* presente). Porém, Perrin parece defender uma posição mais restrita, ao afirmar que a linguagem fenomenológica deveria exprimir “exclusiva e exaustivamente o *fenômeno* presente” – excluindo o passado da memória do âmbito da linguagem fenomenológica. Essa posição será reforçada (tornando plena a desambiguação do termo “presente” por ele utilizado) ao sugerir que a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica decorreria da impossibilidade *de fato* da linguagem apreender o instante *presente* da experiência (como será citado a seguir).

²⁵⁶ Perrin, 2007, p. 32. (“(...) strictement simultanée à ce qu’elle décrit”).

²⁵⁷ Perrin, 2007, p. 32. (“(...) changement incessant”).

²⁵⁸ Perrin, 2007, p. 93. (Grifos meus). (“(...) l’impossibilité de fait (le langage phénoménologique ne pouvait tenir dans l’instant présent de l’expérience”).

²⁵⁹ Perrin, 2009, p. 103.

²⁶⁰ Perrin, 2007, p. 32. (“[L]’incompatibilité entre tout langage en raison de son caractère nécessairement

Um dos grandes méritos da interpretação de Perrin é a localização de um segundo momento da constatação da impossibilidade de uma linguagem fenomenológica (além da constatação da impossibilidade *factual*), que estaria expressa na ideia de que a derrocada dessa linguagem revelaria uma ilusão *gramatical* presente na base do projeto de sua construção (e essa seria a dimensão lógica da impossibilidade de tal linguagem). Esse segundo momento não seria apenas a constatação da impossibilidade de descrever simultaneamente o fluxo da experiência que escorre excessivamente rápido, mas seria a constatação de que o tratamento do presente como um fluxo incessante seria ele mesmo ilusório. A ilusão que estaria na base do projeto de construção dessa linguagem seria a compreensão do presente semelhantemente às linhas gerais do tratamento dado pela psicologia empírica do início do século XX, na qual o presente é compreendido como o *specious present* – como um rio que flui incessantemente. Nesse caso, haveria, segundo Perrin, a confusão entre algo empírico a uma propriedade lógica, na qual se concebe “(...) a possibilidade do movimento com um movimento”.²⁶¹

A constatação de que esse tratamento do presente seria ilusório, por fim, removeria o caráter misterioso do presente, situando-o como algo cuja descrição e esclarecimento não necessitariam mais da criação de um simbolismo especial (a linguagem fenomenológica). Essa tarefa agora estaria ao alcance da linguagem ordinária.²⁶² Entretanto, essa dimensão terapêutica (que desfaz uma ilusão gramatical) não levaria a um corte abrupto, pois, como constata Perrin, o privilégio concedido à fenomenologia não desaparece em 1929. A manutenção do verificacionismo revelaria ainda a concessão de uma primazia semântica ao presente (que, de acordo com ele, se estende entre 1929 e 1932/1933).

O primeiro ponto de divergência para com a interpretação de Perrin (embora concorde com ele sobre vários outros aspectos) é a sua compreensão da linguagem fenomenológica como uma linguagem que deve exprimir “(...) exclusiva e exaustivamente o fenômeno *presente*”.²⁶³ O segundo ponto de divergência será o modo como ele compreende o primeiro momento da impossibilidade temporal da linguagem

physique (sa propriété d'être étendu dans le temps physique) et le présent de l'expérience immédiate repose sur la différence du temps physique et du temps phénoménal telle qu'elle est dessinée par l'analogie cinématographique”).

²⁶¹ Perrin, 2007, p. 33. (“(...) la possibilité du mouvement avec un mouvement”).

²⁶² Cf. Perrin, 2007, p. 35.

²⁶³ Perrin, 2007, p. 32. (Grifo meu).

fenomenológica, tendo ponto de apoio a metáfora cinematográfica, como uma “(...) impossibilidade de fato (a linguagem fenomenológica não poderia apreender o instante presente da experiência)”.²⁶⁴ A compreensão da ruptura de 1929 a partir dos trechos presentes nas páginas 108 à 114 do MS 105 (que formam os parágrafos 67 e 68 das PR – como encontraremos em Ferraz Neto) torna evidente que a linguagem fenomenológica não busca exprimir exclusiva e exaustivamente o fenômeno presente, mas as impressões sensíveis retidas *pela memória*. Não seria um mero acaso (ou deslize) que Wittgenstein, ao construir nessas seções a descrição mais imediata possível (a sua linguagem fenomenológica *par excellence*), conceba-a como uma descrição do que é dado pela memória. Além disso, nessas passagens fica evidente (como veremos adiante) que o problema da linguagem fenomenológica não pode residir na impossibilidade *factual* da linguagem dar conta do caráter fugidio do fluxo temporal – pois, como dirá Wittgenstein, “[a]ssumo que eu estivesse em condições de ‘escrever’ essa linguagem [fenomenológica] – gerar a representação – tão rápido como minha memória vai”.²⁶⁵

Um problema que acomete tanto a interpretação de Perrin quanto a de Hintikka (tornando-as bastante insatisfatórias, enquanto compreensão da *impossibilidade temporal* da linguagem fenomenológica) é que ambas tomam a ideia de que a linguagem é *fisicalista* como ponto de partida (premissa) do modo como compreendem a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica. A partir da tese de que a linguagem é fisicalista eles argumentam, cada um à sua maneira, que haveria uma incompatibilidade temporal entre a linguagem e a realidade fenomênica – e isso vetaria a possibilidade de uma linguagem fenomenológica. Isso fica expresso no modo como adotam a tese de que a linguagem é *estendida no tempo físico* e a impossibilidade da linguagem fenomenológica seria decorrente da incompatibilidade entre essa necessária extensão temporal da linguagem e o tempo da realidade fenomênica. Para Perrin, essa extensão temporal se revela no caráter necessariamente articulado da linguagem (e, para Hintikka, o resultado dos elementos não veri-funcionais da linguagem).

Porém, uma análise genética do trecho em que Wittgenstein expressa a conclusão de que a linguagem é necessariamente fisicalista (em que ele afirma que a linguagem desenrola-se no tempo homogêneo da física) revela que o caráter fisicalista da linguagem não é uma *premissa* de sua análise (que culmina na constatação da

²⁶⁴ Perrin, 2007, p. 93. (“De l’impossibilité de fait (le langage phénoménologique ne pouvait tenir dans l’instant présent de l’expérience”).

²⁶⁵ MS 105, p. 110 / PB, §67c.

impossibilidade da linguagem fenomenológica), porém, a *conclusão* positiva decorrente da constatação da impossibilidade. Como afirma o autor: “[o] que nós compreendemos pela palavra ‘linguagem’ flui no tempo homogêneo da física”.²⁶⁶ Logo em seguida, entre parênteses consta: “[c]omo foi feito perfeitamente claro pela comparação com um mecanismo”. Nesse caso, a conclusão de Wittgenstein de que a linguagem deve fluir no tempo homogêneo da física decorre de sua análise da metáfora do mecanismo da experiência imediata. À luz das interpretações de Hintikka e Perrin, poder-se-ia até mesmo dizer que essa conclusão seria algo desprovido de importância, pois, na melhor das hipóteses, seria apenas um desdobramento temporal da premissa de que a linguagem é fisicalista (aceita por eles no início de suas análises).

Aprofundarei a crítica a Perrin e Hintikka nas seções seguintes, ao abordar os trechos em que Wittgenstein constata a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica, através do mecanismo de representação da experiência imediata. Essa análise será feita em meio à exposição da interpretação de Ferraz Neto.

2.2.3. Ferraz Neto e o mecanismo de representação da experiência imediata

A interpretação de Ferraz Neto, embora tenha um escopo extremamente reduzido, comparada às interpretações de Hintikka e Perrin, oferece um tratamento pormenorizado da ruptura de 1929 e esmiúça de modo quase que exaustivo as principais metáforas utilizadas por Wittgenstein, para constatar a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica (metáforas essas que não recebem a devida atenção tanto de Hintikka quanto de Perrin). Em especial, Ferraz Neto analisa detidamente a exposição de Wittgenstein do mecanismo que representaria a relação entre a linguagem fenomenológica e a experiência imediata (presente nos parágrafos 67 e 68 das PB), através do qual ele constata o caráter absurdo de tal linguagem.²⁶⁷ Vejamos, então, as linhas gerais dessa metáfora e o modo como Ferraz Neto articula a partir de sua análise a compreensão da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica.

²⁶⁶ MS 105, p. 114 / PB, §69d.

²⁶⁷ Diferentemente de Perrin, que retira a conclusão da impossibilidade da linguagem fenomenológica tomando como base a metáfora do projetor.

No MS 105, Wittgenstein lança mão de um estratagema para exemplificar o que seria “(...) a descrição mais imediata que poderíamos imaginar”²⁶⁸ – ou seja, a linguagem fenomenológica *par excellence*:

Suponhamos que eu tenha tão boa memória que pudesse relembrar de todas as minhas impressões. Nesse caso, não haveria, *prima facie*, nada que me impedisse de descrevê-las. Isto seria uma biografia. E por que não deveria eu ser capaz de deixar tudo que hipotético fora dessa descrição? / Eu poderia, por exemplo, representar as imagens visuais plasticamente, talvez como figuras de gesso, em uma escala reduzida, que eu completaria apenas até o ponto em que realmente as vi, designando o resto como inessencial por meio de sombreado ou outros meios.²⁶⁹

A suposição inicial (de uma memória colossal) pode ser interpretada como a tentativa do autor de direcionar o interlocutor a pensar a memória tal qual seu estatuto no âmbito fenomenológico (como visto nas seções anteriores do subcapítulo 1.14). Logo em seguida, o autor supõe a possibilidade de que as imagens visuais *passadas* fossem representadas por figuras de gesso, completadas tanto quanto o que foi realmente visto. Essas figuras de gesso seriam os sinais dessa linguagem, para representar as paisagens passadas (ou seja, as imagens visuais passadas). Após expor esse simbolismo da linguagem mais imediata possível (composto pelas figuras de gesso), Wittgenstein indaga sobre o tempo que ele levaria para a construção de tais representações. Acerca disso, ele responde: “[a]ssumo que eu estivesse em condições de ‘escrever’ essa linguagem – gerar a representação – tão rápido como minha memória vai”.²⁷⁰

É importante notar que, nesse exemplo de Wittgenstein, do que seria a linguagem mais fenomenológica possível, o objetivo não é a descrição do fluxo temporal presente, mas a representação de “(...) todas as minhas impressões sensoriais”,²⁷¹ retidas pela *memória*. Nesse caso, evidencia-se o sentido da memória como “(...) a fonte do nosso conhecimento, como verificação de nossas proposições”.²⁷²

²⁶⁸ Cf. PB, §68a. (“Ist es nicht klar, daß das die unmittelbarste Beschreibung wäre, die sich denken läßt?”).

²⁶⁹ MS 105, p. 108 / PB, §67a. (“Angenommen, ich hätte ein so gutes Gedächtnis, daß ich mich meiner sämtlichen Sinneseindrücke erinnern könnte. Dann spricht nichts dagegen, daß ich sie beschrieb. Es wäre das eine Lebensbeschreibung. Und warum sollte ich nicht alles Hypothetische aus dieser Beschreibung fortlassen können? / Ich könnte ja z.B. die Gesichtsbilder plastisch darstellen, etwa in verkleinertem Maßstab durch Gipsfiguren, die ich nur so weit ausführe, als ich sie wirklich gesehen habe, und den Rest etwa durch eine Färbung oder Ausführungsart als unwesentlich bezeichne”).

²⁷⁰ MS 105, p. 110 / PB, §67c. (“ich nehme an, ich wäre im Stande, diese Sprache so schnell zu "schreiben" - die Darstellung zu erzeugen -, als meine Erinnerung geht.”).

²⁷¹ MS 105, p. 110 / PB, §67.

²⁷² Cf. MS 108, p. 34 / PB, §49.

Assim, Wittgenstein atribui claramente à linguagem primária a tarefa de representar de forma completamente perspicua o *conteúdo* e a *ordem* temporal retida pela memória – e não simplesmente ser uma descrição desse presente (como frisa Denis Perrin). Por esse viés, fica evidente que a impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica não deverá decorrer da incapacidade da linguagem dar conta do caráter fugidio do fluxo temporal *presente*. Além disso, como visto no parágrafo anterior, no trecho em que Wittgenstein indaga sobre o tempo que levaria para construir a representação em sua linguagem fenomenológica ele responde: “eu estaria em condições de ‘escrever’ essa linguagem tão rápido (...) como minha memória vai”. Portanto, o problema da linguagem fenomenológica *não pode se localizar na impossibilidade de que a linguagem alcance a “velocidade” do fluxo temporal*, pois, Wittgenstein chegará à conclusão de que essa linguagem seria ainda hipotética, mesmo que a representação vá *tão rápido* quanto à velocidade do fluxo temporal (de sua memória).

A linguagem do exemplo de Wittgenstein, à primeira vista, seria uma linguagem cujo sentido é plenamente determinado, pois uma dada imagem visual seria representada por uma imagem exatamente idêntica. Cada elemento da representação teria exatamente as mesmas possibilidades do seu referente, uma vez que usaria uma gramática (visual), que possui a mesma forma e multiplicidade lógica daquilo que representa. Ela também (aparentemente) não seria hipotética, já que seria em sua superfície uma descrição completa e isomórfica do que significa, atendo-se *apenas* ao que foi efetivamente visto. Nesse caso, a totalidade das imagens sensoriais passadas seria representada *quadro a quadro*, através do recurso simbólico das figuras de gessos – em que cada imagem-sinal seria uma representação idêntica (do que foi realmente visto) e na mesma ordem que a ordem de paisagens da memória. Mas, logo na sequência do texto, indaga o autor: “[s]uponhamos então que eu leia novamente de ponta a ponta essa descrição, não é ela agora hipotética?”²⁷³ Por que razão essa descrição de *todas* as impressões sensoriais, que as reproduzem da maneira mais fiel possível, revelar-se-ia ao fim hipotética? E por que isso ficaria evidente no momento da releitura?

De acordo com a interpretação de Ferraz Neto, o ponto nevrálgico da redução ao absurdo do projeto de construção da linguagem fenomenológica localiza-se no fato de que “[o] quadro [que descreve certa paisagem passada], por si mesmo, é incapaz de

²⁷³ MS 105, p. 110. PB, §67c. (“Nehmen wir aber an, ich läse die Beschreibung dann wieder durch, ist sie jetzt nicht doch hypothetisch?”).

indicar sua destinação”.²⁷⁴ Como ele afirma, “frente a um único ‘quadro’ (...) não há nada nele (...) que me indique *como* interpretá-lo”.²⁷⁵ Em termos temporais, isso seria dizer que frente a uma representação (mesmo que seja completamente perspicua ao representado) não saberíamos determinar, *a partir da imagem (da representação) tão somente*, qual momento da ordem do tempo da memória essa representação representa. Em resumo, segundo Ferraz Neto, o problema é que a destinação temporal “(...) não pode ser apreendida da inspeção da imagem”, e é essa insuficiência da imagem-sinal para especificar qual paisagem passada ela representa que mancharia o caráter fenomenológico dessa linguagem.²⁷⁶

Segundo Ferraz Neto, no momento em que a linguagem fenomenológica foi escrita (antes de sua releitura), a simultaneidade entre a imagem e a paisagem rememorada (que ela representa) deixava velada o “(...) caráter perfeitamente arbitrário dessa escolha”.²⁷⁷ Esse caráter arbitrário da correlação entre uma dada imagem e uma paisagem teria um papel central na constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica. Em um primeiro momento, a determinação da forma temporal da representação parece ser garantida pela ordem dessas representações. O fato de que um determinado quadro antecede um outro descreveria a *ordem* temporal das paisagens representadas (que seria a ordem da memória). Assim, a ordem das representações seria a ordem do tempo. Isso, por sua vez, parecia mostrar a possibilidade temporal de uma linguagem que se atenha ao tempo da memória. Mas, segundo Ferraz Neto, a “(...) inserção ‘temporal’ [do quadro na ordem das representações] é também incapaz de nos dar essa especificação”, pois a ordem temporal da representação não passa de “*uma série de correlações arbitrárias*”.²⁷⁸ O resultado final, de tom bergsoniano, é que em uma linguagem fenomenológica: “(...) não tenho *uma* figuração de uma série, mas uma série de figurações, pois o que devia dar unidade à figuração é um traço que não pode ser figurado”.²⁷⁹

De acordo com esse raciocínio, o problema que reduz ao absurdo a linguagem fenomenológica é o de que um determinado ato de arbítrio, que institui uma imagem como representação de uma paisagem passada, ocorre em uma perspectiva temporal,

²⁷⁴ Ferraz Neto, 2003, p. 90.

²⁷⁵ Ferraz Neto, 2003, p. 94. (Grifo do autor).

²⁷⁶ Cf. Ferraz Neto, 2003, p. 90.

²⁷⁷ Ferraz Neto, 2003, pp. 95-96.

²⁷⁸ Ferraz Neto, 2003, p. 96. (Grifos do autor).

²⁷⁹ Ferraz Neto, 2003, p. 98.

que é independente da perspectiva do outro ato. Na instituição de uma imagem presente como representação de certa paisagem passada, é acrescida à imagem a sua determinação temporal, mas, como afirma Ferraz Neto, “(...) no momento em que eu passo à imagem seguinte, a imagem anterior deixa de ser uma imagem, uma figuração, exatamente porque ‘deixa de ser’ em sentido estrito”.²⁸⁰ Desse modo, não há uma unidade na série de representações, pois cada ato de arbítrio desaparece tão logo é instituído e a imagem-sinal, que foi utilizada para representar o passado através desse ato de arbítrio, não traz em si a representação dessa determinação arbitrária. Mas, mais do que isso, essa determinação seria algo que não pode ser representado pela imagem sem com isso inserir um elemento *hipotético* na representação (como veremos a seguir).

Uma pergunta que esse viés interpretativo parece suscitar é: uma vez que minha memória é colossal, o que me impede de lembrar também, não só as imagens visuais passadas, mas as correlações entre cada representação e as imagens visuais da série passada?²⁸¹ Segundo Ferraz Neto: “[o] que se pode lembrar, isto é, situar no passado, é o acontecimento, talvez psicológico, dos sinais, mas não o ‘acontecimento lógico’ da interpretação desses sinais”.²⁸² O “acontecimento lógico”, que institui o sinal como símbolo, é um ato intencional, que na rememoração correlaciona *arbitrariamente* uma imagem como representação de uma paisagem passada. Porém, lembrar o “acontecimento lógico” seria apenas novamente instituí-lo, porém, com um outro sinal. O novo ato de arbítrio ocorrerá outra vez em uma perspectiva temporal que é independente do ato anterior e, ao passar à outra imagem da série de representações, essa primeira imagem deixaria de ser uma figuração. Assim (como já citado), na suposta linguagem fenomenológica, “[o] resultado não é a correlação de duas séries, mas uma série de correlações”.²⁸³

Além de oferecer uma minuciosa análise das páginas 108 e 110 do MS 105 (que nas PB formam a base dos parágrafos 67 e 68), o modo como Ferraz Neto aborda as consequências positivas do fracasso da linguagem fenomenológica o permite oferecer uma interessante chave de leitura para compreender em que sentido a linguagem seria

²⁸⁰ Ferraz Neto, 2003, p. 98.

²⁸¹ Hintikka estaria inclinado a levantar esse tipo de indagação: “[c]omo em Descartes, Wittgenstein não acreditava implicitamente no testemunho da memória, que no caso de Wittgenstein inclui re-identificação dos objetos físicos por meio da memória e de modo mais geral *memórias das comparações passadas entre linguagem e mundo*” (1996, p. 264) (grifos meus). Se a minha memória é colossal, por que não poderia lembrar-me das comparações passadas entre linguagem e mundo?

²⁸² Ferraz Neto, 2003, p. 92.

²⁸³ Ferraz Neto, 2003, p. 96.

essencialmente fisicalista. Após o exemplo do que seria a linguagem mais fenomenológica possível, Wittgenstein conclui que “[q]uando eu descrevo uma linguagem, eu descrevo algo essencialmente físico”²⁸⁴. A chave de leitura se encontraria na sequência. Afirma Wittgenstein, na página seguinte do manuscrito: “[o] que nós compreendemos pela palavra ‘linguagem’ flui no tempo homogêneo da física”²⁸⁵. Embora o termo “homogêneo” esteja grafado no manuscrito de forma enviesada (como um adendo ao texto anteriormente escrito), e Rush Rhees (editor das PB) o tenha eliminado da versão final que aparece nas PB §69d, será a compreensão do porquê a linguagem necessita que o tempo seja *homogêneo* que lançará luz sobre o sentido de seu caráter hipotético/fisicalista.

Segundo Ferraz Neto, a correlação das duas séries (dos quadros e das paisagens passadas) é o que tornaria possível que a *série* de quadros fosse uma representação da *série* de paisagens e, assim, que a ordem das representações figurasse a ordem de paisagens passadas. Mas essa sobreposição só seria possível em um tempo no qual essas séries sejam partes de um mesmo tempo. O que se faz necessário, então, é a fusão dessas diferentes perspectivas temporais (em que ocorre cada ato de arbítrio, que institui a relação entre a representação e o representado), de tal modo que a série de representações tenha uma unidade enquanto série – da mesma forma que a série sobre a qual ela será sobreposta. Essa fusão das séries seria a construção do tempo homogêneo. Para Ferraz Neto, a fusão seria a ideia de que o sentido do sinal (do quadro que representa a paisagem passada) não pode ser dado por um ato de arbítrio temporalmente atomizado, mas que “(...) parte da ‘projeção’ do sinal no simbolizado [deve vir] não desta perspectiva mas de perspectivas passadas”. Nesse caso, Wittgenstein constataria a necessidade de “(...) algo como uma intencionalidade que é paralela ao fluxo do tempo, que faz cruzar as diferentes perspectivas”²⁸⁶.

Como ficará evidente no capítulo 3 desta tese, embora concorde com quase a totalmente da interpretação de Ferraz Neto, e utilize algumas das chaves de leitura que essa interpretação proporciona, a ideia de uma intencionalidade paralela ao fluxo temporal (longitudinal) não será por aqui explorada. Esse me parece ser um caminho bastante obscuro e optarei por analisar as consequências positivas da impossibilidade

²⁸⁴ MS 105, p. 114. (“Wenn ich eine Sprache beschreibe, beschreibe ich wesentlich etwas physikalisches”).

²⁸⁵ MS 105, p. 114. (“Was wir unter dem Wort „Sprache“ verstehen läuft in der homogenen physikalischen Zeit ab”).

²⁸⁶ Ferraz Neto, 2003, p. 100.

temporal da linguagem fenomenológica visando mostrar (nas seções seguintes) como Wittgenstein ainda se encontra preso a um tratamento atemporal do sentido – no qual a multiplicidade do espaço de possibilidade ainda teria o papel de fixar o horizonte intencional da linguagem – mesmo após a ruptura com o projeto da construção de uma linguagem fenomenológica. Assim, mesmo que pareça haver a necessidade de uma intencionalidade longitudinal (após o ocaso da linguagem fenomenológica), ainda essa intencionalidade não alteraria os compromissos metafísicos presentes na base da ideia de uma plena determinação do sentido.

O que é importante aos nossos propósitos é notar que, por esse viés interpretativo, a fusão das diferentes perspectivas temporais em um *único tempo* seria o tratamento do tempo como um *espaço de tempo*, que abarca todos os diferentes momentos do tempo (os eventos passados, presentes e futuros). Nesse caso, haverá o tratamento dos diferentes momentos de forma *sincrônica*, na qual esses diferentes momentos estariam dispostos um ao lado do outro, em um tempo cuja topologia seria uma *linha do tempo*. E é esse “espaço limpo” (como chama Ferraz Neto o resultado dessa fusão) que permitiria “(...) alfinetar a minha representação de tal ou qual imagem visual”²⁸⁷, dando a destinação temporal da série de representações – tornando-a uma *série* que representa uma *série*. Essa necessidade de um tempo único para dar a destinação temporal das representações (possibilitando a unidade das séries) vetaria a possibilidade da linguagem fenomenológica, pois tal tempo homogêneo não é o tempo que nos é dado na experiência imediata, mas uma *construção hipotética*.

²⁸⁷ Ferraz Neto, 2003, p. 100.

2.3. O problema da relação entre verificacionismo e memória como fonte do conhecimento

À luz das análises da interpretação de Ferraz Neto dos parágrafos 67 e 68 das PB, fica bastante evidente que a interpretação de Denis Perrin perde de vista a importância da memória para o projeto de construção da linguagem fenomenológica, pois, segundo Perrin, essa linguagem deveria poder “(...) apreender o instante *presente* da experiência”.²⁸⁸ Porém, há várias passagens de Wittgenstein sobre sentido e verificação que parecem sugerir que a linguagem fenomenológica deva ser uma linguagem que se atenha ao instante *presente* da experiência. Afirma Wittgenstein: “[a] verificação da linguagem – portanto, o ato através da qual ela ganha seu sentido – certamente ocorre no presente”.²⁸⁹ No final de 1929, Wittgenstein oferece uma versão reduzida deste *motto*, no qual a relação entre verificação e o presente fica ainda mais aguda: “[n]ossas proposições são verificadas apenas pelo presente”.²⁹⁰ À primeira vista, uma linguagem que se atenha ao que é verificável (como a linguagem fenomenológica) deveria restringir-se ao presente (sugerindo, assim, a correção da interpretação de Perrin).

Uma dificuldade que se impõe ao viés interpretativo aqui trilhado (de uma interpretação *forte* do papel da memória na filosofia intermediária de Wittgenstein) é como coadunar a memória como “(...) fonte do nosso conhecimento, como verificação de nossas proposições”²⁹¹ (abordada nas seções anteriores) e o *motto* verificacionista de que “[n]ossas proposições são verificadas apenas pelo presente [*von der Gegenwart*]”.²⁹² Defenderei que, embora esse último trecho torne inegável a relação entre a verificação e um *ato* que ocorre no presente, (de acordo com a tese aqui defendida) a conclusão de que uma linguagem que se atenha apenas ao que for verificável deva ater-se à experiência presente só pode ser extraída ao preço da negligência de outras importantes passagens.

²⁸⁸ Perrin, 2007, p. 93. (Grifo meu).

²⁸⁹ MS 105, p. 120 (de 6 de fevereiro de 1929). (“Die Verifikation der Sprache — also der Akt durch den sie ihren Sinn erhält — geht allerdings in der Gegenwart vor sich”).

²⁹⁰ MS 107, p. 222 / PB, §48 (de 1 de dezembro de 1929). (“Unsere Sätze werden nur von der Gegenwart verifiziert.”).

²⁹¹ MS 108, p. 34 / PB, §49.

²⁹² MS 107, p. 222 / PB, §48.

Parece ser possível levantar uma hipótese interpretativa a partir da versão mais antiga deste *motto* (de fevereiro de 1929), em que o autor afirma: “[a] verificação da linguagem – portanto, o ato através da qual ela ganha seu sentido – certamente ocorre no presente”.²⁹³ A ideia de que o ato através do qual a proposição ganha seu sentido seja algo que deva ocorrer no presente, não necessariamente implicaria que a verificação da linguagem deva ser a comparação entre a proposição e um *dado presente*. Seria possível conceber, em perfeito acordo com essa passagem, que a comparação entre uma proposição e a memória seja um ato que ocorra *no presente*. Poderíamos comparar *agora* uma representação e uma imagem visual passada, usando a memória primária como a fonte do conhecimento (sobre a qual essa representação seria verificada). O que é importante notarmos é que, mesmo no caso da memória como fazedor de verdade, o ato (intencional) de comparar a proposição com a “imagem” mnemônica – e que daria sentido à proposição – ocorreria no presente.

Por esse viés, poderíamos compreender a afirmação mais restrita de que “nossas proposições são verificadas apenas pelo presente” (*Unsere Sätze werden nur von der Gegenwart verifiziert*) da seguinte maneira. O substantivo feminino “*die Gegenwart*” (o presente), que aparece em sua forma genitiva na expressão “*von der Gegenwart*”, poderia ser glosado no sentido de “desde o presente”. Nesse caso, o sentido da proposição seria o de que a verificação é feita a partir *do* presente (em um ato que acontece *no* presente). O que busco vetar nessa interpretação é estender a ideia de que o ato da verificação acontece no presente à tese (epistemológica) de que aquilo que verifica a proposição deve ser algo dado no presente. Certamente Wittgenstein aceita a utilização da memória como fazedor de verdade de proposições sobre o passado, no tempo primário (como pudemos notar na seção 1.2.3.).

Podemos encontrar ainda no parágrafo 48 elementos que corroboram essa interpretação. Wittgenstein afirma que:

O fluxo da vida [*der Strom des Lebens*], ou o fluxo do mundo [*der Strom der Welt*] flui [‘tudo flui’] e nossas proposições são verificadas apenas em instantes [*nur in Augenblicken verifiziert*].²⁹⁴

Literalmente, o termo “*Augenblick*” quer dizer “piscar de olhos”. Nesse caso, o sentido da frase em questão é de que nossas proposições são verificadas

²⁹³ MS 105, p. 120.

²⁹⁴ MS 107, p. 222 / PB, §48. (Os adendos em colchetes são de Wittgenstein). (“*Der Strom des Lebens, oder der Strom der Welt, fließt dahin [„alles fließt“] und unsere Sätze werden sozusagen nur [durch Augenblicke|in flashes|in Augenblicken] verifiziert*”).

instantaneamente – em um piscar de olhos (sem que seja feita qualquer alusão ao presente). Isso de modo algum veta a possibilidade de que a proposição seja a verificação entre uma proposição e uma memória. Apenas se exige que essa verificação ocorra em um instante. A possibilidade de que a verificação seja pensada como entre uma proposição e uma vivência retida pela memória também não é descartada pelo início desse trecho, pois a memória primária é constitutiva do fluxo da vida (ou seja, do fluxo do mundo). Esse trecho apenas sugere que, assim como a verificação entre uma proposição e o presente da experiência imediata deve ocorrer *em um instante*, a verificação de uma proposição com um dado da memória também deveria ocorrer *em um instante*.

2.4. O abandono da linguagem fenomenológica, a manutenção da plena determinação do sentido e o desenvolvimento do novo método filosófico

Visto que já nos apropriamos das categorias iniciais das análises fenomenológicas do tempo de Wittgenstein, podemos agora colocar em uma perspectiva mais ampla o percurso até aqui percorrido. Farei isso tendo em vista à compreensão de um ponto crucial do pensamento de Wittgenstein, após o abandono da linguagem fenomenológica: a maneira como o autor salvaguarda o princípio da plena determinação do sentido, mesmo diante da impossibilidade de uma linguagem plenamente determinada. Isso, por sua vez, nos remeterá a um duplo desenvolvimento. Por um lado, nos possibilitará compreender o modo como Wittgenstein é levado a desenvolver seu novo método filosófico no final de 1929 – pois a ideia de que a análise completa da linguagem pudesse ser alcançada por meio da construção de uma *linguagem* completamente perspicua é abandonada com o ocaso da linguagem fenomenológica.²⁹⁵ Por outro lado, poderemos sinalizar alguns desdobramentos das consequências positivas do fracasso da linguagem fenomenológica, expressa na afirmação de que linguagem flui no *tempo homogêneo da física*. Essas análises nos remeterão ao capítulo 3 desta tese, no qual veremos a dimensão temporal dos trechos de Wittgenstein sobre as hipóteses e sobre a relação essencial entre linguagem e realidade, presente nos métodos de projeção da linguagem fisicalista sobre a realidade fenomênica (através da ideia das proposições genuínas). Com isso, poderemos notar como Wittgenstein ainda se encontra (no início de 1930) preso à tese de que a forma lógica da linguagem (das proposições genuínas) é dada pelos fenômenos – e, conseqüentemente, que o sentido seria plenamente determinado de forma *atemporal* pela multiplicidade lógica e as dimensões de possibilidade dos diferentes espaços de possibilidade fenomenológicos.

Antes de darmos início a essas análises, tomaremos como foco uma indagação que parece ser suscitada pela ideia de que o tempo primário é ordenado, no que diz respeito à impossibilidade da linguagem fenomenológica. Por meio dessa indagação, buscarei mostrar em que sentido o viés positivo da interpretação de Ferraz Neto me

²⁹⁵ Porém, como notaremos ao final deste capítulo, Wittgenstein não abandonará a ideia de uma análise completa, pois seu novo método “(...) corresponde à construção da linguagem fenomenológica” e, assim, equivaleria a uma análise completa (cf. MS 107, pp. 105-106 / PB, §1).

parece correto, visando também expressar a importância da memória para as análises de Wittgenstein, pós-linguagem fenomenológica. A referida indagação é a seguinte: se o tempo da realidade fenomênica possui uma ordem (e tenho um acesso imediato a essa ordem, visto que é a ordem da memória), por que essa ordem não seria suficiente para as determinações temporais da linguagem fenomenológica?

Um modo de responder a essa indagação é retomar a ideia (que abordamos no sub-capítulo 1.3.) de que a representação *sincrônica* da ordem da memória, já seria uma representação fisicalista da ordem do tempo primário – na qual essa ordem estaria agora disposta em um tempo espacializado. Wittgenstein tem o cuidado de evitar essa abordagem na metáfora do mecanismo da experiência imediata (do parágrafo 67 das PB). Nessa metáfora, a descrição (que seria a linguagem fenomenológica *par excellence*) é a reprodução da ordem da memória, na mesma velocidade que a memória.²⁹⁶ Ou seja, Wittgenstein trata aqui a memória como a *reapresentação* dos fenômenos, tais quais eles nos foram dados, *de modo sucessivo* no fluxo da experiência imediata. A linguagem fenomenológica seria a representação do modo como a memória (no tempo primário) nos reapresenta a realidade *que nos foi dada* (o seu conteúdo) *e tal qual nos foi dada* (a sua ordem). O ponto a ser notado é que, desse modo, a memória e a suposta linguagem fenomenológica ocorreriam tendo como forma o constante presente atemporal da experiência imediata. Para cada vivência rememorada, a linguagem faria uma representação completamente perspicua da respectiva memória – e isso se repetiria na mesma velocidade que as vivências passadas nos seriam novamente dadas, pela memória. Agora suponhamos (deixando a memória de lado) que, após representar de forma completamente perspicua as vivências passadas da ordem da memória, eu me volte para essas imagens da representação (da linguagem), com o intuito de as ler. A questão crucial que deve ser levantada é: seria a imagem capaz de indicar com qual vivência passada ela deveria ser comparada (ou, mais diretamente, ela seria capaz de determinar qual vivência passada ela representa)? Sem a possibilidade de terminarmos a verdade ou falsidade dessa imagem, ela seria, para Wittgenstein, desprovida de sentido (visto que o sentido *é* o método de verificação).

Para que seja possível determinar temporalmente a representação (atendo-se à ordem da memória tão somente) teríamos que poder especificar, *por exemplo*, que uma dada imagem (da representação da linguagem) seria a terceira imagem da série das

²⁹⁶ Cf. MS 105, p. 110 / PB, §67.

imagens da memória. Porém (e esse é o ponto que deve ser notado), desse modo, em dois sentidos não estaríamos mais no tempo do mundo primário. O primeiro problema é que estaríamos supondo que a série de representações é uma série que tem uma *unidade sincrônica* – no sentido de que essa seria a representação de um “pedaço de tempo”. O segundo é que estaríamos supondo que as vivências da memória (em sentido primário) nos seriam dadas também de forma *sincrônica* – na qual um trecho da memória seria o “pedaço de tempo” com o qual o “pedaço de tempo” da representação seria comparado. É através desse tratamento espacializado (sincrônico) do tempo que poderíamos dizer que uma dada representação é, por exemplo, a representação da “terceira imagem” de um trecho do passado (dando à representação a sua destinação temporal). O problema é que não estaríamos mais no tempo que nos é dado no mundo primário (sucessivo), mas dispondo a linguagem em um tempo construído (sincrônico).

É essa necessidade da *unidade sincrônica* da série de representações (situando-a em um tempo fisicalista) que encontraremos no MS 107, após a constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica. Na página 4 do MS 107, Wittgenstein afirma:

[S]uponho, em nome da simplicidade, que as mudanças em meu espaço visual sejam descontínuas e em sincronia [*zeitlich*] com as batidas do metrônomo. Então, posso dar uma descrição dessas mudanças (na qual uso números para designar as batidas). / Suponhamos que essa descrição seja uma predição, que agora será verificada. Talvez eu a saiba de cor e a compare com o que efetivamente acontece. Tudo que hipotético é evitado aqui, com a exceção do que está contido na pressuposição de que a descrição me seja dada independentemente da parte dela que me está diretamente presente.²⁹⁷

O primeiro passo para a compreensão deste trecho é afastar um possível equívoco interpretativo, sugerido pela afirmação que abre o primeiro parágrafo da citação: “é claro que somos capazes de reconhecer que dois intervalos de tempo são iguais”. Essa afirmação parece sugerir que seríamos capazes de reconhecer dois intervalos *sucessivos* como iguais (quer fossem contíguos ou não). Porém, para que fôssemos capazes de reconhecer esses intervalos sucessivos de tempo como iguais o tempo primário teria de ser um tempo quantitativo. Isso, por fim, implicaria que o

²⁹⁷ MS 107, pp. 4-5 / PB, §75 (de 1 de setembro de 1929). (“Ich denke mir der Einfachheit halber die Veränderungen in meinem Gesichtsraum ruckweise und etwa zeitlich mit den Schlägen des Metronoms zusammenfallend. Ich kann dann eine Beschreibung dieser Vorgänge geben (in der die Schläge durch Zahlen bezeichnet sind). / Angenommen, diese Beschreibung sei eine Vorhersage, und sie soll nun verifiziert werden. Ich weiß sie etwa auswendig und vergleiche sie nun mit dem, was wirklich vorgeht. Hier ist alles Hypothetische vermieden, bis auf das, was in der Voraussetzung liegt, die Beschreibung sei mir unabhängig von dem gegeben, was mir von ihr gerade gegenwärtig ist”).

tempo da memória teria de nos ser dado como uma *unidade sincrônica* (através da qual poderíamos dizer que *pedaços* de tempo são iguais). O problema dessa interpretação é que tornaria inócua as distinções traçadas em várias passagens, por Wittgenstein, entre o tempo da memória e o tratamento quantitativo do tempo. Na seção 105 do BT, o autor afirma, acerca do tempo da memória/fenomenológico: “[o] *tempo não é um espaço de tempo [Zeitraum], mas uma ordem*”.²⁹⁸ Na seção 102, também do BT, ele afirma: “[o] que podemos chamar de tempo fenomenal (o *specious present*) não ocorre no tempo histórico (passado, presente e futuro), ele não é um pedaço [*Strecke*] de tempo”.²⁹⁹ Ao criticar o tratamento extensional da infinitude temporal, o autor escreve, nas MS 106: “[m]as tudo isso quer dizer que o tempo não é infinito no sentido primitivo de uma quantidade [*Menge*] infinita”.³⁰⁰ Também no MS 106, Wittgenstein afirma: “a infinitude está na natureza do tempo, ela não é a sua extensão [*Ausdehnung*] acidental”.³⁰¹

O repúdio de Wittgenstein, nessas passagens, ao tratamento do tempo da memória/fenomenológico como “espaço de tempo [*Zeitraum*]”, “pedaço [*Strecke*] de tempo”, “quantidade [*Menge*]”, ou “extensão [*Ausdehnung*]” de tempo, sugere que o trecho inicial da citação do MS 107 (pp. 4-5) deva ser interpretada *não* como a afirmação de que reconhecemos intervalos *sucessivos* como iguais, mas como a afirmação de que somos capazes de reconhecer dois intervalos de tempo *simultâneos* como iguais. Essa interpretação parece ser sugerida pela sequência do texto em que Wittgenstein relaciona o que acontece no espaço visual com o tique-taque de um cronômetro, ou uma luz que pisca em intervalos regulares. Nesse caso, o que poderíamos reconhecer como intervalos iguais seria a duração de uma série de mudanças no espaço visual e o tempo entre duas batidas do metrônomo (ou do piscar de uma luz). Ou seja, (como expresso na versão simplificada do experimento), as mudanças no espaço visual estariam em *sincronia* (ao mesmo tempo – *zeitlich*) com as batidas do metrônomo – e essa sincronia seria a igualdade sugerida no início do parágrafo.

Posteriormente (e de modo aparentemente contrário à posição aqui defendida), nas aulas de 1932-1935 (WLC 32-35, pp. 13-15), Wittgenstein expressa a ideia de que

²⁹⁸ BT, §105, p. 363. (Grifos do autor). (“*Die Zeit ist ja nicht ein Zeitraum, sondern eine Ordnung*”).

²⁹⁹ MS 113, p. 123 / BT, §102, p. 351. (“Was wir die Zeit im Phänomen (*specious present*) nennen können liegt nicht in der Zeit (Vergangenheit, Gegenwart und Zukunft) der Geschichte, ist keine Strecke dieser Zeit.”).

³⁰⁰ MS 106, p. 35 / PB, §140. (“Aber das alles heißt schon, daß die Zeit nicht im Sinne der primitiven Auffassung der unendlichen Menge unendlich ist”).

³⁰¹ MS 106, p. 238-240 / PB, §143. (“Die Unendlichkeit liegt in der Natur der Zeit, sie ist nicht ihre zufällige Ausdehnung”).

seríamos capazes de reconhecer, dentro de um certo limite, intervalos sucessivos como iguais. Também nesse caso algo como que um metrônomo seria utilizado (os sons das batidas dos troncos que descem o rio), como parte do modo de apresentação, por meio do qual diríamos que os intervalos são iguais. Porém (e esse é um ponto que parece sugerir a correção da interpretação aqui sugerida), afirma o autor: “(...) não temos o sentimento de ritmo [*feeling of rhythm*] se o intervalo tem uma hora de duração”. Isso parece sugerir que o *sentimento de ritmo* (baseado nas batidas do metrônomo ou dos troncos que descem o rio) pode ser utilizado para determinar intervalos sucessivos como iguais, pois as batidas (quando próximas) permitiriam a sobreposição de uma *métrica* (a matematização do tempo), para mensurar o tempo – no qual utilizamos uma *célula rítmica* (para utilizar aqui o jargão musical) como unidade de medida. Sem a aplicação desta *métrica* estaríamos em uma situação semelhante ao caso em que o intervalo teria uma hora de duração. O que é crucial notar é que, no caso em que podemos reconhecer intervalos como iguais recorrendo ao *sentimento de ritmo* (e Wittgenstein sugere que isso seja possível, quando o intervalo é pequeno), não estaríamos mais restritos apenas ao fluxo temporal da experiência imediata, mas aplicaríamos ao tempo primário um *método de mensuração temporal*, cuja unidade de medida será a *célula rítmica* – que assumimos ter a mesma duração em qualquer momento do tempo. Simplesmente estaríamos trocando, por exemplo, o recurso ao movimento dos ponteiros de um relógio, pelo uso da *célula rítmica*, na qual o *sentimento de ritmo* estaria baseado. Ou seja, tomaríamos o *pedaço de tempo* da célula rítmica como unidade por meio da qual matematizaríamos (tornando homogêneo) o tempo – a partir da qual poderíamos dizer que um dado pedaço tem o mesmo tamanho, ou é menor que o outro pedaço.

A importância do trecho citado, das páginas 4-5 do MS 107, é que nele (em setembro de 1929 – após a constatação da impossibilidade de uma linguagem fenomenológica) Wittgenstein sugere ser possível evitar *tudo que hipotético*, “com a exceção do que está contido na pressuposição de que a descrição me seja dada independentemente da questão de qual dos elementos dela está diante de mim neste momento”. Antes de tentarmos compreender o sentido dessa exceção, podemos já pontuar que o caráter hipotético da linguagem parece estar atrelado a um problema temporal (como é de se esperar, visto que, segundo a interpretação aqui defendida, é o estatuto do tempo primário que veta a possibilidade de uma linguagem fenomenológica), mas que, ao ser contornado (tornando a descrição independente do momento presente), possibilitaria Wittgenstein ainda sustentar ser possível uma

descrição fenomenológica (*não-hipotética*) da realidade. Em outros termos, parece haver um problema circunscrito ao âmbito do tempo, que, uma vez sanado, permitiria ao autor levar a cabo as linhas gerais do projeto de construção de uma linguagem fenomenológica – pois tudo de hipotético poderia ser evitado, salvo a exigência de que a descrição seja independente de que parte dela nos é dada no momento presente.

Para compreendermos o sentido da independência que a descrição necessita ter para com a questão de qual dos elementos dela está diante de mim *neste momento*, lembremos que a dependência completa é o que reduz ao absurdo o projeto de construção da linguagem fenomenológica. Se pensarmos a linguagem como constituída por atos intencionais temporalmente instantâneos, que correlacionam cada uma das imagens (diante de mim, *neste momento*), de uma série de imagens, a cada uma das vivências de uma parte da ordem do tempo primário (da memória), a linguagem fragmentar-se-ia em uma série de representações, que não representa uma série, pois não haveria uma *unidade* nessa série de representações.³⁰² Para que uma série de representações possa representar uma série de imagens passadas é necessário que a série, enquanto *totalidade*, possa ser sobreposta à série passada (determinando qual ocorrência passada cada imagem da série de representação representa). Nesse caso, a duração da série de representações deve ser concebida como um *pedaço de tempo* (*Strecke*) passível de sobreposição ao *pedaço de tempo* daquilo que ela representa. É essa possibilidade de sobreposição de tempos distintos que permitirá dizer que as representações daquele pedaço de tempo da descrição representam as vivências do pedaço de tempo da realidade (da ordem do tempo primário, que é a ordem da memória). Ou seja, é através da independência da proposição para com o presente (na qual as imagens da série de representações são tomadas de forma *sincrônica*) que as determinações temporais tornar-se-iam possíveis.

É importante notar que, embora em vários momentos estejamos aqui transitando (mesmo que indiretamente) no interior da metáfora do mecanismo da experiência imediata (presente no parágrafo 67 das PB), a ideia de que a linguagem seja uma “série de representações” (com imagens que são instituídas como representações de uma vivência – valendo-se aqui em vários momentos dos termos utilizados por Ferraz Neto), não é apenas um modo metafórico de se referir à linguagem, pois ainda ecoa pelo período intermediário a ideia tractariana da proposição como figuração (*Bild*) (como

³⁰² Cf. Ferraz Neto, 2003, p. 98.

veremos a seguir). Mesmo que a sintaxe de muitas notações não permita ver isso na superfície da linguagem e Wittgenstein abandone o tratamento veri-funcional das relações entre as proposições elementares (ao reconhecer a dependência lógica entre essas proposições), ele ainda concede às proposições que descrevem a experiência imediata um estatuto elementar e as descreve como uma figuração de um estado de coisas possível.³⁰³ Ou seja, ao falarmos que uma série de representações, que se atenha ao tempo primário, não pode ter uma unidade, estamos explicitando a impossibilidade da descrição da experiência imediata, por meio de proposições não-hipotéticas, que seriam figurações de estados de coisas.

A independência que a descrição tem no PB, §75, para com a questão de qual dos elementos dela está diante de mim *neste momento*, pode ser interpretada como a necessidade da inserção da descrição (da linguagem) em um tempo que trata os diferentes momentos do tempo de forma *sincrônica*. Essa sincronia, como já vista em seções anteriores, é a concessão de um mesmo estatuto ontológico (na gramática fisicalista) às diferentes partes do tempo, independentemente de qual delas *existe* (agora) no presente da experiência imediata.³⁰⁴ Assim, para que a proposição seja independente do presente é necessário supor a “ainda existência” do passado e a “já existência” do futuro da série de representações – tomando o passado, o presente e o futuro da série de descrições como uma totalidade. Deste modo, embora as partes da descrição nos sejam dadas de forma sucessiva (uma de cada vez, no presente da experiência imediata), a totalidade da série de representações teria uma unidade sincrônica (assim como, na metáfora do projetor, os fotogramas do passado, presente e futuro estão dispostos de forma sincrônica).

Duas questões devem ser levantadas (sendo que a primeira abordaremos nesta seção e a segunda ao longo do capítulo seguinte): *i*) quais são as consequências dessa necessária independência da proposição para com o presente, no que diz respeito à filosofia de Wittgenstein? e *ii*) como Wittgenstein concebe a construção dessa

³⁰³ Cf. WVC, pp. 248-253.

³⁰⁴ Mas não esqueçamos que a concessão de um mesmo estatuto *ontológico* às diferentes partes do tempo, que ocorre no modo de apresentação fisicalista do tempo, não é a afirmação de que o futuro e o passado existem da mesma forma que o presente da experiência imediata. Há uma diferença *categorial* (lógica/ontológica) entre o *triumviratum* fisicalista e o presente fenomênico. Como veremos na sequência, a *existência* dos objetos físicos para além do presente é apenas a construção de uma “regra” que conecta os fenômenos em formas que perduram no tempo. Ou seja, falamos aqui da concessão de um mesmo estatuto ontológico dentro da *gramática* fisicalista (no sentido que será possível dizer que os eventos futuros, assim como, os passados existem) – sem que isso seja uma tese ontológica em sentido forte.

independência da proposição para com o presente (que seria a inserção da linguagem no tempo homogêneo physicalista)?

A principal consequência da necessária independência da linguagem para com o presente da experiência imediata é que, de um ponto de vista estrito, não faz mais sentido falar em uma análise completa das proposições, que se expressaria através da construção de um simbolismo completamente perspicuo. No TLP, o princípio da plena determinação do sentido levava o autor ao requisito (ao postulado – *Forderung*) de um nível elementar da linguagem, composto por sinais simples (que formariam as proposições elementares).³⁰⁵ É nesse nível elementar que a forma lógica da linguagem se mostraria – e revelaria o caráter de contrassenso das proposições filosóficas/metafísicas (decorrentes do mau entendimento da lógica de nossa linguagem). Em 1929, esse requisito se faz presente na tese de que a gramática da linguagem se expressaria em um simbolismo que se ajusta à forma dos fenômenos (revelando a sua forma e multiplicidade lógica – que não pode ser antevista pela análise *a priori* da linguagem). A necessária inserção da linguagem em um tempo que permita à proposição uma independência para com o tempo da experiência imediata é a constatação da impossibilidade dessa notação *privilegiada*. A linguagem sempre necessitará de um elemento hipotético, presente no modo como a linguagem é projetada na realidade, ao situarmos as descrições em um tempo que não é o tempo que nos é dado na experiência imediata. Assim, de um ponto de vista geral, a concepção de Wittgenstein da filosofia como análise lógica da linguagem perderá a sua pedra de toque (pois não é possível uma linguagem que seja temporalmente isomórfica ao tempo primário (da memória)).

Porém, isso não implica que Wittgenstein tenha abandonado, ainda em 1929, o seu moto (como a utilização desse trecho no início do TS 209/ PB sugere):

A fenomenologia apenas estabelece as possibilidades. Assim, a fenomenologia é a gramática da descrição dos fatos, sobre os quais a física constrói suas teorias.³⁰⁶

O que Wittgenstein abandona é a tese de que essa gramática da descrição dos fatos possa ser mostrada através da construção de uma linguagem fenomenológica (de

³⁰⁵ Cf. TLP, 3.23.

³⁰⁶ MS 105, p. 5 / PB, §1e.

um simbolismo *completamente* perspicuo). Como afirma Wittgenstein, na página 176 do MS 107 (de 23 de outubro de 1929).³⁰⁷

Essas mudanças e o modo como o autor vai equacionar a plena determinação do sentido com o abandono da linguagem fenomenológica constituem o pano de fundo de seu novo método filosófico expresso no primeiro parágrafo das PB:

Uma proposição é logicamente analisada de um modo completo, se sua gramática é completamente esclarecida [*klargelegt*]: não importando em qual modo de expressão [*Ausdrucksweise*] ela seja escrita ou falada. / Eu não tenho mais a linguagem fenomenológica, ou “linguagem primária” como a chamava, em mente como um objetivo, eu não a tenho mais como necessária [*nötig*]. Tudo que é possível e necessário é separar o que é essencial do que é inessencial em *nossa* linguagem. / Ou seja, se nós descrevemos a classe de linguagens que preenchem o seu propósito, então, fazendo isso, teríamos mostrado o que é essencial a elas e dado uma representação imediata da experiência imediata. / Cada vez que digo que, ao invés de tal e tal representação [*Darstellung*], poderia ser usada essa outra, daríamos um passo em direção ao objetivo de apreender a essência do que é representado. / Um reconhecimento do que é essencial e do que é inessencial em nossa linguagem, um tal reconhecimento de quais partes de nossa linguagem são rodas girando em falso, corresponde à construção da linguagem fenomenológica.³⁰⁸

A importância desse trecho para a compreensão dos desenvolvimentos seguintes da filosofia de Wittgenstein é que nele o autor concebe um método que “corresponde à construção da linguagem fenomenológica” e expressa que o seu objetivo é “apreender a essência do que é representado”. O principal ponto em questão é a ainda aceitação de uma *essência* do que é representado, mesmo que a linguagem fenomenológica não seja mais necessária (ou possível (*möglich*) – como ele escreve na versão do trecho presente no MS 107, p. 205). O modo como essa *essência* será revelada, não mais ocorrerá por meio da construção de um modo de expressão completamente isomórfico a essa essência, mas através da comparação de notações que preenchem um mesmo propósito

³⁰⁷ MS 107, p. 176. (“A suposição de que uma linguagem fenomenológica fosse possível e que efetivamente diga o que nós [devemos | queremos] expressar na filosofia é – creio eu – absurda”).

³⁰⁸ MS 107, pp. 105-106 / PB, §1. (Grifo do autor). (“Der Satz ist vollkommen logisch analysiert, dessen Grammatik vollkommen klargelegt ist. Er mag in welcher Ausdrucksweise immer hingeschrieben oder ausgesprochen sein. / Die phänomenologische Sprache oder "primäre Sprache", wie ich sie nannte, schwebt mir jetzt nicht als Ziel vor; ich halte sie jetzt nicht mehr für nötig. Alles was möglich und nötig ist, ist das Wesentliche *unserer* Sprache von ihrem Unwesentlichen zu sondern. / D.h., wenn man quasi die Klasse der Sprachen beschreibt, die ihren Zweck erfüllen, dann hat man damit ihr Wesentliches gezeigt und damit die unmittelbare Erfahrung unmittelbar dargestellt. / Jedesmal, wenn ich sage, die und die Darstellung könnte man auch durch diese andere ersetzen, machen wir einen Schritt weiter zu dem Ziele, das Wesen des Dargestellten zu erfassen. / Eine Erkenntnis dessen, was unserer Sprache wesentlich und was ihr zur Darstellung unwesentlich ist, eine Erkenntnis, welche Teile unserer Sprache leerlaufende Räder sind, kommt auf die Konstruktion einer phänomenologischen Sprache hinaus”).

(que descrevem um mesmo fenômeno). A comparação entre essas notações permitiria separar o que é essencial do que é inessencial em nossa linguagem.

Do ponto de vista do tempo, a dificuldade dessa relação (presente no novo método), entre uma essência fenomênica e a aceitação do caráter inalienavelmente hipotético da linguagem, é que a *essência* ainda nos seria dada no tempo primário, porém, a linguagem necessariamente deveria fluir no tempo homogêneo physicalista. A questão que se coloca é, então, como Wittgenstein relaciona essas duas temporalidades, de tal modo que a linguagem esteja no tempo físico, mas a sua essência seja determinada, em última instância, pelos fenômenos (no tempo primário)?

3. A linguagem e o tempo homogêneo da física

Uma das grandes dificuldades que o estudo da filosofia de Wittgenstein, no período intermediário, impõe é o caráter fragmentado dos seus escritos. Em momento algum encontraremos um tratamento sistematizado e concluído dos tópicos por ele explorados (há apenas tentativas, sem muito sucesso, de alcançar tal organização - como pode-se notar no BT). Isso se aplica também às análises sobre o tempo. O esforço desta tese é, em parte, tentar recompor os fragmentados escritos sobre o tempo, explicitando as linhas de força que os unem e a relevância dessas análises como um pano de fundo privilegiado do desenvolvimento de sua filosofia. Mas há várias lacunas e, em muitos momentos, teremos de lançar mão de hipóteses interpretativas, a partir dos elementos fragmentados que dispomos.

Podemos notar uma dessas lacunas entre o caráter sintático das consequências positivas da impossibilidade da linguagem fenomenológica e o caráter semântico de alguns dos temas explorados por Wittgenstein, após o ocaso desta linguagem. Como visto, Wittgenstein afirma, no MS 105: “[o] que nós compreendemos pela palavra ‘linguagem’ flui no tempo homogêneo da física”.³⁰⁹ Neste mesmo trecho, do MS 105 (PB, §69), ele escreve: “[a] linguagem ela mesma pertence ao segundo sistema. Se descrevo uma linguagem, estou essencialmente descrevendo algo que pertence à física”.³¹⁰ Ainda no parágrafo 69 das PB (embora este seja um trecho concebido no MS 107), o autor conclui: “[q]uero dizer: o que chamo de um sinal, deve ser o que é chamado de um sinal na gramática; algo no filme, não na tela”.³¹¹ A referida lacuna é que essas são teses acerca da *linguagem*, porém, parece haver implicações *semânticas* da constatação de que linguagem flui no tempo secundário, que dizem respeito ao estatuto temporal daquilo sobre o qual a linguagem fala. A consequência semântica seria a de que a necessária inserção da linguagem no tempo homogêneo da física se expressaria também como a necessidade que a linguagem tem de falar de *objetos físicos*. Wittgenstein explora essa consequência, ao abordar o estatuto temporal dos objetos físicos (principalmente, nos capítulos VIII e XXII das PB (que possui trechos do MSS 107 e 108 – que se estendem de setembro de 1929 até agosto de 1930)). A ligação entre

³⁰⁹ MS 105, p. 114 (de 6 de fevereiro de 1929).

³¹⁰ MS 105, p. 114. (“Die Sprache selbst gehört zum zweiten System. Wenn ich eine Sprache beschreibe, beschreibe ich wesentlich etwas physikalisches”).

³¹¹ MS 107, p. 176 (de 22 de outubro de 1929). (“Ich meine: Was ich Zeichen nenne, muß das sein, was man in der Grammatik Zeichen nennt; etwas auf dem Film, nicht auf der Leinwand”).

esses dois níveis (o sintático e o semântico) não é completamente evidente nos textos de Wittgenstein (e é importante notar que a aceitação dessa dimensão semântica não levará a um compromisso ontológico – como abordaremos a seguir).³¹²

Uma hipótese interpretativa a ser explorada é a de que ao dispormos a série de representações de forma sincrônica (na construção do tempo físico) não mais estaríamos falando de dados imediatos no tempo fenomenológico, mas de *objetos físicos*; visto que essas entidades se estenderiam em um tempo no qual o futuro apareceria como *pré-formado* e o passado como *ainda existente*. Ou seja, o pertencimento da linguagem ao tempo físico implicaria na necessidade do recurso a entidades transtemporais (que se estendem para além do presente da experiência imediata). Essas entidades, por sua vez, teriam critérios de identidade (e de reidentificação) distintos dos fenômenos (que teriam como critério de identidade a memória primária).

Essa consequência semântica transparece em uma famosa passagem, já citada, em que o autor afirma: “[o] mundo em que vivemos é o mundo dos dados sensoriais [*sense-data*], mas o mundo do qual falamos é o mundo dos objetos físicos”.³¹³ Essa passagem pode ser interpretada, em termos temporais, como a ideia de que, embora a realidade ainda nos seja dada no tempo fenomenológico (pois os fenômenos seriam ainda os fazedores-de-verdade de nossas proposições e a estrutura *a priori* dos espaços de possibilidades fenomenológicos ainda determinaria o horizonte intencional da linguagem (a sua *essência*)), é necessário falarmos de entidades transtemporais (os objetos físicos). E será através dos papéis epistemológico (como fazedor-de-verdade) e semântico (como aquilo que determina a forma lógica e a multiplicidade da realidade) concedidos aos fenômenos (após o abandono da linguagem fenomenológica), que poderemos notar ainda a importância dada à memória como *fonte* (em 1929-1930).

Essa cisão entre o mundo em que vivemos e mundo do qual falamos institui uma diferença (que abordaremos no subcapítulo 3.2) entre os critérios de identidade das entidades sobre as quais falamos (os objetos físicos) e o critério de identidade das entidades que serão os fazedores-de-verdade das proposições (os fenômenos). Essa diferença é extremamente importante, pois, de acordo com uma das teses que defenderei ao longo desta tese, o abandono da camada fenomenológica (na qual a memória (o

³¹² Um exemplo desse equívoco interpretativo pode ser encontrado na interpretação de Hintikka, como visto no capítulo 2.2.1.

³¹³ WLC 30-33, p. 82.

reconhecimento) seria o critério de identidade) marcaria o final do período intermediário e a gênese do ALP.

Pelo viés temporal, um problema decorrente dessa cisão pode ser formulado da seguinte maneira: se a linguagem flui no tempo homogêneo da física e necessita falar de objetos físicos, como seria possível a correlação entre a linguagem e a realidade fenomênica (dada no tempo da memória)? Aparentemente, seríamos levados a aceitar que a constatação do caráter physicalista da temporalidade da linguagem (em sua dimensão sintática) põe problemas ao tratamento da realidade como fenômeno, pois, assim como afirma Hintikka: “[n]ão se pode colocar um objeto physicalista como uma sentença lingüística ‘em cima de’ um estado de coisas fenomenológico”.³¹⁴ Porém, contrariamente a essa interpretação, os esforços subsequentes de Wittgenstein (principalmente, nos MSS 107 e 108) serão o de equacionar a necessidade que a linguagem tem de situar os objetos do discurso no tempo físico e a tese de que aquilo que verifica a proposição (determinando o seu sentido) é dado no tempo primário. Wittgenstein alcançará essa equação ao desenvolver uma nova concepção de proposição, através da distinção entre *hipótese* e *proposição genuína* (como veremos nas seções seguintes). Essa distinção é o que permitirá ao autor manter o princípio da plena determinação do sentido, após o abandono da linguagem fenomenológica. A compreensão dessa distinção nos possibilitará notar que a tese *semântica* (de que a linguagem fala de objetos físicos, situados no tempo secundário) não é uma tese *ontológica* (como se Wittgenstein abrisse mão de uma ontologia fenomenológica em detrimento de uma physicalista), pois Wittgenstein manterá firmemente nesse período a tese ontológica de que a realidade *é* o fenômeno.³¹⁵

³¹⁴ Hintikka, 1996, p. 265. (“You cannot put a physicalistic object like a linguistic sentence “on the top of” a phenomenological state of affairs”).

³¹⁵ De acordo com a interpretação que defenderei nos capítulos seguintes, será o abandono da ideia de que o mundo em que vivemos é o mundo dos dados sensoriais (no qual supomos os fenômenos serem *objetos* cujas formas e multiplicidades lógicas nos seriam imediatamente dadas) que marcará o fim do período intermediário.

3.1. A extensão temporal dos objetos físicos e a distinção entre hipótese e proposição genuína

O objetivo deste subcapítulo é a compreensão do modo como Wittgenstein articula a temporalidade fisicalista linguagem com a temporalidade da realidade fenomênica, após o abandono da ideia de uma linguagem fenomenológica. O pivô dessa articulação será a noção de *hipótese*. A hipótese desempenhará um duplo papel: *i*) por um lado, é aquilo que possibilita a construção, a partir dos fenômenos, de entidades transtemporais (que são objetos físicos - e que podemos situar no tempo físico) e, por outro lado, *ii*) permite gerar *expectativas* fenomenológicas, a partir dos objetos físicos. O estudo desse duplo papel se estenderá ao longo das seções deste capítulo 3.

A importância da expectativa é que ela se encontra diretamente relacionada à nova concepção de proposição de Wittgenstein (no final de 1929 e início de 1930). Não será mais possível uma *linguagem* fenomenológica, mais ainda serão possíveis *proposições* fenomenológica (cuja verdade ou falsidade seria determinada de forma imediata, através da comparação com o dado). Essas *proposições genuínas* serão o correspondente linguístico das *expectativas*, geradas a partir das hipóteses. A compreensão, pelo viés do tempo, da distinção entre hipótese e proposição genuína nos permitirá, por fim, notar como Wittgenstein ainda se encontra atrelado a um tratamento *atemporal* do sentido, mesmo que o fisicalismo da linguagem insira uma dimensão necessariamente *temporal* na gramática (pois a estrutura *a priori* dos espaços de possibilidades fenomenológicos ainda determinará o horizonte intencional da linguagem - das proposições genuínas).

3.1.1. Relação entre as hipóteses, os objetos físicos e os fenômenos

Embora o foco de nossas análises seguintes recaia sobre partes do capítulo VIII e XXII das PB (que possui trechos do MSS 107 e 108 – entre setembro de 1929 até agosto de 1930), será através das notas de Friedrich Waismann, feitas por volta de 1930 (principalmente no *Thesen* – publicado no apêndice B do WVC), que encontraremos de forma mais visível a importância das análises sobre o tempo, no modo como

Wittgenstein concebe a relação entre as hipótese, os objetos físicos e os fenômenos. Em um trecho dessas notas, Wittgenstein afirma:

Aspectos particulares são o que é variável e instável; é a forma da conexão desses aspectos que é inalterável e permanece. Essa conexão inalterável é significada por *uma* palavra.³¹⁶

Os aspectos são os fenômenos, dados de modo temporalmente fugidio, no fluxo presente da experiência imediata. É a conexão desses fenômenos que permitirá subsumir essa multiplicidade em formas inalteráveis (que permanecem a mesma, ao longo do tempo). A forma inalterável (de conexão dos fenômenos) desempenhará um papel semântico fundamental nas linguagem fisicalistas, pois será "significada por *uma* palavra". Essa forma *transtemporal* (que perdura), resultado da conexão de fenômenos, é o que chamamos de "objeto físico".

A importância da noção de hipótese para essa concepção *construtivista* de objetos físico é que a hipótese será a maneira pela qual os aspectos serão "(...) espacialmente e temporalmente conectados".³¹⁷ Como afirma o autor:

O conceito de um objeto envolve uma hipótese, pois assumimos como uma hipótese que aspectos particulares que percebemos estão conectados em uma maneira governada por regras.³¹⁸

O que há de hipotético nos objetos físicos é que assumimos que aspectos fenomenológicos particulares estariam conectados, de uma maneira "governada por regras". Ou seja, o objeto físico será o resultado da aplicação de uma hipótese de ordenação ao múltiplo da experiência fenomenológica, segundo regras.³¹⁹

Por exemplo, imaginemos que no campo visual ocorra um círculo vermelho sobre um retângulo azul. Ao longo do tempo, a posição e o tamanho do círculo se alterariam, assim como, as dimensões do retângulo e o modo como o círculo e o retângulo se relacionam. Sendo que a posição e o tamanho são propriedades internas do círculo, há um sentido em que podemos dizer que, ao longo do tempo, vários círculos vermelhos foram vistos (assim como, vários retângulos azuis). Essa multiplicidade de

³¹⁶ WVC, p. 257. (Das Wechselnde, Unbeständige sind die einzelnen Aspekte; das Feste, Bleibende ist die Form des Zusammenhanges der Aspekte. Dieser feste Zusammenhang wird durch *eine* Wort bezeichnet). (Grifo do autor).

³¹⁷ Cf. WVC, p. 256. (Die Aspekte Hängen räumlich und zeitlich zusammen).

³¹⁸ WVC, p. 256. (Der Begriff des Gegenstandes involviert eine Hypothese. Wir machen nämlich die Hypothese, daß die einzelnen Aspekte, die wir wahrnehmen, in gesetzmäßiger Weise zusammenhängen).

³¹⁹ Um ponto importante a ser notado é que Wittgenstein *não* está sustentando, através dessa concepção construtivista, que os objetos são entidades *inferidas* a partir dos fenômenos - como se estivéssemos postulando a existência de entidades, para além da experiência imediata. A realidade são os fenômenos. As hipóteses são apenas regras que aplicamos ao múltiplo fenomênico da experiência.

fenômenos, variável e instável (dada ao longo do tempo, de forma sucessiva), poderia ser conectada através das hipóteses presentes na ideia de que “há uma bola vermelha sobre uma mesa azul”. Os objetos físicos *bola* e *mesa* seriam os expedientes hipotéticos, por meio dos quais subsumimos a multiplicidade dos fenômenos, temporalmente fugidios, em formas que perduram. (Um ponto que exploraremos na seção seguinte é que essa forma será governada por regras - sendo essas regras as leis da física, que atribuem *poderes causais* a essa forma e nos permitem gerar expectativas futuras).

A importância temporal das hipóteses é que, enquanto os fenômenos nos são dados no tempo primário, a forma que resulta da conexão dos fenômenos será uma entidade transtemporal, que se estende para além do presente da experiência imediata (no tempo físico). O objeto físico será *necessariamente transtemporal*, pois ele é o modo como conectamos fenômenos dados em diferentes momentos do tempo. Ao fazermos a conexão (assumindo que certos fenômenos estariam conectados de maneira governada por regras) tomamos fenômenos de diferentes momentos, como aspectos de *uma* mesma coisa (que será "significada por *uma* palavra").

O cerne dessa concepção é expresso por Wittgenstein através de um símile espacial:

Um objeto é similar a um corpo no espaço – os aspectos particulares são seções transversais [*Schnitte*] feitas quando cortamos através dele.³²⁰

O que é importante notarmos é como esse símile aplica-se também ao tempo. O objeto físico será como um corpo que ocupa um lugar no tempo físico (estendendo-se ao longo do tempo homogêneo da física) e os aspectos serão *seções transversais*, feitas ao se cortar *temporalmente* esse objeto; obtendo aspectos temporalmente *instantâneos*, dados no constante fluxo presente fenomênico (no tempo primário). Assim, pelo ponto de vista da linguagem fisicalista (cuja gramática atribui um papel semântico fundamental aos objetos físicos), concebemos os dados imediatos como aspectos fenomenológicos dos objetos físicos. Porém, mais propriamente, o objeto físico não nos é dado. Ele é apenas o resultado da aplicação de hipótese ao fluxo da experiência.

Uma questão extremamente importante é levantada por Wittgenstein no WVC: “[q]uantos aspectos são necessários serem vistos antes de estabelecermos com

³²⁰ WVC, p. 256. (Ein Bild zur Verdeutlichung: Der Gegenstand gleicht einem Körper im Raum: die einzelnen Aspekte sind die Schnitte, die wir durch ihn legen).

segurança a existência de um objeto?”³²¹ A resposta de Wittgenstein (e que revela ainda o seu comprometimento com a fenomenologia neste período – e, conseqüentemente, com o verificacionismo) é que “[n]enhum número de aspectos pode provar uma hipótese”.³²² Hipóteses não podem ser provadas, pois não são *verificáveis* (apenas *proposições genuínas* - como veremos a seguir - serão passíveis de verificação, visto que descreveriam a experiência imediata (o aspecto que é o corte transversal da hipótese)). O caráter não verificável da hipótese pode ser notado através de um exemplo. Imaginemos que, diante de uma série de aspetos visuais, seja aplicada como regra de conexão a hipótese de *mesa*. Porém, em um instante seguinte, constataríamos que o suposto objeto não oferece nenhuma resistência ao tato. Nesse caso (e por mais estranho que isso possa parecer), a hipótese de mesa não será falsa. O que ocorre é que essa hipótese passará a ser inaplicável nesse caso, como regra que conecta esses diferentes aspectos. Ou seja, não estaríamos mais *justificados* a usar nesse contexto a hipótese de mesa.³²³

A aceitação ou rejeição de uma hipótese envolve uma série de questões de cunho pragmático, atreladas ao caráter de simplicidade e economia do uso de hipóteses. A descrição dos aspectos fenomenológicos seria enormemente complicada e o uso de certas hipóteses (dada a simplicidade que proporciona - pois significamos uma enormidade de fenômenos por meio de apenas *uma* palavra) estaria justificado, mesmo que nos leve a proposições genuínas falsas. Nesse caso, como afirma Wittgenstein: “[p]oderíamos mantê-la [a hipótese], introduzindo novas hipóteses”.³²⁴ Porém, “[s]e uma hipótese requer constantemente novas hipóteses auxiliares, ela se torna impraticável e a abandonamos”.³²⁵

³²¹ WVC, p. 259. (Wieviel Aspekte muß man gesehen haben, bis die Existenz des Gegenstandes gesichert ist?).

³²² WVC, p. 259. (Noch so viele Aspekte können die Hypothese nicht beweisen).

³²³ Cf. Perrin. XXXX.

³²⁴ WVC, p. 255. (Wir können sie aufrecht erhalten, indem wir eine neue Hypothese einführen).

³²⁵ WVC, p. 255. (Bedarf eine Hypothese immer neuer Hilfsypothesen, so wird sie unzweckmäßig und wir geben sie auf.) O poder de gerar expectativas das hipóteses não se encontra apenas no modo como conectam formas lógicas distintas (de diferentes espaços de possibilidades), permitindo fazer predições acerca de um espaço de possibilidades a partir de aspectos de um outro espaço de possibilidade. De acordo com Wittgenstein, é possível a utilização de hipóteses que tenham uma forma *matemática* e que permitam a organização das regularidades observadas nas experiências prévias de acordo com leis formais. Essa matematização das regras hipotéticas estaria presente, por exemplo, no modo como a física faz suas predições (cf. WVC, p. 255 / PB, §128).

3.1.2. Os poderes causais das entidades transtemporais e a crença na indução:

Embora Wittgenstein não diga isso explicitamente, a ideia de que a forma inalterável de conexão dos fenômenos é "governada por regras" sugere que, ao atribuímos a certos fenômenos uma determinada forma transtemporal (tratando estes fenômenos como aspectos de um objeto físico), concedemos a essa forma o que poderemos chamar de "*poderes causais*".³²⁶ A concessão de poderes causais à forma transtemporal de conexão dos fenômenos se expressaria no modo como a hipótese é uma "(...) uma lei para formar expectativas".³²⁷

A hipótese conecta aspectos de diferentes espaços de possibilidades:

Uma hipótese é projetada para abranger *mais* que a reprodução de *um* tipo de experiência. Quando temos uma experiência particular (vemos a imagem visual de uma mesa, por exemplo) nós, com base na hipótese, esperamos ser capazes de ter experiências inteiramente determinadas de diferentes tipos (sensações táteis).³²⁸

A hipótese não apenas conecta fenômenos visuais em uma forma visual inalterável (ou fenômenos táteis em uma forma tátil inalterável etc.), mas diferentes modalidades de fenômenos. Assim, uma vez que apliquemos uma determinada hipótese a certos aspectos particulares (mesmo que tenhamos diante de nós apenas *uma* modalidade de fenômeno), essa hipótese desempenhará o papel de *lei*, que tem a possibilidade de gerar *expectativas* - que serão aspectos fenomenológicos (de diferentes modalidades). Por exemplo, ao aplicarmos a hipótese de mesa a determinados fenômenos em nosso campo visual, a hipótese permitirá gerar expectativas (futuras) sobre aspectos táteis, auditivos etc.. Caso toquemos nessa mesa, deveremos encontrar uma determinada resistência ao tato. Caso batamos nessa mesa, devemos escutar um determinado som (etc.). Ou seja, a hipótese não é apenas a regra de conexão dos

³²⁶ Retiro a expressão "poderes causais" ("*causal powers*") de Campbell (do capítulo 2.4 "*An Explicit Physics*", em seu livro de 1995).

³²⁷ MS 107, p. 283 / PB, §228. ("Eine Hypothese ist ein Gesetz zur Bildung von Erwartungen").

³²⁸ WVC, p. 258. (Grifos do autor). (Die Hypothese ist auf *mehr* berechnet als auf die Wiedergabe *einer* Art von Erfahrung. Wenn wir eine bestimmte Erfahrung machen (etwa das Gesichtsbild eines Tisches sehen), so erwarten wir auf Grund der Hypothese, auch ganz bestimmte Erfahrungen anderer Art (Tastempfindungen) machen zu können).

fenômenos em uma forma que perdura, mas atribui poderes causais a essa forma, uma vez que será uma lei ("governada por regras") para gerar expectativas.

Há uma importante diferença categorial (e temporal) entre as *expectativas* e os *objetos físicos*. Enquanto os objetos físicos são entidades transtemporais (situadas no tempo físico), a expectativa é um determinado aspecto fenomenológico, que esperamos encontrar no presente da experiência imediata. Já a diferença entre a *expectativa* e o *fenômeno* poderia ser formulada da seguinte maneira. O fenômeno é o corte transversal da hipótese, que nos é *dado* no fluxo presente da experiência imediata (e que, após ser dado, tem como único critério de identidade a memória). A expectativa será o corte transversal da hipótese, que *esperamos* que no *futuro* nos seja dado, no fluxo presente da experiência imediata.³²⁹

A noção de expectativa estará diretamente relacionada à *indução* e à *causalidade*, pois, se espero que algo ocorra no futuro, será em decorrência das *regras* que governam as formas, aplicadas aos fenômenos. Assim, é o recurso às hipóteses que tornam as expectativas possíveis, pois as hipóteses serão as leis que nos permite fazer predições. Dito de outra forma: ao aplicarmos uma hipótese atribuímos poderes causais à forma de conexão dos fenômenos, de tal modo que podemos predizer aspectos fenomenológicos futuros. As regras que governam a conexão dos fenômenos serão as mesmas regras a serem expressas de forma geral nas "leis da física". Por essa razão, Russell, ao sustentar uma posição construtivista semelhante a de Wittgenstein (mas, como uma crucial diferença - como veremos ao final desta seção), afirma que os objetos físicos são "(...) séries de aparências cuja matéria obedece às leis da física".³³⁰

A relação entre a expectativa e a indução permite compreender porque, segundo Wittgenstein, no tempo da memória "(...) não há futuro".³³¹ Não pode haver futuro no sistema primário (fenomenológico), pois só haverá expectativa (sobre o futuro) a partir da atribuição de poderes causais à forma hipotética de conexão dos fenômenos. Dito de forma negativa: atendo-se exclusivamente ao fenômenos não é possível ter expectativas, pois, não há nenhuma *lei* na ocorrência dos fenômenos, que nos permita esperar que, dado tais e tais fenômenos, outros tais e tais fenômenos deverão acontecer. No mundo

³²⁹ Esse ponto será central à compreensão da nova concepção de proposição, desenvolvida por Wittgenstein, após o abandono da linguagem fenomenológica, pois a expectativa será o modelo epistemológico da proposição genuína.

³³⁰ RSDP, 164. ("(...) those series of aspects whose matter obeys the laws of physics").

³³¹ Cf. MS 113, p. 125v / BT, §105, p. 365. ("In dieser Zeit gibt es z.B. keine Zukunft").

primário há apenas aquilo que é imediatamente dado e a memória do que foi imediatamente dado.³³²

Como dito anteriormente, os objetos físicos desempenharão um papel semântico fundamental, nas linguagens fiscalista - como é o caso de nossa linguagem ordinária. Esse papel se mostra no modo como corriqueiramente (no âmbito da linguagem ordinária) atribuímos o predicado "real" ao "mundo" dos objetos físicos e tratamos os fenômenos como uma dimensão meramente ilusória e subjetiva, resultado da maneira como a realidade nos aparece coordenada, através dos sentidos.³³³ Como afirma Wittgenstein: “[é] notável que o predicado ‘real’ seja atrelado aos objetos e não aos fenômenos, que no entanto são as únicas coisas dadas a nós”.³³⁴ Isso tem importantes consequências para o modo como concebemos a linguagem. Ao tomarmos aquilo que é inalterável e permanente como a “realidade”, pensamos os objetos como um substrato fixo, portador de aspectos variáveis. A partir disso, pensamos a forma lógica das proposições, que descrevem esses objetos, como tendo a forma sujeito-predicado (na qual podemos atribuir um predicado ao objeto que é o substrato fixo). Assim, ao tomarmos os objetos físicos (que são construções) como a "realidade", nossa linguagem passa a girar em torno dos substantivos, que nomeiam esses objetos, e tomamos a forma sujeito-predicado como uma norma de representação (nos levando a negligenciar a forma lógica real das proposições).³³⁵

A atribuição do predicado “real” às hipóteses (aos objetos físicos) expressa uma outra dimensão do modo como o conceito de objeto encontra-se conectado à indução. Ao utilizarmos uma hipótese, esperamos que essa regra de conexão, que aplicamos aos diferentes espaços de possibilidades (subsumidas no objeto), continuará a ser aplicável no futuro. Com isso, a adesão a uma hipótese é, em parte, a crença de que as regras e leis, das formas aplicadas ao mundo primário, continuarão a ser aplicáveis (e, com isso, permitindo gerar expectativas verdadeiras). Por essa razão, afirma Wittgenstein: “[a] crença na realidade é a crença na indução”.³³⁶ Por exemplo, ao utilizarmos as hipóteses de *bola* e *mesa* para organizar a experiência imediata, através da hipótese de que “há

³³² Cf. MS 105, p. 86.

³³³ Utilizarei os termos “realidade” e "real" entre aspas para sinalizar que, nesse caso, estamos tratando do sentido fiscalista de realidade. O uso sem aspas será destinado à realidade em sentido fenomênico.

³³⁴ WVC, p. 260. (Auffalend ist, daß das Prädikat „wirlich“ an den Gegenständen haftet und nicht an den Phänomenen, die doch das allein Gegebene sind).

³³⁵ Cf. PB, §115.

³³⁶ WVC, p. 260. (“Der Glaube an die Realität ist der Glaube an die Induktion”). Wittgenstein se refere aqui à "realidade" dos objetos físicos.

uma bola sobre a mesa”, expressamos a crença de que essas regras de conexão continuarão aplicáveis no futuro, pois esperamos que, no futuro, essas hipóteses continuarão a gerar expectativas verdadeiras.³³⁷ Ou seja, a crença na realidade dos objetos físicos é a crença na manutenção das regras e leis que aplicamos aos fenômenos.

A relação entre objeto físico e indução será um importante ponto de afastamento entre o viés construtivista de Russell e de Wittgenstein. Segundo Wittgenstein:

Russell não representa a natureza do objeto corretamente quando ele concebe um objeto como uma classe. Pois uma classe não nos ajuda de modo algum a obter sentenças sobre um aspecto futuro. Uma classe não tem nada a ver com indução – um objeto, contudo, é essencialmente conectado com a indução.³³⁸

A tese de Russell, do objeto como uma *classe* de seus aspectos (expresso, por exemplo, no OKEW, p. 89ff.), poderia significar, segundo Wittgenstein, duas coisas: que o objeto fosse um número de aspectos (enumerados por meio de uma lista), ou que o objeto seria uma propriedade de aspectos (como uma característica (*Zug*) que poderia ocorrer como parte de um aspecto – por exemplo, uma cor).³³⁹ O que falta a essas caracterizações de objeto como classe (e constitui o ponto de afastamento, que aludi anteriormente, entre esses dois autores) é que, segundo Wittgenstein, Russell perde de vista a relação entre o *objeto físico* e a *indução*. O objeto, para Russell, seria concebido como algo *fechado* – tendo em si já determinado os aspectos nele contidos. Diferentemente, sugere Wittgenstein (de modo metafórico), que a hipótese (que constitui o objetos físico) sempre terá “(...) rodas que giram em falso” e que permanecerão sem uso até que possam ser usadas para representar novas experiências.³⁴⁰ É essa falta de uma *abertura para o futuro* (a possibilidade de sempre gerar novas expectativas), que Wittgenstein localiza no tratamento dado por Russell aos objetos físicos.

³³⁷ Em uma passagem bastante poética, Wittgenstein afirma: “[o] mundo escapa da pessoa que não tem esperança, ou medo, de algo. O mundo se torna ‘irreal’” (WVC, p. 260 – *Wer nichts hofft und nichts fürchtet, dem entgleitet die Welt. Sie wird “unwirklich”*) – em alusão à relação entre realidade física e o futuro (que se expressa como crença na indução).

³³⁸ WVC, p. 257. (Russell hat die logische Natur des Gegenstandes nicht richtig wiedergegeben, wenn er ihn als *Klasse* auffaßt. Denn eine Klasse von Aspekten hilft uns ja gar nicht, irgendeine Aussage über einen weiteren Aspekt zu gewinnen. Die Klasse hat mit der Induktion nichts zu tun – der Gegenstand aber hängt wesentlich mit der Induktion zusammen) .

³³⁹ Cf. WVC, p. 254.

³⁴⁰ Cf. WVC, p. 258. (Die Hypothese egleichsam leerlaufende Räder: Solange keine weiteren Erfahrungen.auftreten, bleiben sie unbenützt, und sie treten erst in Aktion, sobald es gilt, weitere Erfahrungen darzustellen)

3.1.3. A proposição genuína como corte transversal da hipótese

A importância da noção de expectativa, para a compreensão da filosofia intermediária de Wittgenstein, pós-linguagem fenomenológica, é que ela será o modelo epistemológico da sua nova concepção de proposição. A expectativa é o aspecto fenomenológico (gerado a partir da hipótese), que esperamos encontrar na experiência imediata. A hipótese será, assim, “(...) uma lei para formar expectativas”.³⁴¹ De um ponto de vista construtivista, podemos dizer que a expectativa é a *seção transversal* do objeto físico, que esperamos encontrar no futuro.³⁴² Essa mesma ideia está presente na concepção de Wittgenstein de *proposição genuína*: “[u]ma proposição é, por assim dizer, um corte transversal em um determinado lugar de uma hipótese”.³⁴³

Essa concepção da proposição como corte transversal ("*Schnitt*") de uma hipótese permite ao autor equacionar uma tensão que perpassa a sua filosofia, após a constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica. Se a linguagem flui no tempo homogêneo da física, e necessita falar de objetos físicos, como seria possível a correlação entre a linguagem e a realidade fenomênica (dada no tempo da memória) - visto que os fenômenos são os únicos fazedores-de-verdade de nossas proposições?

Um ponto a ser notado é que Wittgenstein nega às proposições physicalistas (que falam de objetos físicos) valor de verdade. Rigorosamente, seque poderíamos dizer que as proposições hipotética seriam *proposições*. Como dito anteriormente, caso uma hipótese gere expectativas falsas, isso não significa que a hipótese seja *falsa*, mas que não mais seria justificado o seu uso. Porém, isso não implica que tenhamos de abandonar a hipótese: “[p]oderíamos mantê-la [a hipótese], introduzindo novas hipóteses”.³⁴⁴ As únicas proposições *genuínas* (que possuem valor de verdade) serão as proposições que, assim como as expectativas, são extraídas das hipóteses e que descrevem a experiência imediata.

A importância dessa concepção torna-se ainda mais visível do ponto de vista temporal. A linguagem deve necessariamente fluir no tempo homogêneo da física e, com isso, deverá falar de entidades transtemporais (os objetos físicos). Mas, se os

³⁴¹ MS 107, p. 283 / PB, §228. (“Eine Hypothese ist ein Gesetz zur Bildung von Erwartungen”).

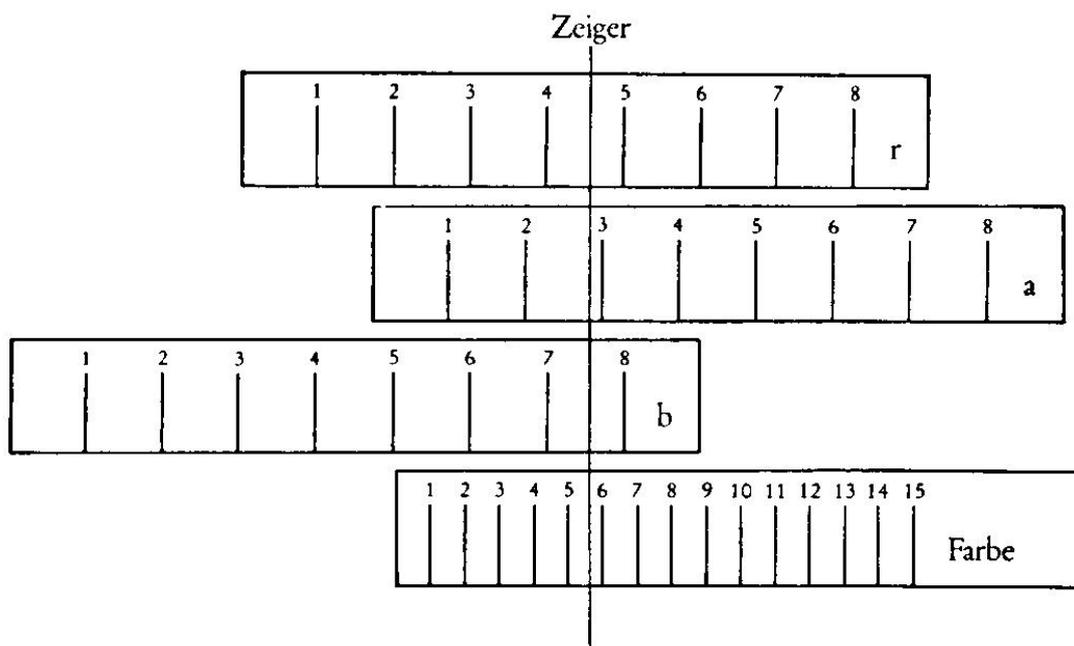
³⁴² Cf. WVC, p. 256.

³⁴³ MS 107, p. 283 / PB, §228. (“Ein Satz ist sozusagen ein Schnitt durch eine Hypothese in einem bestimmten Ort”).

³⁴⁴ WVC, p. 255. (Wir können sie aufrecht erhalten, indem wir eine neue Hypothese einführen).

fenômenos são os fazedores-de-verdade e nos são dados no fluxo presente do tempo primário, como articular a temporalidade da linguagem e a temporalidade da realidade? A resposta dessa indagação é alcançada através da distinção entre *hipótese* e *proposição genuína*. Utilizamos as hipóteses para construir formas transtemporais (que podem ser situadas no tempo homogêneo da física) e, ao "cortarmos" essas hipóteses (obtendo delas expectativas fenomenológicas), poderemos obter proposições, cujo valor de verdade seria determinado, por meio da comparação imediata, com a experiência imediata (dada no tempo primário). Assim, a proposição genuína descreveria o fenômeno, embora, somente através do recurso ao tempo físico, as determinações temporais da linguagem, seriam possíveis.

Wittgenstein ilustra essa nova concepção de proposição no MS 108 (em janeiro de 1930):



Podemos tomar tal representação como a ilustração do corte na hipótese de *bola*. A hipótese de bola nos permite esperar encontrar no plano fenomênico “um círculo colorido, de cor..., e raio..., localizado em...”.³⁴⁵ A primeira régua determinaria o tamanho do raio do círculo. A segunda e a terceira, a sua posição no campo visual. E a quarta, a cor do círculo. Poderíamos ainda acrescentar uma "régua temporal", que nos permitiria determinar (construindo um método temporal de mensuração), o momento em que o círculo, com essas determinações internas, deve ser esperado, no âmbito da

³⁴⁵ Cf. MS 108, p. 54 / PB, §84. Além disso, a partir da hipótese de bola, poderíamos acrescentar determinações de outras formas lógicas variadas (que dizem respeito a outros espaços de possibilidades; como o tátil, auditivo, olfativo etc.).

experiência imediata. Além disso, poderíamos acrescentar réguas para textura, peso, densidade etc.. Por esse viés, a proposição genuína seria a especificação dos *valores* para um aspecto (ou aspectos) da forma hipotética, de acordo com as dimensões dos espaços de possibilidade conectados pela hipótese.

Um importante traço temporal dessa concepção é que, por meio dela, Wittgenstein resolve um problema que remonta à constatação da dependência lógica das proposições elementares. No TLP, a possibilidade da proposição repousava sobre o princípio da substituição (*Prinzip der Vertretung*) de objetos por sinais.³⁴⁶ Porém, com a constatação (por volta de 1929) de que proposições elementares podem ser logicamente *dependentes* (como é o caso paradigmático das proposições sobre cor), o nome não poderá mais ser pensado como um mero substituto do seu significado. A proposição “o círculo é vermelho” exclui as proposições “o círculo é verde”, “o círculo é amarelo” etc.. Desse modo, deve haver alguma relação lógica entre os nomes “vermelho”, “verde”, “amarelo” etc., que leva à exclusão desses atributos incompatíveis. Assim, *grosso modo*, Wittgenstein constata que as proposições não podem mais ser concebidas como funções de verdade de proposições elementares. A solução oferecida pelo autor (em 1929-1930) é pensar a proposição como parte de um “sistema de proposições”.³⁴⁷ É essa inclusão da proposição em um sistema que se expressa na ideia da proposição como um corte transversal de uma hipótese. Através dela, Wittgenstein torna evidente como o *nome* é uma *gradação*, em um sistema (em uma “régua”), e a proposição a especificação dessa gradação (juntamente com outras determinações, que possibilitam especificar o lugar e o tempo, no qual aquelas gradações deverão ser encontradas). Assim, a exclusão lógica de atributos incompatíveis seria expressa na impossibilidade de que duas gradações sejam atribuídas *ao mesmo tempo*:

Neste caso, cada afirmação consistiria, por assim dizer, em ajustar o número de escalas (padrões de medida) e é *impossível* ajustar uma escala simultaneamente em duas marcas de gradação.³⁴⁸

Isso insere uma dimensão temporal na linguagem, pois, com isso, “[o] uso de uma palavra não se dá num instante, como também não o de uma alavanca”.³⁴⁹ O nome

³⁴⁶ Cf. TLP, 4.0312.

³⁴⁷ Cf. PB, §§15 e 82.

³⁴⁸ MS, 108, p. 53 / PB, §84. (Grifo do autor). (“Jede Aussage bestünde dann gleichsam im Einstellen einer Anzahl von Maßstäben, und das Einstellen eines Maßstabes auf zwei Teilstriche zugleich ist *unmöglich*”).

³⁴⁹ MS 107, p. 234 / PB, §15. (“Die Anwendung eines Wortes geht nicht in einem Moment vor sich, sowenig wie die eines Hebels”).

será a escolha de uma das gradações da dimensão do espaço de possibilidades (através da "régua", do método de mensuração do sistema). A escolha de outro nome, por sua vez, deverá necessariamente ocorrer *ao longo do tempo* (não podendo ocorrer *ao mesmo tempo*). Em resumo: “[o] que temos reconhecido é simplesmente que estamos lidando com padrões de medida, e não, de alguma maneira, marcas de gradação isoladas”.³⁵⁰ (A importância dos padrões e unidades de medida será explorada na seção 3.2).

3.1.4. Algumas consequências temporais da dimensão hipotética da linguagem

Do ponto de vista das análises do tempo, a utilização de hipóteses, como regras que conectam temporalmente os fenômenos, situará *toda* a “realidade” (física) no tempo homogêneo da física. A presença do tempo físico nas proposições fisicalistas e na “realidade” torna-se universal, pois as hipóteses, que se encontram na base de todo sistema secundário, são *regras para construir uma temporalidade homogênea a partir dos dados imediatos*. Assim, torna-se impossível conceber um objeto físico que não esteja situado na ordem do tempo físico. Essa presença universal do tempo fisicalista na “realidade” é expressa por Wittgenstein em uma série de indagações no BT:

De onde – estou inclinado a perguntar – vem que proposições empíricas sejam todas temporais?/Poder-se-ia também colocar a questão desse modo: “como se segue que podemos conectar todos os fatos empíricos com o que um relógio mostra”?³⁵¹

Nesta mesma seção do BT, Wittgenstein qualifica essa relação entre as proposições, os fatos empíricos e o tempo: “[t]emporalidade’ não quer dizer que chegarei às 5 horas em ponto, mas que chegarei em algum tempo, por ex., que minha sentença tenha a estrutura que tem”.³⁵² A partir dessas citações (embora esses trechos sejam posteriores àquilo que me parece ser a grande ruptura do período intermediário - que abordaremos no capítulo 4), fica expressa a ideia de que todos os fatos empíricos podem ser conectados com determinações temporais, no tempo homogêneo da física

³⁵⁰ MS, 108, p. 54 / PB, §84. (“Unsere Erkenntnis ist eben, daß wir es mit Maßstäben und nicht quasi mit isolierten Teilstrichen zu tun haben”).

³⁵¹ BT, §31, p. 91. (“Woher – möchte ich fragen – die Allgemeinheit der Zeitlichkeit der Erfahrungssätze? / Könnte man auch so fragen: ‘Wie kommt es daß man alle Erfahrungstatsachen mit dem was eine Uhr zeigt in Verbindung bringen kann?’”).

³⁵² BT, §31, p. 91. (“‘Zeitlichkeit’ damit ist nicht gemeint daß ich um 5h komme sondern daß ich irgendwann komme d.h. daß mein Satz die Struktur hat, die er hat”).

(“com o que um relógio mostra”) e as proposições empíricas (fiscalistas/hipotéticas) seriam temporais, pois o tempo fiscalista faz parte da estrutura dessas sentenças. O que está presente, principalmente no WVC, é a razão dessa inalienável presença do tempo físico no mundo dos objetos físicos e na estrutura das sentenças hipotéticas. As hipóteses são regras de conexão temporal, que nos permitem a construção de um tempo físico (em que os objetos estendem-se temporalmente para além do presente da experiência imediata). E é essa estrutura temporal que estaria presente em toda linguagem – visto que *toda* linguagem é hipotética (fluindo no tempo homogêneo da física) – assim como, no que chamamos de “realidade” (pois ela é composta pelas entidades transtemporais construídas por meio das hipóteses).

Uma importante consequência disso é que, essas regras, visto que conectam temporalmente os fenômenos, atribuirão um mesmo estatuto ontológico às representações desse objeto, em diferentes momentos do tempo. Por exemplo, na gramática fiscalista, a bola sobre a mesa às 10:15 horas é tão real quanto a bola sobre a mesa às 11:45 (independentemente de que horas seja *agora*). Assim, as hipóteses transformariam as relações transitivas, assimétricas e não-reflexivas de *antes* e *depois* do fluxo fenomênico, em relações *espaciais* transitivas, assimétricas e não-reflexivas (por exemplo, “a direita de...”, “a esquerda de...”) – contraponto a exclusividade ontológica do presente (no mundo primário) à igualdade ontológica de todos os momentos do tempo (no modo de apresentação da realidade fiscalista).

Outra importante consequência é a mudança do modo como Wittgenstein compreende a maneira pela qual a linguagem expressaria o caráter de fluxo da realidade fenomênica. De acordo com a filosofia de Wittgenstein, no início de 1929, a linguagem fenomenológica deveria poder mostrar a forma lógica temporal dos fenômenos. Dito de modo mais preciso: a estrutura temporal do fluxo fenomênico (que é a ordem da memória) deveria poder ser expressa no simbolismo perspicuo de uma linguagem isomórfica à realidade fenomênica. Porém, com a constatação da impossibilidade temporal de tal linguagem, Wittgenstein evidencia que o fluxo temporal não pode ser expresso, visto que não seria passível de ser *mostrado* através de um simbolismo completamente perspicuo. O que é crucial notar é que a *construção* de um tempo físico (necessário à linguagem) não equivale (de imediato) à expressão do fluxo temporal primário. Pelo contrário! O recurso a um tempo físico é justamente decorrente da impossibilidade de que a temporalidade dos fenômenos seja expressa. A referida mudança é que, diante dessa impossibilidade, o fluxo temporal primário (mesmo que

indizível e não passível de ser mostrado por um simbolismo isomórfico à realidade) ainda assim seria expresso. Segundo Wittgenstein:

Que tudo flui deve ser expresso na aplicação da linguagem e, de fato, não em um tipo de aplicação em oposição a outro, mas na aplicação. Em qualquer coisa que possa ser chamado de aplicação da linguagem.

Por aplicação eu compreendo o que faz da combinação de sons e marcas uma linguagem. No sentido que é a aplicação que faz de um bastão com gradações um *padrão de medidas*. Colocar a linguagem sobre a realidade.³⁵³

Podemos interpretar esse trecho recorrendo às análises precedentes sobre o tempo secundário. Sendo que a linguagem necessariamente flui no tempo homogêneo da física, todas as proposições serão, de alguma forma, temporais (de tal modo que todos as proposições empíricas poderão ser conectadas com o que o relógio mostra). Porém, o tempo que faz parte da estrutura dessas proposições não é o tempo primário, mas um tempo espacializado – no qual a ordem temporal primária é representada de forma *sincrônica*. Como visto, a construção desse tempo secundário equivale à *subtração da qualidade temporal* – de tal modo que a temporalidade (como vimos ao analisar o trecho do manuscrito de Ramsey sobre o tempo) precisará ser reintroduzida de fora.³⁵⁴ Tal ideia é expressa na metáfora do projetor de Wittgenstein através do caráter dinâmico da metáfora. Sem a aplicação *dinâmica* do filme à luz do presente (introduzindo a presentidade (*presentness*) de fora – como nos diz Ramsey)³⁵⁵ a ordem temporal secundária não seria *temporal*. O que teríamos diante de nós seria a representação *omnitemporal* da realidade – na qual todos os eventos da realidade nos seriam dados de forma estática, *ao mesmo tempo* (como um enorme filme que dispõe sincronicamente todos os fotogramas da “realidade”). Sem a aplicação desse modo de apresentação fisicalista do tempo ao fluxo presente da experiência imediata (à luz do presente), essa ordem não seria *temporal* e não seria possível determinar quais desses eventos são passados, quais são presentes e quais são futuros. Ou seja, é a *aplicação* do tempo homogêneo da física ao fluxo temporal primário que torna possível as determinações temporais da linguagem (visto que toda linguagem é fisicalista). É isso que introduz a *temporalidade* (a *presentidade* – de Ramsey) na representação espacial

³⁵³ MS 108, p. 1 / PB, §54. (“Daß alles fließt, muß in der Anwendung der Sprache ausgedrückt sein, und zwar nicht in einer Anwendungsart, im Gegensatz zu einer andern, sondern in der Anwendung. In dem, was wir überhaupt die Anwendung der Sprache nennen. / Unter Anwendung verstehe ich das, was die Lautverbindungen oder Striche überhaupt zu einer Sprache macht. In dem Sinn, in dem es die Anwendung ist, die den Stab mit Strichen zu einem *Maßstab* macht. Das *Anlegen* der Sprache an die Wirklichkeit.”).

³⁵⁴ Cf. Ramsey, 2006, p.158.

³⁵⁵ Cf. Ramsey, 2006, p.158.

fisicalista do tempo. Por essa razão afirmaria Wittgenstein "que tudo flui deve ser expresso na *aplicação* da linguagem". Com isso, da mesma maneira que é a aplicação (*die Anwendung*) de uma tábua com gradações que a transforma em uma régua, será a aplicação da linguagem que expressará o caráter temporal da realidade (que "tudo flui"), pois é apenas através da aplicação da linguagem (com sua estrutura temporal fisicalista) que as determinações temporais ocorrerão.

Por esse viés, podemos compreender também como o recurso necessário ao tempo homogêneo da física tornará a linguagem algo cuja aplicação ocorrerá *ao longo do tempo físico*. Como veremos, isso não quer dizer que a verificação da proposição genuína (a sua comparação com a realidade) deixará de ocorrer em um instante. Através da distinção entre hipótese e proposição genuína, Wittgenstein salvaguarda essa dimensão instantânea da relação *pictórica*, que a proposição genuína mantém com a realidade. Porém, a aplicação da proposição estará sempre atrelada ao seu método de verificação (cujas operações estendem-se ao longo do tempo). Esse método não é apenas a maneira como a proposição será obtida (ao se operar o corte da hipótese), mas será, para Wittgenstein, o próprio sentido da proposição:

O sentido de uma proposição é o modo pela qual é verificada.

(...) Um método de verificação não é algo que é adicionado a um sentido. A proposição já *contém* o método de sua verificação. Você não pode *procurar* um método de verificação.³⁵⁶

Ao compreender o sentido da proposição como o seu *método de verificação*, Wittgenstein insere no cerne da linguagem um elemento que fará com que o sentido não possa ser reduzido a um ato instantâneo. O método de verificação será um *procedimento*, uma série de *ações*, por meio do qual a proposição genuína será construída (a partir da hipótese), através da determinação das gradações dos padrões e unidades utilizados naquele método de verificação específico. Esse método não é algo acrescido ao sentido da proposição, mas é o que determina o seu sentido. O ponto em questão é que essas *ações* devem se estender ao longo do tempo, para além do *specious present*. Assim como "[o] uso de uma palavra não se dá num instante" (pois, assim como uma alavanca, a especificação da gradação por ela significada se dá temporalmente), as ações de construção de uma proposição também tomarão tempo.³⁵⁷

³⁵⁶ WVC, p. 244. (Grifos do autor). (*Der Sinn eines Satzes ist die Art seiner Verifikation. / (...)Die Methode der Verifikation ist ja nicht etwas, was erst dem Sinn hinzugefügt wird. Der Satz enthält schon die Methode seiner Verifikation. Nach einer Methode der Verifikation kann man nicht suchen.*)

³⁵⁷ Cf. MS 107, p. 234 / PB, §15.

(Assim, poderíamos dizer, como afirma Wittgenstein, no MS 107, que o sentido da proposição deverá ser dado "independentemente da parte dela que me está diretamente presente").³⁵⁸

Porém, embora a linguagem desenrole-se no tempo secundário (pois o sentido da proposição será determinado por uma série de ações, que são os procedimentos do método de verificação), a comparação entre linguagem e realidade (por meio da proposição genuína) ocorrerá no tempo primário. Uma passagem em que Wittgenstein expressa essa articulação encontra-se no MS 108:

Se pensarmos a proposição como uma instrução para fazer modelos, a sua natureza pictórica torna-se mais clara.

Pois, para a expressão poder guiar a minha mão, ela *deve* ter a mesma multiplicidade que as ações desejadas.³⁵⁹

Wittgenstein ainda se vale aqui (*em 3 de janeiro de 1930*) da noção tractariana de *Bild* (figura), para expressar a natureza pictórica (*Bildhaftigkeit*) da proposição. Essa ideia traz consigo a dimensão *instantânea* da verificação, pois a relação pictórica é uma relação imediata. O *corte* da hipótese seria ainda concebido como uma figuração de um estado de coisas possível (cuja multiplicidade lógica seria determinada – de forma atemporal – pela estrutura *a priori* do espaço de possibilidade) e cuja verdade ou falsidade é determinada de maneira *imediata*, pela correspondência (preenchimento) ou não com o que nos é dado no tempo primário. Porém, essa figuração, que seria algo à semelhança de um *modelo*, é obtida ao se levar a cabo as instruções, que são as ações prescritas pelo método de verificação. E, para que o sentido da proposição seja *plenamente determinado*, a proposição deverá ter a mesma multiplicidade que as *ações* (ao longo do tempo) necessárias à sua verificação (como veremos a seguir).

³⁵⁸ Cf. MS 107, pp. 4-5 / PB, §75.

³⁵⁹ MS 108, p. 58 / PB, §10 (de 3 de janeiro de 1930). (Grifo do autor). (“Wenn man die Sätze als Vorschriften auffaßt, um Modelle zu bilden, wird ihre Bildhaftigkeit noch deutlicher. Denn damit das Wort meine Hand lenken kann *muß* es die Mannigfaltigkeit der gewünschten Tätigkeit haben”).

3.2. A temporalidade da expectativa e a atemporalidade do sentido: critérios fisicalistas e fenomenológicos de identidade

O problema que resta a ser investigado (após a compreensão do caráter necessariamente fisicalista da temporalidade da linguagem – que analisamos nas seções anteriores) é averiguar como o *sentido* da proposição genuína pode se estender para além do ato presente (de tal modo que a proposição possa ser *agora* a representação daquilo que é esperado no *futuro*). Vejamos a força e o modo com que esse problema se põe, pelo viés do papel que a intencionalidade tem na filosofia de Wittgenstein do início de 1930.

Segundo Wittgenstein: “[s]e você exclui o elemento da intenção da linguagem, toda a sua função então colapsa”.³⁶⁰ Porém, uma intencionalidade, tal qual concebida no projeto de construção de uma linguagem fenomenológica, não podia dar conta da manutenção do sentido ao longo do tempo (como fica evidente pelo fracasso da linguagem fenomenológica). A estrutura temporal do mundo fenomênico não permitia que a instituição de uma imagem como representação de um evento pudesse ter um sentido que se estendesse para além desse ato instantâneo (que correlaciona a representação ao representado), pois, no instante seguinte, não seria possível determinar, a partir da imagem tão somente, qual momento do tempo ela representa. Do ponto de vista da intencionalidade, isso significa que a intencionalidade não pode ser *temporalmente atomizada*. A dificuldade para contornar essa forma de instantaneísmo semântico (que veta a possibilidade da linguagem fenomenológica) é que, como visto anteriormente, a intencionalidade desaparece no fluxo da experiência, tão logo é instituída (em outros termos: “[n]ão posso confrontar a expectativa prévia com o que acontece”³⁶¹). Desse modo, no futuro, não teríamos como acessar o ato intencional passado para saber o sentido que foi atribuído à representação. A saída de Wittgenstein (no final de 1929 e início de 1930) é recorrer à ideia tractariana de figuração (*Bild*): “[o]

³⁶⁰ MS107, p. 289 / PB, §20. (“Wenn man das Element der Intention aus der Sprache entfernt, so bricht damit ihre ganze Funktion zusammen”). A importância da intencionalidade para Wittgenstein pode ser abordada pelo viés do papel que a intencionalidade tem na relação projetiva da proposição, desde o TLP (como analisa Gallerani Cutter, 2000).

³⁶¹ MS 107, p. 257 / PB§28. (“Ich kann die frühere Erwartung nicht mit dem eintreffenden Ereignis zusammenhalten”). (Embora na versão das PB o ponto de exclamação final tenha sido suprimido).

que é essencial para a intenção é a figura [*Bild*]. A figura do que é intencionado”.³⁶² Essa figura (*Bild*) será a expressão da expectativa (“*des Ausdrucks meiner Erwartung*”) e a única fonte do conhecimento (“*einzig Quelle meines Wissens*”) para a comparação no futuro com o evento esperado.³⁶³ Porém, o desaparecimento da intencionalidade no fluxo do tempo recoloca o problema em um outro nível: “[a] intenção nunca reside na figura [*Bid*] ela mesma, uma vez que, não importa como a figura seja formada, ela pode sempre significar de maneiras diferentes”.³⁶⁴

Há várias maneiras de abordar esses trechos em que Wittgenstein tematiza o problema da intencionalidade. Uma grande parte dessas passagens visa criticar a teoria causal do sentido de Russell, assim como, a de Ogden e Richards – de tal modo que a compreensão destas críticas poderia nos servir de fio condutor.³⁶⁵ Porém, aos nossos propósitos será mais promissor notar em que sentido a resposta de Wittgenstein ao problema da intencionalidade, no final de 1929 e início de 1930, estaria ainda assentada em um importante pressuposto que remonta ao TLP (pois argumentarei que esse pressuposto tem um importante papel na ruptura que ocorrerá por volta de 1931). O que podemos notar nesses trechos dos MSS 107 e 108 é ainda o recurso à concepção de que os espaços de possibilidades (tátil, visual, auditivo etc.) são os horizontes intencionais da linguagem, que fixam a forma lógica das proposições genuínas (semelhantemente ao modo como o espaço lógico do TLP fixava a forma lógica das proposições elementares). Por esse viés, *grosso modo*, a proposição genuína, que é a expressão da expectativa, manterá uma relação interna (necessária) com a proposição que descreve o evento que a preenche (no futuro), pois ambas determinam um mesmo lugar no espaço de possibilidades. Não saber se um possível evento (no futuro) preenche ou não a expectativa (expressa no passado) seria não saber o sentido de *p* (qual possibilidade, ou possibilidades, a proposição *p* figura). O sentido de *p* seria o mesmo ao longo do tempo, visto que a proposição determina um lugar do espaço de possibilidade, cuja forma lógica é fixada – de modo *atemporal* – pela multiplicidade lógica daquele espaço. Ou

³⁶² MS 107, p. 289 / PB, §21. (“Das Wesentliche an der Intention, an der Absicht, ist das Bild. Das Bild des Beabsichtigten”). É importante notarmos aqui a presença do tempo tractariano “*Bild*”.

³⁶³ Cf. MS 107, p. 235 / PB, §16. (“Es ist klar, daß die *einzig* Quelle meines Wissens hier der Vergleich des Ausdrucks meiner Erwartung mit dem eingetroffenen Ereignis ist”).

³⁶⁴ MS 107, p. 292 / PB, §24. (“Die Intention liegt nie im Bild selbst, denn, wie immer das Bild geschaffen [beschaffen] ist, immer kann es auf verschiedene Weise gemeint sein”).

³⁶⁵ Cf. PB, cap. III. Uma análise cuidadosa da cronologia da redação dos manuscritos sugere que esse tópico talvez não seja realmente o fio condutor central do desenvolvimento das ideias de Wittgenstein. Os trechos que compõem os capítulos II e IV foram redigidos em sequência. A crítica à teoria causal do significado (presente no capítulo III) foi concebida apenas no final da redação desses trechos.

seja, no final de 1929 e início de 1930 (como veremos adiante), mesmo que Wittgenstein aceite o caráter temporal da linguagem (pois ela deve fluir no tempo físico), ele resolve o problema da manutenção do sentido ao longo do tempo recorrendo ainda à *atemporalidade* do espaço de possibilidades (semelhantemente ao modo como no TLP o espaço lógico era o horizonte *eterno e imutável* intencional da linguagem).

Para que a relação entre a expectativa (a proposição genuína) e o evento futuro seja uma relação interna, segundo Wittgenstein, “(...) a expectativa deve estar no mesmo espaço que o que é esperado”.³⁶⁶ É a inserção da expectativa no espaço de possibilidades do que é esperado que tornará as gradações especificadas na proposição genuína a efetivação na linguagem das mesmas possibilidades a serem encontradas na realidade. Assim, não faria sentido indagar se um determinado evento é ou não o evento que preenche a expectativa (determinando a sua verdade ou falsidade), pois seria como duvidar se a proposição que é a expressão da expectativa e a proposição que descreve o evento (no futuro) determinam ou não um mesmo lugar do espaço de possibilidades. Isto, por sua vez, seria equivalente, por exemplo, a indagar se a palavra “vermelho” (que determina um lugar do espaço das cores) teria o mesmo significado nas proposições “eu espero ver uma mancha vermelha” e “eis uma mancha vermelha”.³⁶⁷ A questão que se torna central é: como a proposição genuína (que é a expressão da expectativa) pode estar no mesmo espaço de possibilidades que o fenômeno esperado, de tal modo que a expressão da expectativa possa ser a determinação de possibilidades que são as mesmas possibilidades expressas pela proposição que descreve o evento futuro? Em outros termos: como Wittgenstein concebe a relação essencial entre linguagem e realidade (após o abandono da linguagem fenomenológica)?

O que é crucial aos nossos propósitos é notar que, no final de 1929 e início de 1930, Wittgenstein oferece *dois modos* de conceber a inserção da linguagem no mesmo espaço de possibilidades que a realidade: um modo *fisicalista* e outro *fenomenológico* (e haverá uma hierarquia entre esses modos, visto que a fenomenologia ainda é concebida como a *gramática* da descrição dos fatos). O modo fisicalista será através da utilização de *padrões de medida* e *modelos* (que serão o ponto de contato entre o método de verificação e a realidade). Já o modo fenomenológico será através do recurso às *memórias* e às *representações* como *critérios* para a identidade dos fenômenos. A importância dessa distinção é que o desaparecimento da camada fenomenológica e a

³⁶⁶ MS 107, p. 258 / PB, §28. (“(...) daß die Erwartung im gleichen Raum sein muß wie das Erwartete”).

³⁶⁷ Cf. PB, §29.

permanência da dimensão fiscalista será a grande mudança no percurso de Wittgenstein, que moldará o horizonte de sua filosofia tardia (como veremos nos próximos capítulos).

No caso fiscalista, o que garante a manutenção do sentido ao longo do tempo é que a proposição genuína será concebida como a determinação das gradações em *padrões de medida*. E é na relação essencial entre os padrões de medida e a realidade que encontraremos a maneira como o autor situa a linguagem no mesmo espaço de possibilidades que a realidade a ser mensurada (e o mesmo se aplica aos modelos que utilizamos para fixar o significado de certas palavras). Como afirma Wittgenstein: “[é] fácil compreender que o padrão de medida [*Maßstab*] é e deve estar no mesmo espaço que o objeto medido por ele”.³⁶⁸ Essa relação essencial ocorre, pois, na construção de um padrão (ou modelo), traz-se para o interior da linguagem um *fato*, cuja existência torna-se um “(...) pressuposto do sentido de uma proposição”.³⁶⁹ Nesse viés fiscalista, a manutenção do sentido da proposição encontra-se atrelada à *indução*, pois é a crença de que as regularidades subsumidas no objeto físico, que é eleito como padrão ou modelo, manter-se-ão ao longo do tempo, que funda a suposição de que a determinação de uma gradação no padrão hoje e no futuro seja a especificação de uma mesma possibilidade. E essa determinação poderá mensurar o evento futuro quando ele ocorrer (quer ele coincida com a gradação especificada ou não), pois o padrão (embora tenha um tamanho arbitrário) encontrar-se-á no mesmo espaço de possibilidades que o evento. (Veremos isso detalhadamente a seguir).

Porém, Wittgenstein ainda se vale no final de 1929 e início de 1930 de critérios fenomenológicos para o uso correto das palavras, ao situar a memória e as representações nos mesmos espaços de possibilidades que os fenômenos. No MS 107, ele escreve:

Se quero dizer a alguém que cor um material deve ter, eu mando a ele um modelo [*Muster*], e obviamente esse modelo pertence à linguagem; e igualmente a *memória* [*Gedächtnis*] ou a *representação* [*Vorstellung*] de uma cor que através de uma palavra eu invoco [erwecke].

Memória e realidade devem estar em *um* espaço.

Poderia também dizer: a representação [*Vorstellung*] e a realidade estão em *um* espaço.³⁷⁰

³⁶⁸ MS 107, p. 279 / PB, §45. (“Daß der Maßstab im selben Raum sein muß und ist, wie das gemessene Objekt, ist verständlich”).

³⁶⁹ Cf. MS 107, p. 280 / PB, §45. (“Ich werde jede Tatsache, deren Bestehen Voraussetzung für den Sinn eines Satzes ist, als zur Sprache gehörig rechnen”).

³⁷⁰ MS, 107, p. 281 / PB, §38 (de 2 de fevereiro de 1930). (Apenas as palavras “memória” e “representação” foram grifadas por mim. Os demais grifos são do autor). (“Wenn ich jemandem mitteilen

Essa inclusão da memória e das representações nos espaços de possibilidades garante que a relação entre a memória, as representações e a realidade fenomênica seja uma relação interna, visto que, tanto a realidade quanto as lembranças e as representações estariam sujeitas à forma e à multiplicidade lógica dos espaços de possibilidades. Com essa inserção, as lembranças e as representações poderiam desempenhar o papel de *modelos que pertencem à linguagem*. Assim, por exemplo, lembrar-se da cor vermelha, esperar a ocorrência da cor vermelha, representar a cor vermelha, descrever (no presente – de forma imediata) a ocorrência da cor vermelha, seriam diferentes atitudes proporcionais em relação ao mesmo lugar do espaço lógico das cores (de tal modo que não faria sentido duvidar se o significado de “vermelho” é ou não o mesmo em todos esses casos).

O que torna importante a inclusão da memória e das representações nos espaços de possibilidade é que isso nos permite evidenciar como Wittgenstein, no período em questão, embora pensasse a linguagem como invariavelmente atrelada a critérios fisicalistas (como os padrões e os modelos), no que tange à realidade que verifica as proposições genuínas, ainda estaria preso a critérios fenomenológicos e haveria uma hierarquia entre esses tipos de critérios (em detrimento dos fisicalistas). A identidade dos fenômenos não poderia ser dada por meio de um critério fisicalista, pois a forma lógica da realidade (dos fenômenos) não pode ser *arbitrariamente* determinada como os métodos de mensuração. O método de mensuração é apenas parte de um modo de apresentação fisicalista da realidade, e será tão mais preciso quanto mais próximo estiver da multiplicidade lógica da realidade fenomênica. Em outros termos: o âmbito da plena determinação do sentido é ainda o mundo dos fenômenos, dado no *tempo da memória*.

O que buscarei mostrar na seção seguinte é que o recurso a esses dois tipos de critérios (fisicalista e fenomenológico) é a expressão da tensão que percorre esse período, na qual o autor tenta articular o caráter necessariamente fisicalista da linguagem e a ideia de que a fenomenologia é (ainda) a gramática da descrição dos fatos. Mas, mais do que isso, o recurso a esses dois tipos de critérios é a aceitação de

will, welche Farbe ein Stoff haben soll, so schicke ich ein Muster, und offenbar gehört dieses Muster zur Sprache; und ebenso gehört dazu das Gedächtnis oder die Vorstellung einer Farbe, die ich durch ein Wort erwecke. / Die Erinnerung und die Wirklichkeit müssen in *einem* Raum sein. / Ich kann auch sagen: Die Vorstellung und die Wirklichkeit sind in *einem* Raum”).

que a realidade *é* o mundo primário, cujo tempo *é* o tempo da memória (no qual a identidade dos fenômenos está atrelada ao colapso entre passado e memória).

A importância da distinção entre critérios fisicalistas e fenomenológicos de identidade (que analisaremos ao longo da seção 3.2.1.) é que a ruptura que localizarei por volta de 1930-1931 poderá ser compreendida como o abandono dessa base fenomenológica da realidade. Após a ruptura, dirá Wittgenstein, em março de 1932, “(...) posso – de acordo com regras gramaticais – traduzir a realidade na linguagem da proposição e então *levar a cabo a comparação* dentro do domínio da linguagem”.³⁷¹ E essas regras gramaticais serão *arbitrárias* no sentido de que: “[a]s regras da gramática podem ser comparadas com regras para procedimentos para medir períodos de tempo, distâncias, temperaturas, forças, etc.”.³⁷² Ou seja, desaparecerá a ideia de que a fenomenologia é a *gramática*, no sentido de que a sintaxe lógica da linguagem seria, em última instância, determinada pela forma lógica dos fenômenos – que fixaria os limites do que faz sentido dizer.

Vejamos então, primeiramente, o modo como Wittgenstein concebe a relação essencial entre linguagem e realidade do ponto de vista fisicalista. Em seguida, veremos como ele concebe essa relação no que tange às memórias e às representações.

3.2.1. Os pressupostos fisicalistas e fenomenológicos da manutenção do sentido ao longo do tempo

a) Os critérios fisicalistas:

Na porção final do MS 107, Wittgenstein afirma:

Quando construí a linguagem que se vale de um sistema de coordenadas para representar um estado de coisas no espaço, introduzi na linguagem, ao assim proceder, um elemento que ela não usa normalmente. Esse método é certamente

³⁷¹ MS, 113, p.47v / BT §46, p.158. (Grifos do autor). (“(...) ich kann die Wirklichkeit nach grammatischen Regeln in die Sprache des Satzes übersetzen und nun im Land der Sprache den Vergleich durchführen”).

³⁷² MS 117, p. 138 / BT, §56, p. 186. (“Die grammatischen Regeln sind zu vergleichen Regeln über das Vorgehn beim Messen von Zeiträumen, von Entfernungen, Temperaturen, Kräften etc.”).

permitido. E isso mostra a conexão entre linguagem e realidade. O sinal escrito sem o sistema de coordenadas é sem sentido.³⁷³

A importância dada por Wittgenstein aos métodos de mensuração e aos padrões de medida provém do fato de que será por meio deles que os sistemas de coordenadas tocarão a realidade. É através dessa conexão que as proposições genuínas, que descrevem a experiência imediata (ao operar um *corte* na hipótese), poderão ser concebidas como a determinação de gradações em *padrões de medida*.³⁷⁴ Assim, a possibilidade de aplicar um sistema de coordenadas à realidade (determinando um método de verificação) pressupõe a determinação de uma unidade, a partir da qual o método de projeção da linguagem sobre a realidade fenomênica será construído. Acerca dessa unidade, afirma Wittgenstein:

A unidade de medida é parte do simbolismo. Ela pertence ao método de projeção. Seu tamanho é arbitrário, mas é *isso* que contém o elemento especificamente espacial.³⁷⁵

Na construção de um método de mensuração, há a eleição de um objeto físico como a unidade do método. Essa escolha é sempre arbitrária, mas isso traz para o *interior da linguagem* um elemento daquele espaço de possibilidades. É por ser uma parte da *realidade* que pertence à *linguagem* que a unidade de medida será um ponto de contato entre a linguagem e a realidade. É por essa razão que o sinal escrito sem o sistema de coordenadas é sem sentido, pois “(...) se eu chamo um comprimento de ‘3’, o 3 significa por meio da unidade de medida pressuposta no simbolismo”.³⁷⁶

O padrão de medida é um *objeto físico* – algo no tempo homogêneo fisicalista (no filme). A determinação desse objeto como unidade é uma eleição arbitrária de uma forma transtemporal de conexão dos fenômenos, que *não será colocada em questão*, e as determinações do sistema serão feitas a partir dessa unidade. Do ponto de vista temporal, essa determinação é a aceitação, por princípio, de um elemento da realidade como *invariável* ao longo do tempo. Por essa razão (do ponto de vista fisicalista) estaria vetado o sentido da indagação se a gradação especificada na proposição genuína é a

³⁷³ MS 107, p. 280 / PB, §46. (“Als ich die Sprache konstruierte, die sich bei der Darstellung des Sachverhaltes im Raum eines Koordinatensystems bedient, da habe ich doch damit einen Bestandteil in die Sprache eingeführt, dessen sie sich sonst nicht bedient. Dieses Mittel ist gewiß erlaubt. Und es zeigt den Zusammenhang zwischen Sprache und Realität. Das geschriebene Zeichen ohne das Koordinatensystem ist sinnlos”).

³⁷⁴ Cf. MS, 108, pp. 53-54 / PB, §84.

³⁷⁵ MS 106, p. 45 / PB, §45. (Grifo do autor). (“Die Einheitsstrecke gehört zum Symbolismus. Sie gehört zur Projektionsmethode. Ihre Länge ist willkürlich, aber sie enthält das spezifisch räumliche Element”).

³⁷⁶ MS 106, p. 45 / PB, §45. (“Wenn ich also eine Strecke "3" nenne, so bezeichnet hier die 3 mit Hilfe der im Symbolismus vorausgesetzten Einheitsstrecke”).

mesma ou não no futuro, pois a determinação de um padrão de medida é justamente a eleição de uma unidade que aceitamos como a mesma, ao longo do tempo. Assim, pode-se dizer que os critérios fisicalistas (os padrões e os modelos) encontram-se baseados na *indução*, pois é a manutenção da possibilidade da aplicação da regra hipotética de construção do “objeto físico” (que será o padrão), que possibilitará a manutenção do sentido da proposição ao longo do tempo. Há, desse modo, um horizonte de regularidades que possibilita a aplicação do simbolismo fisicalista à realidade e, caso tais regularidades desapareçam, tornaria sem sentido as proposições desse sistema. Mas, dadas essas regularidades, o sentido da proposição genuína se manteria ao longo do tempo, pois, através da relação essencial entre linguagem e realidade operada pelo padrão, uma gradação hoje e no futuro seria a especificação de um mesmo lugar do espaço de possibilidades (garantindo o uso correto de certas palavras e, conseqüentemente, o sentido das proposições).³⁷⁷

A importância do método pelo qual o sistema será projetado na realidade torna bastante compreensível como, a partir da ruptura com a linguagem fenomenológica, a noção de verificação (e método de verificação) ocupará cada vez mais um lugar central na filosofia de Wittgenstein (ao longo de 1929-1930). Como expresso no MS 107: “[a] verificação não é *uma* mera indicação [*Anzeichen*] da verdade, mas é *o* sentido da proposição. (Einstein: como uma magnitude é mensurada é o que ela é)”.³⁷⁸ Essa sobreposição entre o que algo *é* e o modo como ele é mensurado decorre da concepção de que: “[a] fim de ter uma ideia do sentido de uma proposição, é necessário o esclarecimento acerca do procedimento que leva à determinação de sua verdade”.³⁷⁹ Assim, “o método de verificação é (...) o próprio sentido”.³⁸⁰ Em resumo: saber o sentido de uma proposição é saber o procedimento pelo qual o simbolismo em que ela está escrita é projetado sobre a realidade – possibilitando a determinação de sua verdade ou falsidade. O método de verificação será a série de *ações*, por meio do qual a

³⁷⁷ Cf. MS 107, p. 256 / PB, §28. Essa passagem parece sugerir que, embora o princípio tractariano da complexidade essencial da proposição tenha sofrido drásticas alterações com a constatação da dependência lógica das proposições elementares, em um certo sentido, ainda poderíamos dizer que a proposição é um complexo de nomes, pois uma só gradação (em um padrão de medida) não seria suficiente para constituir uma proposição, a ser comparada com a realidade fenomênica.

³⁷⁸ MS 107, p. 143 / PB, §166. (“Die Verifikation ist nicht *ein* bloßes Anzeichen der Wahrheit, sondern *der* Sinn des Satzes. (Einstein: wie eine Größe gemessen wird, das ist sie.)”).

³⁷⁹ WVC, p. 244. (Um sich den Sinn eines Satzes zu vergegenwärtigen, muß man sich das Verfahren klar machen, das zur Feststellung seiner Wahrheit führt.)

³⁸⁰ WVC, p. 244. (Die Methode der Verifikation ist (...) der Sinn selbst.)

proposição genuína será construída, tendo por base os padrões e modelos, que instituem a relação entre a linguagem e a realidade.

b) Os critérios fenomenológicos:

Entretanto, além dos critérios fisicalistas (dos padrões e modelos), Wittgenstein, no período em questão, ainda recorre a critérios fenomenológicos. Para que possamos compreender o papel que Wittgenstein atribui às memórias e às representações, faremos a análise de alguns importantes trechos do MS 108. Na página 59 do MS 108 (de 3 de janeiro de 1930), Wittgenstein levanta a seguinte indagação:

O que significa dizer “efetivamente, não posso ver nenhum vermelho, mas se você me der uma caixa de cores [*Farbenkasten*], eu posso apontá-lo para você”? Como você pode saber que será capaz de apontá-lo [o vermelho] se...; e, assim, que você será capaz de reconhecê-lo quando o ver?³⁸¹

Na sequência do texto, Wittgenstein responde:

Isso pode significar duas coisas distintas: pode expressar a expectativa de que eu o reconheça quando a mim for mostrado, no mesmo sentido que espero uma dor de cabeça se receber uma batida na cabeça; então é, por assim dizer, uma expectativa que pertence à física, com o mesmo tipo de fundamento [*Basis*] que qualquer outra expectativa relacionada à ocorrência de um evento físico. – Ou então algo que não tem nada a ver com a espera de um evento físico, e por essa razão nem seria a minha proposição falsificada se um tal evento falhar em ocorrer. Ao invés disso, é, por assim dizer [*gleichsam*], como se a proposição estivesse dizendo que tenho um protótipo [*Urbild*] que poderia a qualquer momento comparar com a cor. (E essa “possibilidade” aqui é uma possibilidade lógica).³⁸²

De acordo com estes trechos, ao afirmarmos algo do tipo “efetivamente, não posso ver nenhum vermelho, mas se você me der uma caixa de cores, eu posso apontá-lo para você”, é como se disséssemos (em sentido fenomenológico) que estamos na posse de um protótipo (*Urbild*), que poderia a qualquer momento ser comparado com a

³⁸¹ MS 108, p. 59 / PB, §11. (As reticências fazem parte do texto original). (“Was heißt es, zu sagen "ich sehe zwar kein Rot, aber wenn du mir einen Farbenkasten gibst, so kann ich es dir darin zeigen"? Wie kann man *wissen*, daß man es zeigen kann wenn ...; daß man es also erkennen kann, wenn man es sieht?”).

³⁸² MS 108, p. 59 / PB, §11. (“Was hier gemeint ist, könnte zweierlei Art sein: Es könnte die Erwartung ausgesprochen sein, daß ich es erkennen werde, wenn es mir gezeigt wird, in dem Sinne, wie ich erwarte Kopfschmerzen zu bekommen, wenn ich einen Schlag auf den Kopf erhalte; das ist dann sozusagen eine physikalische Erwartung, mit derselben Basis, wie alle Erwartungen, die sich auf das Eintreffen physikalischer Ereignisse beziehen. - Oder aber es handelt sich gar nicht um die Erwartung eines physikalischen Ereignisses, und daher kann auch mein Satz durch das eventuelle Ausbleiben dieses Ereignisses nicht falsifiziert werden. Sondern der Satz sagt gleichsam, daß ich ein Urbild besitze, mit dem ich die Farbe jederzeit vergleichen könnte (und diese Möglichkeit ist eine logische Möglichkeit).”)

cor. É importante notarmos que Wittgenstein não usa aqui o termo “*Bild*”, mas “*Urbild*”. No TLP, a *Urbild* é o protótipo lógico de figuração, que determina a classe de proposições, que são todos os valores das proposições, uma vez que delas sejam retirados todos os sinais cujos significados são determinados arbitrariamente. Ou seja, a *Urbild* é a forma lógica comum a todas as proposições de uma mesma classe.³⁸³ Na passagem citada do MS 108, o uso do termo *Urbild* parece sugerir que, ao afirmar que posso *reconhecer* uma cor, não possuo (simplesmente) uma *imagem (Bild)* dessa cor (que poderia comparar com a cor a ser reconhecida), mas algo que me dá a sua *forma lógica* (comum a todas as instanciações dessa cor). Ou seja, a atribuição de identidade seria feita por intermédio da posse de algo como que uma *Urbild* do fenômeno.

Na sequência do MS 108, Wittgenstein escreve:

A ideia de que você “representa” [*vorstellt*] o significado [*Bedeutung*] de uma palavra quando você a ouve ou a lê é uma concepção ingênua do significado de uma palavra. E para essas representações é efetivamente válida a mesma questão do significado de uma palavra. Pois se, por exemplo, você representa um céu azul e utiliza essa representação como fundamento para o reconhecimento e a procura da cor, então, deve-se dizer que a representação da cor não é idêntica [*identisch*] à cor que é realmente vista; e, nesse caso, como se pode comparar as duas? Mas completamente falsa a teoria ingênua do *fazer-para-si-uma-representação* não pode ser.³⁸⁴

A questão que se faz premente é: se a teoria do *fazer-para-si-uma-representação* não é completamente *falsa*, em que sentido ela seria, para Wittgenstein, *verdadeira*?

Neste último trecho citado, Wittgenstein explora uma versão do argumento clássico do “terceiro homem” (que remonta à crítica endereçada a Platão por Aristóteles).³⁸⁵ Segundo Wittgenstein, se tomarmos a *representação* da cor como fundamento para o reconhecimento (assim como, para a procura da cor), a questão que se põe é saber “como se pode comparar as duas?” – para que possamos determinar a identidade ou não entre elas. A utilização da uma outra representação (como critério para a identidade das duas outras ocorrências de cores) nos levaria a um regresso ao infinito.

³⁸³ Cf. TLP, 3.315.

³⁸⁴ MS 108, pp. 61-62 / PB, §12. (Grifo do autor). (“Eine naive Auffassung der Bedeutung eines Wortes ist es, daß man sich beim Hören oder Lesen des Wortes dessen Bedeutung "vorstellt". Und für dieses Vorstellen gilt auch wirklich die gleiche Frage wie für das Bedeuten eines Wortes. Denn wenn man sich zum Beispiel die Farbe Himmelblau vorstellt, und das Wiedererkennen und Suchen der Farbe soll sich auf diese Vorstellung gründen, so muß man doch sagen, daß die Vorstellung von der Farbe nicht identisch ist mit der wirklich gesehenen Farbe; und wie kann nun ein Vergleich vor sich gehen? / Ganz falsch kann doch die naive Theorie des *Sich-eine-Vorstellung-Machens* nicht sein”).

³⁸⁵ Cf. Metafísica, 990b-17.

Caso cotejarmos esse trecho do MS 108 (pp. 61-62) com o anteriormente citado (MS 108, p. 59), podemos afirmar que a teoria ingênua do *fazer-para-si-uma-representação* (*Sich-eine-Vorstellung-Machens*) não seria completamente falsa para Wittgenstein caso a representação seja concebida como que a posse de um *protótipo* (*Urbild*), que poderia a qualquer momento ser comparado com o fenômeno, determinando a sua identidade. Essa aproximação parece ser possível pelo modo como a relação entre a representação e a realidade é concebida pelo autor como uma relação interna (necessária) e imediata, pois “(...) a representação [*Vorstellung*] e a realidade estão em *um* espaço”.³⁸⁶ Ou seja, a representação de uma cor não é apenas compreendida como uma *imagem* (*Bild*), que poderíamos comparar com as outras cores (a fim de determinar a identidade ou não dessas cores – sendo que aqui estaríamos sujeitos ao regresso ao infinito), mas como a determinação de uma *forma lógica*, que especifica um *lugar no espaço das cores*. A diferença nessa segunda formulação (da representação como uma *Urbild*) é que desaparece o estágio intermediário da comparação, no qual teríamos as duas cores (a imagem (mental) e o fenômeno), mas ainda não saberíamos se são idênticas ou não (e é esse estágio que nos remeteria ao regresso ao infinito). Pelo fato de a representação estar situada no mesmo espaço que a realidade, caso um fenômeno ocupe o lugar do espaço de possibilidades ocupado pela representação, seria concedida *imediatamente* ao fenômeno a identidade. Para usar as palavras de Wittgenstein, acerca da expectativa, “[o] evento que toma o lugar da expectativa é uma resposta a ela”,³⁸⁷ sem que seja necessário um terceiro elemento.

Algo central à tese que será aqui delineada é notarmos que, de um ponto de vista *metafísico*, o que garante a identidade de um mesmo lugar do espaço de possibilidades ao longo do tempo é a estrutura *atemporal* fixada pelo espaço de possibilidades.³⁸⁸ Duas ocorrências de uma mesma nota musical ocupam o mesmo lugar do espaço auditivo, assim como duas ocorrências de uma mesma cor ocupam o mesmo lugar do espaço das cores. Nesse caso, a relação entre a expectativa e o seu preenchimento futuro seria uma relação interna, pois a proposição genuína (que expressa a expectativa) determinaria um lugar no mesmo espaço no qual a realidade futura deverá se encontrar (quer coincida

³⁸⁶ MS, 107, p. 281 / PB, §38.

³⁸⁷ MS, 107, p. 257 / PB, §28. (“Das Ereignis, welches die Erwartung ersetzt, das ist ihre Antwort”).

³⁸⁸ Semelhantemente ao que afirma Hyder, acerca do que seria o pano de fundo da noção wittgensteiniana de espaço lógico: “[a] terra-de-ninguém [*Grenzstreif* / *no-man's-land*] de Hertz fecha o sujeito pensante em uma gaiola, cuja rede [*mesh*] forma o limite *a priori* do seu mundo” (p. 191). (Sobre a *Grenzstreif*, ver nota 47, subseção 1.1.2 desta tese).

com a gradação determinada na proposição ou não). Porém, pelo viés *fenomenológico* (e esse será o ponto de confluência entre o projeto fenomenológico e a ilusão metafísica presente na base do princípio da plena determinação do sentido – como argumentaremos no capítulo seguinte), a identidade dos fenômenos seria garantida pelo colapso entre *o passado e a memória primária*. Duas ocorrências de notas musicais ocupam o mesmo lugar do espaço auditivo (sendo, assim, a mesma nota), caso eu as reconheça como a mesma, pois o *reconhecimento é a fonte da identidade* (e o mesmo vale para todos os fenômenos – como visto nas seções 1.1.1 e 1.1.2). Em resumo, valendo-me aqui das palavras de Hintikka, já citadas: “(...) para tais objetos fenomenológicos não há *critério de identidade* através do tempo *exceto a memória*”.³⁸⁹

No que diz respeito aos fenômenos (como vimos nesta seção), a possibilidade do reconhecimento seria semelhante à posse de um protótipo (*Urbild*), que poderia a qualquer momento ser comparado com o fenômeno. Porém, (*e esse é o cerne da questão*) não faz sentido perguntar se a *Urbild* em dois momentos do tempo é ou não a mesma *Urbild* – pois não faz sentido (em 1929-1930) perguntar se me lembro ou não da mesma representação. A rememoração da *Urbild* é *critério de si mesma*, já que não haveria espaço para a indagação acerca da correção da memória (dado o colapso entre memória e passado, no mundo primário). Assim, não faria sentido aqui supor um estágio intermediário, no qual eu tenha as duas ocorrências e não saiba se são a mesma ou não. De forma semelhante, não faz sentido supor que nos fossem dadas a memória de um fenômeno e a ocorrência desse fenômeno sem que saibamos se são ou não o mesmo fenômeno (vetando o problema que levaria ao regresso ao infinito – pois não haveria a necessidade de um terceiro elemento para mediar a relação). O reconhecimento imediato *é a fonte da identidade*.

O que tentarei mostrar no capítulo seguinte é que o viés *metafísico* (a ideia de um horizonte intencional *atemporal* da linguagem) pode ser interpretado como uma ilusão causada pela concessão de um estatuto equivocado à memória no mundo primário, em que se concebe o passado do tempo da memória à semelhança de uma *imagem material* (que fixaria, ao longo do tempo, a forma e a multiplicidade lógica das vivências passadas). E seria esse estatuto equivocado, central à noção de mundo primário, que estaria na base da ideia de uma plena determinação do sentido no período intermediário, pois, garantiria de forma imediata a identidade dos fenômenos e,

³⁸⁹ Hintikka, 1996, p. 244. (Grifos meus).

consequentemente, a multiplicidade lógica do mundo primário (concedendo ao mundo primário um estatuto intrinsecamente determinado). No capítulo seguinte, veremos como a busca por uma linguagem ideal estaria baseada nessa *falsa analogia* do tratamento do passado da memória (em sentido fenomenológico), como uma imagem material.

4. O fim da essência atemporal da linguagem

Neste quarto capítulo, deixaremos de lado o trabalho de exegese da obra de Wittgenstein (que nos ocupou nos capítulos 1, 2 e 3) e nos encaminharemos ao exercício especulativo, que visa compreender a mudança ocorrida na filosofia do autor entre 1930-1931 (que levaria, do ponto de vista das análises do tempo, à *Wiederaufnahme* de 1931).³⁹⁰ Para isso, teremos que abrir mão da ordem cronológica para nos atermos àquilo que me parece ser a ordem das razões, no percurso de Wittgenstein, pois, como veremos adiante, uma peça-chave dessa ruptura poderá ser encontrada em um texto ditado a Waismann (“Linguagem Fenomenal” (PS)), que, infelizmente, não possui data.³⁹¹ Mas, para que esse exercício especulativo não seja apenas a proposta arbitrária de uma interpretação temporal para a ruptura de 1930-1931, devemos proceder, primeiramente, adotando como base alguns trechos *pós-retomada* (que possuem uma datação precisa) e, a partir deles, fazer o exercício de engenharia reversa – no qual deduziremos as indagações que o percurso *pré-retomada* deverá responder.

Uma passagem que podemos utilizar como uma importante pedra de toque é um trecho do MS 110, redigido em 29 de junho de 1931. Os esforços deste capítulo poderão ser compreendidos como a tentativa de expressar (à luz das análises precedentes) uma interpretação temporal para a crítica que Wittgenstein parece fazer aqui a si mesmo (em tom retrospectivo):

Eu acredito que o erro está na ideia de que o significado de uma palavra é uma representação [*Vorstellung*], que acompanha a palavra. E essa concepção novamente tem a ver/ é conectada com a de consciência [*Bewußt-Seins*]. Isto que eu sempre chamei de “primário”.³⁹²

³⁹⁰ Cf. Kienzler, 1997, pp. 79-80.

³⁹¹ Embora isto não constitua um argumento, em conversas particulares, a editora da versão francesa dos ditados, Antonia Soulez, expressou a convicção pessoal de que tal ditado deva ser de 1931 (tomando como base os textos ditados a Waismann que possuíam data).

³⁹² MS, 110, p. 230 (de 29 de junho de 1931). (“Ich glaube, jener Fehler liegt in der Idee, daß die Bedeutung eines Wortes eine Vorstellung ist, die das Wort begleitet. Und diese Konzeption [hat wieder mit der des [Bewußtseins|Bewußt-Seins] zu tun| steht wieder mit der des Bewußt-Seins in Verbindung]. Dessen, was ich immer „das Primäre“ nannte”).

O que há de espantoso nessa passagem é que nela o autor relaciona a consciência ao que ele chamou de “primário” e conecta isso à concepção de que a representação que acompanha a palavra seria o seu significado – tratando tal concepção como um erro.³⁹³

Embora não façamos neste momento uma análise profunda dessas ideias (pois tal tarefa será o objetivo deste capítulo como um todo), é importante notarmos que, no trecho no qual se insere essa citação, de 29 de junho de 1931, Wittgenstein tem como alvo criticar a concepção de que, ao dizermos “eu sei aplicar a palavra ‘amarelo’”, a intenção já traria consigo um *critério* (*Kriterium*) para a aplicação da palavra “amarelo”. Isso, por sua vez, estaria relacionado à falsa analogia, que concebe o significado de uma palavra como uma representação (*Vorstellung*) que a acompanha. Ou seja, o erro a ser afastado por Wittgenstein é a concepção de que, ao dizermos “eu sei aplicar a palavra ‘amarelo’”, pensa-se que a representação que acompanha a palavra determinaria um *critério* para a aplicação da própria palavra. Na sequência da citação do MS 110 p. 230, a afirmação de Wittgenstein “(...) essa concepção novamente tem a ver/ é conectada com a de consciência. Isto que eu sempre chamei de primário” expressa claramente que o erro em questão é um erro que ele próprio partilhou em sua concepção de “primário” (e no modo como relacionou o primário e a consciência).

De acordo com as análises feitas no final do capítulo anterior, podemos interpretar a crítica presente no trecho do MS 110 como um ataque frontal à tese exposta (e defendida) por Wittgenstein no MS 108 (p. 59). Segundo o autor, no MS 108, afirmar que se sabe aplicar a palavra “amarelo” seria semelhante a dizer que estamos na posse de um protótipo (*Urbild*), que poderia a qualquer momento ser comparado com a cor.³⁹⁴ Nesse caso, a intenção (a expectativa) de que posso reconhecer a cor traria consigo um critério (um modelo) para as aplicações futuras da palavra (ao especificar a forma lógica da cor – através da determinação de um protótipo lógico). Como analisado anteriormente, o caráter interno dessa relação pode ser visto sob dois aspectos distintos.

Por um viés *metafísico*, a estrutura (*atemporal*) do espaço de possibilidades fixaria a multiplicidade lógica do espaço e a forma lógica de cada um de seus pontos (as

³⁹³ No modo como interpreto essa citação, o pronome relativo *Dessen*, que inicia a última sentença, refere-se à consciência (*das Bewußt-Seins*), pois é o genitivo tanto do artigo masculino (*der*) quanto do neutro (*das*). Todos os outros possíveis candidatos presentes na citação (representação (*die Vorstellung*) e significado (*die Bedeutung*)), por serem femininos, estariam descartados. Também descarto aqui a possibilidade de que a “palavra” (*das Wort*) seja o que ele chamou de “primário” (pois não parece ser uma interpretação cabível dizer que a palavra seja o mundo primário – embora o termo seja neutro, assim como *das Bewußt-Seins*).

³⁹⁴ Cf. MS 108, p. 59 / PB, §11.

suas dimensões de possibilidades). Desse modo, por exemplo, a relação entre a expectativa e o preenchimento seria uma relação interna, pois a proposição que é a expressão da expectativa e a proposição que descreve o evento no futuro determinariam um mesmo *lugar* no espaço de possibilidades. E não faria sentido indagar se o lugar do espaço lógico determinado no passado (no momento da expressão da expectativa) é ou não o mesmo lugar do espaço de possibilidades determinado pela proposição que descreve o evento (já no futuro). Ou seja, o espaço de possibilidades garantiria a normatividade da linguagem, ao longo do tempo, pois fixaria a forma lógica do lugar determinado pela intenção, cuja efetivação seria a ocorrência do fenômeno que preenche a expectativa.

Porém, priorizarei em minhas análises o viés *fenomenológico* da compreensão do que determina a identidade dos fenômenos e torna a relação entre a intenção e o preenchimento uma relação interna. A razão dessa escolha é que (como buscarei tornar evidente ao longo deste capítulo) o viés metafísico será aqui compreendido como uma ilusão (partilhada pelo autor no TLP e no período de 1929-1930), que tem em sua base uma concepção equivocada (fundada em uma falsa analogia) acerca do estatuto do passado da memória (primária). O cerne dessa concepção é um duplo papel que a memória primária desempenhava no período fenomenológico como *critério de identidade* (no qual o *reconhecimento* é a fonte da identidade)³⁹⁵ e como *critério de exatidão* (no qual a rememoração é “(...) a fonte do nosso conhecimento, como verificação de nossas proposições”).³⁹⁶ Visto que o tempo do mundo primário é o tempo da memória, tanto a ordem quanto o conteúdo das rememorações seriam necessariamente verdadeiros. Isso torna a relação entre o presente e o passado (no ato da rememoração) uma relação imediata, assim como torna também imediata a relação entre o passado e o presente (no ato do reconhecimento). Em outros termos: a rememoração e o reconhecimento serão critérios de si mesmos no mundo primário. É por esses motivos que a representação (*Vorstellung*) de uma cor pode ser tomada como a determinação de uma forma lógica (de um protótipo (*Urbild*)), que institui um modelo para as aplicações futuras da palavra que nomeia esse fenômeno, visto que não faz sentido indagar (no mundo primário) se uma dada representação é ou não a mesma representação em diferentes momentos do tempo. A *rememoração* de um fenômeno (a sua *re-presentação*)

³⁹⁵ Cf. MS 107, p. 242 / PB, §19.

³⁹⁶ MS 108, p. 34 / PB, §49b.

é necessariamente verdadeira, de tal modo que o reconhecimento (que determina a identidade do fenômeno) também será.³⁹⁷

Esse estatuto agigantado da memória tornaria a realidade fenomênica intrinsecamente determinada, pois a forma e a multiplicidade lógica da realidade fenomênica estariam garantidas (ao longo do tempo), visto que a identidade dos fenômenos estaria assegurada pelo colapso entre passado e memória. Tal papel central concedido à memória no mundo primário parece ser contemplado (de forma um tanto enviesada) por Wittgenstein em uma passagem do MS 115 (cuja importância é nos dar uma chave de leitura para a relação entre o erro de conceber o significado como uma representação que acompanha a palavra e a consciência como aquilo que o autor chamou de primário):

A comparação da memória com um diário [*Notizbuch*]: por um lado, essa comparação serve como uma imagem do que ocorre de modo consciente [*was bewußt vorgeht*] e, por outro lado, propicia um modelo psicológico (E a palavra “consciente” é uma referência a um capítulo da gramática [filosófica] e não é um lado do contraste psicológico entre “consciente” e “inconsciente” [*unbewußt*])³⁹⁸.

De acordo com essa passagem, a memória como um livro que guarda as vivências passadas (na forma de um diário (*Notizbuch*)) seria, segundo Wittgenstein, uma metáfora do que ocorre de modo *consciente*. O cerne da citação é que a palavra “consciente”, nesse caso, não se opõe ao inconsciente em sentido psicológico, mas seria uma parte da *gramática*. Embora o termo “consciência” aqui esteja adjetivado (*bewußt*), poderíamos conectar essa ideia à relação entre a *consciência* e o mundo *primário*, presente na passagem do MS 110, há pouco citada, e sugerir que, para Wittgenstein, o mundo primário seria, metaforicamente, o *livro de notas* da memória (e não esqueçamos que é a memória que situa o presente como ponto final da ordem temporal primária). Ou seja, o mundo primário é o mundo da consciência – não só daquilo que aparece *agora* à consciência, mas de todos os dados da memória primária (que constitui a ordem do tempo primário). Por esse viés (antecipando aqui parte das conclusões que buscarei alcançar neste capítulo), podemos dizer que a relação entre a tese de que a intenção traz

³⁹⁷ Apenas na gramática fisicalista as rememorações e o reconhecimento seriam bipolares, pois concede-se uma positividade ontológica a todos os eventos ao longo do tempo, de tal modo que o objeto no passado (a ser rememorado ou reconhecido) seria independente do ato de rememoração (ou do reconhecimento). Ou seja, à identidade do objeto físico será necessário um critério *fisicalista*, que independe do reconhecimento imediato dado pela memória primária.

³⁹⁸ MS 115, p. 31 / PG, §131 (de 14 de dezembro de 1933). (“Das Gedächtnis mit einem Notizbuch verglichen: Einerseits dient dieser Vergleich als Bild dessen, was bewußt vorgeht; andererseits gibt er ein psychologisches Modell. (Und das Wort "bewußt" verweist hier auf einen Abschnitt der Grammatik und ist nicht der eine Teil des psychologischen Gegensatzes "bewußt" - "unbewußt".)”).

consigo um critério (expresso na forma de uma representação que acompanha a palavra) e o modo como o autor compreendia a realidade como o mundo primário encontra-se no modo como concebe o mundo como o *livro de notas da memória* (que podemos interpretar como uma versão temporal do livro tractariano “*O Mundo tal como o Encontro*”³⁹⁹).

Mas a questão central que resta a ser colocada é: o que muda? Como Wittgenstein rompe com essas concepções? Qual é o ponto de inflexão que, por esse viés, o levaria à ruptura de 1931?

Algo bastante evidente nos escritos *pós-retomada* (principalmente em alguns trechos do BT) é a crítica ao sentido da questão acerca da possibilidade de uma descrição *completa* da experiência imediata. Essa crítica não é simplesmente a repetição da crítica à suposição da possibilidade de uma linguagem fenomenológica. Mesmo com o abandono da linguagem fenomenológica (já no início de 1929 – nos MSS 105 e 106), Wittgenstein ainda sustenta a possibilidade de uma plena determinação do sentido, através da distinção entre hipótese e proposição genuína.⁴⁰⁰ Assim, a crítica ao sentido da questão acerca da possibilidade de uma descrição completa da experiência imediata, no BT, poderia ser tomada como o abandono da própria ideia de proposição genuína.

Uma importante parte dessa crítica será a localização da confusão entre *vivência* e *objeto* (que se expressará inicialmente como a confusão entre representação e imagem material – como veremos a seguir). Como afirma o autor:

Minha imagem visual [*Gesichtsbild*] não é uma imagem pintada [*gemaltes Bild*] ou um corte da natureza [*Ausschnitt der Natur*] que eu vejo e poderia examinar mais de perto.⁴⁰¹

É interessante notar que a expressão “corte da natureza” (“*Ausschnitt der Natur*”) usa o radical *Schnitt* (corte), com o qual Wittgenstein se refere ao corte transversal da hipótese – que (do ponto de vista ontológico) era concebido como o aspecto fenomênico, imediatamente dado.⁴⁰² Poderemos interpretar temporalmente essa ideia, de que o mundo fenomênico (por exemplo, minha imagem visual) *não* é uma imagem pintada (*gemaltes Bild*) ou um *corte* da natureza, ao localizarmos um

³⁹⁹ Cf. TLP, 5.631.

⁴⁰⁰ Como afirma Wittgenstein, em 1 de setembro de 1929: “[t]udo que hipotético é evitado aqui, com a exceção do que está contido na pressuposição de que a descrição me seja dada independentemente da questão de qual dos elementos dela está diante de mim neste momento” (MS 107, pp. 4-5 / PB, §75).

⁴⁰¹ MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348. (“Mein Gesichtsbild ist ja kein gemaltes Bild, oder der Ausschnitt der Natur den ich sehe, daß ich es näher untersuchen könnte”).

⁴⁰² Cf. BT, §32, p. 94.

tratamento equivocado da estrutura temporal da realidade na base dessa concepção.

Segundo Wittgenstein (em um texto que, a meu ver, seria *pós-retomada*):

O que temos de abandonar é a visão de que, para falarmos sobre o imediato, nós devemos falar sobre um estado em um momento no tempo. Essa visão é expressa ao se dizer: “tudo que a mim é dado é a imagem visual e os dados do sentido, assim como a memória no momento presente”. Isso é um contra-senso; pois o que quer dizer o “momento presente”? Essa imagem é baseada na imagem fiscalista, a se dizer, de um fluxo da experiência que agora corto transversalmente em um ponto. / Aqui há uma tendência e um erro como no idealismo (ou solipsismo).⁴⁰³

Caso coloquemos esses dois trechos de julho de 1931 (do MSS 110 e 111) em perspectiva, eles nos sugerem que, segundo o autor, deve-se abandonar a visão de que para falar sobre a realidade fenomênica deveríamos tratá-la como um corte no fluxo da experiência – como um aspecto temporalmente *instantâneo* (com o qual a proposição seria verificada). Por esse viés temporal, a ideia de *corte* deve ser abandonada, pois, tal concepção acabaria por tratar a imagem visual (uma vivência) como uma imagem pintada (um objeto – uma imagem material), ao conceber a realidade (fenomênica) como o corte *instantâneo*, dado no presente. (É interessante notar que na afirmação que expressa esse equívoco, Wittgenstein inclui a imagem visual, os dados do sentido, assim como a *memória*, como “tudo que a mim é dado”). Esse equívoco levaria a pensar que os dados imediatos são como *imagens materiais*, que “vejo e poderia examinar mais de perto” – assim como poderíamos inspecionar mais de perto uma fotografia. E é essa possibilidade que nutria (como veremos adiante) a suposição de uma descrição completa da realidade fenomênica (em outros termos: plenamente determinada), pois o passado fenomênico (a ser descrito pelas linguagens fenomenológicas) seria concebido como a *imagem material, preservada desse corte* – sendo, assim, o critério de exatidão da descrição dos fenômenos.

No que diz respeito ao estatuto da memória primária, também fica evidente no BT que a mudança ocorrida entre 1930 e 1931 implicará na recusa do reconhecimento como *fonte da identidade*. Como afirma o autor:

⁴⁰³ MS 111, p. 5 / BT, §102, p. 352 (de 7 de julho de 1931). (“Es ist nämlich die Anschauung aufzugeben, daß, um vom Unmittelbaren zu reden, wir von dem Zustand in einem Zeitmoment reden müßten. Diese Anschauung ist darin ausgedrückt, wenn man sagt: ”alles, was uns gegeben ist, ist das Gesichtsbild und die Daten der übrigen Sinne, sowie die Erinnerung, in dem gegenwärtigen Augenblick“. Das ist Unsinn; denn was meint man mit dem ”gegenwärtigen Augenblick“? Dieser Vorstellung liegt vielmehr schon ein physikalisches Bild zu Grunde, nämlich das vom Strom der Erlebnisse, den ich nun in einem Punkt quer durchschneide. Es liegt hier eine ähnliche Tendenz und ein ähnlicher Fehler vor, wie beim Idealismus (oder Solipsismus)”).

É simplesmente enganoso dizer: ‘a memória me diz que essa é a mesma cor, etc.’ Na medida em que ela me diz algo, ela pode também me enganar (por ex., dizer algo falso). / Se descrevo o passado imediatamente dado, então estou descrevendo minha memória e não alguma coisa para a qual essa memória aponta.⁴⁰⁴

Podemos notar nesse trecho que Wittgenstein abandona a aceitação da memória como critério da identidade dos fenômenos, pois a descrição do passado (primário – imediatamente dado) não seria mais o acesso àquilo ao qual a memória aponta. Em outros termos: a memória não seria mais um modo de perceber o passado. Ao conceber o tempo primário como o tempo da memória, em 1929-1930, a memória traria consigo o seu significado (aquilo ao qual ela aponta) – dando-nos um acesso à coisa por ela representada. (Apenas na gramática fisicalista, na qual se concede um mesmo estatuto ontológico a todos os eventos do tempo, é que haveria a separação entre as condições de sentido e as condições de verdade da memória – concedendo à memória um estatuto bipolar).

Como veremos a seguir, poderemos delinear uma hipótese interpretativa para a compreensão dessas mudanças a partir de um texto ditado por Wittgenstein a Waismann – intitulado “Linguagem Fenomenal” (PS).⁴⁰⁵ Mesmo que este texto não possa ser cronologicamente situado no percurso de Wittgenstein, a seção seguinte visará mostrar como as ideias ali expressas permitem cobrir essa lacuna entre os textos de meados de 1930 (os MSS 107 e 108), tratados no capítulo anterior, e as críticas presentes nos trechos acima mencionados de meados de 1931 (do MSS 110 e 111) e do BT.

⁴⁰⁴ MS 110, p. 9 / BT, §102, p. 351. (“Es ist eben irreführend, zu sagen ”das Gedächtnis sagt mir, daß dies dieselbe Farbe ist etc.“. Sofern es mir etwas sagt, kann es mich auch täuschen (d.h. etwas falsches sagen). / Wenn ich die unmittelbar gegebene Vergangenheit beschreibe, so beschreibe ich mein Gedächtnis, und nicht etwas, was dieses Gedächtnis anzeigt”).

⁴⁰⁵ VW, pp. 313-321.

4.1. A falsa analogia da memória como imagem material e a busca por uma linguagem ideal

Dada a importância que o ditado a Waismann intitulado “Linguagem Fenomenal” (PS), primeiramente, farei uma exposição pormenorizada do percurso argumentativo do texto (nesta seção 4.1.). Em um segundo momento (na seção 4.2.), farei a uma análise detalhada das ideias presentes no PS.

No PS, Wittgenstein faz uma profunda crítica ao pressuposto que me parece ser a principal tese que percorre toda a sua filosofia inicial (do TLP ao período fenomenológico) – a se dizer: o princípio da plena determinação do sentido. A importância desse pressuposto pode ser notada na maneira como no MS 106, do início de 1929, o autor afirma:

Se uma proposição deve ter um sentido definido (e sem isso ela seria um contrassenso [*unsinnig*]), ela deve abarcar [*erfassen*] completamente – cobrir totalmente [*ganz übersehen*] – seu sentido; uma generalização apenas faz sentido se ela – isto é, todos os valores de suas variáveis – estão completamente determinados.⁴⁰⁶

Nesse trecho, Wittgenstein expressa de modo radical a importância da plena determinação do sentido, visto que uma proposição que não tivesse seu sentido *completamente definido* seria, para ele, um contrassenso.

No período fenomenológico, esse princípio encontrava-se diretamente relacionado à exigência da possibilidade de uma descrição completa (não-hipotética) dos fenômenos – que seria a construção de um simbolismo que mostraria a gramática da descrição dos fatos. Assim, no início de 1929, não só a linguagem era tomada como plenamente determinada, mas Wittgenstein sustentava a possibilidade um *simbolismo* que fosse isomórfico à realidade fenomênica e, desse modo, pudesse expressar o seu sentido completamente. E mesmo com a constatação da impossibilidade de uma linguagem fenomenológica, Wittgenstein ainda se atém (no final de 1929 e início de 1930) a esse princípio, através da distinção entre hipótese e proposição genuína.

No PS, o autor retoma esse tema, ao indagar acerca da possibilidade de uma “(...) linguagem tão sutil que reproduz o menor dos detalhes (...) [e] nos desse a

⁴⁰⁶ MS 106, p. 204 / PB, §122. (“Wenn ein Satz einen bestimmten Sinn haben soll (und sonst ist er unsinnig) so muß er seinen Sinn ganz erfassen — ganz übersehen; die Allgemeinheit hat nur dann einen Sinn wenn sie — d.h. alle Werte der Variablen — völlig bestimmt ist”).

realidade completa”.⁴⁰⁷ O aspecto temporal dessa indagação se mostra no fato que tal linguagem deveria descrever os fenômenos e, desse modo, segundo Wittgenstein, “[i]sto leva à questão: a experiência fugidia [o momento fugidio] *deixa-se* capturar nos sinais”?⁴⁰⁸ Para averiguar essa possibilidade, ele toma como caso paradigmático a questão acerca da possibilidade de uma descrição completa do campo visual (*Gesichtsfeld*). Seu objetivo será reduzir ao absurdo a ideia de uma descrição completamente exata da experiência imediata, através de três cenários, mostrando a distorção operada nesses casos à gramática de termos como “aproximado” (“*ungefähr*”), “inexato” (“*ungenau*”), “vago” (“*verschwommen*”). Esse percurso culminará com a localização de uma falsa analogia no tratamento do passado como uma imagem material, que estaria presente na suposição da possibilidade de uma exatidão completa.

O percurso do PS pode ser interpretado como tendo a seguinte estrutura. Em um primeiro momento, Wittgenstein levanta a possibilidade de que a descrição completa do campo visual não seja possível por uma inexatidão inerente à *linguagem falada* (*Wortsprache*). Nesse caso, supõe-se que não seria possível descrever de forma plenamente determinada a experiência imediata, dado o modo impreciso como as palavras de nossa linguagem ordinária referem-se aos fenômenos. Para contornar essa suposta inexatidão (e mostrar que este não é o alvo ao qual sua crítica se destina), Wittgenstein recorre a dois estratagemas: *i*) a suposição de que a descrição do campo de visão seja feita por meio de um filme e *ii*) a ideia de que poderíamos utilizar modelos (*Muster*) para alcançar essa exatidão completa. O que Wittgenstein buscará mostrar é que, nesses casos (do filme e da utilização dos modelos), é possível conceber a exatidão de duas maneiras, *nas quais são concedidos dois estatutos distintos ao passado da memória*. Ele explora essa distinção através de um importantíssimo exemplo – que chamaremos aqui de “exemplo do céu estrelado”. E será a localização (através desse exemplo) de uma falsa analogia na base de uma dessas concepções do passado da memória, que nos permitirá evidenciar o ponto de ruptura que (de acordo com nossas análises) será a grande mudança na filosofia de Wittgenstein (pelo viés das análises do tempo) – que o leva ao abandono do princípio da plena determinação do sentido e ao desenvolvimento de sua filosofia tardia. Vejamos, então, detidamente o percurso feito

⁴⁰⁷ PS, p. 312. (“Könnten wir uns aber nicht eine Sprache denken, die so subtil ist, dass sie die kleinsten Einzelheiten wiedergibt? Die nicht, wie unsere Umgangssprache, eine Schematisierung der Tatsachen ist, sondern uns die volle Wirklichkeit gibt?”).

⁴⁰⁸ PS, p. 312. (Grifo do autor, assim como, o acréscimo entre colchetes). (“*Lässt sich das entgleitende Erlebnis [der entgleitende Augenblick] festhalten im Zeichen?*”).

pelo autor para localizar essa falsa analogia, por meio do qual buscaremos compreender a importância da falsa analogia, assim como, as consequências que ele extrai de sua dissolução.

É interessante, inicialmente, notarmos que Wittgenstein, em seu primeiro cenário hipotético, lança mão da ideia de que a descrição do campo de visão seria feita por intermédio de um *filme* – ao invés de concebê-la por meio de imagens pintadas (*gemaltes Bilder*). A importância da distinção entre as imagens pintadas e o filme é que o tratamento da linguagem como um *filme* pode ser tomado como a exemplificação da maneira como ele concebe a plena determinação do sentido *após* o abandono da linguagem fenomenológica (através da distinção entre hipótese e proposição genuína). O filme assemelha-se a uma série de *imagens pintadas*, dispostas em um *tempo homogêneo fisicalista* (como ilustrado pela metáfora do projetor). Cada imagem seria um *corte* das hipóteses, que poderia ser comparado com a experiência imediata. Tal ideia seria corroborada pelo modo como Wittgenstein, aceita no BT, que a linguagem fenomenológica é como uma “(...) representação em filme”.⁴⁰⁹ Claramente essa caracterização não poderia ser aplicada ao período inicial de 1929, visto que o filme é justamente o símile que representa o tempo fisicalista. Isso nos permite concluir que a crítica presente no PS não simplesmente oferece uma nova crítica à linguagem fenomenológica do início de 1929, mas é direcionada primariamente ao modo como o autor mantém a plena determinação do sentido *após* a ruptura com a linguagem fenomenológica.

Para contornar as dificuldades de manejo da metáfora da linguagem como filme e evitar a objeção de que as imagens seriam misturadas e distorcidas pela memória, Wittgenstein supõe que um filme represente o que foi visto *por mim* (em meu campo de visão), porém, este filme teria sido feito por uma outra pessoa, que, por coincidência, adivinhou (*erriete*) exatamente o que foi visto.⁴¹⁰ Porém, mesmo diante desse cenário ideal, lembra o autor, o filme não poderia reproduzir o modo como no campo visual o olhar se move e dá proeminência a diferentes pontos, assim como, não reproduz a maneira como as bordas do campo de visão são borradas e indistintas. Desse modo, segundo Wittgenstein, teríamos de responder que o filme “[é] *aproximadamente* o que

⁴⁰⁹ Cf. BT, §101, p. 349. (“(...) eine Darstellung im Film”).

⁴¹⁰ Desse modo, ele salvaguarda a plena exatidão da memória de modo semelhante à suposição de uma memória colossal no PB §67: “[s]uponhamos que eu tenha tão boa memória que pudesse lembrar de todas as minhas impressões. Nesse caso, não haveria, *prima facie*, nada que me impedisse de descrevê-las. Isto seria uma biografia” (MS 105, p. 108 / PB, §67).

foi visto”.⁴¹¹ O ponto a ser explorado ao longo do PS é a indagação levantada logo na sequência: “[m]as o que quer dizer ‘*aproximadamente*’ aqui?”⁴¹² O problema em questão (e que revela a pertinência das análises do tempo – e da tese aqui sugerida do papel da memória como fio condutor do percurso de 1929-1933) é que, afirmar a Wittgenstein: “[d]o campo de visão, eu tenho *apenas* a memória, e é com base nessa memória que eu digo: ‘era aproximadamente isto’”.⁴¹³ Ou seja, a questão “o que quer dizer ‘*aproximadamente*’ aqui?” tem como alvo a determinação do estatuto da memória com a qual a descrição seria comparada e que serviria de critério para a exatidão da descrição da experiência imediata.

Há, segundo Wittgenstein, dois modos de conceber o sentido do termo “aproximadamente”, nos quais se concede dois estatutos distintos ao passado da memória. Ele explora essa diferença através de um segundo estratagema. Wittgenstein nos instrui a supor que olhemos para uma cor e, logo em seguida, diante de alguns modelos (*Muster*) de cor, seríamos indagados “(...) se esta é a cor logo antes vista”.⁴¹⁴ Assim como no primeiro caso, é *apenas* com base na memória que poderíamos dar essa resposta e haveria (segundo Wittgenstein) duas respostas possíveis: “[n]ão posso mais me lembrar” ou “é impossível me lembrar de modo *tão exato*”.⁴¹⁵ O cerne do estratagema é que, no primeiro caso (em que se responde “não posso mais me lembrar”), trata-se o presente da experiência imediata como plenamente determinado e concede-se à memória um estatuto falho. Desse modo, supõe-se que a vagueza (*Verschwommenheit*) da memória pudesse ser contraposta à plena exatidão de um presente que se perdeu no passado. Já no segundo caso (em que se responde “é impossível me lembrar de modo *tão exato*”), a vagueza (*Verschwommenheit*) não poderia ser contraposta a uma exatidão mais completa. Essa impossibilidade tornaria, no segundo caso, sem sentido a questão acerca de uma exatidão completa da descrição da experiência imediata, pois, para Wittgenstein, o primeiro caso não passaria de uma falsa analogia, em que se concebe o passado como uma *imagem material* (como veremos a seguir).

⁴¹¹ PS, p. 314. (Grifo do autor). (“So *ungefähr* hat es ausgeschaut”).

⁴¹² PS, p. 314. (Grifo meu). (“Was heisst hier ‘*ungefähr*’?”)

⁴¹³ PS, pp. 314-16. (Grifo do autor). (“Von dem Gesichtsfeld habe ich *nur* die Erinnerung und auf Grund dieser Erinnerung sage ich: “So *ungefähr* war es”).

⁴¹⁴ Cf. PS, p. 316.

⁴¹⁵ PS, p. 316. (Grifo do autor). (“‘Ich kann mich nicht mehr erinnern’ oder ich sage: ‘Ich kann mich unmöglich *so genau* erinnern’”).

Para explicitar em que sentido a impossibilidade de lembrar-se de modo tão exato torna a vagueza da memória algo que não se contrapõe à exatidão de um presente que desapareceu no passado (e como esse caso difere da resposta “não posso mais me lembrar” – em que se supõe falha a memória), Wittgenstein utiliza o exemplo do *céu estrelado*. Wittgenstein pede que representemos a seguinte situação: “[a]lguém levanta/eleva os olhos, o tempo de um piscar de olhos, na direção do céu estrelado; e nós lhe interrogamos quantos pontos luminosos ele viu”.⁴¹⁶ Para Wittgenstein, há aqui também duas respostas possíveis (que tornariam evidente as consequências da distinção entre as duas respostas do estratagema que recorre ao uso dos modelos de cores). Uma delas seria dizer que “eu vi n pontos de luz”.⁴¹⁷ Nesse caso, “(...) eu não sei quantos pontos luminosos eu vi, mas eu devo certamente ter visto um número definido”.⁴¹⁸ Entretanto, dirá Wittgenstein que a única resposta correta aqui seria: “eu vi inumeráveis estrelas”.⁴¹⁹ Nessa segunda resposta, mesmo que não estejamos comprometidos com a ocorrência de um número *determinado*, ainda seria possível dizer que foram vistas milhares de estrelas, ou que, ao compararmos dois céus distintos, poderíamos dizer que há mais pontos em um que em outro (desse modo, teríamos aqui, segundo ele, “(...) um outro sistema de aritmética”⁴²⁰). Porém, alerta Wittgenstein, que, nesse caso, “(...) não se está descrevendo um *número*, mas uma *impressão* [*Eindruck*]”.⁴²¹

A aceitação de que nas duas afirmações não seja possível especificar o número de pontos luminosos parece sugerir que Wittgenstein passa a aceitar aqui uma forma de ceticismo da memória. Por esse viés (que buscarei mostrar equivocado), diferentemente da ideia de um acesso imediato ao passado, no qual a memória seria a fonte do conhecimento e o critério de correção da descrição fenomenológica do passado (como em 1929-1930), no PS, Wittgenstein passaria a aceitar que a memória seria incapaz de reter toda a completude da realidade que nos é dada. Assim, não apenas seria possível o erro da memória (algo que já nos distanciaria da memória como aquilo que verifica as proposições sobre o passado, em 1929), mas isso seria algo inerente à rememoração do passado, pois ele sequer cogita a resposta “sim, é claro eu posso me lembrar”. Porém, é

⁴¹⁶ PS, p. 318. (“Stellen wir uns vor, dass jemand einen Augenblick lang zum Sternenhimmel emporschaut und gefragt wird, wieviel Lichtpunkte er gesehen hat”).

⁴¹⁷ PS, p. 318. (“Ich habe n Lichtpunkte gesehen”).

⁴¹⁸ PS, p. 318. (“Ich weiss zwar nicht, wieviele Lichtpunkte es waren, aber irgendeine Anzahl muss ich doch gesehen haben”).

⁴¹⁹ PS, p. 318. (“Ich habe unzählig viele Sterne gesehen”).

⁴²⁰ PS, p. 318. (“(...) dass wir hier ein anderes System der Arithmetik vor uns haben.”).

⁴²¹ PS, p. 318. (Grifos do autor). (“(...) dass man damit nicht eine *Anzahl*, sondern einen *Eindruck* beschreiben will.”).

justamente essa linha interpretativa que será alvo de sua crítica à primeira resposta em que se diz “eu vi *n* pontos de luz” (que é o desdobramento da afirmação “não posso mais me lembrar”, do exemplo que recorre aos modelos de cor). A ideia de uma espécie de ceticismo acerca da memória supõe não mais haver como determinar, exclusivamente a partir da memória, o número exato de pontos luminosos. Todavia, no momento em que o fenômeno foi dado, aceita-se que ele tinha um *número determinado*. Nesse caso, seria possível contrapor a *inexatidão* da memória à plena *exatidão* de um presente – que agora não é mais acessível (pois desapareceu no passado).

Essa suposição de um presente plenamente determinado, que desaparece ao se tornar passado, será tratada por Wittgenstein como uma mera *falsa analogia*. Nessa falsa analogia “(...) confunde-se a imagem [*Bild*] procurada com uma imagem material [*materiellen Bild*]”.⁴²² Para a compreensão da importância dessa falsa analogia, é necessário notarmos *como* ela nos levaria à falsa ideia da possibilidade de uma exatidão completa da descrição da experiência imediata (para, logo em seguida, notarmos como ela se encontra atrelada ao dito heraclítico de que “tudo flui” (“*dass alles fließt*”)).

Segundo o autor:

Tem um sentido completamente distinto dizer “a descrição deve se aproximar de uma imagem pintada [*gemalten Bild*]”, que dizer “a descrição deve se aproximar de uma imagem visual [*Gesichtsbild*]”. No primeiro caso, eu poderia copiar a imagem de modo melhor ou pior, e aqui faria sentido dizer que a cópia reproduz exatamente o original. Mas aplicada à imagem visual, essa expressão perde o seu sentido.⁴²³

O ponto em questão é que, ao concebermos o passado como uma imagem material, pensamos haver a possibilidade de uma descrição completamente exata da experiência imediata. Em algum lugar do passado, haveria o original da vivência passada, que (caso pudesse ser acessado) seria o critério para a exatidão da descrição da vivência passada. Por esse viés, a impossibilidade de levarmos a cabo tal descrição fenomenológica (que expressaria a forma lógica da linguagem ideal – completamente analisada) não seria uma impossibilidade lógica, mas apenas uma “dificuldade *técnica* [*technische Schwierigkeit*]” da memória em acessar toda a completude dessa imagem completamente exata do passado. Assim (no que tange ao exemplo do céu estrelado), pensamos que “(...) se eu pudesse mais uma vez voltar à experiência, poderia ver

⁴²² PS, p. 316. ((...) “dass man das gesuchte Bild verwechselt mit einem materiellen Bild”).

⁴²³ PS, pp. 316-318. (“Es hat einen ganz anderen Sinn zu sagen: Die Beschreibung soll sich einem gemalten Bild nähern, als: sie soll sich einem Gesichtsbild nähern. Im 1. Fall könnte ich das Bild kopieren, und zwar mehr oder weniger gut, und hier hat es auch einen Sinn zu sagen, dass die Kopie das Original genau wiedergibt. Angewendet auf das Gesichtsbild verliert aber dieser Ausdruck seinen Sinn”).

quantos pontos luminosos tinha”.⁴²⁴ Ou seja, supõe-se que a vivência ainda existe no passado e que a dificuldade por detrás de uma descrição completamente exata seria a dificuldade (quase) *física*, de acessar o passado – como se estivéssemos ao lado de um quarto ao qual não podemos entrar, pelo fato da porta estar murada.⁴²⁵

É essa contraposição (entre a inexatidão da memória e a exatidão do presente – suscitada pela falsa analogia do passado como uma imagem material) que, segundo Wittgenstein (no PS), nos leva ao sentimento de que *tudo flui* (“*dass alles fließt*”). Mesmo que *nenhuma* mudança (*Veränderung*) ocorra, dirá Wittgenstein:

Ainda se tem o sentimento de que os fenômenos escorregam e desaparecem inexoravelmente no passado. É isso que alguns filósofos sentem quando afirmavam que a filosofia deveria começar com um som inarticulado que deveria se referir ao indizível “agora”.⁴²⁶

Em resumo: Wittgenstein sustentará (através da resposta que afirmou ser a *única correta*: “eu vi inumeráveis estrelas”) que, embora não seja possível determinar o número de estrelas através da memória, *não* há o problema de acesso entre a memória e um presente plenamente determinado, que desapareceu no passado. A vagueza da memória não é algo que se contrapõe à exatidão completa da experiência imediata (na qual a forma lógica dos fenômenos seria plenamente determinada), mas será concebida como algo *inerente* à experiência imediata (como veremos na seção seguinte). Em resumo: a maneira equivocada seria pensar que a realidade nos é dada de forma plenamente determinada e a memória falha em reter essa plena determinação. De acordo com a posição defendida por Wittgenstein no PS, a realidade – ela mesma – não nos é dada de forma plenamente determinada.

A contraparte positiva da localização dessa falsa analogia (do passado como uma imagem material) é a constatação de que termos, como “aproximado” (“*ungefähr*”), “inexato” (“*ungenau*”), “vago” (“*verschwommen*”), possuem uma gramática bastante diferente quando aplicados aos fenômenos (às imagens visuais) e aos objetos físicos (às imagens materiais).

Pode-se chamar a imagem da memória [*Erinnerungsbild*] indistinta [*verschwommenes*], mas essa indistinção não é contrastada com uma imagem mais clara [*klareres*]. As palavras “vago” [*verschwommen*], “aproximado”

⁴²⁴ PS, p. 318. (“(...) wenn ich nur einmal zurückgehen könnte zu diesem Erlebnis, dann würde ich schon nachschauen, wie viele Lichtpunkte da waren”).

⁴²⁵ Cf. PS, p. 319.

⁴²⁶ PS, p. 320. (“Man hat dann das Gefühl, dass uns die Phänomene entgleiten und unaufhaltsam in die Vergangenheit entschwinden. Das war es, was manche Philosophen fühlten, als sie meinten, man müsse eigentlich die Philosophie mit einem unartikulierten Laut beginnen, der auf jenes unaussprechliche ‘jetzt’ hinweisen soll”).

[ungefähr], “inexato” [ungenau] e todas as similares têm aqui uma gramática diferente.⁴²⁷

A possibilidade de contrastar a imagem da memória (*Erinnerungsbild*), da vivência que nos foi dada, (de tal modo que pudéssemos determinar a inexatidão da memória) estaria fundada na suposição da existência (no passado) de uma imagem ainda mais clara – que à semelhança de uma imagem material (um objeto), manteria ao longo do tempo a sua forma e multiplicidade lógica. Porém, uma vez localizada essa falsa analogia do passado como uma *imagem material*, constata-se que os termos “vago” (*verschwommen*), “aproximado” (*ungefähr*) e “inexato” (*ungenau*) têm uma gramática bastante peculiar, no que tange à descrição da experiência imediata. A vagueza, o caráter aproximado e inexato da descrição do passado da memória (que é a realidade que nos foi dada – em sentido fenomenológico) não se contrapõem a uma maior exatidão – diferentemente dos casos nos quais teríamos à disposição *critérios fisicalistas* de exatidão, por meio dos quais poderíamos supor uma maior exatidão.

Através dessa contraposição (entre a impossibilidade fenomenológica de uma maior exatidão e a possibilidade fisicalista da mesma) Wittgenstein extrai a seguinte conclusão que encerra o PS:

O único ensinamento que podemos disso retirar é que se pode apenas lidar com casos particulares de uma linguagem. A descrição do meu campo de visão, quer seja em palavras ou através de um desenho ou de outro modo, sempre será aproximada [*beiläufig*], crua [*roh*], inexata [*ungenau*] – porém, cada uma a seu próprio modo. É melhor não fazer nenhuma generalização, mas explorar em cada caso individual o que poderia ainda ali ser chamado de “maior exatidão”. Devemos perguntar: pode-se imaginar uma representação mais exata? *Temos um critério para isso?* Em um caso temos, em outro não, e então perde qualquer sentido falar em uma “possível maior exatidão” e assim também de uma “aproximatividade” [*Beiläufigkeit*] da apresentação [*Darstellung*].⁴²⁸

Dois pontos principais devem ser notados neste trecho (tendo em vista os desdobramentos que serão explorados nos capítulos seguintes). O primeiro é a afirmação de Wittgenstein de que podemos “apenas lidar com casos particulares de uma

⁴²⁷ PS, p. 316. (“Wenn man das Erinnerungsbild ein verschwommenes nennt, so kann man das tun, nur ist dieser Verschwommenheit nicht entgegengesetzt ein klareres Bild. Die Worte ‘verschwommen’, ‘ungefähr’, ‘ungenau’ und alle ähnlichen haben hier eine andere Grammatik”).

⁴²⁸ PS, p. 320. (Grifos do autor). (“Die einzige Lehre, die wir hieraus ziehen können, ist die, dass man nur die einzelnen Fälle einer Sprache behandeln kann. Die Beschreibung meines Gesichtsfeldes, mag ich sie nun in Worten geben oder durch eine Zeichnung oder sonstwie, wird immer beiläufig, roh, ungenau sein – aber jede in einer anderen Weise. Es ist wieder das Beste, keine allgemeinen Aussagen zu machen, sondern im speziellen Fall zu untersuchen, was hier noch ‘grössere Genauigkeit’ genannt werden könnte. Wir müssten fragen: lässt sich eine genauere Darstellung denken? *Haben wir ein Kriterium dafür?* In einem Fall haben wir es, im andern haben wir es nicht, und dann verliert es jeden Sinn, von einer ‘möglichen grösseren Genauigkeit’ zu reden und daher auch von der ‘Beiläufigkeit’ der Darstellung”).

linguagem”. De acordo com as análises que faremos nas seções e capítulos seguintes, essa constatação poderá ser interpretada como um momento crucial que culmina com a fragmentação da linguagem em *jogos de linguagens*. Após o abandono da linguagem fenomenológica (no início de 1929), Wittgenstein ainda se encontrava preso ao princípio da plena determinação do sentido, através da distinção entre hipótese e proposição genuína. Na base dessa concepção encontrava-se a tese, ainda vigente em 1930, de uma *essência* da linguagem (como expresso no parágrafo 1 das PB), que seria determinada pela forma e multiplicidade lógica dos fenômenos (e expressa pelo novo método filosófico da comparação dos simbolismos). O modo como o PS ataca tal concepção é por meio da ideia de que a realidade não nos é dada de forma completamente determinada (na qual teríamos um critério *fenomenológico* de exatidão) e de tal modo que a multiplicidade lógica dos fenômenos nos fosse imediatamente dada (como algo intrinsecamente determinado). Tudo que nos restará, após a localização da falsa analogia do passado como uma imagem material (que mostraremos, em conexão com o BT, será o tratamento das vivências como objetos), são os usos fisicalistas da linguagem, nas quais a essência da linguagem (a sua gramática) não mais será determinada pelos fenômenos, mas cada contexto de uso determinará (de forma “arbitrária”) a sua gramática – ao fixar os seus métodos de mensuração e exatidão. A grande importância do PS para as análises do tempo é que nele fica expresso que essa mudança, crucial no desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein, está diretamente relacionada à localização de uma falsa analogia no tratamento do *passado da memória* (no tempo primário) – que poderemos interpretar como uma crítica direta ao modo como Wittgenstein tratava a memória como a *fonte* em 1929-1930.

O segundo ponto a ser notado no trecho acima citado do PS é a inclusão da questão “*temos um critério para isso?*”⁴²⁹. Esse elemento é decisivo para a compreensão da relação entre o abandono do princípio da plena determinação do sentido (pelo viés das análises fenomenológicas do tempo, no período intermediário) e as análises posteriores, presentes nos textos de Wittgenstein, que têm como alvo a crítica à possibilidade de uma linguagem privada (principalmente, nas LSD e nas PU). Essa questão se coloca aqui como uma consequência direta da localização da falsa analogia do passado como uma imagem material – que revela a inexistência de um critério *fenomenológico* de correção da descrição da experiência imediata. Pensar ser possível

⁴²⁹ Cf. PS, p. 320. (Grifos do autor).

uma exatidão completa da descrição da experiência imediata seria supor a existência de um original do passado (uma *imagem material* da vivência) – que poderia servir de critério para a exatidão completa da descrição fenomenológica. Por esse viés, tanto a ideia de um acesso ao original da vivência (que se encontrava pressuposto no tratamento dado por Wittgenstein à memória como *fonte do conhecimento*, em 1929-1930 – como veremos mais a fundo na seção seguinte) quanto a ideia de uma falha da memória em acessar o original da vivência (via esta criticada no PS) seriam vítimas da mesma ilusão: o tratamento da vivência como uma imagem material, que perdura no tempo, mantendo a forma e a multiplicidade lógica da vivência original (em todos os seus detalhes). Isso, por sua vez, (como veremos ao analisar o ALP nas LSD e nas PU) seria a expressão da concessão da *trans-temporalidade* dos objetos físicos aos dados imediatos (a partir da qual pensamos possível aplicar o modelo de objeto/designação aos fenômenos).

4.1.1. O fim da plena determinação do sentido e o abandono da memória como parte da estrutura lógica do mundo

Para que possamos compreender como as ideias presentes no PS se relacionam com as análises feitas nas seções e capítulos anteriores, devemos notar em que sentido a constatação da falsa analogia do passado com uma imagem material pode ser interpretada como o abandono do princípio da plena determinação do sentido (vigente deste o TLP) e como esse abandono marcaria o final do período fenomenológico de Wittgenstein. Além deste viés retrospectivo, nesta seção, nos dedicaremos também ao exame prospectivo, que buscará explicitar, pelo viés das análises do tempo, algumas das linhas de força que unem a filosofia de Wittgenstein, após a ruptura de 1930-1931, à sua filosofia madura (com o intuito de sinalizar o percurso a ser feito nos capítulos seguintes). Esse exame inicial da relação entre o papel das análises do tempo na ruptura de 1930-1931 será aprofundado no capítulo seguinte, onde tomaremos como foco a relação entre as ideias do PS e do BT.

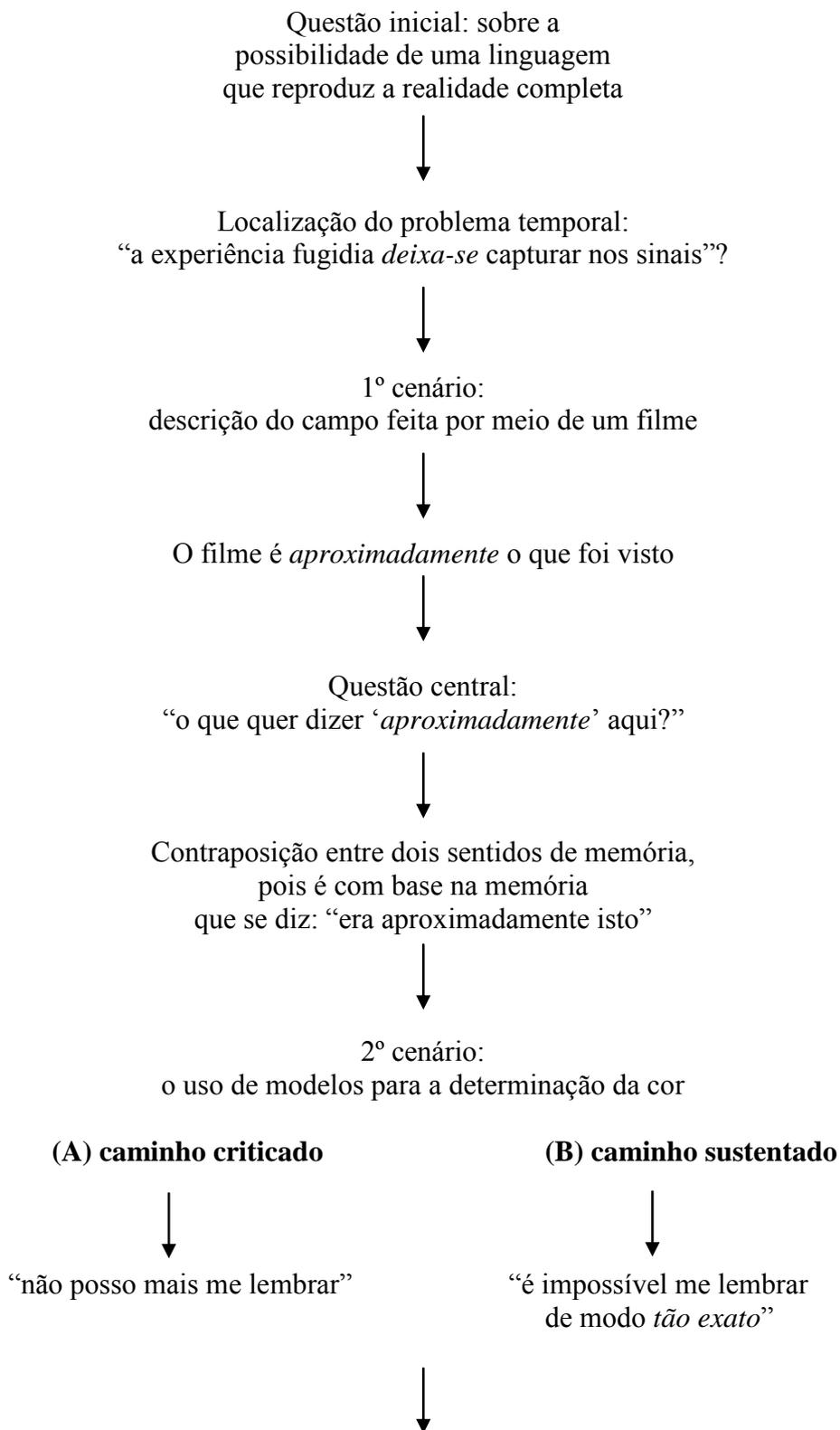
Vejamos, primeiramente, como Wittgenstein desfaz a falsa analogia do passado como uma imagem material no PS. O primeiro ponto a ser notado é que o cerne da dificuldade que trará problema à ideia de uma plena determinação do sentido da descrição do campo visual *não é* a quantidade excessiva de pontos luminosos (no cenário do céu estrelado). Nesse cenário do céu estrelado, Wittgenstein busca localizar a

gênese do problema que, no cenário anterior, dizia respeito a apenas *uma* cor. Ou seja, o mesmo problema que se põe à descrição completamente exata de um campo de visão com milhares de pontos de luz deve também ocorrer para a descrição completamente exata de um campo de visão composto por *apenas uma cor*. Assim como no caso dos pontos luminosos no céu, teríamos duas opções de resposta, no que tange à rememoração da cor: *i*) poderíamos dizer que ela determina uma gradação exata (*um número*), mas que não conseguimos mais nos lembrar tão exatamente (sendo esse caminho criticado por Wittgenstein) ou *ii*) poderíamos dizer que tal gradação seria uma possibilidade dentre *inumeráveis* outras e que nos seria *impossível* lembrar de modo exato.⁴³⁰ Em ambos os cenários (da rememoração da cor e do céu estrelado), a posição defendida por Wittgenstein é que cada ponto ou cor seria a efetivação de uma possibilidade que exclui *inumeráveis* outras possibilidades - sendo-nos *impossível* lembrar do que nos foi dado no campo de visão de modo tão exato (descartando essa impossibilidade como uma dificuldade empírica – como uma falha técnica da memória). A grande chave de leitura para a compreensão do PS é que não saber o número de estrelas visto (ou a exata gradação da cor) não significa que perdemos o número que nos foi dado no presente (por uma falha da memória). Tratar o presente como *plenamente determinado* (tendo um número determinado de estrelas, ou uma gradação específica de cor), mas inacessível em toda a sua completude ao se tornar passado, seria supor a existência (em algum lugar do passado) do original da vivência presente (a sua *imagem material*) – que se perdeu no fluxo temporal. É essa falsa analogia que, segundo Wittgenstein, no PS, estaria também na base do sentimento heraclítico de que “*tudo flui*” (“*dass alles fließt*”) – de que não conseguimos reter o fluxo das vivências, que constantemente se perderiam no passado.

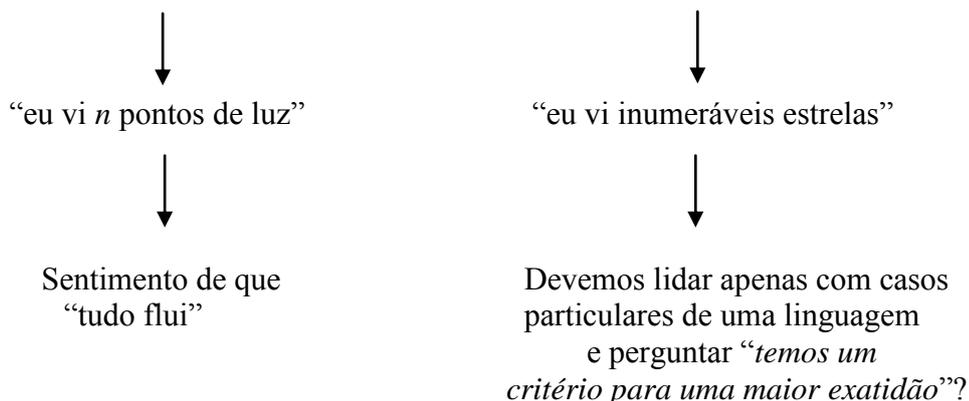
Assim, o ponto central do PS encontra-se na crítica expressa no cenário hipotético do céu estrelado – no qual a afirmação “certamente posso me lembrar do número de estrelas” soaria humanamente impossível (parecendo sinalizar uma limitação da memória). Porém, a impossibilidade de se lembrar do número de estrelas (ou a gradação exata da cor) não decorre de uma falha da memória para reter o passado (ou para acessar tal passado), mas da inexistência de um original da vivência plenamente determinado (que pudesse desempenhar o papel de *critério* de exatidão da descrição fenomenológica da realidade que nos foi dada).

⁴³⁰ Cf. PS, p. 316.

Podemos, então, sumarizar a estrutura argumentativa do PS da seguinte forma (a partir da qual poderemos localizar como o PS se conecta – de forma crítica – com a concepção de memória primária sustentada por Wittgenstein em 1929-1930):



3º cenário:
o céu estrelado



A grande diferença entre os caminhos (A) e (B) é que o caminho (A) (criticado por Wittgenstein) supõe a existência, em algum lugar do passado, da imagem da vivência que nos foi dada e de tal maneira *exata*, que nos levaria à ilusão de que temos à disposição um *critério* de exatidão da descrição fenomenológica do campo de visão. Nesse caso, supõe-se que faz sentido falar de uma exatidão completa da descrição fenomenológica e da busca por uma linguagem que expressaria em seu simbolismo a multiplicidade lógica da realidade que nos foi dada. Por esse viés, a dificuldade de levar a cabo o projeto de construção dessa linguagem seria apenas uma dificuldade técnica (empírica), da memória reter esse presente que nos foi dado. Caso pudéssemos retornar e inspecionar esse passado com mais vagar, poderíamos construir um simbolismo que o fosse isomórfico. Respectivamente, (B) será a via na qual a ideia de um *critério fenomenológico* de exatidão é abandonada, restando apenas os *critérios fisicalistas*, determinados arbitrariamente em cada contexto particular de uso da linguagem.

A importância dessa distinção no percurso da filosofia de Wittgenstein é que a concepção de memória do início do período fenomenológico (de 1929-1930) pressupunha o acesso imediato e irrestrito ao original da vivência, visto que a memória era a *fonte do conhecimento*. Esse original nos era dado pela memória, pois não faria sentido (em 1929-1930) indagar se o passado visto através da memória (no mundo primário) é ou não o passado e se tal “imagem” tem ou não o mesmo grau de exatidão do que nos foi dado no presente.

Essa mesma concepção se expressava no que tange à identidade dos fenômenos. Por exemplo, no MS 107 (de janeiro de 1930), Wittgenstein indaga: “[c]omo eu sei que

a cor deste papel, que chamo de ‘branco’, é a mesma que vi aqui ontem?”⁴³¹ A resposta por ele oferecida é que:

Porque a reconheço; e esse reconhecimento é minha única fonte desse conhecimento [*Quelle für dieses Wissen*]. Nesse caso, ‘que é a mesma’ quer dizer que eu a reconheço. / Então também não se pode questionar se ela é realmente a mesma ou se eu poderia estar enganado; (se é a mesma e não apenas parece ser).⁴³²

Em janeiro de 1930, Wittgenstein pensava ser possível determinar a identidade da cor ao longo do tempo por meio da memória – “reconhecendo-a [a cor]”. Nesse caso, é o colapso entre passado e memória que veta a possibilidade da indagação “se ela é realmente a mesma ou se eu poderia estar enganado” (que nos remeteria a um regresso ao infinito) – pois “esse reconhecimento é minha única fonte desse conhecimento”.

Desse modo, os dois cenários finais do PS (o da cor e do céu estrelado) confrontam duas das principais consequências do colapso entre passado e memória, que estavam presentes na filosofia de Wittgenstein em 1929-1930: *i*) o tratamento da memória como *fonte da identidade* (na qual a identidade do fenômeno seria dada de forma imediata – através do reconhecimento) e *ii*) como *fonte do conhecimento* (na qual a memória é aquilo que verifica as proposições sobre o passado). A crítica à memória como *fonte da identidade* ocorreria, mais diretamente, no cenário 2 e a crítica à memória como *fonte do conhecimento* no cenário 3 do PS.

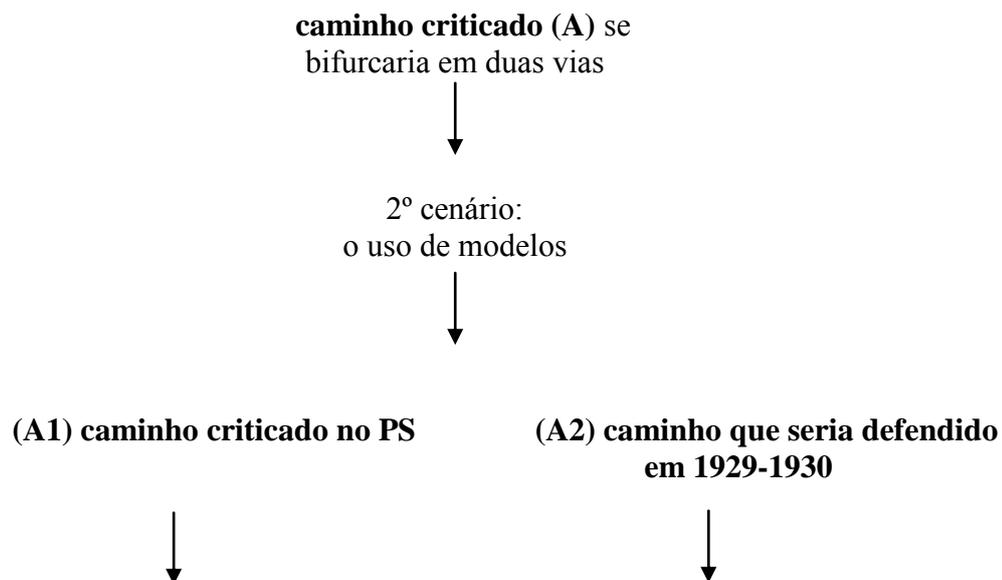
O ponto de conexão entre esses dois cenários é que, dado o modo como o autor compreendia (em 1929-1930) as propriedades *internas* como aquilo que determinava a identidade do fenômeno, não seria possível supor a ocorrência de um fenômeno sem que soubéssemos, por exemplo, a sua localização no espaço visual, a sua cor, as suas dimensões etc.. No que tange ao cenário 2 (acerca da determinação da identidade da cor), não seria concebível para Wittgenstein, em 1929-1930, que não soubéssemos se uma dada cor é ou não a cor anteriormente vista, pois isto significaria que não sabemos que cor nos foi dada (ou, dito de forma ainda mais forte: não saberíamos que lugar do espaço das cores uma dada cor ocupa, ou ocupava). E visto que a memória, nesse período, nos dava um acesso imediato ao passado, não haveria a possibilidade da indagação de se a cor que nos foi dada é ou não idêntica à cor agora vista (memória, representação e realidade se encontram em um mesmo espaço).

⁴³¹ MS 107, p. 236 / PB, §16.

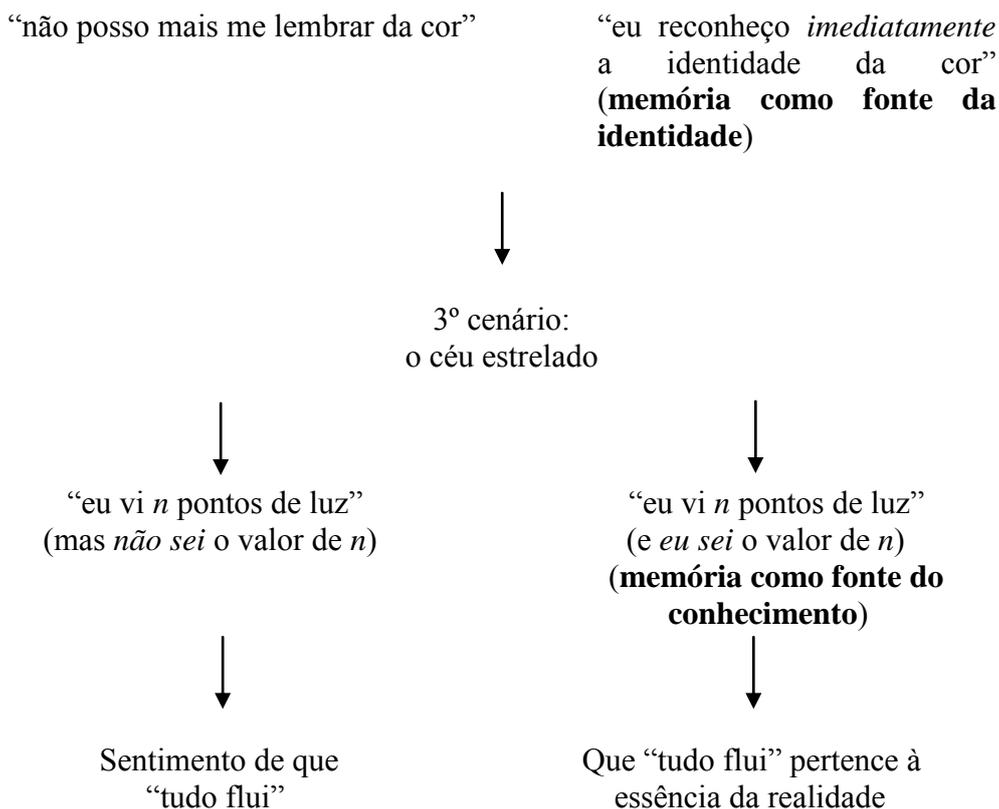
⁴³² MS 107, p. 236 / PB, §16.

Por esse viés, a posição explorada no cenário 3 (do céu estrelado) seria apenas uma forma de levar ao limite de ruptura a mesma concepção já presente no cenário 2 (da cor). O mesmo tratamento dado por Wittgenstein em 1929-1930 à relação entre identidade/reconhecimento pode ser estendido à totalidade do espaço visual – visto que o espaço visual é um contínuo de cores. O colapso entre passado e memória não só deveria garantir a identidade de *uma* cor ao longo do tempo, mas deveria garantir a identidade de *todas* as cores e *todos* os fenômenos, que me são dados no *presente* da experiência imediata, a compor o espaço visual. Consequentemente, não seria possível também indagar (em 1929-1930) se a localização de cada ponto de luz no espaço visual rememorado encontra-se ou não no mesmo lugar da imagem visual que nos foi dada, ou se a quantidade de pontos é a mesma na imagem rememorada e a imagem que nos foi dada (a memória era o acesso único ao passado). Como vimos no capítulo 1.2.2., de acordo com a interpretação proposta, Wittgenstein defenderia tal concepção (em fevereiro de 1929) ao afirmar que: “[é] certamente possível determinar a identidade de uma posição no campo visual (...)”.⁴³³

Desse modo, podemos situar, dentro do esquema argumentativo do PS, a posição defendida por Wittgenstein em 1929-1930, do tratamento da memória como *fonte do conhecimento e da identidade*, da seguinte maneira:



⁴³³ MS 105, pp. 29-31 / PB, §206. (“Es ist offenbar möglich die Identität eines Ortes im Gesichtsfeld festzustellen denn sonst könnte man nicht unterscheiden ob ein Fleck immer im gleichen Ort bleibt oder ob er seinen Ort ändert”).



Enquanto em (A1) atribui-se um estatuto falho à memória (como a dificuldade técnica de acesso – mencionada por Wittgenstein no PS), no caminho (A2), em decorrência do tratamento da memória como *fonte do conhecimento e da identidade*, o acesso ao original da vivência estaria garantido. Por exemplo, no caso do cenário 2, Wittgenstein não apenas diria, em 1929-1930, que posso me lembrar da cor vista, mas que o reconhecimento da cor como a mesma cor anteriormente vista seria a “(...) *única fonte desse conhecimento*”.⁴³⁴ Desse modo, a resposta criticada por Wittgenstein no PS, de que “não posso mais me lembrar [da cor]” pode ser interpretada como o espectro invertido da posição de 1929-1930, na qual a memória era a “(...) fonte dos conceitos de passado e identidade”.⁴³⁵

Entretanto, não haveria no caminho (A) (a partir da relação que traçamos entre as ideias do PS e as de 1929-1930) um dilema entre dois modos de tratar a memória, mas apenas um *falso dilema* decorrente de uma *falsa analogia* – que estaria na base de ambas as concepções. Embora o modo como o PS se constrói pareça sugerir que em (A1) o que está em questão é a limitação (empírica) da memória, o cerne da questão é a

⁴³⁴ MS 107, p. 236 / PB, §16. (Grifos meus).

⁴³⁵ Cf. MS 107, p. 242 / PB, §19.

suposição *ilusória* de algo que pudesse desempenhar (do ponto de vista fenomenológico) o papel de *critério* para a exatidão da descrição da experiência imediata. Essa mesma falsa analogia estaria presente na suposição de um acesso irrestrito ao original da vivência (em (A2)), assim como, na negação de que tal acesso fosse possível (em (A1)). Desse modo, mesmo que Wittgenstein não expresse no PS uma crítica direta ao que denominamos de caminho (A2), essa via é apenas o outro lado da moeda, presente no caminho (A1) – sendo passível de dissolução através da localização da mesma falsa analogia. Pode-se dizer (à luz do PS) que, tanto em A1 quanto em A2, haveria o tratamento do passado fenomênico como a *imagem material* – como um original da vivência passada. (Veremos no capítulo seguinte o que essa ideia do passado como uma *imagem material* quer dizer, ao aproximá-la das ideias presentes no BT).

Mas há uma profunda semelhança entre o modo como o autor concebe a memória em 1929-1930 e o caminho por ele defendido no PS (que chamamos de (B)), que revela como, em certo sentido, é tênue a *linha d'água*, cuja alteração de fluxo me parece levar a uma profunda mudança na filosofia de Wittgenstein. Em 1929-1930, a ocorrência de um fenômeno é concebida como a efetivação de uma possibilidade, em um certo lugar do espaço de possibilidades. Não saber se o fenômeno agora visto é o mesmo que visto anteriormente seria não saber que lugar do espaço de possibilidades aquela ocorrência me foi dada. Por exemplo, uma determinada gradação de vermelho ocupa um certo lugar do espaço das cores (tendo determinadas dimensões de possibilidades). Não saber se uma gradação de vermelho é a mesma cor em dois momentos do tempo seria equivalente a não saber se as duas ocorrências ocupam ou não o mesmo lugar do espaço das cores. Tal concepção seria absurda aos olhos de Wittgenstein em 1929-1930, pois implicaria que o mundo primário (a realidade fenomênica) não teria uma multiplicidade lógica determinada (a ser espelhada pela linguagem fenomenológica). Mas a localização da falsa analogia no PS, *não é* a recusa dessa consequência. Pelo contrário! Wittgenstein expressa no PS que, uma vez localizada a falsa analogia do passado como uma imagem material, o que nos resta é aceitar que há uma *inexatidão* (uma *vagueza*, um caráter *aproximado*), que é inerente à descrição da realidade fenomênica e, na qual, essa inexatidão não se opõe à possibilidade de uma maior exatidão. O que está na base dessa aceitação é que tanto em 1929-1930 quanto no PS (do ponto de vista fenomenológico): “[d]o campo de visão, eu

tenho *apenas* a memória”.⁴³⁶ Ou seja, na descrição fenomenológica, passado e memória se sobrepõem. Porém, em 1929-1930 havia a suposição de um acesso imediato ao original da vivência (pois a memória era fonte do conhecimento e da identidade), que nos daria um *critério fenomenológico* de exatidão, enquanto no PS, essa suposição seria tratada como apenas uma falsa analogia.

Desse modo, com a localização da falsa analogia no PS, cai por terra a ideia de que há uma *estrutura formal da experiência imediata* (ideia que poderia ser retrçada à influência de Heinrich Hertz, Helmholtz e Boltzmann no pensamento de Wittgenstein – como o faz Hyder⁴³⁷). Os fenômenos não têm uma forma e multiplicidade lógica que seriam imediatamente dadas. Assim, a própria ideia de uma linguagem ideal (que fosse isomórfica aos fenômenos) também cai por terra. A exatidão da descrição da realidade sempre estará atrelada ao contexto de uso e aos critérios (*fisicalistas*) de exatidão de cada contexto. Cai por terra também a ideia de que a comparação entre simbolismos que cumprem um mesmo propósito pudesse mostrar a essência da linguagem – pois é justamente essa ideia de uma essência que desaparece através da constatação de que os fenômenos não têm uma multiplicidade lógica que nos seria imediatamente dada. Tudo que nos restará é o recurso aos critérios (*fisicalistas*) determinados (“arbitrariamente”) por cada contexto de uso da linguagem.

Mas isso não implica apenas que a exatidão da descrição do mundo deve se valer de critérios fisicalistas. No que tange aos fenômenos (como concebidos pelo autor em 1929-1930), exatidão e identidade se sobrepõem, pois, por exemplo, a determinação do exato lugar, das dimensões e da exata cor de um fenômeno são determinações que dizem respeito às propriedades internas do fenômeno – sem as quais não seria o fenômeno que é. Por esse viés, a constatação de que a exatidão da descrição da experiência imediata deva se valer de critérios fisicalistas seria também a constatação de que a identidade dos fenômenos não nos é dada de forma imediata e que essa determinação também se fundará no recurso a critérios fisicalistas. Supor que a memória pudesse nos dar essa determinação não seria nada mais que tratar a memória como o acesso à imagem material do passado do fenômeno (que desempenharia o papel de *protótipo lógico* do fenômeno).

⁴³⁶ PS, pp.314-16. (Grifo do autor).

⁴³⁷ Cf. Hyder, 2002.

Esse ponto em questão talvez possa ser melhor ilustrado através de uma passagem do MS 107, de janeiro de 1930 (por meio da qual poderemos notar como é radical a posição ao qual Wittgenstein se encaminha após o PS) . Segundo o autor:

A ‘cor’ que posso reconhecer imediatamente e aquela que estabeleço por meio de uma investigação química são duas coisas diferentes. De uma fonte flui apenas *uma coisa*.⁴³⁸

Tendo essa passagem do MS 107 em vista, podemos afirmar que, a partir do PS, a ideia de uma cor, como algo cuja identidade nos fosse dada de forma imediata, será abandonada pelo autor (na qual o reconhecimento seria a fonte da identidade). Restará apenas a cor, como aquilo cuja identidade poderá ser determinada por critérios fisicalistas (por exemplo, “que estabeleço por meio de uma investigação química”). Cada contexto fixará a sua estrutura, assim como são determinados os critérios fisicalistas (e também será determinado aquilo que conta como simples e complexo naquele contexto – como veremos nos capítulos seguintes).

O que há de radical nisso é que tal constatação levará ao fim a estratificação da realidade em dois sistemas – no qual o sistema primário teria toda a primazia ontológica, semântica e sintática. Recaiá sobre a forma lógica do mundo primário a tarefa de determinar a multiplicidade lógica da linguagem – fixando a sintaxe lógica que delimitava o dizível (sendo exclusivamente o que nos era dado no mundo primário *real*). A “realidade” dos objetos físicos era apenas parte do modo de apresentação fisicalista que, ao final, descreve também o mundo primário.⁴³⁹

Todavia (como veremos nos capítulos seguintes), isso não quer dizer que Wittgenstein negará totalmente à memória a possibilidade de verificar as proposições sobre o passado, ou que o reconhecimento possa ser usado para a determinação da identidade. O ponto em questão é que não haverá mais a ideia de uma *exatidão completa* da descrição da experiência imediata e de uma determinação *imediata* da identidade dos fenômenos – como se isso fosse algo intrínseco à realidade fenomênica. Sem tais concepções não faz mais sentido a ideia de uma essência da linguagem e, conseqüentemente, da tentativa de expressar tal essência; quer seja através do método da comparação dos simbolismos, quer seja através da construção de um simbolismo

⁴³⁸ MS 107, p. 236 / PB, §16. (Grifo do autor). (“Und die "Farbe", die ich unmittelbar wiedererkennen kann und die ich durch chemische Untersuchung feststelle, sind zwei verschiedene Dinge. Aus derselben Quelle fließt nur *Eines*”).

⁴³⁹ Cf. MS 105, p. 108. (“Não esqueçamos que a linguagem fisicalista descreve também o mundo primário e não um mundo hipotético. A hipótese é apenas uma conjectura sobre o modo mais prático [correto (?)] de apresentação”).

completamente perspicuo. Poderemos ainda utilizar a memória para determinar a verdade ou falsidade das proposições sobre o passado e o reconhecimento como uma maneira de determinar a identidade das coisas. Porém, haverá de modo inalienável uma inexatidão, uma vagueza, um caráter aproximativo, que será intrínseco à maneira como a realidade nos é dada. Ou seja, haverá apenas a memória em sentido fiscalista – que será necessariamente bipolar (“(...) um guardião mais ou menos confiável do que ‘realmente’ aconteceu; e isto era algo que podemos saber de outro modo, de um evento físico”⁴⁴⁰). E se quisermos uma maior exatidão devemos indagar “*temos um critério [fiscalista] para isso?*”⁴⁴¹.

Podemos então concluir que a grande mudança que ocorre na filosofia de Wittgenstein no período de 1930-1931 é a constatação de que a memória não nos dá um acesso ao corte (para sempre) congelado do passado – como se olhássemos o passado por uma janela, do ponto de vista da eternidade. A memória não é um acesso, do ponto de vista da eternidade, a um passado atemporal (coisificado) – que nos proporcionaria os *protótipos lógicos*, que fixariam o sentido da linguagem. A memória será algo *no tempo*. Dito de outra forma: o tempo da memória não pode instituir um sistema primário, mas será (caso assim queiramos chamar) uma “estrutura” temporal parasitária do sentido e dos significados determinados de forma fiscalista (através dos critérios fiscalistas), no tempo homogêneo da física. O significado perene dessa mudança (como veremos ao analisar o ALP) é que a linguagem que fala das sensações será parasitária da linguagem fiscalista. Em outros termos: a memória não poderá ser a última corte de apelação do sentido (e da exatidão das descrições da experiência imediata). Ela será apenas um guardião mais ou menos confiável do passado.

4.1.2. A crítica final à dimensão metafísica do mobilismo heraclítico

Para que possamos situar o problema que será abordado nesta seção, vejamos, de maneira extremamente breve, o percurso que as considerações de Wittgenstein sobre o tempo perfazem de 1929 até o PS.

O modo como Wittgenstein irá tematizar inicialmente o tempo, em 1929-1930, é através da localização de um duplo estatuto – que concede ao tempo um caráter bastante

⁴⁴⁰ MS 108, p. 33 / PB, §49 / BT, §105, p. 363.

⁴⁴¹ Cf. PS, p. 320. (Grifos do autor).

paradoxal. O tempo fenomenológico é um presente atemporal, no qual há um constante fluxo. Segundo Wittgenstein, em dezembro de 1929, esse caráter de fluxo (tão comum na psicologia empírica do início do século XX – como podemos notar em William James) não deve ser confundido com o deslizamento do *filme* sob *a luz do presente*.

Como nos lembra Wittgenstein:

O sentimento que temos é que o presente desaparece no passado sem que possamos evitar isso. E aqui estamos obviamente usando a imagem de uma película cinematográfica que constantemente passa por nós, sem que possamos pará-la. Mas isso é claramente apenas resultado do mau emprego da imagem: não podemos dizer “o tempo flui” se pelo tempo queremos dizer a possibilidade do movimento.

O que estamos olhando aqui é a possibilidade do movimento: e assim a forma lógica do movimento.⁴⁴²

O tratamento do fluxo temporal como um filme que desliza continuamente movendo-se rumo ao passado (como visto na seção 1.1.4.) pode ser atribuído a Russell, no seu tratamento da metáfora do projetor, no qual a prioridade ontológica encontra-se invertida, em relação ao tratamento de Wittgenstein. Para Russell, o filme é a realidade.⁴⁴³

Porém, mesmo que tenhamos o cuidado de não cair na ilusão causada pela má aplicação do símile do tempo como um rio que flui constantemente rumo ao passado (no qual confundiríamos o movimento com a possibilidade do movimento – concebendo o tempo como algo que flui no tempo), ainda assim haveria a ideia de um *fluxo primário*, que Wittgenstein atribui à essência do mundo. Esse fluxo seria o movimento das imagens *na tela* (sendo o tempo primário a forma lógica desse movimento). A ideia de que o dito heraclítico pertence à essência do mundo é expressa na seguinte passagem do MS 108:

Pois o que pertence à essência do mundo simplesmente não pode ser *dito*. Por essa razão não se pode *dizer* que tudo flui. A linguagem pode apenas dizer aquelas coisas que podemos imaginar o contrário.⁴⁴⁴

⁴⁴² MS 108, pp. 32-33 / PB, §52. (“Das Gefühl ist nämlich, daß die Gegenwart in die Vergangenheit schwindet, ohne daß wir es hindern können. Und hier bedienen wir uns doch offenbar des Bildes eines Streifens, der sich unaufhörlich an uns vorbeibewegt und den wir nicht aufhalten können. Aber es ist natürlich ebenso klar, daß das Bild mißbraucht ist. Daß man nicht sagen kann, "die Zeit fließt", wenn man mit "Zeit" die Möglichkeit der Veränderung meint. / Was wir hier betrachten, ist eigentlich die Möglichkeit der Bewegung. Also die logische Form der Bewegung”).

⁴⁴³ E não esqueçamos que podemos interpretar a concessão de uma *ainda existência* ao passado – decorrente da igualdade ontológica sincrônica de todos os eventos no tempo físico (no filme) – como aquilo que permite à memória a bipolaridade, tornando-a logicamente independente do passado; abrindo espaço para a forma radical de ceticismo do passado em Russell.

⁴⁴⁴ MS, 108, p. 1 / PB, §54. (Grifo do autor). (“Was zum Wesen der Welt gehört, kann die Sprache nicht ausdrücken. Daher kann sie nicht *sagen*, daß alles fließt. Nur was wir uns auch anders vorstellen können, kann die Sprache sagen”).

De acordo com o método filosófico inicial de Wittgenstein (da filosofia como *análise lógica* da linguagem), a estrutura temporal desse constante fluxo deveria poder ser expressa no simbolismo perspicuo de uma linguagem isomórfica à realidade fenomênica. Mas é justamente esse traço temporal que escapa à linguagem e veta o projeto de construção da linguagem fenomenológica (pondo fim à ideia de uma análise *completa* da linguagem). Mesmo assim, Wittgenstein não abandona a ideia de que esse fluxo essencial seria de algum modo expresso:

Que tudo flui deve ser expresso na aplicação da linguagem e, de fato, não em um tipo de aplicação em oposição a outro, mas na aplicação. Em qualquer coisa que possa ser chamado de aplicação da linguagem.⁴⁴⁵

O que é crucial notar é que, no início de 1930 (como sugerem essas duas citações do MS 108), Wittgenstein ainda atribui uma dimensão *positiva* à ideia de fluxo temporal, situando o fluxo como algo que pertence à *essência do mundo*. O que tenho em vista, nesta seção, é mostrar que, a partir do PS, a ideia de que “tudo flui” perderá essa dimensão positiva (indizível, como algo que poderia apenas ser expresso pela aplicação da linguagem) e passará a ter um tratamento exclusivamente *negativo* – como fruto de falsas analogias (sendo uma das principais falsas analogias o tratamento do passado como uma imagem material que, constantemente, distancia-se do presente). Isso nos levará à seguinte indagação (que buscarei responder ao final desta seção): qual é a diferença (se é que há alguma) entre a crítica de 1929 da ideia de que “tudo flui”, como fruto da má aplicação do símile do projetor, e a crítica do PS, do sentimento de que “tudo flui”, como decorrente da falsa analogia do passado como uma imagem material (na qual a memória seria incapaz de reter o fluxo das imagens que desapareceriam no passado)? Caso não haja diferença, o próprio Wittgenstein teria sido, em 1929-1930, vítima do tratamento equivocado da metáfora do projetor, denunciada por ele nesse mesmo período?⁴⁴⁶

As respostas dessas indagações podem ser alcançadas através da distinção entre um nível *empírico* e um nível *metafísico* da crítica de Wittgenstein ao mobilismo heraclítico. No nível *empírico*, o sentimento de que tudo flui decorreria da confusão entre o estatuto ontológico dos sistemas primário e secundário. Esse é o caso que

⁴⁴⁵ MS 108, p. 1 / PB, §54. (“Daß alles fließt, muß in der Anwendung der Sprache ausgedrückt sein, und zwar nicht in einer Anwendungsart, im Gegensatz zu einer andern, sondern in der Anwendung. In dem, was wir überhaupt die Anwendung der Sprache nennen”).

⁴⁴⁶ Cf. MS 108, pp. 32-33 / PB, §52.

atribuímos à Russell (no capítulo 1.1.4.), no tratamento dado por ele à metáfora do projetor.⁴⁴⁷ Para Russell, a verdade por detrás da metáfora bergsoniana é que a maneira como o filme corre sob a luz do projetor (causando a ilusão de movimento na tela) seria o modo como os objetos físicos, compostos por corpúsculos-temporais de menor duração, nos levariam à ideia de que as coisas persistem no mundo.⁴⁴⁸ É esse tipo de equívoco que seria o alvo da crítica de Wittgenstein, em 1929:

E aqui estamos obviamente usando a imagem de uma película cinematográfica que constantemente passa por nós, sem que possamos pará-la. Mas isso é claramente apenas resultado do mau emprego da imagem: não podemos dizer “o tempo flui” se pelo tempo queremos dizer a possibilidade do movimento.⁴⁴⁹

Ou seja, para Wittgenstein, esse tratamento do fluxo temporal seria o equívoco entre o âmbito normativo e o empírico, no qual atribuímos ao tempo (que é a forma lógica do movimento) a característica (empírica) de ser algo que flui no próprio tempo.

Porém, a filosofia de Wittgenstein, em 1929-1930, estaria sujeita a um nível mais pernicioso da ilusão filosófica de que “tudo flui”. Ao atribuir o fluxo à essência do mundo, Wittgenstein distancia-se do nível *empírico* da ilusão de que “tudo flui” (como o correr do filme), mas sucumbe ao tratamento *metafísico* desse mito filosófico. O fluxo heraclítico não seria o correr do filme rumo ao passado, mas a forma como as imagens *na tela* nos são dadas. É nesse tempo da tela (do mundo primário) que a memória seria a fonte do tempo – como condição de possibilidade do fluxo. E será contra o âmago dessa concepção *metafísica* de fluxo temporal que incidirá a crítica do PS.

Em 1929, a crítica ao tratamento do “tudo flui” como a má aplicação da metáfora do projetor visava desfazer um tratamento *empírico* do fluxo temporal da realidade (no qual se atribui ao filme o estatuto da realidade). Nesse caso, Wittgenstein teria como alvo alguns autores da psicologia empírica do início do século XX (sendo que poderíamos incluir aqui o tratamento dado por Russell, a partir do modo como interpreta a metáfora do projetor no UCM). Wittgenstein não seria vítima dessa forma de equívoco em 1929-1930. Porém, Wittgenstein teria sucumbido, em 1929-1930, ao tratamento *metafísico* dessa ideia de fluxo. O fluxo seria tratado como a forma lógica temporal da realidade (da *tela*), que determinaria a forma temporal da linguagem – semelhantemente às estruturas *a priori* que fixam a multiplicidade lógica dos espaços de

⁴⁴⁷ Cf. UCM, pp. 99-100. (Reeditado em ML).

⁴⁴⁸ Cf. UCM, pp. 99-100.

⁴⁴⁹ MS 108, pp. 32-33 / PB, §52.

possibilidades, determinando o horizonte intencional da linguagem. E é a gênese dessa concepção *metafísica* do fluxo heraclítico que será o alvo da crítica do PS.

Assim, podemos dizer que Wittgenstein, no PS, também visa criticar a ideia do passado como uma imagem material (um objeto), que cada vez ficaria mais inacessível, ao fluir rumo ao passado. Porém, o problema aqui não é a mera má utilização da metáfora do projetor, no qual há a inversão do estatuto ontológico do filme e da tela, mas a ilusão *metafísica* de um fluxo *essencial* da realidade (*da tela*), na qual supomos a existência de uma *imagem material* da vivência passada (que subsistiria no passado, *na ordem do tempo primário*).

5. A autonomia e a temporalização da gramática

O fio condutor inicial de nossas análises neste 5º capítulo será o estudo do significado da falsa analogia do passado como uma *imagem material*, que nos permitirá notar como essa falsa analogia pode ser interpretada, no BT, como uma confusão entre as gramáticas de *vivência* (*Erlebniss*) e *coisa* (*Ding*). Essa confusão temporal/gramatical estaria expressa, principalmente, no tratamento das representações (*Vorstellungen*) como imagens (*Bilder*). A dimensão temporal desta confusão se faz visível no modo como a crítica ao passado como uma *imagem material* estaria diretamente relacionada à ideia do presente como *corte* no fluxo das *vivências*, pois, nesse caso, o passado seria tratado como a *imagem* preservada do corte. A importância desse tópico será aqui notada posteriormente (no capítulo 6), através da localização dos desdobramentos dessas análises nas seções das PU sobre a impossibilidade de uma linguagem privada, em que o autor afirma, por exemplo: “[a] representação da dor [*die Vorstellung des Schmerzes*] certamente entra em algum sentido dentro do jogo de linguagem; mas não como uma imagem [*Bild*]”.⁴⁵⁰ Logo em seguida, na seção 301 das PU, ele pontua que “[u]ma representação [*Vorstellung*] não é uma imagem [*Bild*]”.⁴⁵¹

À luz das análises sobre o tempo do início da década de trinta, poderemos interpretar essas passagens das PU como o desdobramento da crítica ao presente como um corte no fluxo da experiência e do passado como uma imagem material preservada desse corte. É essa concepção, na qual uma vivência é tratada como uma *coisa* (um objeto físico), que estaria na base da suposição da possibilidade de uma linguagem privada (que utiliza o modelo objeto/designação para as sensações). Pensa-se possível a linguagem privada através da suposição de que as representações seriam objetos passíveis de nomeação. A importância do PS, é que ele nos oferece a chave de leitura para conectar a crítica da coisificação da experiência imediata no BT à crítica da memória como *fonte do conhecimento e da identidade* (nos sendo, assim, central à compreensão do argumento da linguagem privada, pelo ponto de vista do temporal).

Os estudos que relacionarão os textos do início da década de trinta à filosofia tardia de Wittgenstein se bifurcarão, neste 5º capítulo, em duas vias: uma *via negativa* e

⁴⁵⁰ PU, §300. (“Wohl tritt die Vorstellung des Schmerzes in einem Sinn ins Sprachspiel ein; nur nicht als Bild”).

⁴⁵¹ PU, §301. (“Eine Vorstellung ist kein Bild”).

uma *via positiva*. A *via negativa* revelará como, segundo Wittgenstein, a linguagem *não é*. O cerne deste viés é a constatação (em 1930-1931) de que, uma vez desfeita a falsa analogia do passado como imagem material, abandona-se a ideia de que a realidade fenomênica possa determinar a forma lógica, que seria a essência da linguagem. De acordo com nossas análises, essa via negativa culminará na crítica à possibilidade de uma linguagem privada (expressa, principalmente, a partir de 1936 nas LSD e, posteriormente, nas PU). Utilizaremos como chave de leitura dessa crítica a mudança no tratamento da memória entre 1929-1931, que abordaremos mais profundamente no final deste capítulo 5.

A *via positiva*, por sua vez, expressa como a linguagem será pensada após o abandono da distinção entre hipótese e proposição genuína. Esse abandono (decorrente da constatação expressa na via negativa) forçará o autor a repensar as categorias modais de necessidade e contingência, pois a sintaxe da linguagem não mais será determinada (em última instância – no âmbito das proposições genuínas) pela realidade (pela multiplicidade e a forma lógica dos espaços de possibilidades). Essa mudança o levará a pensar a relação entre *regra* e *proposição* a partir de uma compreensão fragmentada da linguagem (em diferentes *jogos de linguagem* – sem o pressuposto de uma essência comum às linguagens), na qual as ideias de aprendizado e acordo ganham proeminência.

5.1. O abandono da realidade e da proposição como cortes

5.1.1. A falsa analogia de um “Es” (“isso”) indizível no BT

Na seção 101 do BT, intitulada “*Die Darstellung des unmittelbar Wahrgenommenen*”,⁴⁵² Wittgenstein escreve: “[é] correto dizer: minha imagem visual é tão complicada que é impossível descrevê-la completamente? Está é uma questão muito fundamental”.⁴⁵³ O caráter fundamental da questão sobre a possibilidade de uma descrição completa do campo visual pode ser localizado na centralidade que a ideia de tal descrição tinha para o método filosófico de Wittgenstein, em 1929-1930. Caso tal descrição completa não fosse possível, não apenas o método de Wittgenstein sofreria um duro golpe (a análise completa da linguagem como a construção de uma linguagem fenomenológica), mas também um dos pressupostos básicos de sua filosofia teria de ser revisto. Em fevereiro de 1929, o autor explicita esse pressuposto no MS 106:

Se uma proposição deve ter um sentido definido (e sem isso ela seria um contra-senso [*unsinnig*]), ela deve abarcar [*erfassen*] completamente – cobrir totalmente [*ganz übersehen*] – seu sentido (...).⁴⁵⁴

A ideia de que o sentido da proposição deveria ser *bestimmt* (definido, preciso, exato...) era a concepção de que a proposição deveria abarcar completamente (*ganz*) o seu sentido. Essa ideia era de tal modo central à concepção de proposição em 1929, que a recusa dessa completude do sentido era tratada pelo autor como algo *absurdo* (*unsinnig*).

Por esse viés, a importância dada à questão levantada no BT é que, caso a imagem visual fosse tão complicada que vetasse a possibilidade de uma descrição completa (*ganz*), a proposição que descreve essa imagem visual não abarcaria completamente (*ganz erfassen*) (ou não cobriria completamente (*ganz übersehen*)) o seu sentido. Dito de outro modo: o sentido da proposição não seria plenamente determinado.

A estratégia de Wittgenstein, no BT §101, é mostrar que essa indagação acerca da possibilidade de uma descrição completa (quer sua resposta seja afirmativa ou

⁴⁵² BT, §101, pp. 347-350. (“A Representação do que é Imediatamente Percebido”).

⁴⁵³ MS 110, p. 258 / BT, §101, p. 348 (de 2 de julho de 1931). (“Ist es richtig zu sagen: Mein Gesichtsbild ist so kompliziert, es ist unmöglich, es ganz zu beschreiben? Dies ist eine sehr fundamentale Frage”).

⁴⁵⁴ MS 106, p. 204 / PB, §122. (“Wenn ein Satz einen bestimmten Sinn haben soll (und sonst ist er unsinnig) so muß er seinen Sinn ganz erfassen — ganz übersehen (...”).

negativa) repousa sobre uma *falsa analogia*. A importância dessa falsa analogia é que, por meio dela, traçaremos a conexão entre BT e o PS (na seção 5.1.3.), aprofundando a dimensão temporal das discussões presentes no BT (que exploraremos na seção 5.1.2.) e mostrando a pertinência de nossas análises anteriores sobre a memória. O caráter “terapêutico” da estratégia de Wittgenstein se revela no modo como ele recua diante da primeira indagação, colocando uma segunda, ainda mais fundamental:

Poderia eu reconhecer a minha imagem visual “em todos os seus detalhes”? Ou melhor, essa questão tem algum sentido?⁴⁵⁵

A suposição de que a imagem visual seria demasiadamente complicada para que a pudéssemos descrever encontra-se diretamente conectada à questão do reconhecimento (*wiedererkennen*) da imagem visual em todos os seus detalhes. Em termos mais precisos (pois esse é o ponto central do problema): a ideia de que a imagem visual seria demasiadamente complicada, para que a pudéssemos descrever, parte da concepção de que poderíamos *reconhecer* a imagem visual em todos os seus detalhes, porém, a linguagem falharia em alcançar tal grau de exatidão. A falsa analogia a ser localizada é o fundamento dessa suposição de que podemos *reconhecer* a imagem visual em todos os seus detalhes. Assim, uma questão que se torna central para a localização da falsa analogia é: “[c]omo é dado esse ‘isso’ [*Es*] que eu não sei como descrever?”.⁴⁵⁶ O “*Es*” seria o resíduo indizível da experiência imediata, que, de algum modo, nos seria dado. Mas “[é] esse ‘isso’ [*Es*] já articulado, e a única dificuldade é representá-lo em palavras, ou deve ele esperar ainda sua articulação?”⁴⁵⁷

Há uma gênese comum para a ideia *i*) de que seria possível o reconhecimento da imagem visual *em todos os seus detalhes* e que a linguagem daria conta dessa complexidade (tese esta sustentada no início de 1929) e *ii*) a de que seria possível o

⁴⁵⁵ MS 110, p. 261 / BT, §101, p. 349. (“Könnte ich denn das Gesichtsbild ”mit allen Einzelheiten“ wiedererkennen? Oder vielmehr, hat diese Frage überhaupt einen Sinn?”). As aspas aqui utilizadas no termo “terapêutico” visam indicar que, embora eu interprete os esforços de Wittgenstein, primariamente, como a busca por desfazer falsas analogias e confusões conceituais, não estaria inclinado a reduzir a sua filosofia a uma terapia, puramente negativa. Como veremos no final deste capítulo, parece-me haver uma *via positiva* que parte do período de 1929-1930 e se estende por toda a filosofia tardia do autor. Além disso, mesmo o viés “terapêutico” aqui explorado não seria suficientemente *terapêutico* para que fosse assim chamado pelas correntes pós-modernas de análise da obra de Wittgenstein.

⁴⁵⁶ MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348. (“Wie ist denn das Es gegeben, das ich nicht zu beschreiben weiß?”). Traduzirei o pronome pessoal neutro “*Es*” pelo pronome demonstrativo “isso”, visto que não temos um equivalente em português, que permita uma tradução que preserve o sentido original da frase. Na tradução em inglês de Luckhardt e Maximilian o “*Es*” é traduzido por “*it*”. Utilizo o “isso” para que possamos, posteriormente, diferenciá-lo do “isto” – o “*this*” que seria o único nome próprio genuíno, para Russell.

⁴⁵⁷ MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348. (“Ist dieses Es schon artikuliert, und die Schwierigkeit nur es in Worten darzustellen, oder soll es noch auf seine Artikulation warten?”).

reconhecimento da imagem visual *em todos os seus detalhes*, mas que a linguagem falharia em dar conta dessa complexidade (tematizada nesse trecho do BT, §101). A gênese comum é a suposição de que a imagem visual me é dada de tal modo que reconheço a imagem visual *em todos os seus detalhes*. Wittgenstein expressa o ponto em comum entre a possibilidade e a impossibilidade de uma descrição completa, ao afirmar que:

Se dissermos que não podemos descrever essa cor de modo mais exato em palavras, então estamos (sempre) pensando na possibilidade de tal descrição (do contrário, certamente, a expressão “descrição exata” não teria sentido) (...).⁴⁵⁸

O trecho mostra que a suposição da impossibilidade de uma “descrição exata” (“*genaue Beschreibung*”) da cor estaria fundada na suposição de que uma gradação determinada da cor foi dada e que a linguagem falharia em alcançar essa determinação. Nesse caso, supõe-se que a expressão “descrição exata” teria sentido, porém que a linguagem ficaria aquém dessa exatidão almejada. Com essa gênese comum, podemos concluir que ao cair por terra a ideia de uma descrição que não alcance a complexidade da realidade que nos é dada, abandonar-se-ia também a ideia de que uma descrição pudesse dar conta da complexidade da realidade que nos é dada.

A falsa analogia que se encontra na base da suposição da possibilidade (ou da impossibilidade) de uma descrição completamente exata da experiência imediata pode ser encontrada no seguinte trecho:

Uma das analogias mais perigosas é a entre o campo de visão e uma superfície pintada (ou – que ao final leva à mesma coisa – um modelo colorido tridimensional). Isto se conecta com: posso eu reconhecer minha imagem visual ‘em todos os seus detalhes’?⁴⁵⁹

Um modo de interpretar a conexão aludida no trecho é tomar a suposição do reconhecimento da imagem visual (*Gesichtsbild*) em todos os seus detalhes como algo que *decorre* do tratamento do campo de visão (*Gesichtsfeld*) como uma superfície pintada (*gemalten Fläche*) – ou como um modelo colorido tridimensional. Em ambos os casos (da superfície pintada ou do modelo colorido tridimensional), trata-se um *dado imediato* (a imagem visual) como uma *coisa* (uma imagem pintada). É essa *coisificação* dos dados imediatos que levaria à suposição da possibilidade de uma descrição

⁴⁵⁸ MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 349. (“Wenn man sagt, man könnte diese Farbe nicht mit Worten genauer beschreiben, so denkt man (immer) an eine Möglichkeit einer solchen Beschreibung (freilich, denn sonst hätte der Ausdruck ”genaue Beschreibung“ keinen Sinn) (...)).

⁴⁵⁹ MS 110, p. 261 / BT, §101, p. 349. (“Einer der gefährlichsten Vergleiche ist der des Gesichtsfelds mit einer gemalten Fläche (oder, was auf dasselbe hinauskommt, einem farbigen räumlichen Modell). Hiermit hängt es zusammen: Könnte ich denn das Gesichtsbild ‘mit allen Einzelheiten’ wiedererkennen?”).

completa, pois (como veremos a seguir) supomos ser possível tomar esse *objeto* como *critério* para a exatidão da descrição – poderíamos nos deter sobre ele e observar os seus detalhes.

A crítica de Wittgenstein nestas seções do BT terá como foco essa coisificação dos dados imediatos, que, supostamente, nos propiciaria um critério a partir do qual poderíamos falar de uma *exatidão completa*. O autor expressa sua crítica da seguinte maneira: “[m]inha imagem visual [*Gesichtsbild*] não é uma imagem pintada [*gemaltes Bild*], ou um corte da natureza [*Ausschnitt der Natur*], que eu vejo, e que poderia examinar mais de perto”.⁴⁶⁰ O tratamento da *imagem visual* (*Gesichtsbild*) como uma *imagem pintada* (*gemaltes Bild*) levaria à suposição da possibilidade de uma exatidão completa da descrição do campo de visão, pois, aparentemente, seria possível deter-se sobre a *coisa* em questão (a *gemaltes Bild*) e, assim, investigar a imagem visual “mais de perto” – em todos os seus detalhes. Essa investigação nos mostraria a complexidade (o “*Es*”), que escapa à linguagem.

A conclusão que Wittgenstein retira dos trechos aqui citados do BT 101 pode ser resumida na seguinte sequência:

Se dissermos que não se poderia descrever completamente a imagem visual, queremos dizer que não podemos dar nenhuma descrição que poderia ser utilizada para a reprodução exata da imagem visual.

Mas o que quer dizer aqui “reprodução exata”? Aqui está novamente uma falsa imagem em seu fundamento.

Qual é o critério para uma reprodução exata?

Não podemos falar de uma imagem visual *para além* do alcance de nossa linguagem. E nem podemos *querer dizer* (pensar) além do alcance da linguagem. (Não podemos querer dizer mais do que podemos dizer).⁴⁶¹

O primeiro elemento a ser notado é que a frase inicial pode ser relacionada (mesmo que de forma indireta) à concepção de linguagem que Wittgenstein desenvolve no início de 1930: “[s]e pensarmos a proposição como uma instrução para fazer modelos, a sua natureza pictórica torna-se mais clara”.⁴⁶² A ideia da proposição como uma instrução para a construção de um modelo poderia ser aproximada da ideia de uma

⁴⁶⁰ MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348. (“Mein Gesichtsbild ist ja kein gemaltes Bild, oder der Ausschnitt der Natur den ich sehe, daß ich es näher untersuchen könnte”).

⁴⁶¹ MS 110, pp. 260-261 / BT, §101, p. 349. (Grifos do autor). (“Wenn man sagt, man könne das Gesichtsbild nicht ganz beschreiben, meint man, man kann keine Beschreibung geben, nach der man sich dieses Gesichtsbild genau reproduzieren könnte. / Aber was heißt hier ”genaue Reproduktion“? Hier liegt selbst wieder ein falsches Bild zu Grunde. / Was ist das Kriterium der genauen Reproduktion? / Wir können von dem Gesichtsbild nicht *weiter* reden, als unsere Sprache jetzt reicht. Und auch nicht *weiter meinen* (denken), als unsere Sprache reicht. (Nicht mehr meinen, als wir sagen können.)”).

⁴⁶² MS 108, p. 58 / PB, §10 (de 3 de janeiro de 1930). (“Wenn man die Sätze als Vorschriften auffaßt, um Modelle zu bilden, wird ihre Bildhaftigkeit noch deutlicher”).

descrição da imagem visual como uma descrição para alguém construir uma reprodução da imagem visual. Por esse viés, a frase inicial afirmaria que a impossibilidade de descrever completamente a imagem visual seria semelhante ao caso no qual não seria possível dar a alguém uma instrução, que tivesse a mesma multiplicidade que a imagem visual almejada. Isso, por sua vez, sinalizaria um profundo afastamento em relação à posição defendida por Wittgenstein no MS 108, no qual afirma (em trecho já analisado) que: “(...) para a expressão poder guiar a minha mão, ela *deve* ter a mesma multiplicidade que as ações desejadas”.⁴⁶³ No paralelo aqui traçado, a ação desejada seria a reprodução da imagem visual, sendo que essa imagem visual almejada teria uma multiplicidade maior que a instrução que guiaria a construção de sua reprodução (pois haveria uma complexidade – o “*Es*” – que a linguagem não conseguiria dar conta).

A sequência do trecho do MS 110 sugere que essa ideia da impossibilidade de dar instruções para reprodução completamente exata da imagem visual seria algo baseado em uma falsa analogia. A falsa analogia em questão (como já visto) é o tratamento da *imagem visual* como uma *imagem pintada*. Esse tratamento do fenômeno como *coisa* (que poderíamos ver e examinar mais de perto) levaria à suposição de que a linguagem poderia falhar em dar conta de todos os detalhes da realidade. Esses detalhes seriam indizíveis, porém nos seriam dados na experiência imediata.

Logo na sequência (no trecho acima citado), Wittgenstein levanta a seguinte indagação: “qual é o critério para uma reprodução exata?” Um modo de interpretar essa passagem é tomá-la como uma indagação retórica que visa sinalizar que, neste caso, não teríamos um critério (*Kriterium*) para a reprodução exata. Supõe-se haver um critério, ao se tratar a imagem visual como um *objeto* (uma imagem pintada, ou como um modelo tridimensional). Nesse caso, não teríamos uma descrição completamente exata da experiência imediata, mas suporíamos a possibilidade de determinar o quão aquém da complexidade da realidade a linguagem ficou – usando, assim, a imagem pintada (*gemaltes Bild*) da imagem visual (*Gesichtsbild*) como critério para a descrição dos fenômenos. Caso pensemos no exemplo dado por Wittgenstein da cor, ao tomarmos a *Gesichtsbild* da cor como uma *gemaltes Bild*, supomos que a realidade *em todos os seus detalhes* estaria ali preservada, determinando a *gradação exata* da cor a ser descrita (ou seja, as suas exatas dimensões de possibilidades). Supomos, então, ser possível usar

⁴⁶³ MS 108, p. 58 / PB, §10 (de 3 de janeiro de 1930). (Grifo do autor) (“Denn damit das Wort meine Hand lenken kann *muß* es die Mannigfaltigkeit der gewünschten Tätigkeit haben”).

essa *gemaltes Bild* da cor, como um critério para a determinação da exatidão (ou inexatidão) da descrição da cor.

Contrariamente a essa suposição da existência de um critério para a descrição fenomenológica em todos os seus detalhes, Wittgenstein recorre à tese de uma *universalidade da linguagem*. Não podemos querer dizer (*meinen*), ou pensar (*denken*), algo que se encontra para além dos limites da linguagem. Em outros termos: não há nenhum “*Es*” que escapa à linguagem, pois não podemos *falar* de uma imagem visual para além do alcance da própria linguagem.

Um elemento importante a ser notado é que na ideia de um “*Es*” que escapa à linguagem não está em questão a possibilidade ou impossibilidade de dizer verdades necessárias – que estariam *para além* dos limites circunscritos pela bipolaridade. A questão aqui presente é saber se a realidade nos é dada de tal modo que a sua forma e multiplicidade lógica poderiam determinar um critério de exatidão, a partir do qual faria sentido falar de uma *exatidão completa* da linguagem que descreve a experiência. O que leva à ideia de que a linguagem não alcançaria a exatidão e a complexidade do modo como a realidade nos é dada é a suposição (decorrente da falsa analogia) de que, caso pudessemos investigar suficientemente a imagem visual *mais de perto*, deveríamos ser capazes de descrever isso que nos seria dado. Essas proposições não seriam verdades necessárias, mas proposições contingentes (que seriam isomórficas à realidade). Mas essa ideia, da *impossibilidade* da linguagem alcançar todos os detalhes da experiência imediata, não difere essencialmente da posição que sustenta a sua *possibilidade* (como o fez Wittgenstein, de modo direto, em 1929, através da linguagem fenomenológica, e em 1930, de maneira mais modesta, através da distinção entre hipótese e proposição genuína). Tanto a afirmação quanto a negação da possibilidade de uma descrição exata da experiência imediata supõem que a expressão “descrição exata” (*genaue Beschreibung*), nesses contextos, tenha sentido.

Veremos, na seção seguinte, a dimensão temporal dessa falsa analogia, que Wittgenstein expressa, principalmente, no BT § 102. A partir dessa análise da pertinência do tempo poderemos traçar as conexões entre o BT e o PS (na seção 5.1.3.).

5.1.2. A dimensão temporal da coisificação da experiência imediata no BT

Wittgenstein inicia a seção 102 do BT, intitulada “*Die Erfahrung im gegenwärtigen Moment, die eigentliche Realität*”,⁴⁶⁴ com uma afirmação de julho de 1931, que poderemos tomar como o epítome temporal da ruptura pela qual sua filosofia passou no período de 1930-1931:

O que temos de abandonar é a visão de que, para falarmos sobre o imediato [Unmittelbaren], nós devemos falar sobre um estado [Zustand] em um momento no tempo [Zeitmoment].⁴⁶⁵

A concepção a ser abandonada (de que para falarmos da experiência imediata devemos falar de um estado em um momento do tempo (*Zustand in einem Zeitmoment*)) expressaria a dimensão temporal da falsa analogia (abordada na seção anterior) da coisificação dos fenômenos. Em resumo, a tese que buscarei expor ao longo desta seção é que, a coisificação dos fenômenos (o tratamento da imagem visual (*Gesichtsbild*) como imagem pintada (*gemaltes Bild*)) seria a concepção da realidade imediata como um *estado em um momento do tempo*. Esse paralelo pode ser alcançado através da ideia de que o estado em um momento do tempo seria “o corte da natureza” (*der Ausschnitt der Natur*), que coisifica o fenômeno – nos levando à suposição da possibilidade de um critério para a exatidão da descrição plenamente determinada da experiência imediata.

Para que possamos traçar esses paralelos é necessário notarmos, primeiramente, como Wittgenstein conecta o trecho citado à gênese do solipsismo instantaneísta. Isso nos permitirá compreender em que sentido o próprio Wittgenstein foi vítima desta mesma ilusão – abrindo caminho para que possamos conectar essas discussões do BT às conclusões que extraímos do PS. Além disso, poderemos notar, a partir dessas ideias, como as falsas analogias aqui abordadas seriam o pano de fundo (ontológico) da ideia de proposição como *corte* (*Schnitt*) (que expressaria a dimensão ainda pictórica da compreensão de Wittgenstein da essência da proposição e seu comprometimento com a plena determinação do sentido, no período de 1929-1930).

Vejamos, então, a citação completa do trecho inicial, que abre a seção 102 do BT:

O que temos de abandonar é a visão de que, para falarmos sobre o imediato, nós devemos falar sobre um estado em um momento no tempo. Essa visão é expressa ao se dizer: “tudo que a mim é dado é a imagem visual e os dados do sentido, assim como a memória, no momento presente”. Isso é um contrassenso; pois o que quer dizer o “momento presente”? Essa imagem é baseada na imagem fiscalista, a se dizer, de um fluxo da experiência que agora corto

⁴⁶⁴ BT, §102, pp. 351-353. (“A experiência no momento presente, a efetiva realidade”).

⁴⁶⁵ MS 111, p. 5 / BT, §102, p. 352 (de 7 de julho de 1931). (“Es ist nämlich die Anschauung aufzugeben, daß, um vom Unmittelbaren zu reden, wir von dem Zustand in einem Zeitmoment reden müßten”).

transversalmente em um ponto. / Aqui há uma tendência e um erro como no idealismo (ou solipsismo).⁴⁶⁶

Há vários elementos que devem ser notados neste trecho. O primeiro deles é que, para o autor, a tese criticada (de que para falar do imediato devemos falar de um estado em um momento do tempo) seria algo expresso na redução da realidade fenomênica (de tudo que nos é dado) ao momento presente (*gegenwärtigen Augenblick*). Ao dizermos que tudo que nos é dado é a *imagem visual*, os *dados do sentido* e a *memória* seríamos levados à tese de que para falarmos do imediato devemos falar de um estado em um momento do tempo. (Abordaremos a importância da memória, nessa redução, na seção seguinte).

A primeira crítica que Wittgenstein faz à redução da realidade fenomênica ao momento presente é a *retomada* da crítica do MS 108, de que: “‘presente’ não seria usado aqui para distingui-lo do passado e do futuro. E, assim, seria um epíteto sem sentido”.⁴⁶⁷ Porém, em 1929, a redução da realidade à experiência presente (que continha a *verdade* do solipsismo) era tomada pelo autor como algo indizível, *por pertencer à essência do mundo*.⁴⁶⁸ Era esse caráter essencial que vetava a possibilidade de expressar tal verdade. Com isso, embora o termo “presente”, na afirmação “apenas a experiência presente tem realidade” seria um “epíteto sem sentido” (*bedeutungsloses Beiwort*), isso não excluía a dimensão *positiva* que a redução da realidade à experiência presente tinha para Wittgenstein.

Embora Wittgenstein utilize no BT §102 a ideia de que seria um contrassenso (*Unsinn*) a expressão “momento presente” (na redução da realidade ao momento presente), aproximando-se da crítica presente no MS 108, o sentido dessas duas críticas *não* será o mesmo. Em dezembro de 1929, Wittgenstein adotava uma postura *positiva*

⁴⁶⁶ MS 111, p. 5 / BT, §102, p. 352 (de 7 de julho de 1931) (“Es ist nämlich die Anschauung aufzugeben, daß, um vom Unmittelbaren zu reden, wir von dem Zustand in einem Zeitmoment reden müßten. Diese Anschauung ist darin ausgedrückt, wenn man sagt: ‘alles, was uns gegeben ist, ist das Gesichtsbild und die Daten der übrigen Sinne, sowie die Erinnerung, in dem gegenwärtigen Augenblick’. Das ist Unsinn; denn was meint man mit dem ‘gegenwärtigen Augenblick’? Dieser Vorstellung liegt vielmehr schon ein physikalisches Bild zu Grunde, nämlich das vom Strom der Erlebnisse, den ich nun in einem Punkt quer durchschneide. Es liegt hier eine ähnliche Tendenz und ein ähnlicher Fehler vor, wie beim Idealismus (oder Solipsismus)”).

⁴⁶⁷ MS 108, p. 4 / PB, §54. (“(...) ‘gegenwärtig’ hier nicht zum Unterschied von vergangen und zukünftig gebraucht wird. Es ist also ein bedeutungsloses Beiwort”).

⁴⁶⁸ Cf. MS 108, p. 2 / PB, §54. De modo mais completo, a crítica que Wittgenstein faz em dezembro de 1929 é que: “A proposição que apenas a experiência presente tem realidade parece conter a última consequência do solipsismo. E em um sentido é assim; apenas o que isto pode dizer leva a tão pouco quanto o que pode ser dito pelo solipsismo. – Pois o que pertence à essência do mundo simplesmente não pode ser *dito*. E a filosofia, se ela pudesse dizer algo, deveria descrever a essência do mundo” (grifo do autor).

em relação ao caráter indizível do solipsismo instantaneísta, enquanto em julho de 1931, haverá apenas uma dimensão *negativa*. A determinação do caráter de contrassenso, em 1931, poderá ser tomada como o desvelamento da ilusão metafísica que acometeu o autor em 1929. Isso também torna evidente como essa primeira crítica (de que a expressão “momento presente” seria sem sentido ou um contrassenso), por si só, seria insuficiente contra o solipsismo instantaneísta, pois, em 1929, Wittgenstein utilizava crítica semelhante para salvaguardar a dimensão *positiva* dessa forma de solipsismo.

A segunda crítica, no trecho inicial do BT §102, é que “(...) essa imagem [para falarmos sobre o imediato, nós devemos falar sobre um estado em um momento no tempo] é baseada na imagem fisicalista (...) de um fluxo da experiência que agora corto transversalmente em um ponto”. Essa imagem (de um corte no fluxo da experiência) nos será extremamente importante, pois, a partir dela, localizaremos a gênese temporal da falsa analogia (e este também será o caminho pela qual conectaremos as análises do BT ao PS). Para a compreensão dessa passagem do BT §102, é crucial lembrarmos da possibilidade de localizar dois níveis da ilusão de que “tudo flui” (que explicitamos na seção 4.1.2.). O primeiro nível, que podemos chamar de “nível empírico”, é a compreensão de que a estrutura temporal do tempo físico (do *filme*) seria a estrutura temporal da realidade (como vimos na análise de Russell da metáfora do projetor de Bergson (no UCM, pp. 99-100)). O modo pelo qual Wittgenstein sucumbe ao mito heraclítico (em 1929-1930) não seria através da mera confusão entre o estatuto temporal do filme e o estatuto da tela, mas através da localização de um *fluxo essencial*, que seria a estrutura temporal *da tela*. Nesse caso, não estaríamos mais no nível *empírico* da ilusão de que “tudo flui”, mas no seu nível *metafísico*.

A importância da distinção entre esses dois níveis é que a crítica presente no trecho do BT §102 (acima citado) teria como alvo, não só o nível empírico do mito, mas também, seu nível metafísico. Essa ilusão de *segunda ordem* seria o tratamento dos dados imediatos (ou seja: da realidade que nos é dada *na tela*) como o *corte* no fluxo da experiência (*Strom der Erlebnisse*). O ato de cortar transversalmente (*durchschneide*) o fluxo da experiência (dando-nos o presente da experiência imediata – *na tela*) operaria a conversão da imagem visual em imagem pintada, ao nos dar um “corte da natureza” (*Ausschnitt der Natur*). É através dessa ilusão que o campo de visão (*Gesichtsfelds*) seria tomado como uma superfície pintada (*gemalten Fläche*) (ou como um modelo colorido tridimensional (*farbigen räumlichen Modell*)).

A pertinência da relação proposta entre esses trechos pode ser expressa ao notarmos como Wittgenstein estava preso (em 1929-1930) a essa concepção, em decorrência do modo como sustentou o verificacionismo (tendo em vista a manutenção do princípio da plena determinação do sentido). Segundo o autor, em 1º de dezembro de 1929: “[o] fluxo da vida [*der Strom des Lebens*], ou o fluxo do mundo flui [‘tudo flui’] e nossas proposições são verificadas apenas em instantes [*nur in Augenblicken verifiziert*]”⁴⁶⁹). Essa ideia de que as proposições são verificadas apenas em instantes (*nur in Augenblicken verifiziert*) supõe que a realidade que verifica a proposição nos seja dada, *em todos os seus detalhes*, no *piscar de olhos* (*Augenblick*) em que ocorre a verificação. Ou seja, para que fizesse sentido falarmos de uma *plena determinação do sentido da proposição*, a realidade que verifica a proposição teria de nos ser dada, *já em toda a sua completude*, também no instante (*Augenblick*) da verificação. Mas isso não implica que Wittgenstein estivesse comprometido com uma compreensão atomizada do tempo (do fluxo temporal como a sucessão de instantes puntiformes – como descreve Russell em sua análise do filme como a realidade). O fluxo da vida nos seria dado no *specious present*. Porém, a exigência de que a realidade que verifica a proposição nos seja dada, em sua totalidade, no *piscar de olhos* (*Augenblick*) da verificação, põe-se como um requisito da plena determinação do sentido. Isso, por sua vez, não reduz a verificação à comparação entre a proposição e o presente (como supõe, por exemplo, Denis Perrin), mas a reduz à comparação com o que nos *foi* dado no *instante presente* (podendo ser o *corte* que verifica a proposição algo que nos é dado pela *memória* – como a imagem preservada desse corte).⁴⁷⁰

Esse encaixe temporal instantâneo entre a proposição e o mundo era salvaguardado pelo autor através do duplo papel (ontológico e linguístico) da ideia de *corte*, em 1929-1930 (após o abandono da linguagem fenomenológica). A proposição genuína era “(...) um corte transversal [*ein Schnitt durch*] em um determinado lugar de uma hipótese”.⁴⁷¹ A realidade, por sua vez, também nos era dada na forma do *corte* de uma hipótese:

⁴⁶⁹ MS 107, p. 222 / PB, §48. (O adendo em colchetes “tudo flui” é de autoria de Wittgenstein). (“Der Strom des Lebens, oder der Strom der Welt, fließt dahin [,alles fließt] und unsere Sätze werden sozusagen nur [durch Augenblicke|in flashes|in Augenblicken] verifiziert”).

⁴⁷⁰ Sobre essa interpretação do verificacionismo, ver seção 2.3 desta tese. (“O problema da relação entre verificacionismo e memória como fonte do conhecimento”).

⁴⁷¹ MS 107, p. 283 / PB, §228. (“Ein Satz ist sozusagen ein Schnitt durch eine Hypothese in einem bestimmten Ort”).

Um objeto é similar a um corpo no espaço – os aspectos particulares são seções transversais [*Schnitte*] feitas quando cortamos através dele.⁴⁷²

A verificação poderia ocorrer em um *instante* (*Augenblick*), pois ela seria a comparação *imediate* entre o *corte* da hipótese, que é a proposição, e o *corte* da hipótese, que é o aspecto fenomênico (dado no fluxo temporal primário).

O que o BT nos revela (principalmente nas seções 101 e 102) é que tal concepção da relação entre linguagem e mundo seria apenas a consequência de uma falsa analogia, na qual se trata aquilo que nos é dado no fluxo da experiência à semelhança de uma *coisa*.

O que veremos na seção seguinte é como essas discussões encontram-se conectadas à falsa analogia do passado como uma imagem material, expressa no PS. Isso nos permitirá aprofundar a dimensão temporal da crítica presente no BT, que localizamos nestas duas últimas seções da tese, assim como, notar a pertinência das análises aqui feitas sobre a memória.

5.1.3. A coisificação da experiência imediata e o passado como uma imagem material (a relação entre o BT e o PS)

No capítulo 4, pudemos abordar de forma detida a falsa analogia (expressa por Wittgenstein no PS), que nutria a busca por uma linguagem ideal (ao levar à suposição de que haveria, no passado, um original da vivência, que pudesse ser utilizado como critério para a exatidão completa da descrição fenomenológica).

A suposição de que a imagem a ser descrita é como uma *imagem material* (*materiellen Bild*) leva à suposição de que, assim como ao copiarmos uma *imagem pintada* (*gemalten Bild*) podemos usar essa imagem para determinação a exatidão da cópia, poderíamos usar a *imagem material* da vivência para determinar a exatidão de sua descrição. O que devemos notar é que, do ponto de vista temporal, essa *imagem material* (*materiellen Bild*), que, supostamente, poderíamos utilizar como critério de exatidão, após nos ser dada, encontra-se no passado. É isso que leva Wittgenstein a tematizar o problema da impossibilidade de uma descrição completa da experiência

⁴⁷² WVC, p. 256.

imediate como a dificuldade de acesso da memória ao original da vivência. Porém, como vimos, isso não nos coloca diante de um dilema acerca das capacidades ou incapacidade da memória em acessar a imagem material da vivência, em toda a sua completude (e, assim, que levaria à suposição da possibilidade de uma descrição completa – como Wittgenstein supôs em 1929-1930). Tanto a ideia de que podemos descrever completamente a experiência imediata quanto a ideia de que a linguagem não alcançaria a complexidade da realidade partem da mesma falsa analogia do passado da vivência como a sua *imagem material*.

O ponto a ser explorado nesta seção é que essa falsa analogia de uma *imagem material* do passado (expressa no PS) pode ser interpretada como a falsa analogia do imediato como um “corte da natureza” (presente no BT),⁴⁷³ vista sob o aspecto do papel da memória na constituição do tempo primário como *tempo da memória*. Do ponto de vista temporal, no BT, a coisificação da experiência imediata (que converte a imagem visual (a *Gesichtsbild*) em imagem pintada (*gemaltes Bild*)) é o tratamento do presente como um corte no “fluxo da experiência”.⁴⁷⁴ Nesse caso, supõe-se que a totalidade da experiência imediata (*em todos os seus detalhes*) nos seria dada no *piscar de olhos* do presente (no “*gegenwärtigen Augenblick*”) e de tal modo que seria possível deter-se sobre isso que nos foi dado, investigando isso “mais de perto” (utilizando-o como critério de exatidão).⁴⁷⁵ É nesse horizonte que, segundo Wittgenstein, supõe-se que a expressão “descrição exata” (da experiência imediata) tenha sentido. O cerne do problema é que a possibilidade de utilizar o corte no fluxo da experiência como critério de exatidão (tomando, por exemplo, a imagem visual como uma imagem pintada) supõe que a imagem desse corte possa *perdurar*; tal qual nos foi dada no fluxo presente da experiência imediata. É isso que daria à imagem visual a possibilidade de que a investigássemos *mais de perto*.⁴⁷⁶ Essa *eternização* da experiência imediata (a sua transformação em objeto) ocorreria ao tratarmos o passado da vivência como a imagem material, que preserva em toda a sua completude a imagem dada no corte do fluxo da vida (*Strom des Lebens*).⁴⁷⁷ E Wittgenstein alcançava essa *eternização* da experiência (ou seja, a sua *coisificação*) através da concepção da memória como *fonte do*

⁴⁷³ Cf. MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348.

⁴⁷⁴ Cf. MS 111, p. 5 / BT, §102, p. 352.

⁴⁷⁵ Cf. MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348.

⁴⁷⁶ Cf. MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348. (“Mein Gesichtsbild ist ja kein gemaltes Bild, oder der Ausschnitt der Natur den ich sehe, daß ich es näher untersuchen könnte”).

⁴⁷⁷ Cf. MS 107, p. 222 / PB, §48.

conhecimento – na qual sempre teríamos um acesso imediato ao original da vivência, em todos os seus detalhes. Esse tratamento era decorrente do modo como o tempo primário era pensado como o *tempo da memória* (sendo a memória a fonte do *tempo*, da *identidade* e do *conhecimento*).

Um problema que Wittgenstein localiza, no BT, acerca da ideia de um *corte* (que nos daria a *totalidade* da experiência imediata) – tendo em vista mostrar o caráter de contrassenso dessa ideia – é determinar em que momento do tempo essa totalidade nos é dada. O problema em questão é que a experiência nos é dada na forma de um fluxo (no *specious present*) e restaria ainda saber em que momento do fluxo a totalidade da experiência imediata seria dada de forma plenamente determinada. Com o intuito de mostrar o caráter absurdo dessa questão (no BT), Wittgenstein supõe a possibilidade de que essa totalidade nos fosse dada no tempo físico, de tal modo que pudéssemos usar os métodos de mensuração fisicalistas para determinar o momento do tempo no qual ela nos seria dada:

O momento no tempo – do qual digo que é presente, e que contém tudo que é dado a mim – ele próprio pertence ao tempo físico.

Então, como esse momento é determinado? Pelo bater de um relógio, talvez? E posso eu descrever a experiência completa que é simultânea com esta batida? Se você pensar tentar isso, você notará imediatamente que estamos falando de uma ficção.⁴⁷⁸

Wittgenstein inicia o trecho supondo que o momento do tempo (*Zeitmoment*) que chamamos de presente e que contém *tudo que nos é dado* pertença ao tempo físico. Isso possibilitaria, então, o uso de um relógio para determinamos esse momento. A pergunta que o autor levanta na sequência visa mostrar o quão absurdo seria essa ideia de que a totalidade da experiência seria dada naquele exato momento: “posso eu descrever a experiência completa que é simultânea com esta batida”? A tentativa de abarcar a totalidade da experiência em um só instante revela, de imediato, que tal ideia não é nada além de uma ficção. Ponto semelhante foi tratado pelo autor no PS, quando sugere o seguinte cenário: “[i]maginemos que alguém levanta/eleva os olhos, o tempo de um piscar de olhos [*einen Augenblick lang*], na direção do céu estrelado; e nós lhe

⁴⁷⁸ MS 111, p. 8 / BT, §102, p. 351. (“Der Zeitmoment, von dem ich sage, er sei die Gegenwart, die alles enthält, was mir gegeben ist, gehört selbst zur physikalischen Zeit. Denn, wie ist so ein Moment bestimmt? Etwa durch einen Glockenschlag? Und kann ich denn nun die ganze, mit diesem Schlag gleichzeitige Erfahrung wirklich beschreiben? Wenn man daran denkt es zu versuchen, wird man sofort gewahr, daß es eine Fiktion ist, wovon wir reden”).

interrogamos quantos pontos luminosos ele viu”.⁴⁷⁹ Assim como no BT, esse exemplo visa mostrar como é absurda a ideia (pressuposta no modo como o autor articula a plena determinação do sentido em 1929-1930 – através do verificacionismo), de que poderíamos descrever aquilo que nos é dado em *einen Augenblick lang*. Por meio da redução ao absurdo, no BT, Wittgenstein visa ressaltar a tese inicial (já citada) que abre a seção, na qual esse trecho se encontra: “[o] que temos de abandonar é a visão de que, para falarmos sobre o imediato, nós devemos falar sobre um estado em um momento no tempo”.⁴⁸⁰

Mas retornemos agora à análise do papel da memória na coisificação da experiência imediata.

Segundo o ponto de vista expresso em fevereiro de 1929: “(...) uma imagem visual *pode apenas* existir no tempo”.⁴⁸¹ Mas não só isso. O tempo é concebido como a forma lógica do movimento, condição de possibilidade de todos os fenômenos da experiência imediata. Desse modo, visto que (no período de 1929-1930) a memória é a *fonte do tempo*, a coisificação da experiência imediata estará diretamente relacionada à memória – pois o que está aqui em questão no problema da possibilidade de uma descrição completa da experiência imediata é o estatuto ontológico dos dados imediatos no *tempo da memória (Gedächtniszeit)*.⁴⁸² Tomemos, então, como caso paradigmático (como fez Wittgenstein) o campo de visão. De acordo com o que encontramos nos textos de 1929-1930, as imagens visuais nos seriam dadas no fluxo da experiência e de tal modo que, a cada momento (*Augenblick*), a *totalidade* do espaço visual nos seria dada como um contínuo de cores. A descrição da imagem visual, para que fosse plenamente determinada, deveria ter a mesma multiplicidade lógica que a imagem visual dada, de tal modo que pudéssemos especificar uma determinada gradação para cada uma das dimensões de possibilidades, de cada ponto do espaço visual representado. A questão acerca da possibilidade de uma descrição completamente exata da experiência imediata seria, nesse caso, a indagação acerca da possibilidade da proposição ter a mesma multiplicidade que a imagem visual. O problema temporal ao qual somos levados é que essa imagem nos é dada no fluxo da experiência, de tal modo

⁴⁷⁹ PS, p. 318. (“Stellen wir uns vor, dass jemand einen Augenblick lang zum Sternenhimmel emporschaut und gefragt wird, wieviel Lichtpunkte er gesehen hat”).

⁴⁸⁰ MS 111, p. 5 / BT, §102, p. 352 (de 7 de julho de 1931). (“Es ist nämlich die Anschauung aufzugeben, daß, um vom Unmittelbaren zu reden, wir von dem Zustand in einem Zeitmoment reden müßten”).

⁴⁸¹ MS 106, p. 55 / PB, §88. (Grifo do autor). (“(...) ein Gesichtsbild *kann nur* in der Zeit existieren”).

⁴⁸² Cf. MS 112, p. 131r / TS 211, p. 535 / TS 212, p. 1362 / BT, §105, p. 364.

que (como afirma Wittgenstein no PS): “[d]o campo de visão [que me *foi* dado], eu tenho *apenas* a memória, e é com base nessa memória que eu digo: ‘era aproximadamente isto’”.⁴⁸³ Assim, para que pudéssemos determinar a exatidão da descrição, a *totalidade* do espaço visual que me foi dado no *piscar de olhos do presente* – ou seja, o *corte* do fluxo da experiência, que verifica *instantaneamente* a proposição – teria que poder ser acessada *em todos os seus detalhes*. Dito de maneira mais direta: o corte no fluxo da vida, após ser operado, é um corte que reside *na memória*. É essa possibilidade que era salvaguardada por Wittgenstein, em 1929-1930, ao conceber a memória como a *fonte do conhecimento*. Mas, como revela as críticas do PS e do BT, não há aqui nada além da falsa analogia da coisificação da experiência imediata.

Um caso que, aparentemente, contornaria essa centralidade aqui concedida à memória e que, além disso, pareceria mostrar a possibilidade de uma descrição completamente exata da experiência imediata é a suposição de que a descrição seria uma proposição que representa um campo visual, que não se altera, composto por apenas uma cor. Para saber se a proposição descreve ou não o campo de visão de forma completamente exata bastaria comparar a cor especificada pela proposição com a cor que *agora* nos é dada no campo de visão. Porém, esse caso parece contornar as dificuldades presentes na crítica de Wittgenstein à ideia de uma plena determinação do sentido, pois aqui teríamos uma situação na qual a experiência imediata parece efetivamente se comportar como um *objeto*. Poderíamos, supostamente, nos deter sobre esse dado imediato; de tal modo, que “(...) eu poderia examiná-lo mais de perto” – determinando a correspondência ou não entre a cor que preenche o campo visual e a proposição que a descreve. Para desfazermos a aparente crítica, presente no exemplo da descrição do campo de visão composto por apenas uma cor, é importante lembramos que, segundo Wittgenstein, em 1929, “(...) dizer que tudo permanece o mesmo já pressupõe o tempo”.⁴⁸⁴ Por esse viés, embora (em 1929-1930) a identidade da cor nos seria dada imediatamente, através do *reconhecimento como fonte da identidade*, para que pudéssemos reconhecer a cor que preenche a totalidade do campo de visão como a mesma ao longo do tempo, teríamos que ter um acesso *imediato* à cor que nos *foi* dada e à cor que agora nos *é* dada (de tal modo que pudéssemos reconhecê-la imediatamente como a mesma). Sem a ideia de um acesso imediato ao original da vivência, sequer

⁴⁸³ PS, pp. 314-16. (Grifo do autor). (“Von dem Gesichtsfeld habe ich *nur* die Erinnerung und auf Grund dieser Erinnerung sage ich: ‘So ungefähr war es’”).

⁴⁸⁴ MS 105, p. 72.

poderíamos, com *exatidão*, dizer que a cor que preenche o espaço visual *permanece* a mesma.

Mas o cerne dessa questão pode talvez ser melhor expresso ao retomarmos alguns dos elementos que Wittgenstein utiliza no PS. O que está em jogo no PS e nas seções analisadas do BT não é a questão acerca da possibilidade ou não de se colocar duas cores uma ao lado da outra e indagar se são ou não a mesma cor. (Mesmo para essa questão, o Wittgenstein pós-retomada poderia indagar: “*temos um critério para isso?*”⁴⁸⁵ – sinalizando a necessidade de que, até mesmo nesse caso, falar da identidade da cor suporia um jogo de linguagem e critérios (fiscalista) de determinação da identidade, cujo grau de exatidão seria determinado em cada contexto). A questão central (retomando aqui um dos elementos do PS) é saber se essa cor (quer seja a da imagem visual ou a cor descrita na proposição) é uma gradação que determina um *número exato*, ou se tal gradação seria uma possibilidade entre *inumeráveis* outras (semelhantemente à contraposição entre as possibilidades “eu vi *n* pontos de luz” e “eu vi inumeráveis [*unzählig*] estrelas”, no exemplo do céu estrelado).⁴⁸⁶ O tratamento da cor como um número exato seria a *eternização* do dado imediato, concedendo à sua identidade um estatuto atemporal (como se tratássemos a cor como uma *coisa* que mantém a sua identidade ao longo do tempo). Do ponto de vista das análises sobre a memória (como vimos anteriormente), essa coisificação seria equivalente à ideia de que teríamos à disposição um *protótipo* (*Urbild*) da cor, que poderíamos comparar com as cores a qualquer momento. Mas esse protótipo não seria nada mais que a *imagem material* da cor – como o congelamento da imagem que nos foi dada no fluxo da vida – que estaria, supostamente, sempre à disposição da memória.

Isso nos permite notar como a coisificação da experiência imediata, expressa no tratamento da memória (do reconhecimento) como *fonte da identidade*, estava na base da primazia *semântica* concedida por Wittgenstein ao presente, no período de 1929-1930. Visto que a memória era a *fonte da identidade*, toda e qualquer cor que nos fosse dada – uma vez e por menor que fosse a duração do fenômeno – deveria ser imediatamente reconhecida como a mesma cor, caso ocorresse outra vez no campo de visão. O ponto em questão é que:

⁴⁸⁵ Cf. PS, p. 320. (Grifos do autor).

⁴⁸⁶ Cf. PS, p. 316.

Nesse caso, ‘que é a mesma’ quer dizer que eu a reconheço. / Então certamente você também não pode questionar se ela é realmente a mesma ou se eu poderia estar enganado; (se é a mesma ou apenas parece ser).⁴⁸⁷

Isso nos mostra como não haveria espaço, na filosofia de Wittgenstein, em 1929-1930, para a questão: “o que determina a regra ‘isto é vermelho’, de tal modo que garanta que eu saberei aplicar no futuro o nome ‘vermelho’?”. O que o Wittgenstein de 1929-1930 responderia, nesse caso, seria, simplesmente: “eu sei aplicar a regra ‘isto é vermelho’ reconhecendo a cor”.⁴⁸⁸ Essa ideia de que a identidade seria determinada de forma imediata pelo reconhecimento era crucial para o princípio da plena determinação do sentido, pois vetava o regresso ao infinito da análise da linguagem. Em algum momento da análise chegaríamos a proposições que descrevem dados imediatos, cujas identidades nos seriam dadas de forma imediata – *pelo (puro e simples) reconhecimento*. E não haveria espaço para indagações do tipo: “mas você tem certeza?”, “você não poderia estar enganado?”, “como você sabe isso?” – que nos remeteriam ao regresso ao infinito. Visto que o passado era o passado da memória, não poderia haver uma separação entre ser e parecer ser – de tal modo que tivéssemos a possibilidade da bipolaridade da memória. Dito de outra forma: a normatividade da regra “isto é vermelho” estaria garantida pelo colapso entre passado e memória.

O que as análises do PS e do BT revelam é que tal concepção seria, em verdade, a ideia de que teríamos um acesso imediato a uma *representação* da cor, que jamais se alteraria e que poderia ser usada como critério de identidade/exatidão (e é nesse sentido que a teoria ingênua do *fazer-para-si-uma-representação* (*Sich-eine-Vorstellung-Machens*) poderia ser interpretada como verdadeira aos olhos de Wittgenstein de 1929-1930).⁴⁸⁹ Em outros termos: a ideia de “(...) um protótipo [*Urbild*] que poderia a qualquer momento comparar com a cor”⁴⁹⁰ seria a suposição de um acesso imediato a uma *imagem material* da cor (eternizada através da coisificação ilusória da experiência imediata). Assim, o presente da experiência imediata poderia ser o centro semântico da linguagem (para Wittgenstein em 1929-1930), pois qualquer fenômeno que nos fosse dado – uma vez e por menor que fosse a sua duração – nos propiciaria um protótipo (*Urbild*) que poderia a qualquer momento ser comparado com os fenômenos futuros

⁴⁸⁷ MS 107, p. 236 / PB, §16.

⁴⁸⁸ Nesse caso, como diz Hintikka: “[a] pretericidade [*pastness*] de um objeto da memória deve ser parte da forma lógica daquele objeto” (1996, p. 252).

⁴⁸⁹ Cf. MS 108, pp. 61-62 / PB, §12.

⁴⁹⁰ MS 108, p. 59 / PB, §11.

(visto que estaria excluída a questão de se a rememoração do dado imediato passado é ou não a rememoração do exato fenômeno que nos foi dado).

Por esse viés, embora concorde com a interpretação de Denis Perrin, de que o grande tema das análises do tempo de Wittgenstein, no período de 1931-1933, seja a crítica ao “mito do presente”, distancio-me de sua perspectiva ao focar no papel que a memória como *fonte* tem no privilégio ontológico, semântico e gramatical do presente. Wittgenstein não é levado a reduzir a realidade ao momento presente por uma mera influência nociva da psicologia empírica, mas, principalmente, por valer-se de uma concepção de memória que garanta que as relações semânticas fixadas no presente da experiência imediata possam determinar a normatividade da linguagem. Além disso, do ponto de vista ontológico, a realidade podia ser tomada como aquilo que nos é dado no fluxo presente da experiência imediata, pois a memória, como fonte do conhecimento, garantia, ao longo do tempo, um acesso imediato a essa realidade que nos foi dada. (Uma realidade que desaparecesse, sem deixar traços, após nos ser dada, não poderia receber o título de realidade). Do ponto de vista gramatical, Wittgenstein podia conceber a multiplicidade lógica dos espaços de possibilidade, que nos era dada no presente da experiência imediata, como aquilo que determinava a *essência da linguagem*, pois essa multiplicidade estaria salvaguardada pela memória. Sem isso, a multiplicidade lógica da experiência imediata não poderia determinar a essência da linguagem, pois, após nos ser dada, estaria perdida (ou melhor: sequer faria sentido dizermos que uma multiplicidade lógica *determinada* me foi dada – como mostra o PS – sendo essa a situação que nós encontraremos após a ruptura de 1931). Com isso, embora o mito do presente se cristalice na imagem de *corte no fluxo da vida*, esse corte só poderia desempenhar o papel ontológico, semântico e gramatical que Wittgenstein lhe atribui, dado o modo como ele concebe o papel da memória na preservação e no acesso a esse corte. Dito de outra forma: o corte, logo após ocorrer, não mais será um dado imediato (no presente da experiência imediata), porém algo cujo acesso exclusivo dá-se por intermédio da memória. Assim, podemos dizer em resumo: *o mito do presente é o mito de que a memória nos dá o seu significado* (como um acesso imediato ao original da vivência passada).

Contrário a isso, afirma Wittgenstein no BT:

É simplesmente enganoso dizer: ‘a memória me diz que essa é a mesma cor, etc.’ Na medida em que ela me diz algo, ela pode também me enganar (por ex., dizer algo falso). / Se descrevo o passado imediatamente dado, então estou descrevendo

minha memória e não alguma coisa para a qual essa memória aponta. (Do qual a memória seria um sintoma).⁴⁹¹

Essa afirmação expressa a posição a qual Wittgenstein se encaminha após a ruptura que localizamos no PS. Diferentemente da concepção anterior, na qual o reconhecimento seria a fonte da identidade, Wittgenstein afirma aqui que é simplesmente enganoso dizer “a memória me diz que essa é a mesma cor”. Na sequência, ele claramente rompe com a sobreposição anterior entre ser e parecer ser, concedendo (em 13 de dezembro de 1930) um estatuto bipolar à memória do “passado imediatamente dado” (*unmittelbar gegebene Vergangenheit*). Essa bipolaridade é aqui sustentada por Wittgenstein, pois a descrição do “passado imediatamente dado” será agora concebida como a descrição da *memória* e não a descrição daquilo ao qual a memória apontava (o original da vivência). Nesse caso, poderá haver ou não a concordância entre o que nos é dado pela memória e o evento ao qual a memória aponta. Essa mudança implica que será necessária a concessão de uma *ainda existência* ao passado, por meio da qual poderemos pensar que aquilo ao qual a memória aponta independe logicamente desse ato de apontar. Dito de outra forma: será necessário um *critério de identidade* (fiscalista) para o objeto, que independa da memória. Assim, não haverá mais um *mundo primário*, no qual a memória é a *fonte*. Haverá apenas os usos fiscalistas da linguagem e a memória, mesmo que seja a memória do “passado imediatamente dado”, será apenas “um guardião mais ou menos confiável do que ‘realmente’ aconteceu”.⁴⁹²

O modo pelo qual interpretarei esse mudança (nas seções seguintes) será através da ideia de que Wittgenstein abandonará a concepção de realidade como algo que nos é dada no *tempo da memória* (no qual o mundo primário seria o *mundo da consciência*). Com isso, a normatividade da linguagem deixará de ser fundada na relação semântica instituída no presente (e garantida pela memória) e passará a ser pensada como a estrutura gramatical fiscalista, *construída temporalmente* (abarcando necessariamente o passado, o presente e o futuro). A grande mudança é que as regras gramaticais da linguagem não mais estariam determinadas de modo *atemporal* pelo *protótipo* do fenômeno (pela representação necessariamente verdadeira que nos era dada pela

⁴⁹¹ MS 110, p. 9 / BT, §102, p. 351. (“Es ist eben irreführend, zu sagen ”das Gedächtnis sagt mir, daß dies dieselbe Farbe ist etc.“. Sofern es mir etwas sagt, kann es mich auch täuschen (d.h. etwas falsches sagen). Wenn ich die unmittelbar gegebene Vergangenheit beschreibe, so beschreibe ich mein Gedächtnis, und nicht etwas, was dieses Gedächtnis anzeigt. (Wofür dieses Gedächtnis ein Symptom wäre)”).

⁴⁹² Cf. MS 108, p. 33 / PB, §49 / BT, §105, p. 363.

memória primária), mas deverá ser construída *temporalmente* pelo modo como em cada contexto as regras gramaticais serão arbitrariamente determinadas, à semelhança dos critérios, modelos e padrões fisicalistas (baseados na indução e nas regularidades empíricas). Ou seja, como consequência desse fim da primazia semântica do presente, a gramática da descrição dos fenômenos passará a ser construída temporalmente da mesma forma que as demais regras fisicalistas (mantendo uma abertura para o futuro – como veremos a seguir).

Essa grande mudança se revelará como a não mais existência de um âmbito exterior às regras fisicalistas, que determinaria o limite do que faz ou não sentido dizer (a multiplicidade que a essência da linguagem possui). É isso que levará Wittgenstein a aproximar as regras gramaticais dos métodos de mensuração. Como ele diz, no BT, em 1932: “[a]s regras da gramática podem ser comparadas com regras para procedimentos para medir períodos de tempo, distâncias, temperaturas, forças, etc.”.⁴⁹³

O que à primeira vista parece paradoxal é que não haverá mais algo fora da linguagem fisicalista, que determinaria o limite do que faz ou não sentido dizer, pois a multiplicidade da realidade fenomênica, ela mesma, será determinada “arbitrariamente”, pela regras fisicalistas da linguagem ordinária – ao estipular a gramática daquele contexto e o que conta como simples e complexo (determinando o que quer dizer ali “uma descrição exata”). Com isso, a arbitrariedade que estava presente na determinação das unidades dos métodos de mensuração agora se estenderá por toda a linguagem. E também cairá por terra a ideia de *linguagem fisicalista*, pois o “fisicalismo” não se opõe mais à fenomenologia, como a oposição entre dois *sistemas*. Para compreender isso, veremos (na seção seguinte) como a crítica à ideia de que “(...) para falarmos sobre o imediato, nós devemos falar sobre um estado em um momento no tempo”⁴⁹⁴ leva Wittgenstein a abandonar a distinção entre hipótese e proposição genuína. Isso, por sua vez, acabará com a estratificação da linguagem em dois níveis: a superfície vaga do simbolismo fisicalista e a essência fenomênica plenamente determinada. Não haverá vagueza ou exatidão em sentidos absolutos, pois essas determinações passarão a ser estipuladas por cada contexto de uso da linguagem.

⁴⁹³ MS 117, p. 138 / BT, §56, p. 186. (“Die grammatischen Regeln sind zu vergleichen Regeln über das Vorgehn beim Messen von Zeiträumen, von Entfernungen, Temperaturen, Kräften etc.”).

⁴⁹⁴ MS 111, p. 5 / BT, §102, p. 352 (de 7 de julho de 1931). (“Es ist nämlich die Anschauung aufzugeben, daß, um vom Unmittelbaren zu reden, wir von dem Zustand in einem Zeitmoment reden müßten”).

5.2. O fim da distinção entre hipótese e proposição genuína

Na seção 32 do BT, intitulada “Wesen der Hypothese”, Wittgenstein retoma o tema das hipóteses.⁴⁹⁵ Esse tema foi abordado anteriormente no MS 107, que serviu de base ao capítulo XXII das PB. O texto presente no BT §32 foi concebido inicialmente no MS 109 e traz várias importantes mudanças. Dentre elas, a principal será o abandono da distinção entre *proposição genuína* e *hipótese*. Como visto no capítulo 3, essa distinção era crucial ao modo como Wittgenstein mantinha o princípio da plena determinação do sentido, em face da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica. A linguagem necessitava fluir no tempo homogêneo da física (dito de outro modo: a linguagem necessita falar de objetos físicos situados em um tempo quantitativo), porém, apenas os *cortes* das hipóteses (que descreviam a experiência imediata) seriam proposições genuínas (dotadas de bipolaridade e plenamente determinadas). A localização da falsa analogia da coisificação da experiência imediata (que abordamos através do PS e do BT) poderá ser interpretada como recusa da contraparte ontológica da proposição genuína, que a verificaria. Não há um corte instantâneo que nos dá a totalidade da experiência imediata (em um piscar de olhos), que poderia servir de critério à exatidão da proposição. Mas, mais do que isso, essa recusa será o abandono da ideia de que a realidade fenomênica, que nos é dada no *corte* do fluxo da vida, determinaria a multiplicidade lógica, que seria a essência da linguagem.

Wittgenstein aborda o tema do abandono da distinção entre hipótese e proposição genuína, no BT, da seguinte maneira:

São sempre as facetas da hipótese que são verificadas.

Não ocorre então algo como o seguinte: *aquilo* que uma hipótese explica, só pode ele mesmo ser expresso por uma hipótese? Isso quer dizer naturalmente: há de todo proposições primárias; que são verificadas de uma vez por todas, e que não são facetas de uma hipótese? (Isso seria semelhante a perguntar “há superfícies que não são superfícies de sólidos?”).

Certamente não pode haver diferença entre uma hipótese usada com uma expressão de uma experiência imediata e uma proposição no sentido estrito.⁴⁹⁶

⁴⁹⁵ BT, §32, pp. 94-97. (“A Natureza das Hipóteses”).

⁴⁹⁶ MS 109, pp. 19-20 / BT, §32, p. 96. (“Es werden immer Facetten der Hypothese verifiziert. / Ist es nun nicht etwa so, daß *das*, was die Hypothese erklärt, selbst nur wieder durch eine Hypothese ausdrückbar ist. Das heißt natürlich: gibt es überhaupt primäre Sätze; die also endgültig verifizierbar sind, und nicht die Facetten einer Hypothese sind? (Das ist etwa, als würde man fragen “gibt es Flächen, die nicht Oberflächen von Körpern sind?”) / Es kann jedenfalls kein Unterschied sein zwischen einer Hypothese, als Ausdruck einer unmittelbaren Erfahrung gebraucht, und einem Satz im engeren Sinne.”). O texto em

O primeiro ponto a ser notado é que, de acordo com esse trecho, será a hipótese, *ela mesma*, que será verificada.⁴⁹⁷ Essa ideia é reforçada na passagem seguinte, na qual Wittgenstein indaga: “há de todo proposições primárias; que são verificadas de uma vez por todas, e que não são facetas de uma hipótese?”. Aqui o autor claramente contrapõe a ideia de “facetadas da hipótese” com a de proposições que são verificadas *de uma vez por todas* (*endgültig*). Essas proposições seriam as proposições genuínas de 1929-1930, cujo sentido seria plenamente determinado. O cerne da mudança é a tese que: “não pode haver diferença entre uma hipótese usada com uma expressão de uma experiência imediata e uma proposição no sentido estrito”. Em outros termos: não pode haver diferença entre hipóteses e proposições genuínas.

Essa concepção, de que é a faceta da própria hipótese que será verificada, sinaliza um profundo afastamento em relação ao MS 107. Em janeiro de 1930, escreve Wittgenstein:

Se uma hipótese não pode ser definitivamente verificada, ela não pode em geral ser verificada, e não há verdade ou falsidade para ela.⁴⁹⁸

Logo na sequência ele afirma:

A hipótese está em relação com a realidade de uma maneira mais frouxa que a da verificação.⁴⁹⁹

Nesses trechos do MS 107, o autor reforçava a tese de que a hipótese não seria passível de bipolaridade, pois a conexão entre a hipótese e a realidade não ocorreria através do rigor da verificação. Assim, a mudança presente no MS 109 (redigido em agosto de 1930) pode ser expressa, de acordo com os trechos citados, como o *abandono* da concepção de que a linguagem se relacionaria com a realidade através de proposições que seriam “verificáveis de uma vez por todas” (*endgültig verifizierbar*). E as hipóteses, antes desprovidas de valor de verdade, ganharão agora a bipolaridade através do *uso* que coloca uma de suas *facetadas* contra o mundo. O ponto crucial a ser notado é que as

alemão não traz o ponto de interrogação no final da segunda sentença. Esse é um acréscimo presente na tradução em inglês, com o qual estou de acordo, para melhor expressar o sentido do trecho em português.

⁴⁹⁷ Esse ponto é frisado por Marion em seu artigo “Wittgenstein, l’intentionnalité et les règles” (cf. Marion, 1998, p. 292).

⁴⁹⁸ MS 107, p. 250 / PB, §226 (de 21 de janeiro de 1930). (“Wenn eine Hypothese nicht definitiv verifiziert werden kann so kann sie überhaupt nicht verifiziert werden und es gibt für sie nicht Wahr- und Falschheit”).

⁴⁹⁹ MS 107, p. 252 / PB, §227. (“Die Hypothese steht mit der Realität gleichsam in einem loserem Zusammenhang als dem der Verifikation”).

hipóteses serão bipolares mesmo que não sejam plenamente determinadas (sinalizando aqui o abandono do princípio da plena determinação do sentido).

Para que possamos compreender a dimensão do problema que essas mudanças põem à filosofia de Wittgenstein, retomemos algumas de nossas análises anteriores sobre o modo pelo qual o autor concebia a manutenção do significado ao longo do tempo de forma *atemporal*, em 1929-1930 – expressa em suas análises sobre a expectativa.

Assim como no TLP, em 1929, Wittgenstein também podia afirmar que: “[s]e o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição”.⁵⁰⁰ Sem uma substância do mundo, seríamos lançados no regresso ao infinito, no qual as condições de sentido das proposições dependeriam sempre das condições de verdade de outras proposições. Para frear o regresso, Wittgenstein postula, no TLP, a possibilidade dos sinais simples, que nomeiam diretamente a substância do mundo (“[o] postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido”).⁵⁰¹ Mas a ideia de uma *plena determinação do sentido* não seria um mero objetivo a ser alcançado, porém, algo que subjaz a toda e qualquer linguagem (e que seria explicitado pela análise completa da linguagem). A aparente vagueza de nossa linguagem ordinária seria apenas o resultado de um simbolismo que não mostraria em sua superfície a multiplicidade lógica do pensamento (que, ao projetar o fato proposicional sobre um fato possível, tornando o primeiro uma figuração do segundo). A análise lógica *completa* da proposição revelaria essa estrutura lógica do pensamento, isomórfica à estrutura lógica do mundo – fixada de forma atemporal pela existência do horizonte intencional da linguagem (o “espaço lógico”).

No final de 1929, Wittgenstein já havia abandonado *esse* ideal de uma análise completa, ao constatar a impossibilidade da linguagem fenomenológica. Porém, ainda sustentava a possibilidade de mostrar essa essência da linguagem (que seria a essência do mundo), através do método da substituição das notações. É apenas na ruptura de 1930-1931 (que abordamos nos capítulos 4 e 5 – até a presente seção) que a ideia de uma *substância do mundo* cairá por terra, através do abandono da concepção de que a

⁵⁰⁰ TLP, 2.0211. (“Hätte die Welt keine Substanz, so würde, ob ein Satz Sinn hat, davon abhängen, ob ein anderer Satz wahr ist”).

⁵⁰¹ TLP, 3.23. (“Die Forderung der Möglichkeit der einfachen Zeichen ist die Forderung der Bestimmtheit des Sinnes”).

multiplicidade lógica dos fenômenos poderia nos revelar a essência da linguagem, pois não há uma realidade fenomênica cuja identidade me é imediatamente dada e que pudesse ser utilizada como critério de exatidão da descrição fenomenológica. Assim, do ponto de vista das análises do tempo, a ideia de um espaço lógico (determinado pela substância do mundo) seria apenas uma ilusão metafísica fundada na ideia de que o sentido seria determinado de forma *atemporal*. Tal concepção, à luz das ideias do PS e do BT, não seriam nada mais que uma ilusão causada pela falsa analogia da coisificação da experiência imediata, na qual a representação dos fenômenos (eternizados como objetos que mantêm para sempre a sua forma e multiplicidade lógica) nos seria sempre acessível pela memória.

Essa mudança trará uma série de problemas a Wittgenstein. Se a análise da linguagem não termina em proposições que descrevem a experiência imediata (cuja identidade/multiplicidade me é imediatamente dada), como o sentido da linguagem será determinado? Em outros termos: como escapar do regresso ao infinito que era estancado pela existência de uma substância do mundo? E se não há algo fora da linguagem que determina a sua gramática (a sua sintaxe lógica e as regras de inferências) como será possível a normatividade da linguagem? E se era a existência dos espaços de possibilidade que permitia que a expectativa e seu preenchimento mantivessem uma relação interna, como será agora possível a manutenção do sentido ao longo do tempo? Além disso, visto que a realidade não mais nos é dada no *tempo da memória* (na qual a memória é a *fonte da identidade*) como saber se uma determinada cor vista ontem é ou não a mesma que a dada hoje? Ou seja, (em termos mais próximos da filosofia tardia de Wittgenstein) como será possível a normatividade da regra “isto é vermelho”?

Todas essas indagações estarão na base do desenvolvimento que culmina no pensamento maduro de Wittgenstein, expresso nas PU. Nosso objetivo no sub-capítulo seguinte, não será responder todas essas indagações, mas compreender como as concepções do período de 1932-1935 preparam os alicerces para o modo como Wittgenstein responderá essas questões através de suas análises do que seja *seguir uma regra*, nas PU. A análise do seguir uma regra (na qual usaremos como pano de fundo nossos estudos sobre as análises do tempo de Wittgenstein) só será feita na seção 7. Na seção seguinte, tomaremos como foco a maneira como Wittgenstein pensará a normatividade da linguagem de forma *temporal* através da distinção entre regra e proposição empírica. O que nos será crucial para essa análise (ponto sobre o qual nos debruçaremos primeiramente) é a compreensão de como o fisicalismo dos anos de

1929-1930 será o pano de fundo da arbitrariedade e da normatividade da gramática, uma vez que Wittgenstein abandone a ideia de que a gramática seria, em última instância, determinada por algo exterior à linguagem.

5.2.1. A regra como a concessão temporal de uma atemporalidade à proposição empírica

Como vimos no capítulo 3, havia uma tensão na filosofia de Wittgenstein no final de 1929 e início de 1930, decorrente do modo como ele articulava o caráter necessariamente fisicalista da linguagem (pois ela deve fluir no tempo homogêneo da física) e a ideia de que a multiplicidade lógica dos fenômenos (dados no tempo da memória) determina a essência da linguagem. Essa tensão se bifurca na utilização de dois tipos de critérios, por meio da qual a normatividade da linguagem era pensada. No MS 107, Wittgenstein escreve (em trecho já citado):

Se quero dizer a alguém que cor um material deve ter, eu mando a ele um modelo [*Muster*], e obviamente esse modelo pertence à linguagem; e igualmente a memória [*Gedächtnis*] ou a representação [*Vorstellung*] de uma cor que através de uma palavra eu invoco [*erwecke*].

Memória e realidade devem estar em *um* espaço.

Poderia também dizer: a representação [*Vorstellung*] e a realidade estão em *um* espaço.⁵⁰²

Os modelos (assim como, as unidades e os padrões de medida) são fatos do mundo que foram incorporados à linguagem. Como afirma o autor, nesse mesmo período: “[t]omarei cada fato, cuja existência é um pressuposto do sentido de uma proposição, como pertencendo à linguagem”.⁵⁰³ Esses fatos são pressupostos do sentido da proposição, pois fazem parte do modo pelo qual o sistema que dá significado aos sinais será projetado sobre o mundo.⁵⁰⁴ Ou seja:

A unidade de medida é parte do simbolismo. Ela pertence ao método de projeção. Seu tamanho é arbitrário, mas é *isso* que contém o elemento especificamente espacial.⁵⁰⁵

⁵⁰² MS, 107, p. 281 / PB, §38 (escrito em 3 de fevereiro de 1930). (Apenas as palavras “memória” e “representação” foram grifadas por mim. Os demais grifos são do autor).

⁵⁰³ MS 107, pp. 280-281 / PB, §45. (“Ich werde jede Tatsache, deren Bestehen Voraussetzung für den Sinn eines Satzes ist, als zur Sprache gehörig rechnen”).

⁵⁰⁴ Cf. MS 107, p. 280 / PB, §49.

⁵⁰⁵ MS 106, p. 45 / PB, §45. (Grifo do autor).

A referida tensão, presente na filosofia de Wittgenstein do período de 1929-1930 (após a constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica), é que, além dos critérios fisicalistas (de identidade/exatidão), Wittgenstein ainda compreendia a memória e as representações como pertencentes à linguagem – concedendo a elas, no mundo primário, o papel desempenhado pelos critérios fisicalistas, no sistema secundário. E será o desaparecimento dessa camada fenomenológica o grande passo dado por Wittgenstein entre 1930-1931. Com esse desaparecimento, cai por terra a ideia de uma estratificação da linguagem em dois sistemas, na qual a gramática do sistema primário seria determinada pela realidade fenomênica e a gramática do sistema secundário, *em última instância*, pelas possibilidades expressas no sistema primário. Era essa estratificação que concedia à linguagem fenomenológica o seu caráter essencial – pois toda e qualquer linguagem teria de se conectar à realidade através de proposições que descreveriam a experiência imediata (cujas possibilidades lógicas seriam mostradas nas possibilidades sintáticas da linguagem fenomenológica). Por essa razão afirmava Wittgenstein: “(...) a fenomenologia é a gramática da descrição dos fatos, sobre os quais a física constrói suas teorias”.⁵⁰⁶ Mas, se não há mais uma gramatical *essencial* determinada pela realidade, como ocorrerá a determinação das regras gramaticais? Dito de outra forma: se toda proposição é hipotética (e desprovida de uma essência fenomenológica) como distinguir regra e proposição empírica?

Com o desaparecimento da ideia de uma *essência da linguagem*, a noção de *sintaxe lógica* perderá força em relação à noção de *gramática*. Não haverá uma sintaxe lógica partilhada pela linguagem e pelo mundo (um isomorfismo essencial), mas apenas o modo como usamos as palavras na linguagem ordinária (fisicalista). Como afirma Wittgenstein: “[a] gramática descreve o uso das palavras na linguagem”.⁵⁰⁷ É o *uso* que fazemos das palavras que será expresso pela gramática e não mais uma forma essencial (isomórfica) que a palavra partilharia com o seu significado.

O desaparecimento da estratificação acima mencionado pode ser notado no modo como o autor passará conceder, no BT, à gramática um estatuto *arbitrário*. Na seção 56 do BT, cujo título é um trecho escrito no MS 114, de 5 de julho de 1932, Wittgenstein afirma:

⁵⁰⁶ MS 105, p. 5 / PB, §1.

⁵⁰⁷ MS, 140, p. 15r / PG, §23. (“Die Grammatik beschreibt den Gebrauch der Wörter in der Sprache”).

A gramática não presta contas à realidade. As regras gramaticais determinam o sentido (o constituem) e então elas não respondem a nenhum sentido e desse modo são arbitrárias.⁵⁰⁸

O autor inicia o trecho expressando a exata medida da ruptura pela qual sua filosofia passou: “a gramática não presta contas à realidade”. Anteriormente, o oposto dessa tese era o cerne do pensamento do autor, presente na concepção de que *fenomenologia é gramática*. A razão dessa independência da gramática em relação à realidade é expressa na sequência, na qual o autor afirma que as regras são aquilo que primeiramente determinam e constituem o significado, de modo que elas não podem responder à realidade – e, por essa razão, seriam arbitrárias.

Essa arbitrariedade da gramática está diretamente relacionada ao modo como restará apenas a camada fisicalista da linguagem. A linguagem como um todo será arbitrária no mesmo sentido que os modelos, padrões e unidades dos métodos de mensuração fisicalistas. Como afirma o autor:

As regras da gramática são arbitrárias e não arbitrárias no mesmo sentido que a escolha de uma unidade de mensuração. Isso é algo expresso ao se dizer que as regras são “praticáveis” ou “impraticáveis”, “úteis” ou “inúteis”, mas não “verdadeiras” ou “falsas”.⁵⁰⁹

E logo adiante:

As regras gramaticais podem ser comparadas a regras sobre ações para medir períodos de tempo, distâncias, temperaturas, forças etc. etc. Ou também: essas regras metodológicas são elas mesmas exemplos de regras gramaticais. Teremos benefícios através da comparação entre regras gramaticais e acordos.⁵¹⁰

A importância do primeiro trecho citado é que ele nos dá a exata medida da arbitrariedade da gramática, visto que sinaliza o sentido no qual as regras *não seriam arbitrárias*. A determinação de uma unidade de medida é arbitrária, pois, a princípio, qualquer padrão, não importa o seu tamanho, poderia ser utilizado para determinar o tamanho das coisas medidas a partir do padrão (tomando aqui como caso paradigmático a mensuração espacial). O que restringe a arbitrariedade do tamanho do

⁵⁰⁸ MS 114, p. 156 / BT, §56, p. 184. (“Die Grammatik ist keiner Wirklichkeit Rechenschaft schuldig. Die grammatischen Regeln bestimmen erst die Bedeutung (konstituieren sie) und sind darum keiner Bedeutung verantwortlich und insofern willkürlich”).

⁵⁰⁹ MS 113, p. 34r / BT, §56, p. 186 (de 27 de fevereiro de 1932). (“Die Regeln der Grammatik sind in demselben Sinne willkürlich, & in demselben Sinne nicht willkürlich wie die Wahl einer Maßeinheit. Man drückt dies auch so aus: diese Regeln seien „praktisch“ oder „unpraktisch“, „brauchbar“ oder „unbrauchbar“, aber nicht „wahr“ oder „falsch“”).

⁵¹⁰ TS 213, p. 236r / BT, §56, p. 186. (“Die grammatischen Regeln sind zu vergleichen Regeln über das Vorgehen beim Messen von Zeiträumen von Entfernungen Temperaturen, Kräften etc. etc. Oder auch: diese methodologischen Regeln sind selbst Beispiele grammatischer Regeln. / Grammatische Regeln wird man mit Vorteil Übereinkommen vergleichen”).

padrão será a determinação de se é ou não prático o uso daquele determinado padrão. O *metro de Paris* poderia ter um tamanho muito maior ou menor do que efetivamente tem.

Porém, a adequação ou inadequação do padrão a um tamanho que supra nossas necessidades não torna o padrão “verdadeiro” ou “falso”, mas “prático” ou “não prático”, “útil” ou “inútil”. O que Wittgenstein visa frisar nas passagens citadas é que *todas* as regras gramaticais (visto que nossa linguagem seria como um todo fisicalista – desprovida de uma essência fenomenológica) seriam, assim como os padrões de mensuração (fisicalistas), “práticas” ou “impraticáveis”, “úteis” ou “inúteis” (mas estará vetada à regra (da mesma forma que aos modelos e padrões) a “verdade” ou “falsidade”). Por esse viés, a normatividade da linguagem estaria fundada em determinações arbitrárias, cujas restrições seriam apenas de âmbito pragmático (a utilidade e inutilidade).

Semelhantemente ao que vimos no caso das hipóteses, uma regra que fosse impraticável e inútil cairia em desuso e deixaria de ser uma regra: (“[s]e uma hipótese requer constantemente novas hipóteses auxiliares, ela se torna impraticável e a abandonamos”).⁵¹¹ O perigo a ser afastado é pensar que isso seria alguma espécie de adequação da regra à realidade, de tal modo que, embora não houvesse mais a ideia de uma essência da linguagem determinada pela realidade, haveria ainda alguma forma de coerção exercida pela realidade sobre as regras. A aproximação com os padrões dissipa essa aparência, pois, em um mesmo contexto no qual um padrão nos é útil, inumeráveis outros nos seriam também úteis. Dito de outro modo: o mundo não determina positivamente a gramática, pois em um mesmo contexto inúmeros métodos de mensuração seriam praticáveis.

Mas Wittgenstein aproxima as regras gramaticais dos métodos de mensuração não apenas pelo modo como ambos seriam arbitrários e não arbitrários da mesma maneira, porém, em razão do fato de que as regras metodológicas (*methodologischen Regeln*) (que estipulamos ao determinar um padrão de medida) são elas mesmas regras gramaticais. Por exemplo, a escolha do metro como padrão de medida é a construção de uma regra gramatical que determinará um método de apresentação, no qual a afirmação “essa mesa tem 2 metros” terá sentido. Como diz Wittgenstein:

Uma regra estabelece uma unidade de mensuração e uma proposição empírica diz quão grande um objeto é. (E aqui vemos como símiles lógicos funcionam, pois a determinação de uma unidade de mensuração é uma regra gramatical, e uma

⁵¹¹ WVC, p. 255.

indicação de tamanho em termos dessa unidade de mensuração é uma proposição que faz uso da regra).⁵¹²

A regra gramatical será uma determinação arbitrária tal qual o estabelecimento de uma unidade de mensuração. Nesse caso, a determinação da regra gramatical é a determinação de um “objeto físico” (algo no tempo homogêneo da física – e não um dado imediato no tempo da memória) como unidade. Desse modo, o sentido das proposições daquele contexto de uso da linguagem dependerá da manutenção (ao longo do tempo) das regularidades subsumidas na regra (assim como o método de mensuração depende da preservação das regularidades presentes na unidade do método) – retornaremos a esse ponto nas seções seguintes.

Essa arbitrariedade da gramática nos leva ao seguinte problema (que será uma questão importante para o pensamento maduro de Wittgenstein). Lembremos, inicialmente, que, de acordo com nossas análises da filosofia de Wittgenstein do início da década de trinta, todas as proposições de nossa linguagem são fisicalistas/hipotéticas (ou seja: sempre situamos a linguagem e os objetos do discurso no tempo homogêneo da física). Assim, visto que não mais existe uma estratificação da linguagem (que seria a expressão da tese de que as regras da linguagem seriam determinadas, em última instância, pela realidade), todas as proposições estariam *em um mesmo nível* – não podendo haver proposições que seriam regras, em decorrência de como as coisas são na realidade. Como então saber se uma dada proposição (pois todas as proposições seriam hipotéticas/fisicalistas) é uma proposição empírica (uma faceta da hipótese que podemos comparar com a realidade) ou se essa proposição será uma regra gramatical (que determina o sentido que a faceta terá)? Dito de outro modo: se a regra é uma determinação arbitrária, o que torna uma proposição regra seria um mero acordo entre os falantes naquele contexto de uso? Ou seja: como saber então o que é regra e o que é proposição empírica?

Wittgenstein aborda esse tema nas aulas de 1933-1934, cujas notas são chamadas de “Caderno Amarelo”:

Suponha que um planeta que de acordo com uma certa hipótese descreve uma elipse de fato não descreve. Nós poderíamos dizer que deve haver um outro planeta, não visto, agindo sobre ele. É arbitrário se dizemos que nossas leis sobre órbita estão certas, que meramente não vemos um planeta agindo sobre ele, ou

⁵¹² BT, §57, p. 189. (“Die Regel setzt die Maßeinheit fest, und der Erfahrungssatz sagt, wie lang ein Gegenstand ist. (Und hier sieht man, wie logische Gleichnisse funktionieren, denn die Festsetzung der Maßeinheit ist wirklich eine grammatische Regel und die Angabe einer Länge in dieser Maßeinheit ein Satz, der von der Regel Gebrauch macht.)”)

que elas estão erradas. Aqui temos a transição entre uma hipótese e uma regra gramatical. Se dissermos que qualquer que seja a observação que fazemos há um planeta ali perto, estamos a tomando como uma regra, ela não descreve nenhuma experiência. Podemos então ser forçados a fazer alterações esdrúxulas. Teríamos que modelar tudo mais para prestar contas a ela.⁵¹³

Segundo este trecho, é arbitrária a determinação de se tomamos as leis sobre órbitas como corretas ou erradas e aceitamos ou não a ideia de que não vemos o planeta atuando sobre o planeta cuja órbita deveria ser elíptica. O ponto em questão é que, caso aceitemos que, independentemente das observações, há um planeta próximo ao outro planeta, tomamos a hipótese como uma regra. Nesse caso, como diz Wittgenstein: “aqui temos a transição entre uma hipótese e uma regra gramatical”. Ela deixará então de ter um valor *descritivo*, e passará a ter um valor *prescritivo* (“estamos a tomando como uma regra, ela não descreve nenhuma experiência”). O que é crucial aos nossos propósitos é notar que será o *uso* (arbitrário) que fazemos da proposição naquele contexto que determinará se ela é uma proposição empírica ou uma regra. Uma vez que estejamos aptos a rever tudo mais para adequar todas as descrições a uma determinada proposição, tomamos essa proposição como uma regra gramatical.

Há, assim, a partir da ruptura de 1930-1931 a ideia de uma *construção da normatividade* através da relação entre necessidade e contingência, na qual o necessário será a determinação “arbitrária” (naquele contexto de uso da linguagem) do que estaria isento da bipolaridade e que serviria de regra, a partir da qual determinaríamos o sentido das proposições empíricas. Do ponto de vista temporal, podemos formular essa relação entre necessidade e contingência como a atribuição *temporal* de um estatuto *atemporal* a uma certa proposição. Ao longo do tempo, dentro do contexto de uso da linguagem, a proposição será uma regra caso tomemos o valor de verdade da proposição como algo do qual não faz sentido perguntar se muda ou permanece o mesmo.

Mas isso traz à tona o seguinte problema – que será uma das dificuldades centrais do pensamento maduro de Wittgenstein. Em 1929-1930, tínhamos à disposição os protótipos lógicos que fixavam os significados das palavras, de tal forma que a regra para a aplicação de um termo estaria *atemporalmente* determinada. Com o abandono

⁵¹³ WCL, 33-34, p. 91. (“Suppose that a planet which according to a certain hypothesis describes an ellipse does in fact not do so. We should then say that there must be another planet, unseen, acting on it. It is arbitrary whether we say our laws of orbit are right, that we merely do not see the planet acting on it, or that they are wrong. Here we have a transition between a hypotheses and a grammatical rule. If we say that whatever observation we make there is a planet nearby, we are laying this down as a rule, it describes no experience. We may then be forced to make a queer alteration. We would have to model everything else to account for it”).

dessa essência fenomenológica, a normatividade da linguagem estará agora fundada em *regras*, que seriam a mera exclusão, ao longo do tempo (em um dado contexto de uso), da bipolaridade de certas proposições. Com isso, do ponto de vista temporal, não teríamos mais uma fundamentação *metafísica atemporal* do sentido, mas a determinação *no tempo* daquilo que terá (naquele contexto de uso) um estatuto *atemporal*. Porém (e esse é o cerne do problema), se saber a regra não é mais a posse de um *modelo do significado no tempo da memória*, o que é saber seguir uma regra? Isso significa que para podermos seguir uma regra devemos ter que constantemente nos lembrar da formulação da regra, ou checar através de um critério fiscalista se a memória está correta?

As respostas dadas por Wittgenstein a esse tipo de indagação indicam o caminho pelo qual sua filosofia vai seguir. Uma das principais consequências dessa mudança (como veremos a seguir) será a crítica ao tratamento do saber seguir uma regra como um *estado* (mental) – pois ainda seria a fundamentação do sentido *no tempo da memória*. Isso nos permitirá traçar uma importante distinção temporal entre as gramáticas dos objetos físicos, das sensações e das regras (que aprofundaremos em nossa análise das LSD). Vejamos, então, como Wittgenstein expressa o problema em questão, no BT:

O mais difícil problema parece ser o contraste, a relação, entre operar com a linguagem ao longo do tempo e a apreensão momentânea da proposição.⁵¹⁴

Esse problema se torna o mais difícil de todos em decorrência das mudanças presentes no período de 1929-1931. A constatação de que a linguagem deve necessariamente fluir no tempo homogêneo da física é a aceitação de que as operações linguísticas necessariamente estendem-se ao longo do tempo. Porém, visto que o entendimento da sentença é algo que ocorre em um instante, como relacionar o caráter temporalmente estendido da linguagem e a instantaneidade do entendimento da sentença? Esse problema é aprofundado por Wittgenstein, na sequência do texto:

Mas *quando* apreendemos ou compreendemos uma proposição?! *Depois* de a termos pronunciado? – E se é enquanto a pronunciamos – é esse entendimento um processo articulado, como a formação da proposição, ou um inarticulado? E se é inarticulado: não tem de estar conectado com ela de modo projetivo? Pois, do

⁵¹⁴ BT, §36, p. 113 / MS 111, p. 179 (de 13 de setembro de 1931). (“Das schwierigste Problem scheint der Gegensatz, das Verhältnis zu sein zwischen dem Operieren mit der Sprache im Lauf der Zeit und dem momentanen Erfassen des Satzes.”)

contrário, sua articulação seria independente da primeira [da formação da proposição].⁵¹⁵

Esse problema pode ser interpretado como uma consequência da tensão entre as duas temporalidades básicas do pensamento de Wittgenstein em 1929-1930. A temporalidade da sentença seria o tempo homogêneo da física, porém, aparentemente, o entendimento seria ainda concebido como algo que ocorre – de forma instantânea – no tempo primário (da memória). A dificuldade seria então articular essas duas temporalidades: a articulação temporal da linguagem e a instantaneidade do entendimento. Porém, essa dificuldade (que seria, aparentemente, “o problema mais difícil” de todos) não passaria de uma falsa analogia:

A linguagem aparentemente representa a capacidade e o entendimento como estados, como a dor de dente, e isso é a falsa analogia na qual eu laboro.

E se alguém perguntar: quando você é capaz de jogar xadrez? Sempre? Enquanto você está jogando? E durante cada movimento? – E que estranho que ser capaz de jogar xadrez dure um tempo tão curto e o jogo de xadrez um tempo tão longo!

Agora se “entender a palavra ‘amarelo’” queira dizer ser capaz de usá-la, então há a mesma questão: quando você *é capaz* de usá-la? Estamos falando de uma disposição? É uma suposição?⁵¹⁶

A dificuldade de articular as duas temporalidades é aqui retrçada à falsa analogia do entendimento (e do “ser capaz de”) como um *estado* (em um momento do tempo), à semelhança de uma dor de dente. O erro é o tratamento do entendimento como algo que deveria ser *co-presente* à aplicação da regra. É isso que leva às indagações “quando eu sou capaz de jogar xadrez?” e “quando eu sou capaz de usar [a palavra amarelo]?”. Além disso, se o entendimento fosse algo dado no tempo da memória (como um fenômeno, ou um estado de consciência) seria possível indagar qual é a duração do entendimento e quando, em relação ao uso estendido no tempo da regra, esse entendimento ocorreria (antes, durante, depois etc.).

A importância do trecho final da citação é que nos dá uma chave de leitura para conectar esse problema às nossas análises presentes nos capítulos e seções anteriores. Caso tomemos aquilo que determina o uso da palavra “amarelo” (ou a regra “isto é

⁵¹⁵ BT, §36, p. 113. (“Aber *wann* erfassen oder verstehen wir den Satz?! *Nachdem* wir ihn ausgesprochen haben? – Und wenn: während wir ihn aussprechen, – ist das Verstehen ein artikulierter Vorgang, wie das Bilden des Satzes, oder ein unartikulierter? Und wenn ein artikulierter: muß er nicht projektiv mit dem andern verbunden sein? Denn sonst wäre seine Artikulation von der ersten unabhängig.”).

⁵¹⁶ BT, §36, p. 114. (“Das Können und Verstehen wird von der Sprache scheinbar als Zustand dargestellt, wie der Zahnschmerz, und das ist die falsche Analogie, unter der ich laboriere. / Wie, wenn man fragte: Wann *kannst* Du Schach spielen? Immer? Während Du spielst? & während jedes Zuges? – Und wie seltsam, daß Schachspielen-Können so kurze Zeit dauert und eine Schachpartie so viel länger! / Wenn nun ”das Wort ‚gelb‘ verstehen“ heißt, es anwenden können, so ist die gleiche Frage: Wann *kannst* Du es anwenden. Redest Du von einer Disposition? Ist es eine Vermutung?”).

amarelo”) como um fenômeno (ou um estado de consciência – como um dado imediato presente à consciência) e aceitemos que a linguagem é algo cuja aplicação e articulação se estende ao longo do tempo, teríamos duas opções: *i*) tomar aquilo que determina a aplicação da regra como algo ao qual *sempre* teremos um acesso imediato (como fez Wittgenstein em 1929-1930 – através do colapso entre passado e memória) ou *ii*) tomar isto como algo co-presente à aplicação da regra, mas cuja a duração pode ter início, meio e fim. É esse segundo cenário que estaria presente nos questionamentos “quando você é capaz de jogar xadrez? Sempre? Enquanto você está jogando? E durante cada movimento?”.

A solução que Wittgenstein oferecerá a esse aparente dilema será a recusa da sua ideia básica: de que o saber seguir uma regra seja um estado (algo que é dado à consciência), co-presente à aplicação da regra (como o “corpo-de-significado” (*Bedeutungskörper*) da palavra).⁵¹⁷ Isso instituirá uma importante distinção temporal entre *i*) a temporalidade física da aplicação da linguagem (ao longo do que ele antes chamou de “tempo homogêneo da física”) *ii*) os fenômenos e estados de consciência (dados no anteriormente chamado “tempo da memória”) e *iii*) a temporalidade das regras. A ruptura de 1930-1931 pode ser interpretada como a recusa de que a temporalidade dos fenômenos e dos estados de consciência seja uma temporalidade *primária*, a partir da qual poderíamos construir a normatividade da linguagem. Nesse caso, aquilo que (em última instância) determinava as regras da linguagem nos era dado no tempo da memória. A distinção entre essa temporalidade e a temporalidade das regras (ponto este ainda turvo ao pensamento de Wittgenstein no BT – visto que ainda toma esse problema como “o mais difícil de todos”) será a recusa total da fundamentação da normatividade da linguagem no tempo da memória. Wittgenstein expressa (anos mais tarde) essa distinção tomando como exemplo a intenção (retornaremos a essa ideia de uma *duração genuína* no capítulo 6):

Intento, intenção, não é nem uma emoção, uma disposição, nem uma sensação ou imagem. Não é um estado de consciência. Ela não tem duração genuína [*echte Dauer*].⁵¹⁸

Saber seguir uma regra (como veremos no capítulo 7) não será algo no tempo da memória (uma representação (*Vorstellung*), ou um estado de consciência), mas o resultado de práticas, baseadas nas regularidades empíricas que (arbitrariamente)

⁵¹⁷ Cf. MS 114, pp.32, 39 / BT, §11, p. 37.

⁵¹⁸ Z, §45 / BPPII, §178. (“Absicht, Intention, ist weder Gemütsbewegung, Stimmung, noch Empfindung, oder Vorstellung. Sie ist kein Bewußtseinszustand. Sie hat nicht echte Dauer”).

incorporamos à linguagem (ao determinarmos os critérios, padrões e modelos) e na semelhança de nossas aptidões. (Mas isso não significa que a memória deixe de ter qualquer papel na normatividade da linguagem, apenas que a memória não será ela mesma aquilo que determina essa normatividade).

6. O argumento da linguagem privada (em 1936 e nas PU) e as análises do tempo da década de trinta

Neste capítulo, analisaremos as conexões entre as análises do tempo de Wittgenstein do início da década de trinta (mais precisamente: do MS 106, de fevereiro de 1929, até o BT (TS 213), de janeiro de 1932) e alguns importantes trechos e passagens sobre a impossibilidade de uma linguagem privada. O objetivo será mostrar que essas análises têm como pano de fundo as constatações e conclusões que encontramos nas análises do tempo de Wittgenstein, em seu período intermediário.

6.1. O argumento da linguagem privada nas aulas de 1936

As aulas ministradas por Wittgenstein, na segunda metade do ano acadêmico de 1935-1936, tiveram como tópico aquilo que hoje em dia comumente chamamos de “argumento da linguagem privada” (ALP).⁵¹⁹ Nessas aulas, Wittgenstein visa mostrar as confusões gramaticais e conceituais presentes na suposição da possibilidade da nomeação das seções e impressões. A importância dessas notas para os propósitos desta tese é que nelas (principalmente, nas aulas de maio de 1936) podemos encontrar versões do ALP, cujas formulações tematizam diretamente o problema da linguagem privada em estreita relação com os problemas temporais, aos quais Wittgenstein se dedicou, principalmente, entre 1929 e 1933. Wittgenstein aborda, entre outros, o problema do reconhecimento, da memória, a redução da realidade ao presente (o problema do solipsismo instantaneísta). Além disso (e esse nos será um dos pontos cruciais), o autor utiliza a metáfora do projetor (que analisamos na seção 1.1.3.) para oferecer uma versão do argumento da linguagem privada, que nos permitirá notar, posteriormente, de maneira exata a presença do tempo nos trechos sobre a linguagem privada nas PU. Por esse viés podemos ver como a suposição da possibilidade de uma linguagem privada encontra-se diretamente relacionada às confusões acerca da gramática *temporal* das sensações e dos objetos. Esse viés claramente temporal, embora ainda se encontre

⁵¹⁹ As notas de Rush Rhees dessas aulas, intituladas “The Language of Sense Data and Private Experience” (LSD), foram publicadas no livro *Philosophical Occasions 1912-1951* (PO, pp. 290-367).

presente nas PU (como abordaremos na seção seguinte), pode ser notado no LSD como um tema central do chamado “argumento da linguagem privada”.

Do ponto de vista temporal, o foco de Wittgenstein será desfazer a suposição da possibilidade da nomeação das sensações (da experiência privada), de tal modo que esse batismo, que ocorre no presente da experiência imediata (no constante *agora*), pudesse determinar modelos para as aplicações futuras da linguagem. Contrariamente a essa ideia, o autor mostra que os modelos da linguagem devem ser *objetos físicos* que *perduram*. Por esse viés, no que diz respeito às sensações, concluirá Wittgenstein: “[t]emos que falar de comportamento se falamos de nossa linguagem e seu uso”.⁵²⁰ Ou seja, o comportamento da dor será o “objeto físico” (em um tempo quantitativo – no qual podemos dizer que algo “perdura”), cuja nomeação determinará o modelo da linguagem que fala das sensações (embora, como veremos nas seções seguintes, para que essa nomeação determine um modelo, é necessário que essa nomeação se dê dentro de um jogo de linguagem, de tal modo que a determinação categorial do que é nomeado seja possível).⁵²¹

No sub-capítulo 6.1.1., faremos uma análise detalhada de algumas das ideias do LSD, que culminarão com a formulação temporal do ALP por meio da metáfora do projetor. No sub-capítulo 6.1.2., faremos uma análise comparativa entre as ideias expressas nessas aulas de 1936 e as conclusões que retiramos do estudo das passagens sobre o tempo nos anos de 1929-1933.

6.1.1. A impossibilidade do uso das impressões como modelos para as aplicações da linguagem

Nas aulas de 6, 11 e 13 de maio de 1936,⁵²² Wittgenstein analisa o problema da nomeação das sensações sobre vários aspectos. No que tange ao aspecto temporal desse

⁵²⁰ LSD, p. 334. (“We have to talk of behavior if we talk of our language and its use”).

⁵²¹ Veremos, no capítulo 7, como, diante desse cenário, Wittgenstein pensará ser possível frear o regresso ao infinito do sentido.

⁵²² Dessas três datas, apenas a de 11 de maio é uma aproximação. A datação das notas de Rhes não é muito precisa, porém os editores do PO utilizaram as datas das notas de Margaret Macdonald como referência (cf. PO, p. 289). A dificuldade que essas notas de aulas de Rush Rhees nos põe é que não encontraremos ali uma argumentação linear, mas a tentativa sub-reptícia de Wittgenstein expressar as confusões gramaticais que estariam presentes na ideia de que seria possível nomearmos os dados imediatos. Ou seja, encontraremos nessas notas uma versão ainda mais fragmentada do estilo tradicional da filosofia tardia de Wittgenstein. Para contornarmos essa dificuldade, buscarei fazer uma análise do

problema, o autor toma como ponto de partida a crítica à compreensão do “isto” como o único nome próprio genuíno, quando o “isto” não teria por referente “um *objeto físico*, mas, ao invés disso, uma *impressão*”.⁵²³ Essa crítica, cujo alvo podemos retrair à filosofia de Bertrand Russell,⁵²⁴ tem inicialmente três principais momentos. Esse três momentos culminarão na formulação do problema através da metáfora do projetor (cuja análise nos será extremamente importante).

Os momentos da crítica inicial ao uso da sentença “eu vejo isto”, quando o “isto” tem por referente uma sensação, são:

- i) haveria uma trivialização do dêitico, na qual a sentença “eu vejo isto” seria usada de modo semelhante a uma tautologia como “A é A” e “eu estou aqui”.⁵²⁵
- ii) concebe-se o “isto” como o único nome próprio genuíno, utilizando esse dêitico de modo semelhante a uma “saudação” (“*greeting*”) do que nos é dado no presente da experiência imediata.⁵²⁶
- iii) a sentença “eu vejo isto” seria concebida como *modelo de si mesma*.⁵²⁷

Vejamos, então, como Wittgenstein constrói esses três momentos, tendo em vista localizarmos o pano de fundo *temporal* do problema que será sumarizado, na sequência da aula do dia 6, com o uso da metáfora do projetor. Esse percurso nos levará a uma dupla perspectiva: a um viés negativo, que expressa a impossibilidade da nomeação das sensações e impressões (como a determinação de modelos para a aplicação futura da linguagem) e um viés positivo, da necessidade de que aquilo que é nomeado seja um “objeto físico”.

A trivialização que ocorre em *i*, na qual a sentença “eu vejo isto” seria da mesma natureza que “A é A” e “eu estou aqui”, é expressa como uma decorrência do modo como o “isto”, ao designar uma sensação, apontaria para algo que invariavelmente ocorre *agora*. O paralelo com o uso trivial da sentença “eu estou aqui” é bastante revelador para mostrar qual é o problema em questão. Assim como sempre estou em um

percurso dessas aulas, da forma mais sistemática possível, porém, tendo em mente o caráter fragmentado de como as ideias de Wittgenstein foram expressas.

⁵²³ Cf. LSD, p. 334. (Grifos meus).

⁵²⁴ Embora o nome de Russell não seja mencionado nessas aulas, o modo como as críticas de Wittgenstein direcionam-se a teses defendidas por ele, nos permitirá interpretar, de forma direta, essas aulas como um diálogo entre esses autores.

⁵²⁵ Cf. LSD, p. 334.

⁵²⁶ Cf. LSD, p. 335.

⁵²⁷ Cf. LSD, p. 335.

lugar que (supostamente) posso chamar de “aqui”, temporalmente sempre estou em um momento que posso (supostamente) chamar de “agora” (embora, note-se que o objetivo de Wittgenstein é, em parte, mostrar que esses usos dos dêiticos “aqui” e “agora” seriam também ilusórios). Caso concebamos o “isto” como um dêitico que designa esse constante *agora*, a consequência é, como afirma Wittgenstein: “(...) então você pode dizer qualquer coisa que quiser da impressão – talvez que sua impressão nunca varie”.⁵²⁸

A tentação, neste caso, em que o “isto” apontaria para o constante *agora*, seria semelhante à tentação de reduzir a realidade ao presente – expressa no *motto* solipsista instantaneísta: “tudo que é real é a minha experiência imediata”. Em ambos os casos, concede-se uma primazia (ontológica, no caso do solipsismo, e semântica, no uso do “isto”) *ao presente*, de tal modo que poderíamos traçar o seguinte paralelo. No caso da redução da realidade ao presente, seríamos tentados a pensar (como expressa Wittgenstein no BPP I) que “[o] relógio ideal sempre apontaria para o tempo ‘agora’”,⁵²⁹ pois não haveria, em realidade, nenhum outro momento além do agora. Pensaríamos, assim, que “a data real é *agora*”, do mesmo modo que “o lugar real é *aqui*” – chegando à trivialização dos dêiticos “agora” e “aqui”.⁵³⁰ Do ponto de vista semântico, essa primazia do presente seria a suposição de que o nome ideal (o *único* nome próprio genuíno: o “isto”) designaria esse constante *agora*. A consequência é a trivialização do “isto” à semelhança dos dêiticos “agora” e “aqui”. A possibilidade de dizer, nesse caso, “que sua impressão nunca varie” seria o resultado de que o “isto” estaria atado à invariabilidade temporal desse *agora* – como o relógio (supostamente) ideal, que sempre apontaria para o *agora*. Consequentemente, como afirma Wittgenstein: “(...) seria natural que suas impressões tivessem o mesmo nome próprio”.⁵³¹

Visto que essa crítica (assim como a crítica *ii*) pode ser interpretada como tendo por alvo a filosofia de Russell, é importante termos em mente (mesmo que de maneira sucinta) a concepção que é aqui atacada.

⁵²⁸ LSD, p. 334.

⁵²⁹ Cf. BPP I, §721. (“Die ideale Uhr würde einfach immer auf die Zeit 'Jetzt' zeigen." Hängt auch mit der Sprache zusammen, die nur meine Eindrücke im gegenwärtigen Augenblick beschreibt. Verwandt die Uraussage, die nur ein unartikulierter Laut ist. (Driesch.) Der ideale Name, der das Wort "dieses" ist”).

⁵³⁰ Cf. LSD, p. 336. (“the real data is *now*”, “the real place is *here*”).

⁵³¹ LSD, p. 335. (“(...) it would be quite *natural* that your impressions should have the same proper name”).

No seu manuscrito “Theory of Knowledge” (TK), Russell define o “eu” e o “tempo presente” a partir do “isto”. Segundo Russell: “‘isto’ é o nome próprio aplicado ao objeto para o qual eu *agora* presto atenção”.⁵³² Aqui Russell claramente comete o equívoco, há pouco mencionado, de tomar o “isto” como algo que *nomeia* o que nos é dado no *constante agora*. A definição do “eu” e do “tempo presente” a partir do “isto” ocorreria da seguinte forma:

O sujeito que presta atenção ao ‘isto’ é chamado de ‘eu’ e o tempo das coisas que têm com o ‘eu’ a relação de presença é chamado de tempo presente. ‘Isto’ é o ponto do qual todo processo começa, e ‘isto’ não é definido, mas simplesmente dado.⁵³³

Neste trecho, Russell concebe o “isto” como algo simplesmente dado, a partir do qual o “eu” e o “tempo presente” seriam definidos. O “eu” seria aquele que presta atenção à designação, por meio do “isto”, das coisas que mantêm uma relação de presença com esse sujeito. O tempo dessas coisas dadas nessa relação de presença seria o “tempo presente”. Através dessa possibilidade de definir o “eu” e o “tempo presente” a partir do “isto” (que nos seria simplesmente dado), Russell conclui que a “[e]xperiência presente’ é mais fundamental que a noção de ‘tempo presente’: o último pode ser definido nos termos do anterior”⁵³⁴. Assim, aquilo ao qual o “isto” é dirigido seria o referente último da análise da linguagem (algo conhecido por “*acquaintance*”) e o “isto” o único nome próprio genuíno, que nomeia o que é dado *agora*.

Para Wittgenstein (e esse é o ponto *ii* da sua crítica inicial), esse uso do “isto” seria semelhante ao caso no qual, diante de uma flor, que nos causa impressão, diríamos “Ah!”. O ponto em questão é que, para o autor, utiliza-se aqui o “(...) ‘isto’ de modo semelhante a uma ‘saudação’ [*greeting*]”.⁵³⁵ Dessa forma, se o “isto” fosse utilizado como uma saudação do que nos é dado no presente (como um dêitico que sempre designa o que nos é dado no presente), seria natural, segundo Wittgenstein, que todas as nossas impressões devessem ter o mesmo nome próprio. Nos termos da posição defendida por Russell, a crítica de Wittgenstein seria a ideia de que, se o “isto” nomeia aquilo que mantêm uma relação de presença com o *eu*, então, todas as impressões deveriam ter o mesmo nome próprio, pois todas mantêm uma relação de presença com o *eu*, no tempo presente. O outro lado dessa trivialização do uso do dêitico “isto”, à

⁵³² TK, p. 40. (Grifo meu).

⁵³³ TK, p. 40.

⁵³⁴ TK, p. 38.

⁵³⁵ LSD, p. 335.

semelhança de uma saudação, é que qualquer nome dito como uma saudação do presente poderia desempenhar o papel lógico atribuído ao “isto”. Ou seja, o “isto” não teria o privilégio atribuído por Russell, de ser o *único nome próprio genuíno*. (Analisaremos mais adiante os desdobramentos dessa crítica a Russell).

O momento *iii* da crítica de Wittgenstein à utilização do “isto” como um nome de uma sensação é exposto como a negligência de que ao se afirmar “eu vejo isto”, teríamos duas opções: (1) designar *isto*, ao qual apontamos, como um modelo para aplicações futuras da linguagem, ou (2) já estaríamos *usando* isto como um modelo (dizendo que teríamos aqui uma instanciação daquilo que anteriormente foi determinado como modelo). No caso (1) (e esse será um ponto extremamente importante às nossas análises), segundo o autor, aponta-se para um *objeto físico* (determinando o modelo) e no (2) para alguma forma de *descrição* (que utiliza o modelo como regra gramatical). O problema, que leva à trivialização do “isto”, é expresso da seguinte forma: “[m]as a tentação é fazer algo em meio a esses dois e, a se dizer, usar isso como um modelo de si mesmo”.⁵³⁶ Nesse caso, utiliza-se a expressão “eu vejo isto” como *modelo de si mesma*, pois, segundo o autor, predicaríamos do modelo aquilo mesmo que o modelo deveria determinar. Poderemos interpretar esse caso como uma situação semelhante à tentativa de dizer que o metro de Paris tem *um metro*. (Na sequência das aulas do dia 6, 11 e 13 de maio de 1936 poderemos notar como o problema do modelo como *modelo de si mesmo* encontra-se relacionado ao modo como o *reconhecimento* do que foi determinado da nomeação não seria passível de bipolaridade).

a) O uso da metáfora do projetor em 1936:

Porém, antes de nos determos neste ponto, vejamos como Wittgenstein sumariza essas críticas anteriores recorrendo à metáfora do projetor – na qual a dimensão *temporal* da exigência de que o modelo seja um objeto físico fica visível. Wittgenstein levanta o seguinte cenário hipotético:

Imagine um cinema em que temos nomes para as imagens na tela, a, b, c etc., e dizemos ‘c é agora’ – significando por ‘c’ a imagem no filme e dizendo que ela está sendo projetada. Agora imagine alguém que pensasse poder usar ‘c’ não para se referir à imagem no filme, mas dizendo isso do que está simplesmente na tela –

⁵³⁶ LSD, p. 335. (“But the temptation is to do something between these two, and use it as a sample of itself, so to speak”).

*apontando para aquilo, chamando aquilo c, e dizendo “c é agora”. Ele poderia igualmente ter dito que qualquer coisa era ‘c’.*⁵³⁷

O uso da metáfora do projetor em 1929-1930 visava mostrar, em um primeiro momento, como o estatuto do tempo é distinto entre a temporalidade daquilo que ele chamou de “mundo primário” (da experiência imediata – *a tela*) e o tempo tal qual concebido de forma espacializada nos modos de apresentação fisicalistas do tempo (*o filme*). Embora, a partir de 1930-1931 (como sugerem nossas análises anteriores), Wittgenstein abandone a ideia de que haveria um sistema primário e um sistema secundário, podemos aqui encontrar, na passagem citada, a ideia de que há ainda uma profunda diferença temporal, entre a gramática temporal do que nos é dado na tela (as sensações e impressões) e no filme (os objetos físicos).⁵³⁸ Ao aproximar o uso da metáfora em 1936 do sentido expresso em 1929-1930, pode-se dizer que Wittgenstein, em 1936, busca contrapor dois sentidos distintos que o presente poderia ter na afirmação “c é agora”. Ao dizer “c é agora”, essa proposição pode significar que a imagem do filme que chamo de “c” está agora na frente do projetor. Nesse caso, a afirmação “c é agora” significaria que o evento “c”, que pode ser localizado em um determinado lugar da linha do tempo (da película), é agora presente (está diante da lente do projetor). O que será o alvo da crítica no uso da metáfora em 1936 é a ideia de que “c é agora” significaria, não a imagem do filme, “*mas dizendo isso do que está simplesmente na tela*”. Ou seja, o problema se encontra na ideia de que “c” nomearia o que nos é dado no presente fluxo atemporal da experiência imediata (no constante *agora*). Alerta Wittgenstein, nesse caso “poderia igualmente ter dito que *qualquer* coisa era ‘c’”. A contraparte positiva dessa crítica é que o objeto nomeado, para que possa determinar um modelo para as aplicações futuras da linguagem, deveria ser algo no tempo físico (no filme) – como analisaremos, detidamente, na seção seguinte.

⁵³⁷ LSD, p. 336. (Grifos do autor).

⁵³⁸ Abordaremos melhor essa diferença, entre 1929-1930 e 1936, na seção seguinte, cujo objetivo será o estudo dessa relação. Em resumo, o que argumentarei é que a inexistência de dois sistemas não significa que a diferença entre as gramáticas temporais dos dados imediatos e dos objetos físicos tenha sido obliterada (pelo contrário – como mostra a citação acima da aula de 1936). O que Wittgenstein abandona é a ideia de que a gramática temporal dos objetos físicos seria *construída* a partir da multiplicidade lógica temporal da experiência imediata. Ou seja, desaparece a ideia *vertical* de que o “segundo” sistema seria *construído* a partir do “primário”. O que encontraremos, após a ruptura de 1930-1931, é a ideia de que há gramáticas temporais distintas (das sensações e dos objetos físicos) – e as gramáticas temporais do que foi anteriormente chamado de “mundo primário” serão parasitárias das gramáticas temporais fisicalistas (pois as determinações das regras gramaticais deverão ser *fisicalistas* – ou, nos termos de 1936: *behaviorista*, no caso das sensações).

Mas antes de nos dedicarmos à análise desses temas, vejamos como Wittgenstein explora as ideias expressas na metáfora do projetor através do aprofundamento da crítica a Russell, na aula de 11 de maio. O alvo da crítica não será apenas o uso do “isto” como único nome próprio genuíno, mas uma ilusão que estaria na base dessa concepção. A importância dessa crítica é que nos mostrará que o problema da nomeação do que é dado no constante *agora* se encontra atrelado ao problema da identidade do que nos é dado nesse tempo (e esse problema será explorado na sequência das aulas através da ideia da impossibilidade de uma bipolaridade do reconhecimento e da memória, no caso da nomeação das sensações).

Segundo Wittgenstein: “[s]e dermos a essa criatura um nome, então não podemos dar ao átomo temporal um nome no sentido normal”.⁵³⁹ Essa afirmação poderá ser tomada como uma crítica direta a Russell, pois, como vimos na análise do uso feito por Russell da metáfora do projetor de Bergson, para Russell, a persistência dos objetos que nos são dados no presente da experiência imediata (na *tela*) seria uma ilusão causada pelo modo como os corpúsculos-temporais que compõem a realidade nos são dados. Segundo Russell:

Cada uma dessas [coisas] deve ser tomada, não como uma única entidade persistente, mas como uma série de entidades, sucedendo umas às outras no tempo, cada uma durando apenas um período muito curto, porém, provavelmente não um mero instante matemático.⁵⁴⁰

A crítica de Wittgenstein tem como alvo a ideia de que poderíamos nomear esses corpúsculos-temporais (da série de entidades que compõem o objeto dado no presente), da mesma forma que nomeamos uma criatura (que seria composta por esses corpúsculos-temporais). A primeira crítica de Wittgenstein é que, nesse caso, haveria uma confusão entre uma questão física (“do que isso é feito”) e uma questão acerca da análise lógica (o que estaria no final da análise lógica da linguagem).⁵⁴¹ Como vimos, Russell claramente atribui ao filme o estatuto da realidade, de tal modo que essa crítica

⁵³⁹ LSD, p. 339. (“If we give this creature a name, then we cannot give the time atom a name in the normal sense”).

⁵⁴⁰ UCM, pp. 99-100. (Reeditado em ML).

⁵⁴¹ Cf. LSD, p. 339. A importância dessa distinção traçada por Wittgenstein, entre a questão física e a questão da análise lógica, é que nos permite corroborar a distinção feita na seção 4.1.2., entre o equívoco de Russell (uma confusão entre o estatuto da tela e do filme) e o próprio equívoco ao qual Wittgenstein estava sujeito em 1929-1930 (a ideia de que haveria um fluxo essencial *na tela*). O primeiro caso seria uma confusão entre a questão física e a questão lógica e o segundo a suposição de uma estrutura temporal *metafísica*, que determinaria a sintaxe da linguagem. Ou seja, seria possível distinguirmos aqui o nível físico do nível metafísico da ilusão de que “tudo flui” (embora possamos interpretar o nível metafísico como a *sublimação* da ilusão presente no nível físico).

seria bastante pertinente (de acordo com nossas análises anteriores), pois Russell estaria tomando o objeto como é representado na estrutura temporal physicalista (no filme), como a realidade nomeada pela linguagem, no âmbito de uma linguagem completamente analisada. Wittgenstein aprofunda a crítica na sequência do texto, mostrando como o problema, ao final, encontra-se atrelado à determinação da identidade dos dados imediatos:

Suponhamos que eu diga que um homem é feito de um número de átomos de tempo. Suponhamos que eu diga “às 5 em ponto este * estava presente, e chamo isto A”. Se eu digo 5 minutos depois das 5 que havia B, que é exatamente o mesmo isto que chamei de A – bem, então por que usar “A” e “B”? ((Aplicação para: este átomo de tempo e depois *este* átomo de tempo)).⁵⁴²

O cerne do problema poderia ser interpretado da seguinte forma. Às 5 horas, o átomo temporal (o corpúsculo-temporal), que compõe um certo objeto, nos seria dado e batizaríamos esse átomo temporal de “A”. Depois de cinco minutos, outro átomo temporal (“exatamente o mesmo isto que chamei de A”) nos seria dado e batizaríamos de “B”. A questão central levantada pelo autor é: por que usar “A” e “B”? O adendo feito por Rush Rhees em parênteses parece sinalizar o modo como Wittgenstein explorou esse exemplo em aula. O problema aqui presente seria determinar a diferença entre um átomo temporal que nos é dado *agora* e um átomo temporal que nos é dado mais tarde (sendo que os dois são concebidos como algo que é dado *agora* – no presente da experiência imediata).

O recurso a essa crítica a Russell, sinaliza a semelhança entre o problema presente nessa concepção da realidade como composta por corpúsculos-temporais e o problema da nomeação das impressões (no qual tomaríamos o nome semelhantemente a um dêitico que designa o presente). Em ambos os casos teríamos uma forma de instantaneísmo semântico, que seria incapaz de determinar uma regra para as aplicações futuras da linguagem, pois não seria possível determinar a identidade do que foi fixado como modelo, no batismo da sensação. (Na sequência veremos as razões dessa impossibilidade).

b) A transtemporalidade dos modelos da linguagem

⁵⁴² LSD, p. 339. (“Suppose I say a man is made up of a number of time atoms. Suppose I said “at 5 o’clock was this * present, and I call this A”. If I then say at 5 minutes past 5 there was B, which was exactly the same as this which I called A – well, then why use “A” and “B”? ((Application to: this time atom, and later *this* time atom))”).

Na aula do dia 11 de maio, Wittgenstein expressa, de forma detida, não só a razão da *impossibilidade* da nomeação das sensações e impressões (que resulta na situação, expressa através da metáfora do projetor, de que “igualmente ter dito que *qualquer* coisa era ‘c’”), mas também explora a tese *positiva* de que o modelo deve ser um *objeto físico* (no caso das sensações, um modelo *behaviorista*). Por esse viés, o cerne da aula de 11 de maio são duas indagações frutos da seguinte suposição. Alguém pergunta “o que é dor?” e, como resposta, daríamos um *beliscão* nessa pessoa. Desse modo, diz o autor, “dei a ele um modelo”. A questão central é: “[a]gora o que foi o modelo? Foi o *beliscão* ou foi a sensação particular que você deu a ele?”⁵⁴³

As respostas dessas questões se bifurcarão em duas vias: haverá (*i*) um caminho *behaviorista* – no qual o beliscão é o modelo (neste caso o *isto* designaria o comportamento da dor, ou o ato de beliscar a pele da pessoa) e (*ii*) o caminho (a ser criticado) no qual o modelo seria, supostamente, a sensação particular. Wittgenstein qualifica precisamente esse segundo caminho, afirmando que, nesse caso: “(*a*) que apenas ele sabia o que era a sensação e (*b*) a sensação foi o que era *presente*”.⁵⁴⁴ (Temos aqui um cenário muito semelhante ao que encontraremos nas PU, quando Wittgenstein expressa o sentido por ele explorado de “linguagem privada”). Porém, nesse caso, diz o autor: “(...) a sensação não podia ter sido o modelo”.⁵⁴⁵ Para mostrar como a sensação *privada* (dada no constante presente) não pode ser o modelo, afirma Wittgenstein (em uma passagem que nos será extremamente importante):

O modelo é parte de nossa linguagem; é, desse modo, como uma palavra. Nós usamos modelos diferentemente das palavras, e palavras às vezes como modelo e às vezes não. Mas o que queria dizer era: um modelo é, assim como uma palavra, algo que perdura [*something which lasts*] – eu mostro a você o modelo, você o vê, eu o vejo, nós o olhamos por cinco minutos. A gramática da palavra “*modelo*” e a gramática de “*palavra*” são similares no sentido no qual a gramática de “*palavra*” e a gramática de “*impressão*” não são.⁵⁴⁶

O primeiro ponto a ser notado é que o modelo, assim como uma palavra, pertence à linguagem. (Tal ideia já se fazia presente em 1930, na afirmação do MS 107: “[s]e quero dizer a alguém que cor um material deve ter, eu mando a ele um modelo [*Muster*], e obviamente esse modelo pertence à linguagem”).⁵⁴⁷ Porém, modelos e

⁵⁴³ LSD, p. 339. (Grifo do autor). (“Now what was the sample? Was the *pinching*, or was it the particular sensation which you gave him?”).

⁵⁴⁴ LSD, p. 339.

⁵⁴⁵ LSD, p. 339. (“(...) the sensation couldn’t have been the sample”).

⁵⁴⁶ LSD, pp. 340-341. (Grifos do autor).

⁵⁴⁷ MS, 107, p. 281 / PB, §38 (escrito em 3 de fevereiro de 1930).

palavras seriam utilizadas de maneiras diferentes (embora Wittgenstein afirme, sem nos oferecer um exemplo, que às vezes as palavras são utilizadas como modelos). O segundo ponto a ser notado (e que constitui o cerne *temporal* do problema) é que, segundo o autor: “um modelo é, assim como uma palavra, *algo que perdura* [*something which lasts*]”. Logo na sequência, Wittgenstein oferece um exemplo, no qual relaciona a possibilidade do modelo *perdurar* ao caráter *público* desse modelo: “eu mostro a você o modelo, você o vê, eu o vejo, nós o olhamos por cinco minutos”. Em contrapartida, a sensação não poderia ser o modelo para as aplicações futuras da linguagem, pois (como expresso em outro trecho da aula) “a sensação foi o que era *presente*”.⁵⁴⁸ Essa passagem sugere que aquilo que nos é dado no presente da experiência imediata não poderia determinar a normatividade da linguagem (um modelo para as aplicações futuras), dada a exigência de que os modelos *perdurem*.

A grande conclusão é que a palavra “modelo” teria uma gramática similar à de “palavra” *no mesmo sentido* no qual a gramática de “palavra” seria diferente da gramática de “impressão”. O modo como o autor constrói essa conclusão nos permite afirmar que a distinção gramatical em questão é *temporal*. Essa distinção seria exemplificada pela possibilidade do modelo *perdurar*.

O recurso ao behaviorismo, presente na ideia de que o modelo seria o comportamento da dor (ou o *beliscão*), nos será extremamente importante; não só para a compreensão do ALP nas PU, mas para a exata determinação de como a dimensão temporal do fisicalismo do período intermediário se expressa em sua filosofia tardia. Como afirma Wittgenstein, nas LSD:

Sempre que fazemos uma afirmação que pareça ser behaviorista, o essencial é que damos um *modelo*. O que é behaviorista é o *modelo* que eu dou.⁵⁴⁹

Porém (como aprofundaremos em nossas análises das PU) a ideia de que “[t]emos que falar de comportamento se falamos de nossa linguagem e seu uso”⁵⁵⁰ não faz de Wittgenstein um behaviorista. Ao relacionarmos a ideia *i*) de que o comportamento da dor (*behavior*) é aquilo que será determinado como modelo com *ii*) a afirmação de que o modelo deve ser algo que *perdura* fica evidente como o recurso ao behaviorismo é aqui a necessidade de que os modelos da linguagem sejam eventos *no tempo físico* (no qual faz sentido dizer que olhamos o modelo por “cinco minutos”) –

⁵⁴⁸ Cf. LSD, p. 339.

⁵⁴⁹ LSD, p. 339. (Grifos do autor). (“Whenever we make statements which seem to be behavioristic statements, the essence is that we give a *sample*. What is behavioristic is the *sample* which I give”).

⁵⁵⁰ LSD, p. 334. (“We have to talk of behavior if we talk of our language and its use”).

aprofundaremos esse ponto na seção seguinte. Ou seja, em uma perspectiva temporal, o *comportamento* da dor (ou o beliscão) será algo *no tempo físico*, que pertence à linguagem, assim como pertence à linguagem uma tabela de cores ou o metro de Paris.

Ainda na aula do dia 11, Wittgenstein explora uma possível objeção, que nos revela a conexão entre a exigência de que o modelo *perdure* e a possibilidade de uma bipolaridade do reconhecimento. A objeção é que, contrariamente à ideia de que as sensações não perduram, poderíamos afirmar que: “[a] sensação passa, e então depois eu a reconheço novamente” (na qual o reconhecimento seria uma maneira de conceder uma identidade à dor, semelhantemente a um objeto que perdura – concedendo à sensação uma espécie de *trans-temporalidade*). A crítica de Wittgenstein a essa objeção é que: “[v]ocê não pode falar em *reconhecer* isto, pois você não tem critério para reconhecer corretamente ou erradamente”.⁵⁵¹

A razão da impossibilidade de um reconhecimento correto ou incorreto é expressa por Wittgenstein nos seguintes termos:

Falamos de *reconhecimento* correto ou errado. “É o mesmo e eu o reconheço”. Mas aqui o critério é *que* eu o reconheço – a se dizer, “dor” de novo. Isso realmente quer dizer que é impossível reconhecê-la erradamente – de fato não há tal coisa aqui como reconhecimento.

(...)

Usamos “reconhecer” onde podemos dizer “é o mesmo e ele *reconheceu*”. Aqui é usado onde há uma distinção entre aparência e realidade. Mas nesse outro caso não há tal distinção.⁵⁵²

A impossibilidade de um *critério* para o reconhecimento, no caso da sensação da dor como um dado imediato privado, é aqui atribuída à impossibilidade de uma distinção entre “é a mesma” e “reconheço-a”. Nesse caso, que *é* a mesma seria determinado pelo reconhecimento (de tal modo que as condições de sentido e as condições de verdade do reconhecimento estariam sobrepostas). Não haveria, então, uma distinção entre a aparência (que me parece ser a mesma – que a reconheço) e a realidade (que *é* a mesma). E apenas onde teríamos uma distinção entre ser e parecer ser faria sentido falar em reconhecimento. Ou seja, podemos notar aqui como a tese de que o modelo deve ser algo que *perdura* encontra-se diretamente relacionado à possibilidade

⁵⁵¹ LSD, p. 340. (Grifo do autor). (“You can’t talk of *recognizing* it, because you have no criterion of recognizing correctly or incorrectly”).

⁵⁵² LSD, p. 341. (Grifos do autor). (“We talk of *recognizing* rightly and wrongly. “It is the same and he recognized it”. But here the criterion is *that* you recognize it – that you say “pain” again. This really means that it is impossible to recognize it wrongly – in fact there is not any such thing as recognition here. / (...) We use “recognize” where we can say “it *is* the same and he *recognized*”. Here it is used where there is a distinction between appearance and reality. But in this other case there is no such distinction”).

de uma *bipolaridade* do reconhecimento. Só faria sentido falarmos de reconhecimento quando a identidade daquilo que é reconhecido independe do ato de reconhecimento. O recurso a um “objeto físico” como modelo seria a adoção de um critério que independe do reconhecimento como *fonte da identidade*. Esse ponto é tão central ao problema da linguagem privada que o autor afirma (na aula do dia 13 de maio):

Está tudo atado à noção de ‘recorrência’ e a palavra “o mesmo”; com as palavras “já” e “novamente”.

O que *definimos* como sendo recorrente? Como *usamos* a palavra “recorrência”? Suponha que Adão quando estava nomeando os animais disse “este é o leão novamente” – isto é uma definição de “leão” ou de “novamente”?⁵⁵³

Aqui o problema lógico da normatividade da linguagem é colocado de forma claramente temporal, como algo que tem sua gênese no problema da distinção entre a noção de “*recorrência*” e a expressão “*o mesmo*”; estando em questão a gramática das palavras “já” e “novamente”. A parte final do trecho citado, no qual o autor se vale do cenário do mito da criação, sugere que na afirmação de Adão “este é o leão novamente” o sentido de “leão” e de “novamente” estariam essencialmente ligados. Em outros termos: a determinação do significado de uma palavra (aquilo que podemos dizer que a coisa *é*) estaria diretamente ligada à gramática de palavras como “recorrer”, “novamente”; sendo que a possibilidade de dizer que “isso é o leão” seria indissociável da ideia de que o leão nos é dado *novamente*.

O que as análises dos parágrafos anteriores sugerem é a exigência de que o modelo deve ser algo que *perdura* (no tempo físico), para que tenhamos uma bipolaridade do reconhecimento e, com isso, a possibilidade da determinação da identidade dos objetos. E seria apenas em um cenário no qual *critério* para a identidade do objeto pode determinar a correção do reconhecimento (da memória), que poderíamos dizer que algo nos é dado “novamente”.

A impossibilidade da bipolaridade do reconhecimento, no caso da nomeação da sensação, é relacionada, na aula do dia 11, à impossibilidade da bipolaridade da memória. Wittgenstein ilustra esse caso através de um cenário hipotético, no qual pede ao interlocutor que suponha que ele estivesse agora aprendendo a palavra “*Gedächtnis*”. Logo em seguida ele afirma:

⁵⁵³ LSD, p. 343. (Grifos do autor). (“It is all bound up with the notion of ‘*recurring*’ and the word “the same”; with the words “already” and “again”. / What do we *define* as being a recurrence? How do we *use* the word “recur”? / Suppose that Adam when he was naming the animals said “This is the lion again” – is this a definition of “lion”, or of “again”?”).

Você aprende a palavra, a lê, e lembra-se de estar sentado no jardim. Você grava algo em você mesmo. – Mas nesse caso há algo como que se lembrar de corretamente ou erradamente. No outro caso não parece haver tal possibilidade. É apenas uma questão de como parece a você.
É uma questão de como as palavras são usadas.⁵⁵⁴

Aqui Wittgenstein mostra haver duas maneiras de pensar a memória. Essas duas maneiras sinalizam dois *modos de ver* a memória e, assim, dois *usos* dessa palavra. Podemos interpretar esses dois modos como a versão de 1936 da distinção que encontramos nas análises sobre a memória do período de 1929-1930, entre a memória em sentido fisicalista e a memória como *fonte*. No primeiro caso (tanto em 1929-1930 quanto em 1936), há algo como se lembrar de forma certa e errada. O ato de sentar no jardim, por exemplo, é um evento no tempo físico e a correção da memória seria determinada entre a relação contingente da memória do evento e o próprio evento (ao compararmos nossa memória com o relato de terceiros, indícios de que lá estivemos etc.). No segundo caso, “não parece haver tal possibilidade”. A memória daquilo que foi *gravado* não seria passível de bipolaridade, pois há uma relação necessária entre o que foi *gravado* e o que nos é dado pela memória – visto que aquilo que foi *gravado* nos seria dado *apenas* pela própria memória.

6.1.2. A dimensão temporal do problema da linguagem privada nas aulas de 1936

A dificuldade ao qual nos dedicaremos nesta seção é a compreensão (do ponto de vista temporal) da relação entre a exigência de que o modelo seja um “*objeto físico*”⁵⁵⁵ e a necessidade de uma bipolaridade do reconhecimento (da memória), para

⁵⁵⁴ LSD, p. 338. (“You learn the word, read it, and remember sitting in the garden. You impress something on yourself. – But in this case there is such a thing as right and wrong remembering. In the other case there does not seem to be any such possibility. It is just a question of how it seems to you. It is the question of how words are used”).

⁵⁵⁵ Os usos das aspas na expressão “objeto físico”, impõe-se como a necessidade de sinalizar a inexistência de um realismo metafísico em Wittgenstein, nos quais os objetos seriam concebidos como entidades que existem por si só, exteriores à linguagem. A ideia de “objeto físico” estará sempre atrelada a um jogo de linguagem que determina o que conta como simples e complexo naquele jogo, determinando a ontologia daquele contexto de uso da linguagem. Abordaremos (em parte) esse ponto na sequência, ao relacionarmos a ideia de “objeto físico” à noção de “hipótese” do período intermediário. As consequências dessa análise estarão presentes no capítulo 7, no qual abordaremos a crítica de Wittgenstein, nas PU, à ideia de uma plena determinação do sentido.

que seja possível a determinação de uma *regra gramatical*, através da nomeação de algo que sirva de critério para as aplicações futuras da linguagem.⁵⁵⁶ (O problema da determinação categorial do que é nomeado só será analisado de forma detida no capítulo 7). Essa exigência, do ponto de vista do tempo, se cristaliza (nas LSD) na ideia de que o modelo é algo que *perdura* – de tal modo que poderíamos, por exemplo, olhá-lo por “cinco minutos” (sendo a concepção a ser criticada aquela que busca determinar um modelo através da nomeação do que nos é dado no constante *agora*). É essa exigência que se encontra na base da ideia de que “[t]emos que falar de comportamento se falamos de nossa linguagem e do seu uso”⁵⁵⁷ – na qual o comportamento da dor seria o “objeto físico” (ou melhor, um evento físico), que *perdura*, podendo desempenhar o papel de modelo da dor.

Podemos distinguir, nas aulas analisadas das LSD, duas vias pelas quais Wittgenstein aborda o problema da determinação de modelos para as aplicações futuras da linguagem: *i*) uma via *negativa* e *ii*) uma via *positiva*. A via que podemos denominar de *negativa i* é a determinação de como a linguagem das sensações e impressões *não é*. Não é através da nomeação direta dos dados imediatos que a linguagem institui regras para os usos futuros. Assim, esse viés mostraria a insuficiência de uma semântica centrada no presente, no qual o presente é concebido como aquilo que é dado à consciência de um sujeito *agora* (havendo o colapso entre passado e memória). Por sua vez, a via *positiva ii* é a determinação de como a normatividade da linguagem que fala das sensações e impressões seria construída. É através da nomeação de “*objetos físicos*” que determinamos modelos para os usos futuros da linguagem. (Embora, notaremos posteriormente que essa nomeação só será possível no interior de um jogo de linguagem). Vejamos, então, as principais contraposições existentes nessas duas vias:

<i>Via negativa</i>	<i>Via positiva</i>
O “isto”, na sentença “eu vejo isto”, teria por referente uma <i>sensação/ impressão</i> (a dor)	O “isto”, na sentença “eu vejo isto”, teria por referente um <i>objeto físico</i> (o comportamento da dor)

⁵⁵⁶ Embora Wittgenstein fale da possibilidade ou impossibilidade do reconhecimento e da memória serem “*right or wrong*” – de tal modo que a tradução talvez devesse ser “correto” ou “errado” – tratarei essa possibilidade como a possibilidade de uma *bipolaridade* do reconhecimento e da memória, pois o que está em questão é a possibilidade de uma distinção entre ser e parecer ser (que instituiria, no âmbito da memória e do reconhecimento, a bipolaridade entre aquilo que *parece ser* e o que *é*).

⁵⁵⁷ LSD, p. 334. (“We have to talk of behavior if we talk of our language and its use”).

Nomeia-se algo no constante <i>agora</i> (na tela)	Nomeia-se algo que <i>perdura</i> (no filme)
A nomeação seria uma espécie de <i>saudação</i> do que nos é dado no presente	A nomeação seria a determinação de um modelo para as aplicações futuras da linguagem
Não há separação entre realidade e aparência (entre ser e parecer ser)	Há separação entre realidade e aparência (entre ser e parecer ser)
O reconhecimento não seria passível de bipolaridade	Podemos falar da correção ou incorreção do reconhecimento
O reconhecimento seria o critério da identidade	A identidade seria determinada por um critério que independe do reconhecimento
A memória não seria passível de bipolaridade	A memória seria bipolar

Para melhor localizamos o papel das análises do tempo nessa relação traçada entre a *via negativa* e a *via positiva*, vejamos uma passagem da aula do dia 13 de maio; que poderemos interpretar como a conclusão, retirada por Wittgenstein, da *via negativa*:

Suponha que alguém acabou de aprender de cor [de memória] os nomes das cores, sem usar uma tabela de cores – “gravando elas em sua memória”. Se você disser que ele *aprende* isso, então você distingue um lembrar-se correto de um errado; se não, não há nenhum aprendizado.

(...)

Mais tarde ele diz “agora eu sei. O que eu chamo de azul é agora azul. Não há mais critério ulterior para checagem.” – Então ele não está usando linguagem alguma. Ele simplesmente sai por aí produzindo sons.⁵⁵⁸

De acordo com essa passagem, a possibilidade de aprendermos os nomes das cores (de tal modo que saberíamos, por exemplo, aplicar a regra “isto é azul”) está diretamente relacionada à possibilidade de *lembrarmos* as cores de modo correto ou incorreto. Sem essa *bipolaridade* da memória, diz Wittgenstein, “não há aprendizado”. O exemplo dado por Wittgenstein, na sequência é bastante elucidativo, pois nos mostra como o cerne do problema em questão é o colapso entre *ser* e *parecer ser*, no âmbito da memória. Aquele que aprende as cores “*gravando elas em sua memória*” chegaria à

⁵⁵⁸ LSD, pp. 343-344. (Grifos do autor). (“Suppose someone just learns by heart the names of colours, without using a colour chart – “impressing them on his memory”. If you say he *learns* this, then you distinguish a correct and a wrong remembering; if not, there is no learning. (...) / After a bit he says “Now I know it. Therefore what I call blue is now blue. There is no further criteria for checking up.” – Then he is not using any language at all. He simply goes about and makes noises”).

situação na qual “então o que eu chamo azul é agora azul”. Para melhor notarmos o ponto em questão (pelo viés das análises do tempo), visto que o trecho inicial claramente tematiza o problema da rememoração (e, conseqüentemente, da memória), poderíamos parafrasear essa conclusão da seguinte forma: “então o que me *parece* azul, tendo por base minha memória, *é* agora azul”. Note que na sequência do texto o uso das aspas mostra que a afirmação “não há mais critério ulterior para checagem” seria ainda do interlocutor.⁵⁵⁹ Nesse caso, a ideia de que não há mais critério para a determinação da distinção entre “parecer ser azul” e “ser azul” é usada pelo interlocutor (à semelhança do que fez Wittgenstein em 1929-1930) como uma tese *positiva*, que (supostamente) justificaria o recurso à memória como o critério para a determinação da identidade da cor (“o que eu chamo de azul, tendo por base minha *memória*, é agora azul”). A conclusão extraída por Wittgenstein em 1936, é que, nesse caso, “ele não está usando linguagem alguma. Ele simplesmente sai por aí produzindo sons.”

Mas qual é a relação entre o modelo ser algo que *perdura* e a bipolaridade da memória (sem a qual não haveria aprendizado)?

Um modo de responder essa indagação é notar que o “objeto físico”, ao ser tomado como modelo, deve possibilitar um *critério* para as aplicações futuras da linguagem, sem que o critério seja dado pela própria memória (no qual o reconhecimento seria o critério da identidade). Isso nos permite extrair a seguinte conclusão (e esse será o ponto ao qual nos dedicaremos na sequência): o modelo deve necessariamente nos ser dado em um tempo que não seja no tempo que Wittgenstein anteriormente chamou de “*tempo da memória*” (*Gedächtniszeit*). A importância dessa conclusão se expressa, principalmente, no modo como Wittgenstein tematiza a impossibilidade da nomeação das sensações como a impossibilidade de determinamos o que nos é dado no constante *agora*. Assim, para que a normatividade da linguagem seja possível, os modelos e critérios deverão ser “objetos”, *no tempo físico* (em um tempo no qual faria sentido falarmos, por exemplo, que o objeto *perdurou* por “cinco minutos”). E será essa possibilidade de uma “subsistência” do modelo (ao perdurar), para além da experiência imediata, que tornaria a memória, ela mesma, bipolar. Dito na forma de uma tese positiva: a determinação de um “objeto físico” como modelo *é* a determinação de um critério *para a memória* – que torna a memória passível de verdade ou falsidade.

⁵⁵⁹ Como essas notas foram feitas por Rush Rhees, é necessário termos certo cuidado ao levar às últimas conseqüências detalhes como esse referente ao uso das aspas. Devemos ter em mente que essas determinações são apenas uma versão (aproximada) do que Wittgenstein expôs oralmente.

Mas é importante retornarmos ao texto da aula do dia 11 de maio, em que Wittgenstein qualifica temporalmente o modelo, para que possamos determinar o peso de cada uma das qualificações – tendo em vista traçarmos temporalmente a distinção entre o comportamento da dor e a dor. Wittgenstein afirma: “um modelo é, assim como uma palavra, algo que perdura [*something which lasts*] – eu mostro a você o modelo, você o vê, eu o vejo, nós o olhamos por cinco minutos”.⁵⁶⁰ Tendo em mente que é também possível determinar a *duração* de uma sensação (por exemplo, a duração de uma dor de dente), a ênfase, em um primeiro momento, não parece recair nas ideias de que o modelo é algo que *perdura* ou que poderíamos olhá-lo por *cinco minutos*. Uma dor de dente também tem *duração* de tal modo que, poderíamos dizer que ela durou, por exemplo, “*cinco minutos*” (e essa duração é chamada por Wittgenstein, na década de quarenta, de *duração genuína* (*echte Dauer*)).⁵⁶¹ Por esse viés, a ênfase parece dever ser colocada no caráter público do objeto que é o modelo, dando primazia às ideias de que “eu mostro *a* você o modelo, *você* o vê, eu o vejo, *nós* o olhamos”.

Embora eu não queira aqui desqualificar a importância do caráter *público* do objeto (de tal modo que a sensação por ser *privada* não poderia desempenhar o papel de modelo), devemos notar que o modo como tratamos a ideia de que os objetos *perduram* e a ideia de uma *duração* das sensações, no parágrafo anterior, perde de vista uma importante sutileza, que é central à compreensão da diferença entre as gramáticas temporais das sensações e dos objetos. Quando Wittgenstein aborda o tema da distinção entre a temporalidade dos estados de consciência e das regras gramaticais nas BPP II, uma das principais diferenças, frisadas pelo autor, é a mensurabilidade dos estados de consciência:

Pense nesse jogo de linguagem: determine quanto tempo uma impressão dura por meio de um cronômetro. A duração do conhecimento, habilidade, entendimento não poderia ser determinada desse modo⁵⁶²

Por meio de um método de mensuração temporal qualquer, poderíamos determinar a *duração* de uma impressão (“*wie lange der Eindruck dauert*”). Por esse viés, eu poderia afirmar, por exemplo, que “*eu olhei para a impressão por cinco minutos*”. Mas há ao menos um sentido no qual podemos diferenciar a ideia de que as sensações/impressões têm *duração* e a ideia de que os modelos (os objetos físicos)

⁵⁶⁰ LSD, pp. 340-341.

⁵⁶¹ Cf. Z, §45 / BPP II, §178.

⁵⁶² BPP II, §51 / Z, §82. (“Denk an das Sprachspiel: Bestimm mit der Stoppuhr, wie lange der Eindruck dauert. Man könnte so nicht die Dauer des Wissens, Könnens, Verstehens bestimmen”).

perduram (introduzindo aqui uma distinção entre *durar* e *perdurar* que não é tematizada diretamente por Wittgenstein). Wittgenstein afirmar que a sensação não poderia ser o modelo, pois “a sensação foi o que era *presente*”.⁵⁶³ A duração da sensação poderia ser compreendida como a *quantidade de tempo* na qual a sensação me foi dada *constantemente no presente*. Estaríamos utilizando um método de mensuração (fiscalista) para determinar a quantidade de tempo (no tempo homogêneo da física) durante o qual a sensação nos foi dada (no tempo da memória). Mas nos diferentes momentos desse espaço de tempo, cada momento da sensação, não era uma *faceta* de algo que *perdurou* no tempo e que poderíamos chamar de “sensação” (e que, após parar de nos ser dada estaria no passado, como, por exemplo, a morte de Sócrates). Embora isso possa soar forçado, poderíamos dizer que, após terminar, a sensação não está agora no passado, mas deixou de ser presente. O objeto físico, por sua vez, seria a forma inalterável e permanente, que torna os diferentes momentos que olhamos para o objeto como visões de um *mesmo objeto*. Em resumo, nos termos da metáfora do projetor: ser algo que *perdura* (como um objeto físico) é se estender ao longo de vários fotogramas do filme, porém, ser algo que tem *duração* (como uma sensação) é ser constantemente dado na *tela*, pelo tempo de um certo pedaço do filme (que seria o método de mensuração da duração da sensação). Perder de vista essa distinção aqui expressa como o contraste entre duração e perdurar seria justamente tratar a sensação como “algo”, como um objeto (coisificando a experiência imediata).

Assim, no que tange à diferença temporal entre a dor e o comportamento da dor, o fato de que a dor tenha *duração* (no sentido que dei à palavra “duração”, no parágrafo anterior) não faz dela “algo” que *perdura* ao longo tempo. Essa distinção é crucial, pois, como veremos na sequência, a sensação ao deixar de ser dada, não subsiste como “algo”, que poderíamos *reencontrar* no futuro (de tal modo que poderíamos *reconhecê-la*). Por sua vez, o objeto físico, visto que é uma *regra* para união de aspectos dados ao longo do tempo em uma forma *permanente*, será necessariamente algo que perdura (algo transtemporal). Nesse caso faria sentido dizermos que podemos *reencontrar* no futuro um objetivo que perdemos de vista no passado.⁵⁶⁴

⁵⁶³ LSD, p. 339.

⁵⁶⁴ Uma expressão que parece ser contrária à interpretação que propus é a ideia de que podemos dizer “a dor voltou”. Porém (e esse talvez seja um ponto chave), diferentemente do caso no qual falamos de um objeto físico, a dor, enquanto não me foi dada, não subsistiu como um algo que *perdurou*.

a) Dois possíveis erros interpretativos:

Por fim, antes de nos encaminharmos ao estudo do ALP nas PU, é importante abordarmos dois erros interpretativos, que a posição sustentada por Wittgenstein, contra a linguagem privada, pode sugerir. A importância de dissipar esses dois erros é que nos mostrará a exata medida pela qual Wittgenstein estaria relacionado ao behaviorismo (e, geneticamente, ao fisicalismo).

O primeiro erro interpretativo ao qual poderíamos ser conduzidos é supor que Wittgenstein, ao tomar o comportamento da dor como o modelo da dor, estaria negando a existência das impressões e sensações. Isso seria corroborado pelo modo como, para ele, no caso da nomeação dos dados imediatos “(...) de fato não há tal coisa aqui como reconhecimento”.⁵⁶⁵ Se não podemos falar de um reconhecimento dos dados imediatos, no âmbito de uma experiência privada, não seria, então, possível dizer que reconhecemos o que estamos sentido. Mas isso quer dizer que as sensações não existem? Que temos apenas o comportamento da dor, sem que a dor, ela mesma, tenha papel no significado da palavra “dor”? O modo como Wittgenstein formula esse problema e o responde nas LSD é extremamente elucidativo:

Isso quer dizer que eu não tenho impressões, se eu disser que é sem sentido dizer “eu tenho esta impressão”? Você pode me acusar de dizer que há apenas palavras e o modelo ao qual eu aponto, e então que eu nego que há uma impressão. Eu posso dizer: “a impressão que tenho ao olhar para essa cadeira é *ba*”. Mas isso não é uma definição; a cadeira é então o modelo.

Se você quiser defender o behaviorismo você poderia dizer: uma definição é um pedaço de comportamento; ela deve dizer “isto é dor”. Disso não se segue que dor seja um comportamento. Se alguém perguntar “isto é tudo?”, então eu deveria responder: no âmbito da *linguagem* isso é tudo.

Semelhantemente, é uma definição fazer careta e dizer “isto é uma dor de dente”, mas não *simplesmente* dizer “isto é uma dor de dente”; nem mesmo é uma definição para si mesmo.⁵⁶⁶

Podemos tomar como ponto central dessa longa citação o trecho no qual um suposto interlocutor interpela Wittgenstein, indagando se “é apenas isso?” – colocando

⁵⁶⁵ LSD, p. 341.

⁵⁶⁶ LSD, p. 343. (“Does it say that I have no impression, if I call it senseless to say “I have this impression”? You might accuse me of saying that there is only words and the sample to which I point, and therefore of denying that there is an impression. / I can say: “The impression I have in looking at this chair I call *ba*”. But this is not a definition; the chair is then the sample. / If you wanted to support behaviorism you could say: A definition is a piece of behavior; it must say “This is pain”. It does not follow that pain is a behavior. / If someone were to ask “Is it all?”, then I should answer: In the realm of *language* that is all. / Similarly, it is a definition to grimace and say “This is a toothache”, but none to *say simply* “This is a toothache”; not even a definition for yourself”).

em questão se não haveria nada além da determinação do comportamento da dor como modelo. A resposta de Wittgenstein é que, *no âmbito da linguagem*, é apenas isso! Como expresseo no exemplo da cadeira, na *definição*, o objeto ‘cadeira’ seria o modelo e não a impressão da cadeira que *agora* me é dada. Mas disso não se segue que não tenhamos o que poderíamos chamar de “impressão da cadeira”.

Um modo de dissipar essa situação aparentemente paradoxal (de que não reconheceríamos a impressão, caso tomássemos a própria impressão como modelo) é notar que a impossibilidade de falarmos de um reconhecimento (por exemplo) da dor não veta a existência da dor e de que a sentimos. Quando damos uma topada em um paralelepípedo, não é necessário reconhecer essa dor como a mesma de antes, para que sintamos a dor (ou que gritemos de dor). Porém, e essa parece ser a tese defendida por Wittgenstein, o critério para aplicação da palavra “dor” não seria a sensação (privada) – dada no constante presente da experiência imediata – mas o comportamento da dor (por exemplo: a expressão facial, o grito de dor etc.). Em resumo: Wittgenstein não nega (de modo algum) que tenhamos sensações e impressões, que nos são dadas no que ele anteriormente chamou de “tempo da memória”. Porém, visto que a linguagem deve necessariamente fluir no tempo homogêneo da física, os modelos da linguagem deverão ser objetos físicos (no tempo quantitativo da física), mesmo que estejamos em um contexto, no qual (supostamente) falaríamos do que nos é dado no tempo da memória.

Porém, isso pode nos levar a um segundo erro interpretativo (cuja análise nos permitirá notar a pertinência das análises da memória – em especial, a necessária bipolaridade da memória, para que possamos falar em reconhecimento). Poderíamos pensar que falar do comportamento da dor seria um modo *indireto* de falarmos da dor, como algo *privado*. Wittgenstein antecipa a resposta dessa possível crítica, da seguinte forma:

Se você imagina que beliscá-lo é um modo indireto de chamar a atenção dele para algo mais, A, e que isso retorna e ele o reconhece, então eu digo que isto está errado. Pois ((no que você está imaginando)) não pode haver um caso no qual isso retorna e ele não o reconhece; e se isso não retornasse e pensasse que reconheceu isso, daria no mesmo.
Você está falando de alguma coisa!⁵⁶⁷

⁵⁶⁷ LSD, p. 341. (“If you imagine that pinching him is an indirect way of calling his attention to something else, A, and that this recurs and he recognizes it, then I say this is wrong. For ((in what you are imagining)) there can’t be a case in which it recurs and he didn’t recognize it; and if it didn’t recur and the thought he recognized it, it would do just as well. / You are talking of something!”).

A suposição inicial é a tese de que o ato de beliscar alguém seria apenas uma maneira *indireta* de chamar a atenção à sensação, que poderíamos denominar de “A”. Wittgenstein desarma essa crítica ao mostrar que, a suposição de que o beliscão (ou o comportamento da dor) seja um modo *indireto* de designar a sensação, pressupõe o reconhecimento da *própria sensação*, como algo que podemos tomar como *a mesma sensação*, em dois momentos do tempo, e ao qual o beliscão apontaria. Ou seja, a ideia de uma designação indireta ainda supõe a possibilidade de uma “linguagem privada”, na qual teríamos o reconhecimento da sensação como *objeto privado*. Porém, contrariamente a essa posição, Wittgenstein afirma que, nesse caso, não seria possível reconhecermos a sensação de forma errada, pois o reconhecimento aqui seria critério de si mesmo. Além disso, caso reconhecêssemos a sensação de forma errada, isso não faria diferença alguma, pois o problema é que sequer seria possível falarmos de um reconhecimento correto ou incorreto (sem que nos valhamos de um critério fisicalista/behaviorista).

Um importante trecho dessa citação analisada é a ideia de que, na suposição do reconhecimento: “você está falando de alguma *coisa*”! A ideia de que podemos *reconhecer* a sensação como a mesma, em dois momentos do tempo, concede uma *transtemporalidade* à sensação, como se fosse um objeto que *perdurou* no tempo e que vimos em momentos diferentes. Mas essa coisificação da sensação seria apenas o tratamento da memória como “modelo de si mesmo” – no qual negligenciamos o fato de que aqui as condições de sentido e as condições de verdade da memória se sobrepõem.

b) A diferença entre o uso da metáfora do projetor em 1929-1930 e 1936:

Antes que passemos à análise do texto do ALP, presente nas PU, é crucial notarmos algumas importantes diferenças entre o uso da metáfora do projetor em 1929 e em 1936. Isso, por sua vez, nos possibilitará precisar o sentido da formulação genética, sugerida neste capítulo 6.1., das ideias de Wittgenstein em 1936 (evitando alguns perigos aos quais o modo genético de análise poderia nos levar).

A metáfora do projetor, em 1929, é utilizada para explicitar como duas temporalidades *hierarquicamente* articuladas se relacionam. O sistema secundário (o filme) seria um sistema temporal *construído* a partir da ordem temporal primária (a tela). Porém, se Wittgenstein, por volta de 1931, abandona a dimensão metafísica que o

levava a localizar uma temporalidade essencial na base do mundo primário (que teria a forma de um *fluxo*), que sentido a metáfora do projetor pode ter em 1936? Ou seja, se não há mais duas temporalidades *hierarquicamente* articuladas (de modo vertical), qual o sentido da metáfora em 1936?

O uso da metáfora, em 1936, não poderá ser tomado como a mera inversão da posição defendida em 1929-1930 – como se Wittgenstein em 1936 apenas estivesse afirmando que agora a prioridade recai sobre o tempo secundário. As sensações e impressões não poderão ser temporalmente concebidas como tendo a mesma estrutura temporal que a elas era concedida por Wittgenstein, em 1929-1930 (como fenômenos dados em um fluxo temporal, que faria parte da *essência do mundo*).

O que desaparece por volta de 1931 não é a ideia de que as sensações tenham uma temporalidade distinta da dos objetos físicos, mas a compreensão de que o modo como as sensações nos seriam dadas teria uma forma lógica temporal, a partir do qual um sistema secundário poderia ser construído. Em termos sintáticos e semânticos, o que desaparece é a ideia que as sensações (os fenômenos) teriam uma multiplicidade lógica, que nos seria imediatamente dada e que determinaria a gramática essencial de toda e qualquer descrição physicalista do mundo. Assim, em resumo, o que desaparece é o recurso a uma fenomenologia para fundamentar o pressuposto de que o sentido seria *plenamente determinado*.

Mas, como vimos na seção anterior, podemos traçar uma importante distinção entre *duração* (como é o caso das sensações) e *perdurar* (que seria o caso dos objetos físicos). Essa distinção estaria visível no modo como o autor recorre à metáfora do projetor, para mostrar a impossibilidade *temporal* da nomeação dos dados imediatos. Além disso (e esse talvez seja o ponto mais importante), encontramos o mesmo colapso entre passado e memória no âmbito do que poderíamos dizer que tem uma duração genuína (da mesma forma que no “tempo da memória”, de 1929 e início da década de trinta). Isso nos permite concluir que ainda em 1936 há uma dimensão positiva para o uso da metáfora do projetor.

Isso não é a recusa das teses sobre a estrutura temporal da linguagem (de 1929-1931), mas a radical consequência dessas mesmas teses. Com o desaparecimento da tese metafísica de uma temporalidade essencial da realidade, as diferentes temporalidades serão pensadas por Wittgenstein como *diferentes gramáticas temporais*. Assim, a mudança de 1930-1931 pode ser interpretada como o abandono do tratamento da diferença temporal entre vivência e objeto como a distinção entre temporalidades

hierarquicamente articuladas (de modo *vertical* – como a temporalidade do sistema *primário* e do sistema *secundário*), para a aceitação (*horizontal*) de que temos aqui *gramáticas temporais distintas* (como, por exemplo, a distinção entre o que tem duração genuína e as coisas que perduram). Porém (e esse é um elemento que será central ao ALP nas LSD e nas PU), a linguagem do que nos é dado no que ele chamou de “tempo da memória” (as vivências, as representações a memória primária etc.) será parasitária do sentido determinado de modo *fisicalista* – no âmbito público da linguagem (no tempo homogêneo da física - pois os modelos para a aplicação da linguagem deverão ser *fisicalistas/behavioristas*).

Assim (e aprofundaremos isso através da análise do ALP das PU), o uso da metáfora em 1936 (dada à ruptura que localizamos em 1930-1931) não significa que exista uma forma temporal e uma multiplicidade lógica *indizível* no âmbito da experiência imediata (na tela). Pelo ponto de vista temporal, essa inefabilidade das sensações ainda manteria a dimensão metafísica do dito heraclítico criticada por Wittgenstein no PS. Nesse caso, suporíamos haver um *algo indizível*, que constantemente desaparece no passado (como um “‘isso’ [Es] que eu não sei como descrever”⁵⁶⁸). Em resumo: o fato de que podemos falar em 1936 de uma distinção entre as gramáticas temporais das sensações e objetos físicos à luz da fenomenologia do tempo de 1929-1933 não torna a posição tardia de Wittgenstein na adoção de uma fenomenologia velada (como pensa, por exemplo, Hintikka e John Cook).⁵⁶⁹

⁵⁶⁸ Cf. MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348..

⁵⁶⁹ Cf. Hintikka, 1986, 1996. Cook, 1994.

6.2. O argumento da linguagem privada nas PU e as análises do tempo

As seções 243-315, das PU, tornaram-se, ao longo dos últimos 50 anos, um dos principais campos de batalha da filosofia contemporânea. A profusão de artigos, livros e diferentes interpretações acerca do chamado “argumento da linguagem privada” torna impossível, dentro do escopo desta tese (que prioriza as análises de Wittgenstein sobre o tempo), levar a cabo um estudo comparativo dessas diferentes interpretações. Também seria inexequível uma análise exaustiva (linha a linha) do texto que se estende da seção 243 até 315 das PU. Como mostra o trabalho exegético de Peter Hacker (1998), tal análise exaustiva demandaria a redação de um texto que excederia as proporções desta tese. Tendo essas dificuldades em mente, o modo como irei abordar o ALP tomará como foco os principais temas abordados por Wittgenstein, ao longo dessas mais de setenta seções, dividindo esse percurso em blocos e priorizando as suas passagens mais importantes.

Mais que um estudo do ALP, o objetivo desta seção 6.2. será mostrar como as análises do tempo podem ser tomadas como um pano de fundo privilegiado para a compreensão do ALP. Todavia, seria ingênuo supor possível fazer uma análise inicial “neutra” das seções, para que posteriormente fizéssemos a conexão entre essa interpretação e as análises do tempo. Ao priorizar certas passagens, já viso operar o corte que me permitirá traçar as linhas de força entre o ALP nas PU e nossas análises precedentes. Contudo, mesmo que tal análise neutra não seja possível, em cada um dos momentos da análise do ALP (que tomaremos por foco passagens específicas), buscarei fazer uma exegese inicial do tema em questão (ou da estrutura da seção, ou seções), para, logo em seguida, expressar como as análises de Wittgenstein sobre o tempo estariam ali imbricadas. O modo como farei esse exercício genético será através do recuo às conclusões que extraímos nos capítulos anteriores das análises do tempo de Wittgenstein entre o MS 105 e o LSD (1936) (em especial os textos presente nas PB, no PS e no BT).

Outra divisão metodológica de que lançarei mão será a separação entre a crítica que Wittgenstein faz à ideia de uma linguagem privada e aquilo que seria a sua maneira de compreender como falamos de nossas sensações e impressões. Priorizarei, nesta seção, a crítica à linguagem privada – que seria a epítome do que denominei

anteriormente de *via negativa*. A *via positiva* será abordada na seção *vii* deste subcapítulo (assim como no capítulo 7 desta tese – onde farei uma exposição mais geral de como Wittgenstein concebe a normatividade da linguagem em sua filosofia tardia, levando em consideração o caráter temporal da linguagem).

Podemos dividir o percurso das seções do ALP da seguinte maneira (priorizando as seções presentes entre parênteses):

- i*) o sentido de “privacidade” que será analisado por Wittgenstein (§243)
- ii*) a impossibilidade de um critério privado de correção - o diário da sensação S (§258)
- iii*) a crítica à noção de “justificação subjetiva” (§265)
- iv*) o uso do aumento da pressão arterial como critério (§270)
- v*) o experimento do besouro na caixa (§293)
- vi*) a importância da distinção entre representação (*Vorstellung*) e coisa (*Ding*) (§§ 294, 300, 305)
- vii*) o comportamento e o começo dos jogos de linguagem (a dimensão positiva do ALP) (§§ 246-249 e 271-292)

***i*) O sentido de “privacidade” que será analisado por Wittgenstein**

Na seção 243, Wittgenstein explicita o sentido de “linguagem privada” que será por ele explorado: “[a]s palavras individuais dessa linguagem devem se referir apenas ao que pode ser conhecido pelo falante; às suas sensações imediatas, privadas”.⁵⁷⁰ Essa ideia de uma linguagem privada cujas palavras designariam as sensações imediatas privadas do falante é contrastada com três outros sentidos de “privacidade”, a serem descartados: *i*) o uso reflexivo da linguagem, no qual podemos nos encorajar, dar ordens, nos culpar ou punir etc., *ii*) pessoas que falariam apenas através de monólogos, falando consigo mesmas ao longo de suas atividades, *iii*) uma pessoa que escreve ou dá expressão vocal a sua experiência interna (*inneren Erlebnisse*) – sentimentos (*Gefühle*) e disposições (*Stimmungen*) – para uso privado. A grande diferença entre o sentido traçado por Wittgenstein e os três descartados (ordinários) de “privacidade” é que, segundo o autor, no primeiro caso: “[u]ma outra pessoa não pode compreender essa

⁵⁷⁰ PU, §243. (“Die Wörter dieser Sprache sollen sich auf das beziehen, wovon nur der Sprechende wissen kann; auf seine unmittelbaren, privaten, Empfindungen”).

linguagem”.⁵⁷¹ Nos outros casos, segundo Wittgenstein, haveria a relação entre linguagem e comportamento, de tal modo que tornaria a linguagem, a princípio, passiva de compreensão por outras pessoas.

A importância dessa delimitação do sentido de privacidade a ser abordado no ALP é que Wittgenstein tem em vista criticar a ideia de uma linguagem privada na qual não haveria *expressão primitiva e natural* (“*ursprünglichen, natürlichen, Ausdruck*”) das sensações nomeadas por essa linguagem. Um exemplo típico do que Wittgenstein compreende por expressões primitivas e naturais (ausentes na linguagem privada) são os comportamentos de dor (quando gritamos, nos contorcemos e grunhimos ao sentirmos dor). Visto que essas expressões seriam ausentes na linguagem privada, os objetos nomeados por essa linguagem seriam logicamente acessíveis apenas ao utente dessa linguagem (sendo, assim, logicamente impossível a uma outra pessoa compreender o que é falado nessa linguagem).⁵⁷² Mas (e essa é questão ao qual Wittgenstein vai se dedicar nas seções seguintes do ALP), do ponto de vista do falante, seria possível essa linguagem cujos objetos nomeados pelas palavras seriam os dados imediatos apenas acessíveis a ele? Em outros termos: seria possível uma linguagem cuja estrutura semântica teria em sua base a referência aos dados imediatos *privados*?

Embora as seções iniciais do ALP tenham por foco traçar a distinção entre uma linguagem que nomeia as sensações imediatas e o uso da linguagem que pode se valer da expressão primitiva e natural das sensações, certamente é possível encontrar no cenário a ser explorado no ALP (assim como o fizemos no caso das LSD) o eco do projeto de construção de uma linguagem fenomenológica, empreendido por Wittgenstein em 1929. Wittgenstein, no MS 105-106 (de fevereiro de 1929), toma como uma questão central a indagação acerca da possibilidade de uma descrição totalmente *não-hipotética* da experiência imediata. Pelo viés da fenomenologia de 1929, o recurso ao *comportamento* (ao que o autor chama nas PU de “expressão primitiva e natural”) seria o recurso a regularidades empíricas e, assim, a utilização de hipóteses para a descrição do mundo. O ponto a ser notado (que aproxima a linguagem fenomenológica de 1929 à linguagem privada das PU) é que uma linguagem privada, na qual as palavras individuais se referem às sensações imediatamente privadas (como presente no ALP) e na qual não há expressões comportamentais, seria equivalente à construção de uma linguagem *não-hipotética* (semelhantemente à linguagem fenomenológica de 1929).

⁵⁷¹ PU, §243. (“Ein Anderer kann diese Sprache also nicht verstehen”).

⁵⁷² Cf. PU, §244.

Uma aparente diferença entre a linguagem fenomenológica de 1929 e a linguagem a ser criticada nas PU é que a ideia de que essa linguagem *privada* se refira apenas ao que é conhecido pelo utente da linguagem sequer é considerada em 1929. O mundo primário, em 1929, era um puro fenômeno sem sujeito, de tal modo que a especificação de que as sensações e impressões seriam apenas conhecidas pelo falante da linguagem sequer necessitaria de explicitação. Em 1929, não há nenhum outro sujeito, além do sujeito “inexistente” ao qual o mundo aparece coordenado, sendo assim, desnecessário, ao projeto de construção da linguagem fenomenológica, o questionamento de se o *outro* poderia ou não compreender essa linguagem. Entretanto, isso não distancia a linguagem privada das PU e a linguagem fenomenológica de 1929, mas as aproxima, pois o que está em questão no ALP não é o problema epistemológico da possibilidade de acesso intersubjetivo aos dados imediatos de um sujeito, mas o problema lógico da possibilidade do sentido, na qual a essência da linguagem seria formada por relações semânticas verticais entre nomes e dados imediatos. Ou seja, o expediente de isolar o falante da linguagem privada através da inexistência de expressões comportamentais para as suas sensações aproxima o exemplo da seção 258 do modo como Wittgenstein concebia o sistema primário, em 1929, como a descrição *mediata* da experiência *mediata*.

Outro ponto de aparente afastamento entre a linguagem fenomenológica e a linguagem privada das PU é que a questão, acerca de uma descrição completamente *perspicua* da experiência imediata, sequer é mencionada nessas seções das PU. Por outro lado, o caráter completamente *perspicuo* do simbolismo da linguagem fenomenológica era um dos seus aspectos centrais. Todavia, é importante notar que, caso fosse possível uma linguagem cujas palavras tivessem por referentes as sensações e impressões (como aventado no ALP), a princípio, não haveria empecilho para que as palavras dessa linguagem nomeassem *todas* as sensações e impressões desse sujeito. E, sendo possível a nomeação de *todas* as sensações, seria também concebível que a sintaxe dessa linguagem fosse isomórfica à multiplicidade lógica da experiência imediata, de tal modo que ela mostraria em seu simbolismo a “essência” do mundo os dados imediatos. Ou seja, as estruturas sintática e semântica da linguagem fenomenológica (como concebida em 1929) seriam apenas uma radicalização da mesma concepção presente na ideia de que poderíamos nomear *uma* sensação privada (como presente no ALP).

Porém, mesmo que possamos traçar esses paralelos entre a linguagem fenomenológica de 1929 e a linguagem privada das PU, seria equivocado tomar a linguagem fenomenológica de 1929 (ou os seus desdobramentos de 1929-1930) como o *alvo* da crítica de Wittgenstein nas seções do ALP. A estratégia de Wittgenstein, que visa desfazer as confusões conceituais e as falsas analogias, torna a crítica às teses filosóficas/metafísicas sempre um exercício geral, que busca expressar o equívoco presente em várias correntes filosóficas ao mesmo tempo. Ou seja, Wittgenstein não visa refutar teses filosóficas pontuais, mas mostrar a ilusão que estaria na base de todas as filosofias que sucumbiram à tentação de formular o problema filosófico daquela maneira. Assim, da mesma forma que seria equivocado supor que Wittgenstein busque especificamente, através do ALP, criticar a filosofia de Descartes, ou de Russell, ou o empirismo de Hume, ou Carnap, seria também equivocado supor que ele visasse *exclusivamente* no ALP criticar sua filosofia de 1929-1933.

Mas há um importante ganho interpretativo a ser alcançado no paralelo entre a linguagem privada das PU e a linguagem fenomenológica de 1929. Esse paralelo não visa identificar essas duas linguagens, mas apenas mostrar como a linguagem privada das PU estaria sujeita às mesmas dificuldades *temporais* que Wittgenstein enfrentou entre 1929-1933, ao compreender a linguagem tendo uma essência fenomenológica. Em ambas as linguagens (incluindo aqui também o modo como o autor concebia a linguagem após a constatação da impossibilidade da linguagem fenomenológica, em 1929-1930), Wittgenstein compreende o cerne da significação como a relação entre a linguagem e os dados imediatos. Assim, a tese a ser aqui defendida é que a ruptura, pelo viés do tempo, da compreensão da linguagem como essencialmente fenomenológica (que ocorre por volta de 1931 – presente, principalmente, no PS), seria o cerne das ideias expressas no ALP. Porém, a crítica presente no ALP não seria apenas a recusa da filosofia que Wittgenstein sustentou em 1929-1930, mas a tentativa de desfazer as ilusões filosóficas que ele localizou em seu próprio pensamento naquele período (especialmente através das análises do tempo) e que estariam presentes não só na sua filosofia, mas em toda e qualquer tentativa de compreender a essência da linguagem como constituída por relações semânticas que teriam em sua base os dados *temporalmente imediatos*.

ii) A impossibilidade de um critério privado de correção

Uma das seções mais importantes do ALP é a seção 258. Para muitos autores essa seção é o cerne do ALP, pois revelaria a impossibilidade de uma linguagem privada, dada a inexistência de um critério de correção para a rememoração da sensação nomeada no presente da experiência imediata. Como veremos, ao cotejarmos essa seção com as análises do tempo, essa impossibilidade de um critério não era um problema para Wittgenstein em 1929-1930, porém uma solução, pois o permitia tomar a memória como *fonte da identidade*. Assim, contrariamente a um lugar comum das análises sobre o ALP, buscarei argumentar que a seção 258, *por si só*, seria incapaz de expressar a impossibilidade da linguagem privada.

O trecho em questão é:

Imaginemos o seguinte caso. Eu quero manter um diário sobre o reaparecimento de uma certa sensação. Para isso eu a associo um sinal “S” e escrevo esse sinal em um calendário, para cada dia no qual eu tenho a sensação. – Eu apontarei antes de tudo que uma definição do sinal não pode ser formulada; – No entanto, posso dar a mim mesmo um tipo de definição ostensiva. – Como? Posso eu apontar para a sensação? Não no sentido ordinário. Mas eu falo, ou escrevo o sinal, e ao mesmo tempo concentro a minha atenção na sensação – e assim, como que, aponto para ela internamente. – Mas para que é esta cerimônia? Pois isto é tudo que parece ser! A definição certamente serve para estabelecer o significado de um sinal. – Então, isso é feito precisamente por meio da concentração de minha atenção; pois desse modo eu gravo em mim a conexão entre o sinal e a sensação. – Mas “gravo isto em mim” pode apenas significar: este processo deve possibilitar que eu me lembre da conexão corretamente no futuro. Mas em nosso caso, eu não tenho critério de correção. Poder-se-ia aqui dizer: correto é o que quer que me pareça correto. E isso quer dizer que não se pode aqui falar em “correto”.⁵⁷³

O primeiro elemento a ser notado é que o recurso a um diário para marcar o retorno da sensação tem *profundas* implicações temporais. O fato que Wittgenstein abre a seção 258 recorrendo a um diário (a um calendário) é algo completamente

⁵⁷³ PU, §258. (“Stellen wir uns diesen Fall vor. Ich will über das Wiederkehren einer gewissen Empfindung ein Tagebuch führen. Dazu assoziiere ich sie mit dem Zeichen "E" und schreibe in einem Kalender zu jedem Tag, an dem ich die Empfindung habe, dieses Zeichen. - Ich will zuerst bemerken, daß sich eine Definition des Zeichens nicht aussprechen läßt. - Aber ich kann sie doch mir selbst als eine Art hinweisende Definition geben! - Wie? kann ich auf die Empfindung zeigen? - Nicht im gewöhnlichen Sinne. Aber ich spreche, oder schreibe das Zeichen, und dabei konzentriere ich meine Aufmerksamkeit auf die Empfindung - zeige also gleichsam im Innern auf sie. - Aber wozu diese Zeremonie? denn nur eine solche scheint es zu sein! Eine Definition dient doch dazu, die Bedeutung eines Zeichens festzulegen. - Nun, das geschieht eben durch das Konzentrieren der Aufmerksamkeit; denn dadurch präge ich mir die Verbindung des Zeichens mit der Empfindung ein. - "Ich präge sie mir ein" kann doch nur heißen: dieser Vorgang bewirkt, daß ich mich in Zukunft richtig an die Verbindung erinnere. Aber in unserm Falle habe ich ja kein Kriterium für die Richtigkeit. Man möchte hier sagen: richtig ist, was immer mir als richtig erscheinen wird. Und das heißt nur, daß hier von 'richtig' nicht geredet werden kann”).

negligenciado pela bibliografia secundária sobre o ALP. Nos termos das análises do tempo de 1929-1933, o recurso ao diário poderia ser interpretado como uma maneira de situar a linguagem privada no *tempo homogêneo da física*. Sem o diário, estaríamos à mercê da fragmentação temporal que ocorreu com a linguagem fenomenológica, em 1929. Como ocorre com a linguagem fenomenológica, após marcarmos “S” em um pedaço de papel qualquer, ao tentarmos *ler* essa descrição, não seríamos capazes de saber qual momento da experiência imediata “S” nomeia (não teríamos como determinar temporalmente quando a sensação S ocorreu). Será necessário um tempo físico (homogêneo) – exemplificado na seção 258 pelo uso do diário – para que as determinações da linguagem fossem possíveis.

Assim, esse recurso ao diário, no início da seção 258, embora pareça um elemento incólume, nos daria, *à primeira vista*, elementos para tecer uma profunda crítica ao modo como Wittgenstein constrói a linguagem privada na seção 258 – que seria a linguagem privada *par excellence*. Ele abre sua descrição da linguagem privada situando-a em um tempo físico. O ponto central da crítica é que, desse modo, ele situa a linguagem privada em um tempo que não é o tempo da experiência privada, mas no tempo *construído*, no uso *público* da linguagem. Em outros termos: Wittgenstein recorre aqui a um tempo que não é centrado na ordem temporal da experiência imediata do falante, mas em um tempo baseado na cronologia fisicalista/pública (os dias e as noites, na rotação e translação dos planetas etc.). Isso, em um primeiro momento, poderia sugerir, do ponto de vista temporal, que o ALP, caso tomemos a seção 258 como o cerne do argumento (como é lugar comum na bibliografia secundária), seria desde o início já uma linguagem *pública* – não sendo nada espantoso que Wittgenstein concluísse dessa passagem a impossibilidade de uma linguagem *privada*. Isso, por sua vez, poderia sugerir um deslize ou leviandade por parte do autor.

Mas, como veremos a seguir, ao situar a linguagem privada em um tempo fisicalista, Wittgenstein não macula o caráter privado do *referente* de “S”. O recurso ao diário, no qual a ocorrência da sensação seria marcada em um calendário, representa a possibilidade de situarmos a *linguagem* privada em um tempo físico, no qual as determinações temporais seriam possíveis. O referente de “S” seria ainda uma sensação no *tempo da memória* (da experiência imediata) – de tal modo que, após o batismo da sensação com o sinal “S”, teríamos apenas a memória como critério do que nos foi dado.

Isso nos permite notar que o problema a ser explorado na seção 258 não é o mero questionamento acerca da possibilidade de uma linguagem fenomenológica (como aventada por Wittgenstein no início de 1929), porém, o questionamento acerca da possibilidade de uma linguagem cuja semântica seria centrada no presente da experiência imediata, *mesmo que situemos essa linguagem no tempo homogêneo da física* (no diário). Ou seja, a seção 258 pode ser interpretada como o questionamento acerca da possibilidade de uma linguagem que em *essência* seria semelhante ao que Wittgenstein teve em vista *após* a constatação da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica (no final 1929 e início de 1930). Após a constatação da impossibilidade temporal da linguagem fenomenológica, mesmo que nos valêssemos do tempo homogêneo da física para determinarmos temporalmente a linguagem, ainda assim, em sua base, a linguagem estaria fundada na descrição imediata da experiência imediata (através da distinção entre hipótese e proposição genuína). Essa mesma estrutura temporal – que situa a linguagem no tempo homogêneo da física e os referentes da linguagem no tempo primário – pode ser encontrada no início da seção 258, através da ideia de que “escrevo esse sinal em um calendário, para cada dia no qual eu tenho a sensação”.

Na sequência da seção 258, Wittgenstein frisa a impossibilidade de uma definição verbal desse sinal “S”, pois toda e qualquer tentativa de definir “S” verbalmente deveria recorrer à linguagem pública. Dessa maneira, tudo que resta ao falante da linguagem privada é definir “S” *ostensivamente* – relacionando diretamente “S” à sensação. David Pears, em um capítulo sobre o ALP, no seu livro de 2006, põe em questão o modo como Wittgenstein toma a definição ostensiva *singular* da sensação (que ocorreria apenas uma vez) como a única maneira de definir “S”. Pears expressa essa indagação nos seguintes termos: “[m]as por que deve o suposto linguista privado estar restrito a apenas *uma* aplicação da palavra?”⁵⁷⁴ Pears sugere aqui que Wittgenstein teria feito uma espécie de petição de princípio, ao restringir o falante da linguagem privada a apenas *uma* aplicação da palavra. Isso, por sua vez, reduziria enormemente as chances de êxito da linguagem privada, pois: “(...) quanto menor for a sequência de aplicações de uma palavra maior é o escopo para a má compreensão, e apenas uma

⁵⁷⁴ Pears, 2006, p. 46. (Grifo meu). (“But why should the would-be private linguist be restricted to a *single* application of the word?”)

aplicação é o caso limite, com máximo escopo para má compreensão”.⁵⁷⁵ Uma resposta à crítica feita por Pears pode ser dada ao atentarmos para dois importantes elementos do modo como Wittgenstein concebia o mundo primário, em 1929-1930 (sendo o segundo de viés temporal). O primeiro deles, e que revela a impossibilidade de uma definição verbal de “S”, é que os fenômenos seriam os “objetos simples” do que Wittgenstein chamou em 1929-1930 de “mundo primário” (usando aqui o viés anacrônico da compreensão fenomenológica da substância *tractariana* do mundo). Como afirma Wittgenstein, em 1930, no WVC: “[f]enômenos (experiências) são o que proposições elementares descrevem”.⁵⁷⁶ Com isso, Wittgenstein situava (em 1929-1930) os fenômenos como aquilo que a linguagem representa, no âmbito de uma linguagem completamente analisada. O fenômeno como “objeto simples” não seria mais passível de decomposição, da mesma forma que seu nome não seria mais passível de uma análise lógica. É o caráter *metafisicamente* simples do fenômeno que tornaria impossível a sua definição verbal do sinal que o nomeia.

O segundo elemento a ser pontuado é que a nomeação da sensação deveria ter a forma de uma definição ostensiva *única*, dado o caráter temporalmente *imediatamente* desse “objetos simples”. Como afirma Wittgenstein, em 1930: “(...) o fenômeno é sempre uma vez, enquanto que a hipótese no objeto aponta para o futuro”.⁵⁷⁷ Assim, a questão de Pears “[m]as por que deve o suposto linguista privado estar restrito a apenas *uma* aplicação da palavra”? teria por resposta a indicação do estatuto temporal dos fenômenos (ponto este completamente negligenciado pelo comentador). O fenômeno (enquanto ocorrência) nos seria dado apenas uma única vez, nos restando nada além de uma única aplicação da palavra para definirmos o sinal em questão. Deste modo, dado o caráter temporalmente imediato e metafisicamente simples da sensação (dos fenômenos), toda e qualquer definição teria que se reduzir a uma definição ostensiva, que correlaciona o nome à sensação, que nos seria dada uma única vez, no fluxo da experiência imediata.

Wittgenstein nota, na seção 258, que essa definição ostensiva de “S” não seria uma definição ostensiva em sentido ordinário. Uma definição ostensiva (como veremos

⁵⁷⁵ Pears, 2006, p. 47. (“(...) the shorter the sequence of applications of a word the greater the scope for misunderstanding, and a single application is the limiting case, with maximal scope for misunderstanding”).

⁵⁷⁶ WVC, p. 249. (“Was sie Elementarsätze beschreiben, sind die Phänomene (die Erlebnisse”).

⁵⁷⁷ WVC, p. 260. (“[D]as Phänomen etwas Einmaliges ist, die im Gegenstand liegende Hypothese aber in die Zukunft weist”).

no sub-capítulo *viii* desta seção 6.2. e no capítulo final desta tese) sempre estaria atrelada a um contexto de uso (a um jogo de linguagem), que deveria possibilitar a determinação categorial do que é definido. Sem essa *Vorbereitung* do jogo de linguagem não seríamos capazes de determinar se o que é referido por “S” é a forma, a cor, o volume, ou o tamanho etc..⁵⁷⁸ Com afirma Wittgenstein:

Quando se diz “ele deu um nome à sensação” esquece-se que muita preparação [*viel in der Sprache vorbereiten sein muß*] na linguagem é pressuposta para que o mero ato de nomeação tenha sentido. E quando falamos de alguém que nomeou sua dor, o que é pressuposto é a existência da gramática de “dor”; ela mostra o posto onde a nova palavra é colocada.⁵⁷⁹

Ou seja (assim como ele irá explorar na seção 261), a nomeação de algo (ou a sua definição ostensiva) pressupõe a *gramática* do que é nomeado. E sem essa *Vorbereitung* não seria possível determinar a *categoria* do que é nomeado (ou ostensivamente definido) – “o posto onde a nova palavra é colocada”. Assim, um erro que se comete ao supor possível nomear uma sensação (privada) é negligenciar o fato que palavras como “sensação”, “ter”, “algo” etc., são palavras de nossa linguagem ordinária, que determinam a *Vorbereitung* na qual a nomeação de uma sensação teria sentido (uma vez que fixam a categoria do que é nomeado).

No caso da definição ostensiva *privada*, essa *Vorbereitung* não poderia estar presente, pois o que teríamos diante de nós seria o puro fenômeno – desnudado de toda e qualquer expressão comportamental (e de toda e qualquer regularidade, que poderia fazer parte da *Vorbereitung*). A crítica de Pears tem como alvo a ideia de que, Wittgenstein, ao tolher a linguagem de uma *Vorbereitung* tornaria a linguagem privada fadada ao fracasso. Mas essa exclusão da *Vorbereitung*, para Wittgenstein em 1929, não era um problema, porém, um importante requisito da linguagem fenomenológica. A *Vorbereitung* não seria nada mais que a incorporação das regularidades do mundo, no modo de apresentação fisicalista da realidade fenomênica – e, com isso, não estaríamos mais no horizonte de uma linguagem fenomenológica (*não-hipotética*). Para que tivéssemos realmente uma descrição fenomenológica da realidade, os nomes dessa linguagem não poderiam ser definidos através do que seria *ordinariamente* uma

⁵⁷⁸ Utilizarei a expressão em inglês “*stage-setting*” pela importância que tem sido dada a ela na bibliografia secundária sobre o ALP. Em alemão a expressão seria o verbo “*vorbereiten*”.

⁵⁷⁹ PU, §257. (“Wenn man sagt “Er hat der Empfindung einen Namen gegeben”, so vergißt man, daß schon viel in der Sprache vorbereitet sein muß, damit das bloße Benennen einen Sinn hat. Und wenn wir davon reden, daß Einer dem Schmerz einen Namen gibt, so ist die Grammatik des Wortes “Schmerz” hier das Vorbereitete; sie zeigt den Posten an, an den das neue Wort gestellt wird”).

definição ostensiva, mas por meio da nomeação direta do fenômeno, dado no fluxo experiência imediata.

No horizonte das análises fenomenológicas de 1929-1930, a definição ostensiva privada poderia determinar o significado (*Bedeutung*) do sinal, pois não havia nenhum outro passado além daquilo que nos é dado pela memória, de tal modo que ela seria a fonte do conhecimento e da identidade. Em decorrência do seu papel ontológico (como *parte da estrutura lógica do mundo*), a memória poderia determinar o papel semântico e epistemológico de determinar o que nos foi dado, no âmbito da experiência imediata. Por esse viés, Wittgenstein podia conceber o fenômeno rememorado como a determinação de “(...) um protótipo [*Urbild*] que poderia a qualquer momento comparar com a cor”.⁵⁸⁰ Assim, as memórias e representações seriam *modelos* pertencentes à linguagem.

Com isso, de acordo com a filosofia de Wittgenstein em 1929-1930, a definição ostensiva *privada* (exemplificada na seção 258, das PU) poderia determinar o significado de “S”, pois, a memória nos daria *necessariamente* um acesso imediato ao original da vivência que nos foi dada. Dito de outra forma: a definição ostensiva de “S” determinaria uma regra para as aplicações futuras de “S”, pois a intenção (a expectativa) de que poderíamos reconhecer o fenômeno batizado traria consigo um *critério* (um *modelo*) para as aplicações futuras da palavra, visto que teríamos um *protótipo lógico* que determinaria a forma lógica desse fenômeno (uma vez que o que nos era dado pela memória não seria passível de bipolaridade).

A crítica presente na sequência da seção 258 retoma o mesmo ponto explorado no trecho citado do MS 107, acerca da impossibilidade da indagação acerca da correção da memória (primária), porém, visando traçar uma conclusão antagônica à sustentada por Wittgenstein em 1930:

Mas em nosso caso, eu não tenho critério de correção. Poder-se-ia aqui dizer: correto é o que quer que me pareça correto. E isso que dizer que, não se pode aqui falar em “correto”.⁵⁸¹

Tanto no trecho citado do MS 107 quanto neste da seção 258 das PU, o ponto central é a impossibilidade de uma distinção entre sentido e verdade no âmbito memória. Em 1930, Wittgenstein diz: “[e]ntão certamente você também não pode questionar se ela é realmente a mesma ou se eu poderia estar enganado; (se é a mesma

⁵⁸⁰ MS 108, p. 59 / PB, §11.

⁵⁸¹ PU, §258.

ou apenas parece ser)”.⁵⁸² Na seção 258, ele dirá: “Poder-se-ia aqui dizer: correto é o que quer que me pareça correto. E isso quer dizer que, não se pode aqui falar em ‘correto’”.⁵⁸³

Porém, a impossibilidade da distinção entre ser e parecer ser *fundamentava*, em 1929-1930, o uso da memória como critério. Visto que não havia uma distinção entre ser e parecer ser a memória *necessariamente* nos daria o passado (pois não seria possível indagar se o que é dado pela memória é ou não o passado). Já na seção 258 das PU, a mesma impossibilidade de uma distinção entre ser e parecer ser é agora utilizada para *vetar* o uso da memória como critério (“em nosso caso, eu não tenho critério de correção”). Assim, contrariamente à grande maioria das análises sobre o ALP (que toma a seção 258 como o cerne do ALP), a aproximação entre 1929-1930 e esse trecho da seção 258 das PU nos revela que a seção 258, por si só, não pode constituir o cerne ALP. A conclusão extraída nessa seção (da inexistência de um critério de correção) resulta do *mesmo argumento* que Wittgenstein utilizou no MS 107 (de janeiro de 1930) para *fundamentar* a possibilidade da utilização da memória como aquilo que determinaria a identidade dos fenômenos. Em outros termos: a inexistência de um critério de correção para a memória, no âmbito de uma descrição fenomenológica/privada, não pode ser aquilo que veta a possibilidade dessa descrição, pois era justamente a impossibilidade desse critério que levava Wittgenstein a tomar a *própria memória como critério*.

Com isso, essa aproximação torna problemática a tentativa de localizar na seção 258 o “argumento” que estaria na base do ALP (tratando o ALP como uma *reductio ad absurdum*). Atendo-se à seção 258, sequer poderíamos dizer que há uma redução ao absurdo da ideia de uma linguagem privada, pois a mesma ideia presente nessa passagem, que agora parece vetar a possibilidade dessa linguagem, foi utilizada por Wittgenstein, no MS 107, para mostrar a possibilidade da utilização da memória como critério de identidade dos fenômenos. Isso não significa que, ao final, na base do ALP, não encontremos uma *reductio ad absurdum* da ideia de uma linguagem privada, ou que o problema não seja a inexistência de um critério de correção da memória, mas apenas que essas conclusões não poderiam ser extraídas apenas da leitura da seção 258.

Tendo isso em vista, duas questões devem ser levantadas. A primeira: o que mudou entre 1929-1930 e as PU que torna a sobreposição entre ser e parecer ser da

⁵⁸² MS 107, p. 236 / PB, §16.

⁵⁸³ PU, §258.

memória (primária), que fundamentava em 1929-1930 o uso da memória como critério de identidade (e como fonte do conhecimento), aquilo que agora *veta* a possibilidade de uma linguagem privada? A segunda questão seria: como Wittgenstein expressa isso no ALP das PU?

A resposta da indagação inicial nos levará diretamente ao PS (e aos seus desdobramentos no BT), onde pudemos notar que a suposição de que a memória, ela mesma, pudesse determinar um critério de correção da descrição da experiência imediata estava fundada no tratamento da experiência imediata como um *objeto* (ou seja: no tratamento do passado da memória como uma *imagem material*). Esse viés nos permite concluir (na análise do tópico *vi* deste capítulo 6.2) que o cerne do ALP será a crítica à aplicação do modelo de *objeto/designação* às sensações – que decorreria da confusão entre representação e coisa (*Vorstellung* e *Ding*). A localização da falsa analogia do passado como uma imagem material (das vivências como coisas) mostraria a ilusão que estaria na base da ideia de que, a sobreposição entre ser e parecer ser no âmbito da memória, tornaria a memória o critério de correção da descrição da experiência imediata. Ou seja, na suposição de que a memória seria um modo de “ver” o passado estaria presente a ilusão de tomar a imagem mnemônica como um acesso à imagem material do original da vivência (tratando o presente como um corte no fluxo da experiência e o passado como a imagem material preservada desse corte). Assim, caso se queira dizer que o ALP é uma *reductio ad absurdum*, essa *reductio* terá de ser encontrada naquilo que *veta* o uso da memória como fonte da identidade e do conhecimento. Porém, a mera afirmação de que a memória (no âmbito de uma linguagem fenomenológica/privada) seria desprovida de critério de correção não seria suficiente para isso, pois era essa mesma inexistência de um critério que permitia a Wittgenstein (em 1929-1930) tomar a memória como a fonte da identidade e do conhecimento. Por esse viés, o cerne do ALP estaria visível no PS e presente nas seções finais do ALP.

Um ponto que sempre devemos ter em mente para que possamos traçar a relação entre 1929-1933 e o ALP é que, da perspectiva fenomenológica, exatidão e identidade se sobrepõem. A determinação da exata gradação, localização ou dimensões de um fenômeno é a determinação de suas propriedades internas. Assim, saber *qual* fenômeno nos foi dado (de tal modo que pudéssemos determinar a sua identidade) é saber determinar exatamente as propriedades internas desse fenômeno (as suas dimensões de possibilidades). Deste modo, a crítica à possibilidade da utilização da memória como

critério de *correção* seria também, do ponto de vista fenomenológico, a crítica á utilização da memória como critério de *identidade* dos fenômenos.

iii) A crítica à noção de “justificação subjetiva”

Na seção 265 das PU, Wittgenstein expressa uma das razões pelas quais não teríamos um *critério de correção* para a rememoração do batismo da sensação – presente no exemplo da seção 258. Com isso, o autor busca criticar a ideia de que seria possível uma “justificação subjetiva”, que recorreria à memória (como no caso da seção 258), para fundamentar uma regra que correlaciona um sinal a uma sensação.

Imaginemos uma tabela, que existe apenas em nossa imaginação [*Vorstellung*], algo como um dicionário. Um dicionário pode ser utilizado para justificar a tradução de uma palavra X por uma palavra Y. Mas devemos chamar também de justificação se tal tabela é apenas vista na imaginação? “Bem, isto é então uma justificação subjetiva”. – Mas justificação consiste em apelar para algo independente. – “Mas eu certamente posso apelar de uma memória a outra. Por exemplo, eu não sei se notei corretamente o horário de partida de um trem e para checar isso eu chamo a imagem da página da tabela de horários na memória. Não é o mesmo aqui?” – Não; pois esse processo tem de evocar uma memória que é efetivamente *correta*. Se a representação [*Vorstellungsbild*] da tabela de horários não pode ela mesma ser *testada* para correção, como confirmar a correção da primeira memória? (Como alguém que comprasse várias cópias do mesmo jornal do dia para ter certeza do que está escrito é verdade). Olhar uma tabela na imaginação [*Vorstellung*] está tão longe de ser olhar uma tabela quanto a representação [*Vorstellung*] do resultado de um experimento imaginado é o resultado de um experimento.⁵⁸⁴

O exemplo inicial, de um dicionário que existe apenas na imaginação, pode ser interpretado como uma caricatura da posição na qual se encontraria o utente da linguagem privada. Do mesmo modo que o falante dessa suposta linguagem poderia

⁵⁸⁴ PU, §265. (“Denken wir uns eine Tabelle, die nur in unsrer Vorstellung existiert; etwa ein Wörterbuch. Mittels eines Wörterbuchs kann man die Übersetzung eines Wortes X durch ein Wort Y rechtfertigen. Sollen wir es aber auch eine Rechtfertigung nennen, wenn diese Tabelle nur in der Vorstellung nachgeschlagen wird? - "Nun, es ist dann eben eine subjektive Rechtfertigung." - Aber die Rechtfertigung besteht doch darin, daß man an eine unabhängige Stelle appelliert. - "Aber ich kann doch auch von einer Erinnerung an eine andre appellieren. Ich weiß (z.B.) nicht, ob ich mir die Abfahrzeit des Zuges richtig gemerkt habe und rufe mir zur Kontrolle das Bild der Seite des Fahrplans ins Gedächtnis. Haben wir hier nicht den gleichen Fall?" - Nein; denn dieser Vorgang muß nun wirklich die *richtige* Erinnerung hervorrufen. Wäre das Vorstellungsbild des Fahrplans nicht selbst auf seine Richtigkeit zu *prüfen*, wie könnte es die Richtigkeit der ersten Erinnerung bestätigen? (Als kaufte Einer mehrere Exemplare der heutigen Morgenzeitung, um sich zu vergewissern, daß sie die Wahrheit schreibt.) / In der Vorstellung eine Tabelle nachschlagen ist so wenig ein Nachschlagen einer Tabelle, wie die Vorstellung des Ergebnisses eines vorgestellten Experiments das Ergebnis eines Experiments ist.”).

“olhar” internamente (na memória) a sensação nomeada por “S” (que fixaria o uso do sinal), poderíamos “olhar” na imaginação a tabela que correlaciona nomes no dicionário. Em ambos os casos, a regra de tradução dos nomes (no dicionário) e a regra semântica que correlaciona o nome à sensação (na definição ostensiva privada) seriam acessíveis apenas através do ato de “olhar” internamente a imagem (da tabela ou a sensação). Assim, da mesma forma que poderíamos utilizar um dicionário que existe apenas na imaginação, aparentemente seria possível uma espécie de “justificação subjetiva” do significado de “S”, através do recurso ao que o falante da linguagem privada “gravou nele mesmo”. Contrariamente a essa suposição, Wittgenstein afirma que “justificação consiste em apelar para algo independente”. O cerne da crítica é que, tanto no caso do dicionário quanto da linguagem privada, estaríamos sujeitos a um regresso ao infinito, no qual seríamos sempre forçados a apelar a uma outra memória para justificar a memória inicial (da tabela do dicionário, ou da relação semântica entre o sinal e a sensação), porém (uma vez que estivéssemos no horizonte da experiência primária – onde a memória é o único acesso ao passado) nunca encontraríamos algo *independente*, que pudesse servir de justificação à memória inicial.

Desse modo, o problema que estaria na base da crítica à linguagem privada (expressa na seção 258) é que o utente dessa linguagem teria apenas a memória como critério do que foi nomeado no batismo da sensação, sem que houvesse a possibilidade dessa memória ser testada (por algo independente dela mesma), de tal modo que pudessemos determinar a *correção* da própria memória. Caso ele recorresse apenas à memória para justificar a própria memória seria semelhante a alguém que “comprasse várias cópias do mesmo jornal do dia para ter certeza do que está escrito é verdade”. Assim, a ideia de que, em uma linguagem privada, segundo Wittgenstein, não há critério de correção (de tal modo que não se poderia falar em uso “correto” das palavras), seria a recusa da possibilidade da utilização da memória como “justificação subjetiva”, da suposta relação semântica, traçada no batismo da sensação. Em termos positivos: seria necessário o recurso a um critério independente da memória para que pudessemos falar em uso “correto” da linguagem.

Por esse viés, a concepção de que “[u]ma vez que você saiba *o que* a palavra substitui, você a entende, você sabe seu uso completo”⁵⁸⁵ seria *insuficiente* para fundamentar a relação semântica privada entre “S” e a sensação, pois o critério de

⁵⁸⁵ PU, §264. (“Wenn du einmal weißt, *was* das Wort bezeichnet, verstehst du es, kennst seine ganze Anwendung”).

identidade do referente de “S” nos seria dado apenas pela memória, sem que houvesse a possibilidade de determinar a correção dessa memória, de tal modo que “correto é o que quer que me pareça correto”.⁵⁸⁶

Um ponto a ser notado, e que revela como a seção 265, por si só, também não seria suficiente para desfazer a suposição da possibilidade de uma linguagem fenomenológica, é que, nessa seção, Wittgenstein explora apenas *uma* das pontas do dilema ao qual seria levado aquele que tenta justificar a regra sintática de tradução do dicionário (ou a regra semântica do batismo da sensação) recorrendo apenas à memória. Assim como no problema clássico do regresso ao infinito da justificação (tratado na tradição cética como um dos cinco modos de Agripa, descritos por Sextus Empiricus),⁵⁸⁷ teríamos *três* opções: *i*) o regresso ao infinito, *ii*) argumentar em círculo ou *iii*) parar (de forma dogmática) em algum momento. No caso da memória, visto que argumentar em círculo, não seria diferente do regresso ao infinito, pois utilizaríamos apenas uma outra imagem mnemônica do mesmo evento, para tentar justificar a imagem anterior, teríamos, afinal duas opções: *i*) o regresso ao infinito ou *ii*) parar (de forma dogmática) em algum momento. No que tange ao problema da justificação da regra através da memória, o regresso ao infinito seria, como ilustrado por Wittgenstein, semelhante ao caso de alguém “que comprasse várias cópias do mesmo jornal do dia para ter certeza do que está escrito é verdade”. Seríamos forçados a sempre recorrer a uma outra memória para justificar a memória inicial – de tal modo que a justificação da imagem inicial nunca seria possível. Porém, em 1929-1930, Wittgenstein não era forçado a essa ponta do dilema, pois aquilo que nos era dado pela memória (em sentido primário) não era uma *imagem* mais ou menos confiável do passado (que necessitaria de justificação), mas um modo de “ver” a vivência passada que nos foi dada. É esse tratamento da memória como um acesso ao passado que permitia a Wittgenstein traçar a distinção entre a memória (em sentido fenomenológico) como fazedor-de-verdade das proposições sobre o passado e a memória (em sentido fisicalista) que pode ser verificada.⁵⁸⁸ Nesse segundo caso, teríamos uma memória *bipolar* (passível de verificação).

É essa possibilidade de verificação que nos levaria ao regresso ao infinito, caso tentássemos justificar a memória inicial recorrendo à outra memória, que também seria

⁵⁸⁶ Cf. PU, §258.

⁵⁸⁷ Cf. Empiricus, 1933, pp. 95-101.

⁵⁸⁸ Cf. WVC, p. 53.

passível de verificação. Porém, no âmbito fenomenológico, a memória *é aquilo que verifica* a verdade ou falsidade das proposições sobre o passado. Essa memória seria a “*fonte do nosso conhecimento [Quelle unserer Erkenntnis]*, como verificação de nossas proposições”,⁵⁸⁹ e não seria levada ao regresso ao infinito da justificação (como expresso na seção 265 das PU), pois ela *é* aquilo que determina a verdade ou falsidade – não sendo ela mesma passível de verificação (ou justificação). Ou seja, a forma como Wittgenstein escaparia do regresso ao infinito da justificação da memória em 1929-1930 (expresso na seção 265 das PU) seria parando de forma *dogmática* já na primeira memória – tomando-a como um modo de “ver” o passado.

Por esse viés, o cerne do argumento da linguagem privada teria de ser a explicitação da razão pela qual esse sentido primário de memória (como fonte do conhecimento e da identidade) seria equivocado. Como veremos, esse equívoco poderá ser encontrado na crítica à confusão entre representação e imagens (nas seções finais do ALP). Apenas afirmar que não teríamos um critério de correção para a memória (como presente na seção 258) ou que seríamos levados ao regresso ao infinito (da seção 265) não seria suficiente, pois era justamente a impossibilidade de um critério de correção que permitia a Wittgenstein escapar do regresso ao infinito, tomando a memória como aquilo que verificava as proposições. Não haveria, então, problema algum para determinar o significado de “S”, através do batismo da sensação, ou para justificar a memória da tabela do dicionário da imaginação. Assim como uma imagem no espaço visual não seria passível de verificação, mas seria aquilo que verificaria as proposições sobre as imagens visuais, o estatuto não-bipolar da memória primária permitiria tomá-la como aquilo que verificaria as proposições sobre o passado (visto que a memória, ela mesma, não seria passível de verificação). Portanto, o argumento da linguagem privada, para ser efetivo, deve mostrar o equívoco presente nessa suposição que leva a pensarmos a memória como um modo de “ver” o passado.

iv) O uso do aumento da pressão arterial como critério

⁵⁸⁹ MS 108, p. 33 / PB, §49. (Grifos meus). (“(...) Quelle unserer Erkenntnis, als Verifikation unserer Sätze”).

Na seção 270, Wittgenstein determina um uso para a entrada de “S” no diário, na qual associaríamos a “S” uma técnica de uso, tomando o aumento da pressão arterial como o *critério* para a aplicação de “S”:

Imaginemos agora um uso para a entrada do sinal “S” em meu diário. Eu faço o seguinte experimento: sempre que eu tenho uma determinada sensação, um aparelho de pressão me mostra que a minha pressão arterial sobe. Então eu seria capaz de dizer que minha pressão arterial está subindo sem o uso do aparelho. Isso é um resultado útil. E agora parece ser completamente indiferente se eu reconheço a minha sensação corretamente ou não. Suponhamos que eu constantemente a identifique erradamente, isso não faz a menor diferença. E isso já mostra que a hipótese desse erro era apenas uma aparência. (Nós, como que, giramos um botão que parecia poder ser utilizado para ligar uma parte do mecanismo; mas era apenas um ornamento, que não estava conectado com o mecanismo).

E qual é a razão aqui para chamarmos “S” o nome de uma sensação? Talvez o modo como esse sinal é utilizado nesse jogo de linguagem. E por que uma “determinada sensação”, isto é, a mesma a cada vez? Bem, estamos supondo que escrevemos “S” toda vez.⁵⁹⁰

O cerne dessa citação pode ser tomado como o trecho no qual Wittgenstein afirma que, ao relacionarmos o aumento da pressão arterial a uma sensação particular: “agora parece ser completamente indiferente se eu reconheço a minha sensação corretamente ou não”.

À primeira vista, essa afirmação de Wittgenstein parece ser extremamente contra-intuitiva, pois podemos supor, sem maiores dificuldades, que a pressão arterial poderia subir e que essa elevação da pressão poderia ser, algumas vezes, acompanhada pela sensação e, outras vezes, sem a ocorrência da sensação. Assim, não seria *indiferente* se, através da pressão, reconhecemos a sensação de forma correta ou não, pois, no primeiro caso, teríamos o aumento da pressão acompanhado da sensação e, no segundo, o aumento sem a sensação.

⁵⁹⁰ PU, §270. (“Denken wir uns nun eine Verwendung des Eintragens des Zeichens "E" in mein Tagebuch. Ich mache folgende Erfahrung: Wenn immer ich eine bestimmte Empfindung habe, zeigt mir ein Manometer, daß mein Blutdruck steigt. So werde ich in den Stand gesetzt, ein Steigen meines Blutdrucks ohne Zuhilfenahme eines Apparats anzusagen. Dies ist ein nützliches Ergebnis. Und nun scheint es hier ganz gleichgültig zu sein, ob ich die Empfindung richtig wiedererkannt habe, oder nicht. Nehmen wir an, ich irre mich beständig bei ihrer Identifizierung, so macht es garnichts. Und das zeigt schon, daß die Annahme dieses Irrtums nur ein Schein war. (Wir drehten, gleichsam, an einem Knopf, der aussah, als könnte man mit ihm etwas an der Maschine einstellen; aber er war ein bloßes Zierat, mit dem Mechanismus garnicht verbunden.)/ Und welchen Grund haben wir hier, "E" die Bezeichnung einer Empfindung zu nennen? Vielleicht die Art und Weise, wie dies Zeichen in diesem Sprachspiel verwendet wird. - Und warum eine "bestimmte Empfindung", also jedesmal die gleiche? Nun, wir nehmen ja an, wir schrieben jedesmal "E".”).

Porém, o que está em questão não é o uso da pressão arterial como um *sintoma* (contingente) da sensação. A posição sustentada no exemplo de Wittgenstein é mais radical que essa. O que ele tem em vista é que, ao utilizarmos o aumento da pressão arterial como um *critério* para escrevermos “S” no diário, seria indiferente se reconhecemos a sensação de maneira certa ou errada.

Podemos explicitar o pano de fundo temporal dessa seção 270 notando que, *de acordo com as ideias de Wittgenstein em 1929-1930*, ao tomarmos o aumento da pressão arterial como critério para a aplicação de “S”, situamos aquilo que determina o significado da palavra em uma temporalidade diversa que a da sensação (enquanto dado imediato). Agora, não só a linguagem estaria situada no tempo homogêneo da física (como ao tomar um diário como a estrutura temporal da linguagem privada, na seção 258), mas o modelo para a aplicação de “S” estaria no tempo físico (pois seria um evento físico – o aumento da pressão arterial). Isso nos levaria a um duplo desdobramento: *i*) não estaríamos mais no âmbito de uma descrição fenomenológica (uma descrição imediata da experiência imediata – como no caso da linguagem privada), porém, no uso fisicalista da linguagem e *ii*) nessa temporalidade secundária (da linguagem fisicalista) a memória seria bipolar (pois, no tempo secundário, ao concedermos uma positividade ontológica para todos os eventos do *triunviratum*, tornamos o passado algo que independe da memória) . Assim (como tentarei concluir ao final deste sub-capítulo), seria indiferente que eu reconheça ou não a sensação de forma correta, pois, nesse caso, o reconhecimento seria também bipolar (necessitando de uma justificação que independa da própria memória). Em outros termos: ao lançarmos mão de um critério fisicalista para o significado de “S”, não mais estaríamos no âmbito no qual a memória seria a fonte da identidade e do conhecimento, mas no qual ela é apenas “(...) um guardião mais ou menos confiável do que ‘realmente’ aconteceu”.⁵⁹¹ Porém, como veremos a seguir, isso também, por si só, seria incapaz de mostrar a impossibilidade de uma linguagem privada, pois o fato de que a utilização de critérios fisicalistas nos leve ao âmbito no qual a memória seria bipolar, não significa a *impossibilidade* de uma linguagem na qual os referentes estariam no tempo da memória (do tratamento primário da memória como *fonte*). Vejamos, então, de forma detida como essas ideias se articulam.

⁵⁹¹ MS 108, p. 33 / PB, §49 / BT, §105, p. 363.

Podemos recorrer a um trecho do MS 107, para notarmos como, segundo Wittgenstein, *de janeiro de 1930*, ao tomarmos o aumento da pressão como critério para a aplicação de “S” estaríamos em uma outra temporalidade que a da sensação (como dado imediato).

A “cor” que posso reconhecer imediatamente e aquela que estabeleço por meio de uma investigação química são duas coisas diferentes. De uma fonte flui apenas *uma* coisa.⁵⁹²

Nos termos do exemplo da seção 265, das PU, poderíamos glosar essa passagem da seguinte forma: “a sensação que posso reconhecer imediatamente e aquela que posso estabelecer por uma investigação fisiológica (ou por um critério fisiológico) são duas coisas [*Dinge*] diferentes. De uma fonte flui apenas *uma* coisa”. O que as seções do argumento da linguagem privada buscarão vetar (e abordaremos esse ponto ao analisarmos as seções seguintes do ALP) é esse tratamento da sensação como uma *coisa* (*Dinge*), que eu pudesse *reconhecer* (*wiedererkennen*) de modo imediato (*unmittelbar*). É esse tratamento que leva à cisão (advogada por Wittgenstein, em 1929-1930) entre duas coisas – uma coisa fisicalista/pública (cujo critério é fisicalista/público) e uma fenomenológica/privada (cujo critério seria a memória). Mas, vejamos aqui, pelo ponto de vista das análises do tempo, a razão pela qual a sensação que podemos estabelecer por uma investigação fisiológica seria uma coisa distinta da sensação imediatamente reconhecida (sem nos atermos aqui ao fato de que a sensação como coisa, imediatamente reconhecida, será descartada por Wittgenstein já em 1931 – sendo esse abandono aquilo que argumentarei ser o pano de fundo central do ALP).

Nos termos de 1929-1930, o recurso ao aumento da pressão arterial seria a utilização de modelo fisicalista para a aplicação de “S”. Nesse caso, a determinação gramatical “isto é ‘S’” não teria por referente a sensação “privada” (imediate), mas o “objeto físico” (a hipótese), que seria o aumento da pressão arterial (em termos mais exatos, estaríamos tomando como modelo para aplicação de “S” um evento físico, ao invés de uma ocorrência fenomenológica). Com isso (caso utilizemos a metáfora do projetor, nos termos de Wittgenstein no LSD⁵⁹³), ao dizermos “‘S’ é agora”, não estaríamos dizendo que o fenômeno S nos é dado *agora* na *tela*, mas que o fotograma no *filme* que chamamos de “S” está agora na frente do projetor. Ou seja, o aumento da

⁵⁹² MS 107, p. 236 / PB, §16. (Grifo do autor). (“Und die "Farbe", die ich unmittelbar wiedererkennen kann und die ich durch chemische Untersuchung feststelle, sind zwei verschiedene Dinge. Aus derselben Quelle fließt nur *Eines*”).

⁵⁹³ Cf. LSD, p. 336.

pressão arterial seria um “objeto físico” no tempo físico e não uma sensação no constante presente atemporal da experiência imediata.

Por esse viés, o critério para a aplicação de “S” não seria a ocorrência da sensação que (supostamente) poderíamos reconhecer imediatamente, mas a *coisa*, cuja identidade pode ser estabelecida por uma investigação fisiológica. E o fato de que, no exemplo de Wittgenstein, da seção 270, não seja necessário o uso de um aparelho de pressão não tornaria o *evento físico* do aumento da pressão arterial algo menos “objetivo”. De toda sorte, não estaríamos mais no horizonte de uma descrição *imediata* da experiência *imediata* (como seria o caso na linguagem fenomenológica de 1929 e na linguagem privada do ALP), mas no uso fisicalista da linguagem (pois o modelo para a aplicação de “S” seria um evento físico).

O que é crucial notarmos é que, ao tomarmos um evento físico como modelo para a aplicação da linguagem, tornamos o critério de correção algo que existe *no tempo físico*. Com isso (e esse é o ponto que nos é central), o critério de identidade do que é nomeado independe da memória. Não mais estaríamos no horizonte no qual a memória seria a *fonte* (do tempo, do conhecimento e da identidade), mas no caso em que a memória seria:

[A] imagem de um *evento físico* [*physikalischen Ereignisses*]. A imagem desbota e eu noto como ela desbotou quando a comparo com outras evidências do que aconteceu. Nesse caso, a memória não é a fonte do tempo, mas um guardião mais ou menos confiável do que ‘realmente’ aconteceu; e isto era algo de que poderíamos ter notícia de outro modo, é um *evento físico*.⁵⁹⁴

Assim, uma vez que o modelo para o uso de “S” seja o aumento da pressão arterial, podemos abordar de duas maneiras a ideia de que “agora parece ser completamente indiferente se eu reconheço a minha sensação corretamente ou não” (sendo que a primeira delas será descartada em 1930-1931 e o cerne da crítica do ALP). Nos termos de 1930, tendo em mente que “a sensação que posso reconhecer imediatamente e aquela que posso estabelecer por uma investigação fisiológica são duas coisas [*Dinge*] diferentes”, poderíamos dizer que a *coisa* que reconheço imediatamente não é a mesma *coisa*, cuja identidade poderia ser determinada através de um critério fisicalista. Assim, o fato de que reconheço ou não imediatamente a sensação seria

⁵⁹⁴ MS 108, p. 33 / PB, §49 / BT, §105, p. 363. (Grifos meus). (“[E]in Bild eines physikalischen Ereignisses. Das Bild verblaßt, und ich merke sein Verblässen, wenn ich es mit andern Zeugnissen des Vergangenen vergleiche. Hier ist das Gedächtnis nicht die Quelle der Zeit, sondern mehr oder weniger gute Aufbewahrerin dessen, was "wirklich" gewesen ist; und dieses war eben etwas, wovon wir auch andere Kunde haben können, ein physikalisches Ereignis”).

indiferente ao significado de “S”, pois o referente de “S” e a sensação que eu poderia ou não reconhecer são *coisas* diferentes. Mas o que o ALP tem em vista (como buscarei mostrar de forma genética ao longo deste capítulo 6.2) é justamente interditar essa bipartição da linguagem em dois sistemas: um sistema primário, cujos referentes são fenômenos privados imediatamente percebidos (que têm por critérios e modelos de identidade as memórias e as representações), e o sistema secundário, do uso fiscalista e público da linguagem (no qual os critérios são padrões e modelos fiscalistas).⁵⁹⁵ Nos termos de 1929-1930, o ALP visaria mostrar que há apenas o uso fiscalista e público da linguagem (no qual os padrões e modelos seriam objetos físicos no tempo físico). Com isso (e esse será o tópico que abordaremos no sub-capítulo *vii* dessa seção 6.2), o problema que restará a Wittgenstein é esclarecer como podemos falar de nossas sensações através dessa linguagem fiscalista, sem que sejamos levados a essa bipartição.

Visto que essa ideia de que teríamos *duas coisas* (como veremos na sequência) não se aplicará à filosofia da Wittgenstein nas PU, devermos interpretar a afirmação de que, ao tomarmos a pressão arterial como modelo, “agora parece ser completamente indiferente se eu reconheço a minha sensação corretamente ou não” da outra forma. Ainda recorrendo às categorias de 1929-1930, acerca das distinções da memória, poderíamos dizer que seria indiferente se reconhecemos ou não a sensação, pois, ao tomarmos um evento físico, no tempo físico (no filme), como o modelo para a aplicação de “S”, não estaríamos mais no âmbito no qual o reconhecimento seria a fonte da identidade. O reconhecimento e a memória seriam aqui necessariamente bipolares, de tal modo que, mesmo se eu reconhecesse corretamente ou não a sensação, aquilo que determinaria a correção não seria o próprio reconhecimento, mas o evento físico (aquilo que “realmente” aconteceu) – que seria o critério de correção da própria memória. É nesse cenário (da memória como uma imagem bipolar) que seríamos levados ao regresso ao infinito, caso utilizemos uma outra memória para justificar a memória anterior. É também neste cenário que constataríamos a inexistência de um critério de correção privado para a memória.

⁵⁹⁵ Isso não interditará a possibilidade de que em alguns jogos de linguagem possamos utilizar a memória como critério (ou como aquilo que verifica as proposições sobre o passado). O que será criticado é a tese de que a linguagem (como um todo) tenha em sua base determinações semânticas verticais (entre nome e nomeado), cujos referentes seriam dados imediatos (e cujas identidades nos seriam imediatamente dadas pela memória como *fonte da indenidade*). Ou seja, é importante termos em mente que o que desaparecerá é a adesão ao princípio tractariano da plena determinação do sentido, na qual a plena determinação estaria fundada na multiplicidade lógica da realidade fenomênica.

Desse modo, a seção 270 mostraria (nos termos de 1929-1930) que, ao tomarmos como modelo para a aplicação da linguagem algo no tempo físico, ao uso fiscalista da linguagem torna-se indiferente se reconhecemos ou não (de forma imediata) o que nos é dado no tempo primário. Porém, isso ainda não veta a possibilidade da posição defendida por Wittgenstein em 1929-1930 (e que estaria na gênese da cisão entre uma *coisa* privada e uma *coisa* pública), na qual a memória (em sentido primário) seria um modo de “ver” o passado, sendo, assim, o critério de identidade e correção da descrição imediata da experiência imediata.

v) O experimento do besouro na caixa

No experimento do besouro na caixa, Wittgenstein expressa de forma ainda mais pungente e radical a ideia que pudemos localizar na seção 270 – que, ao lançarmos mão de um critério fiscalista/público, “agora parece ser completamente indiferente se eu reconheço a minha sensação corretamente ou não”. Vejamos o principal trecho desse experimento (presente no segundo e terceiro parágrafos da seção 293):

Suponhamos que cada pessoa tenha uma caixa com algo dentro, que chamaríamos de “besouro”. Ninguém pode olhar o que tem dentro da caixa do outro e todo mundo diz que sabe o que é um besouro apenas olhando para o seu besouro. – Poderia ser que cada um tivesse algo diferente dentro de sua caixa. Poderíamos até imaginar que tal coisa mudasse constantemente. – Agora se a palavra “besouro” tivesse um uso para essas pessoas? – Então, não seria o nome de uma coisa [*Dings*]. A coisa na caixa não tem papel algum no jogo de linguagem; nem mesmo como *algo* [*Etwas*]; pois a caixa pode até mesmo estar vazia. – Não, (...) ela se cancela, o que quer que seja. Isso quer dizer: se construímos a gramática da expressão da sensação no modo de “objeto e designação” o objeto cai fora de consideração como irrelevante.⁵⁹⁶

A suposição inicial, de que cada um teria um caixa com um besouro dentro, é uma caricatura da posição defendida por aquele que diz que conhece o que é dor apenas de seu próprio caso (na qual ele sabe (*wisse*) o significado de “dor” por meio do seu

⁵⁹⁶ PU, §293. (“Angenommen, es hätte Jeder eine Schachtel, darin wäre etwas, was wir "Käfer" nennen. Niemand kann je in die Schachtel des Andern schauen; und Jeder sagt, er wisse nur vom Anblick seines Käfers, was ein Käfer ist. - Da könnte es ja sein, daß Jeder ein anderes Ding in seiner Schachtel hätte. Ja, man könnte sich vorstellen, daß sich ein solches Ding fortwährend veränderte. - Aber wenn nun das Wort "Käfer" dieser Leute doch einen Gebrauch hätte? - So wäre er nicht der der Bezeichnung eines Dings. Das Ding in der Schachtel gehört überhaupt nicht zum Sprachspiel; auch nicht einmal als ein *Etwas*: denn die Schachtel könnte auch leer sein. - Nein, durch dieses Ding in der Schachtel kann 'gekürzt werden'; es hebt sich weg, was immer es ist. / Das heißt: Wenn man die Grammatik des Ausdrucks der Empfindung nach dem Muster von 'Gegenstand und Bezeichnung' konstruiert, dann fällt der Gegenstand als irrelevant aus der Betrachtung heraus.”).

acesso imediato à dor). Na sequência, Wittgenstein expressa um problema ao qual seríamos levados ao adotar tal concepção. Visto que ninguém pode saber o que tem dentro da caixa do outro, seria impossível saber se a coisa dentro da caixa alheia é ou não a mesma coisa que tenho dentro da “minha” caixa. Assim, as pessoas poderiam ter coisas completamente diferentes dentro de suas caixas. Tal constatação seria uma versão inusitada do problema clássico empirista, da impossibilidade da verificação de se (por exemplo) a cor vista por alguém é ou não a mesma cor que a vista por outra pessoa. Wittgenstein radicaliza esse problema afirmando que, dado que o conteúdo da caixa é completamente inacessível aos outros, seria até mesmo possível que a coisa que cada um tem dentro de sua caixa (ou seja, o seu dado imediato) mudasse constantemente.

Wittgenstein alça essa suposição inicial a um outro nível, no qual a palavra “besouro” teria agora um uso *público*. Esse trecho pode ser interpretado em estreita ligação com a seção 270, na qual Wittgenstein desenvolve um *uso* para a entrada “S” no diário, ao relacionar a sensação ao aumento da pressão arterial. O ponto explorado pelo autor (também presente em nossa análise da seção 265) é que: “a coisa na caixa não tem papel algum no jogo de linguagem”. Em outros termos: a sensação privada não teria papel algum no uso público da linguagem.

Essa afirmação de Wittgenstein poderia ser tomada como uma resposta ao problema inicial: se a coisa dentro da caixa tivesse algum papel no jogo de linguagem público (determinando o significado da palavra “besouro”) a comunicação seria, em certo sentido, impossível, pois cada um teria um significado privado para a palavra e jamais saberíamos se o outro dá à palavra, no uso público da linguagem, um mesmo significado. A solução de Wittgenstein (por um viés interpretativo, que mostrarei ser equivocado) seria vetar à coisa dentro da caixa um papel no jogo de linguagem que usa publicamente a palavra em questão. Esse tipo de interpretação pode ser encontrado, por exemplo, na adoção de um viés verificacionista para a compreensão da seção 293 – como, por exemplo, advogado por Strawson.⁵⁹⁷ A coisa dentro da caixa não teria papel algum no jogo de linguagem, pois, proposições acerca desse conteúdo privado não seriam verificáveis (não tendo, assim, valor de verdade). Com isso, do ponto de vista da verificação, “a caixa pode até mesmo estar vazia”, pois as proposições sobre o conteúdo da caixa seriam reduzidas a proposições sobre a caixa. Um outro viés interpretativo semelhante seria adotar uma interpretação radicalmente behaviorista da seção 293. A

⁵⁹⁷ Cf Strawson, 1954.

coisa na caixa não teria papel algum no jogo de linguagem, pois, visto que a linguagem pode apenas falar da caixa (do comportamento ao invés da sensação privada), não faria diferença alguma à linguagem se os dados imediatos sequer existissem.

O grande problema dessas interpretações, que frisam a importância da ideia de que a “coisa” (*Ding*) na caixa não teria papel algum no jogo de linguagem público, é que ainda mantêm a bipartição da linguagem entre uma esfera pública comunicável e uma esfera privada indizível. Nessa esfera privada, teríamos acesso a “*coisas*” que não podem ser enunciadas pela linguagem pública.

Norman Malcolm (em sua resenha das PU)⁵⁹⁸ inaugura uma maneira mais refinada de interpretar a seção 293, ao notar a importância da afirmação condicional, no trecho final da citação: “*se* construímos a gramática da expressão da sensação no modo de ‘objeto e designação’ o objeto cai fora de consideração como irrelevante”. Por esse viés, Wittgenstein não estaria defendendo, na seção 293, a ideia de que a “coisa” na caixa não teria papel no jogo de linguagem, mas visaria mostrar que, *se* tomarmos a sensação (privada) como uma “coisa” e concebermos a semântica da linguagem como baseada na nomeação dessa coisa, nesse caso, teríamos de admitir que a coisa dentro da caixa não teria papel algum no jogo de linguagem. Ou seja, Wittgenstein teria aqui em vista mostrar a inutilidade do tratamento do dado imediato como uma coisa que seria passível de designação. Vejamos então, do ponto de vista genético, recorrendo às análises de 1929-1930, como esse viés interpretativo pode ser explorado (tendo em vista mostrar como os desdobramentos dessa perspectiva estariam próximos da compreensão temporal do ALP).

A bipartição da linguagem entre um uso fisicalista (público) e um uso fenomenológico (privado) tinha um papel de destaque no modo como Wittgenstein salvaguardava a ideia de uma plena determinação do sentido, após a constatação da impossibilidade de uma linguagem puramente fenomenológica. A consequência dessa constatação era a necessária inserção da linguagem no tempo homogêneo da física, para que as determinações temporais da linguagem fossem possíveis. Em outros termos: a linguagem necessita falar de objetos físicos (no tempo físico). E na base dos modos de apresentação fisicalistas, encontraríamos os modelos e padrões fisicalistas, que seriam indispensáveis aos métodos de mensuração, pelas quais projetaríamos os sistemas simbólicos fisicalistas à realidade. Porém (tomando como exemplo as cores), a cor que

⁵⁹⁸ Cf. Malcolm, 1954.

poderíamos determinar através de uma tabela de cores (no modelo physicalista) e a cor imediatamente reconhecia (no âmbito da experiência imediata) não seriam a mesma coisa (*Dinge*) para Wittgenstein, em 1929-1930.

Da perspectiva temporal, o que teríamos no final de 1929-1930 seria a contraposição entre o modo physicalista pela qual a *atemporalidade* do sentido seria *temporalmente construída*, através dos modelos e padrões (aceitando esses “objetos físicos” como invariáveis), e a *atemporalidade metafísica* dos espaços de possibilidades. Um dos pontos centrais de nossas análises nos capítulos anteriores foi notar como essa atemporalidade metafísica seria apenas uma ilusão baseada no colapso entre passado e memória. Cada fenômeno determinaria um “protótipo”, pois, após nos serem dados, a representação de cada um desses dados imediatos (que poderíamos invocar através da memória) não seria passível de correção. Como passado e memória se sobrepunham, ou a ocorrência é reconhecida como o mesmo fenômeno antes dado, ou não será o mesmo fenômeno. Não haveria nenhum outro passado além do passado da memória, que determinaria o critério de identidade dos fenômenos, de tal modo que as memórias e representações poderiam ser utilizados como modelos da linguagem.

Caso retornemos à seção 293 das PU, o que Wittgenstein busca dizer no início da seção é que, caso encontremos um uso público para a palavra que nomeia a ocorrência privada, o objeto privado (cuja identidade seria – nos termos de 1929-1930 – imediatamente dada pela memória) não teria nenhum papel nesse jogo público da linguagem. Por esse viés inicial, Wittgenstein não abandonaria a bipartição presente em 1929-1930, mas apenas estaria afirmando que a gramática physicalista seria independente de uma semântica fenomenológica. Porém, o cerne da seção 293 (como vimos há pouco – recorrendo à interpretação de Norman Malcolm) pode melhor ser expresso através do caráter *condicional* do trecho final dessa seção. Esse condicional revelaria que, *caso* compreendamos a essência da linguagem como composta por relações semânticas verticais de designação dos dados imediatos e, além disso, *utilizemos* essa linguagem publicamente, seríamos levados à paradoxal conclusão (para aquele que advoga essa semântica) de que o objeto privado não teria papel algum no jogo de linguagem. Com isso, e esse é o ponto importante a ser notado, Wittgenstein não estaria aqui aceitando a bipartição por ele defendida em 1929-1930 (que estaria também presente na interpretação verificacionista de Strawson), mas mostrando que, caso aceitemos essa bipartição, a camada privada não teria papel algum em nosso uso (público) da linguagem.

Assim, pelo ponto de vista das análises de 1929-1930 sobre a memória, podemos notar que o experimento do besouro na caixa leva o proponente da linguagem privada a uma posição paradoxal. Caso aceitemos a memória como parte da estrutura lógica da experiência imediata (do mundo primário), não haveria empecilho algum para determinarmos a sintaxe de nossa linguagem privada através da nomeação imediata dos dados imediatos (na qual, a partir da nomeação, nome e nomeado partilhariam uma mesma forma lógica). O que Wittgenstein sugere na seção 293 é que, caso utilizemos essa linguagem publicamente (na qual cada um nomearia imediatamente suas sensações) esse âmbito primário (no qual a memória seria a fonte do conhecimento e da identidade) não teria papel algum no uso público da linguagem. Ou seja (nos termos de 1929-1930), ao fundamentarmos a significação de modo fenomenológico e utilizamos essa linguagem de modo fisicalista a fundamentação fenomenológica não teria papel algum na gramática fisicalista da linguagem.

Por esse viés aqui defendido, através da seção 293, Wittgenstein mostraria a *inutilidade* da tentativa de fundamentar a linguagem (pública) em uma semântica privada. Porém, isso ainda seria insuficiente para pôr fim à ideia de uma linguagem privada, pois essa *inutilidade* não significa a *impossibilidade* dessa linguagem privada que nomeia os dados imediatos. Para vetar a linguagem privada seria necessário mostrar o equívoco presente na aplicação do modelo “objeto/designação” às sensações. Nos termos das análises do tempo de 1929-1933, ao ALP seria necessário mostrar a razão pela qual não seria possível uma linguagem (mesmo situada em um tempo homogêneo fisicalista) cuja semântica estivesse centrada na nomeação dos dados no *tempo da memória*.

vi) A importância da distinção entre representação (*Vorstellung*) e coisa (*Ding*)

Nas seções finais do ALP (entre as seções 294 e 315), encontraremos a maneira pela qual Wittgenstein localiza e desfaz a falsa analogia que (segundo o viés aqui adotado das análises do tempo) estaria na base da suposição da possibilidade de uma linguagem privada. Essa falsa analogia (semelhantemente ao que depreendemos das análises do PS) é a confusão entre a gramática dos fenômenos (das sensações, impressões, representações etc.) e das coisas (dos objetos, das imagens materiais etc.).

Em termos temporais, poderemos dizer que nas seções finais do ALP Wittgenstein tomará como foco a falsa analogia que nutria a ideia de que seria possível construir uma linguagem na qual os significados das palavras nos seriam dados no *tempo da memória*. Vejamos, então, o modo como Wittgenstein localiza e desfaz essa falsa analogia nas seções finais do ALP, tendo em vista cotejar essas ideias às análises do tempo de 1929-1933.

Como depreendemos do estudo da seção 293 (do experimento do besouro na caixa), *caso* tomemos a sensação como um *algo* passível de nomeação, esse algo não teria papel algum no jogo de linguagem público (“objeto cai fora de consideração como irrelevante”). Assim, *caso* aceitemos que o (suposto) falante da linguagem privada tem diante de si um *objeto privado*, seríamos conduzidos à constatação de que esse algo privado seria irrelevante à gramática do jogo de linguagem público. Porém, tomando como caso paradigmático a dor e o comportamento da dor, essa conclusão parecerá menos cogente, pois, somos inclinados a pensar que não apenas o comportamento da dor, mas a própria dor (enquanto algo privado) deve ter um papel na determinação do significado da palavra “dor”. Wittgenstein explora esse problema na seção 300 das PU, na qual afirma:

Poderíamos dizer – não é apenas a imagem do comportamento [*Bild des Benehmens*] que tem papel no jogo de linguagem com as palavras “ele está com dor”, mas também a imagem da dor [*Bild des Schmerzes*]. Ou, não apenas o paradigma do comportamento, mas também o da dor. – É um equívoco dizer “a imagem da dor entra no jogo de linguagem com a palavra ‘dor’”. A representação [*Vorstellung*] da dor não é uma imagem [*Bild*], esta representação não é substituível no jogo de linguagem por algo que poderíamos chamar de imagem [*Bild*]. – Certamente, a representação da dor [*die Vorstellung des Schmerzes*] entra em algum sentido no jogo de linguagem, apenas não como imagem [*Bild*].⁵⁹⁹

A importância dessa passagem se encontra no fato de que, a partir dela, poderemos notar a maneira pela qual ao turvamos a distinção gramatical entre *imagens* e *representações* (de modo relativamente inócuo) seremos levados à suposição da possibilidade de uma linguagem privada. Através das palavras de um possível interlocutor, Wittgenstein expressa a ideia (que a seguir ele irá criticar) de que não

⁵⁹⁹ PU, §300. (“Zu dem Sprachspiel mit den Worten "er hat Schmerzen" gehört - möchte man sagen - nicht nur das Bild des Benehmens, sondern auch das Bild des Schmerzes. Oder: nicht nur das Paradigma des Benehmens, sondern auch das des Schmerzes. - Zu sagen "Das Bild des Schmerzes tritt ins Sprachspiel mit dem Worte 'Schmerz' ein", ist ein Mißverständnis. Die Vorstellung des Schmerzes ist kein Bild, und diese Vorstellung ist im Sprachspiel auch nicht durch etwas ersetzbar, was wir ein Bild nennen würden. - Wohl tritt die Vorstellung des Schmerzes in einem Sinn ins Sprachspiel ein; nur nicht als Bild”).

apenas a *imagem do comportamento* (*Bild des Benehmens*) da dor entraria no jogo de linguagem, mas também a própria *imagem da dor* (*Bild des Schmerzes*). Um modo de interpretarmos essa afirmação é recorrer ao problema abordado pelo autor na aula do dia 11 de maio de 1936. Nesta aula, Wittgenstein supõe que alguém o indague: “o que é dor?” e, como resposta, seria dado a essa pessoa um *beliscão*. Desse modo, diz Wittgenstein: “dei a ele um modelo”. O problema abordado pelo autor em 11 de maio de 1936 é: “[a]gora o que foi o modelo? Foi o *beliscão* ou foi a sensação particular que você deu a ele?”⁶⁰⁰ O trecho citado da seção 300 das PU sugere que o suposto interlocutor de Wittgenstein estaria disposto a responder essa questão da seguinte forma. O modelo não seria apenas o beliscão, mas a dor particular, pois, não apenas a imagem do comportamento da dor entraria no jogo de linguagem (como modelo), mas também a imagem da dor. Nesse caso, a imagem da dor (*Bild des Schmerzes*) – o que quer que isso seja – supostamente desempenharia o papel de modelo para as aplicações futuras da palavra “dor”.

Caso aceitemos que a *imagem da dor* tenha algum papel no jogo de linguagem (determinando o significado da palavra “dor”), uma série de consequências se segue (sendo a suposição da existência de um critério privado de exatidão uma das consequências). Na seção 294 das PU, Wittgenstein afirma:

Se você diz que ele vê uma imagem privada [*privates Bild*] diante dele, que ele descreve, então você faz uma suposição do que ele tem diante de si. E isso significa que você pode descrever isso ou descreve isso mais de perto. Se você admitir que não tem noção alguma do tipo de coisa que possa estar diante dele – então o que leva você a dizer que, apesar disso, ele tem algo diante dele? Não seria como se dissesse de alguém: “ele *tem* algo. Mas não se sabe se é dinheiro, ou dívidas ou uma caixa registradora vazia”.⁶⁰¹

Ao supormos que alguém tem diante de si uma *imagem privada* (*ein privates Bild*), mesmo que não saibamos que tipo de coisa ele tem diante de si, ainda assim, aceitamos que “ele *tem* algo”. Consequentemente, estaríamos também dispostos a aceitar que essa imagem poderia ser descrita e, até mesmo, que seria possível um exame mais detalhado do que é dado como imagem. Ou seja, na suposição da existência de

⁶⁰⁰ LSD, p. 339. (Grifo do autor). (“Now what was the sample? Was the *pinching*, or was it the particular sensation which you gave him?”).

⁶⁰¹ PU, §294. (“Wenn du sagst, er sähe ein privates Bild vor sich, das er beschreibe, so hast du immerhin eine Annahme gemacht über das, was er vor sich hat. Und das heißt, daß du es näher beschreiben kannst, oder beschreibst. Gibst du zu, daß du gar keine Ahnung hast, von welcher Art, was er vor sich hat, sein könnte, - was verführt dich dann dennoch zu sagen, er habe etwas vor sich? Ist das nicht, als sagte ich von Einem: "Er *hat* etwas. Aber ob es Geld, oder Schulden, oder eine leere Kasse ist, weiß ich nicht.”).

uma *imagem privada*, mesmo que não saibamos o que seja essa imagem, aceitamos a existência de um *algo* (*etwas*) privado, que poderia ser tomado como critério de exatidão da descrição da experiência privada – pois, supostamente, poderíamos descrever isso mais de perto.

Essa ideia de um *algo* (*etwas*) privado (que seria decorrente do tratamento das representações como imagens) levaria à bipartição entre uma linguagem privada e uma linguagem pública, pois, na linguagem privada as palavras nomeariam esse *algo*, enquanto na linguagem pública, as palavras teriam por referente (no que tange à linguagem das sensações) a expressão primitiva e natural da sensação (por exemplo, o comportamento da dor) – que (supostamente) poderia ser usada para designar de forma indireta a sensação privada.

Contrariamente a essas ideias, a resposta dada por Wittgenstein (na seção 300) ao suposto interlocutor (e que poderemos tomar como o cerne do ALP – como argumentarei a seguir) é que a representação da dor (*die Vorstellung des Schmerzes*) não é uma *imagem* (*Bild*). Isso, por sua vez, não é negar que a dor tenha papel no jogo de linguagem (como poderia sugerir uma interpretação radicalmente behaviorista do ALP), pois, segundo o autor: “a representação da dor [*die Vorstellung des Schmerzes*] entra em algum sentido no jogo de linguagem, apenas não como imagem [*Bild*]”.⁶⁰² Supor que a dor (ou que a representação da dor) não tenha papel algum no jogo de linguagem seria ainda sucumbir à tentação de tratar a dor como um *objeto privado*, que seria equivalente a *nada*, pois seria irrelevante ao jogo de linguagem público. Esse ponto se torna mais visível na seção 304, na qual Wittgenstein localiza um importante falso dilema ao qual aparentemente seríamos conduzidos:

“Mas você certamente admitirá que há uma diferença entre o comportamento da dor acompanhado da dor e o comportamento da dor sem dor?” – Admitir? Que diferença poderia ser maior? “E no entanto você chega sempre ao mesmo resultado, que a sensação ela mesma é um nada”. – De modo algum. Não é um algo [*Etwas*], mas também não é um nada [*Nichts*]! A conclusão era apenas que um nada poderia servir tão bem quando um algo acerbado do qual nada poderia ser dito. Nós apenas rejeitamos a gramática que quer se impor sobre nós.”⁶⁰³

⁶⁰² PU, §300. (“Wohl tritt die Vorstellung des Schmerzes in einem Sinn ins Sprachspiel ein; nur nicht als Bild”).

⁶⁰³ PU, §304. (“Aber du wirst doch zugeben, daß ein Unterschied ist, zwischen Schmerzbenennen mit Schmerzen und Schmerzbenennen ohne Schmerzen." - Zugeben? Welcher Unterschied könnte größer sein! - "Und doch gelangst du immer wieder zum Ergebnis, die Empfindung selbst sei ein Nichts." - Nicht doch. Sie ist kein Etwas, aber auch nicht ein Nichts! Das Ergebnis war nur, daß ein Nichts die gleichen Dienste täte, wie ein Etwas, worüber sich nichts aussagen läßt. Wir verwarfen nur die Grammatik, die sich uns hier aufdrängen will”).

Para a compreensão dessa afirmação de Wittgenstein é crucial lembrarmos o caráter condicional da ideia expressa no final da seção 293 (“*se* construímos a gramática da expressão da sensação no modo de “objeto e designação” o objeto cai fora de consideração como irrelevante”). Wittgenstein, na seção 304, também não estaria sustentando de forma positiva a tese de que a sensação *não é* um algo, mas afirmando que, visto que o objeto privado não teria papel algum no jogo de linguagem público, um *nada* serviria tão bem quanto *algo*, sobre o qual nada poderia ser dito. Ou seja, caso queiramos tratar a sensação como *algo*, seríamos levados à situação na qual esse *algo* teria o mesmo papel na linguagem que *nada*. É este cenário (com o qual Wittgenstein não concorda) que seríamos levados à dicotomia do tratamento da seção ou como *algo* ou como *nada*. Mas a resposta do autor é que a dor não é um *algo* (*Etwas*), mas também não é um *nada* (*Nichts*).

A importância dessas seções do ALP é que nelas podemos notar como o tratamento das representações como imagens estaria na base da suposição da possibilidade de uma linguagem privada, pois, nesse caso, trata-se a representação dos fenômenos como um objeto (uma imagem material), que seria passível de nomeação (e cujo batismo poderia, supostamente, determinar um modelo para as aplicações futuras). Do ponto de vista temporal (como veremos em detalhes adiante), a grande consequência desse tratamento das representações como imagens é que, assim, concedemos (ilusoriamente) aos dados imediatos a *trans-temporalidade* dos objetos físicos (de tal modo que supomos poder reencontrá-los toda vez que os invocássemos através da memória). Nesse caso, poderíamos construir uma linguagem atendo-se ao tempo da memória, pois teríamos (supostamente) sempre à disposição um critério para a identidade dos fenômenos, que seria a *imagem material* da vivência passada (por exemplo: a imagem da dor). Essa *trans-temporalidade* da coisificação do fenômeno permitiria tratar os fenômenos como algo que poderia ser modelo para as aplicações futuras da linguagem ou critério de exatidão da descrição da experiência imediata, pois a representação do fenômeno (sendo uma imagem material) seria, assim, algo que, ao longo tempo, manteria a sua forma e sua multiplicidade lógica e ao qual teríamos um acesso imediato. Isso, por fim, não seria nada além da concessão da gramática temporal dos objetos físicos às sensações (confusão essa que, como vimos através da análise do PS, estava na base da ideia de uma plena determinação do sentido, no período de 1929-1930). Para que possamos compreender o aspecto temporal dessas conclusões a serem extraídas das seções finais do ALP, façamos um recuo ao início da década de trinta.

Para isso, podemos utilizar como ponto de partida uma importante passagem do BT, onde Wittgenstein afirma:

Uma das analogias mais perigosas é a entre o campo de visão e uma superfície pintada (ou – que ao final leva à mesma coisa – um modelo colorido tridimensional). Isto se conecta com: posso eu reconhecer minha imagem visual ‘em todos os seus detalhes’.⁶⁰⁴

Como vimos no capítulo 5, ao tratarmos a *imagem visual* (*Gesichtsbild*) como uma *imagem pintada* (*gemaltes Bild*), supomos que a *representação* (*Vorstellung*) da imagem visual seria uma *coisa* (*Ding*) sobre a qual poderíamos nos deter, a fim de obter uma descrição completamente perspicua da realidade fenomênica. Porém, contrariamente a isso, afirma Wittgenstein: “minha imagem visual não é uma imagem pintada, ou um corte da natureza, que eu vejo, e que poderia examinar mais de perto”.⁶⁰⁵ No que diz respeito à relação com as seções finais do ALP, essa mesma confusão entre *representação* e *coisa* estaria presente na ideia de que, ao se ter diante de si uma *imagem privada*, poder-se-ia descrevê-la *mais de perto*.⁶⁰⁶ A importância desse ponto encontra-se no modo como o tratamento da vivência como uma *imagem pintada* (*gemaltes Bild*) é aquilo que nutria a suposição da possibilidade de uma plena determinação do sentido.

Um dos problemas centrais, abordado por Wittgenstein nesses trechos citados do BT (escritos em julho de 1931), é a ideia de que, ao tratarmos a *imagem visual* (*Gesichtsbild*) como uma *imagem pintada* (*gemaltes Bild*), aceitaríamos a possibilidade de que teríamos um acesso imediato a algo cuja complexidade poderia escapar à multiplicidade lógica de nossa linguagem ordinária. Por exemplo, por esse viés, poderíamos supor que, ao rememorarmos a imagem visual que nos foi dada, “veríamos” *algo* que não conseguiríamos expressar *em todos os seus detalhes*, através da linguagem verbal (sendo esse o cenário no qual diríamos, ao rememorar a imagem do céu estrelado, “eu vi *n* pontos de luz” – do exemplo presente no PS). Haveria, nesse caso, um *resíduo indizível* (a determinação do valor de *n*), que escaparia ao poder de expressão da linguagem – sendo esse resíduo um *algo* sobre o qual *nada* poderia ser

⁶⁰⁴ MS 110, p. 261 / BT, §101, p. 349 (“Einer der gefährlichsten Vergleiche ist der des Gesichtsfelds mit einer gemalten Fläche (oder, was auf dasselbe hinauskommt, einem farbigen räumlichen Modell). Hiermit hängt es zusammen: Könnte ich denn das Gesichtsbild ”mit allen Einzelheiten “wiedererkennen?”).

⁶⁰⁵ MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348. (“Mein Gesichtsbild ist ja kein gemaltes Bild, oder der Ausschnitt der Natur den ich sehe, daß ich es näher untersuchen könnte”).

⁶⁰⁶ Cf. PU, §294.

dito.⁶⁰⁷ Porém, esse *algo* (que seria equivalente a um *nada*) determinaria o *critério* de exatidão da descrição fenomenológica – ao determinar a multiplicidade que a linguagem deveria ter para que fosse completamente determinada. Essa mesma ideia de um *resíduo indizível* estaria presente nas passagens do ALP, nos trechos em que Wittgenstein busca mostrar que o objeto privado não teria nenhum papel no jogo de linguagem público – sendo, assim, um *algo* indizível, no qual “um nada poderia servir tão bem quando um algo acercado do qual nada poderia ser dito”.⁶⁰⁸

O que pudemos notar, pelo ponto de vista das análises do tempo no BT, é que a confusão entre representação (*Vorstellung*) e coisa (*Ding*) (que estaria na base do tratamento da *imagem visual* (*Gesichtsbild*) como uma *imagem pintada* (*gemaltes Bild*)) seria a expressão da ideia de que “(...) para falarmos sobre o imediato, nós devemos falar sobre um estado em um momento no tempo”.⁶⁰⁹ Essa ideia seria central ao verificacionismo, visto que “(...) nossas proposições são verificadas apenas em instantes [*nur in Augenblicken verifiziert*]”.⁶¹⁰ Mas, segundo Wittgenstein, em 1931: “[e]ssa imagem é baseada na imagem fisicalista, a se dizer, de um fluxo da experiência que agora corto transversalmente em um ponto”.⁶¹¹ A pressuposição verificacionista da plena determinação do sentido teria em sua base a tese ontológica/fenomenológica de que poderíamos cortar o fluxo da experiência de ponta a ponta e conservar a imagem que nos foi dada nesse corte, de tal modo que pudéssemos determinar por meio desse corte a multiplicidade lógica que a proposição deveria ter para que fosse plenamente determinada.

O que é crucial lembrarmos é que o corte da natureza (*Ausschnitt der Natur*) que verificaria a proposição instantaneamente subsistiria apenas na memória, de tal modo que, após o fenômeno ser dado, caso queiramos determinar a exatidão da descrição, teríamos de dizer: “(...) eu tenho *apenas* a memória, e é com base nessa memória que eu digo: ‘era aproximadamente isto’”.⁶¹² Assim, essa ideia da possibilidade de uma

⁶⁰⁷ Esse resíduo seria o “*Es*”, mencionado por Wittgenstein na passagem: “Wie ist denn das Es gegeben, das ich nicht zu beschreiben weiß?” (MS 110, p. 259 / BT, §101, p. 348).

⁶⁰⁸ Cf. PU, §304.

⁶⁰⁹ MS 111, p. 5 / BT, §102, p. 351 (de 7 de julho de 1931). (“(...) vom Unmittelbaren zu reden, wir von dem Zustand in einem Zeitmoment reden müßten”).

⁶¹⁰ MS 107, p. 222 / PB, §48. (Os adendos em colchetes são de Wittgenstein). (“Der Strom des Lebens, oder der Strom der Welt, fließt dahin [,alles fließt] und unsere Sätze werden sozusagen nur [durch Augenblicke|in flashes|in Augenblicken] verifiziert”).

⁶¹¹ MS 111, p. 5 / BT, §102, p. 352 (de 7 de julho de 1931). (“Dieser Vorstellung liegt vielmehr schon ein physikalisches Bild zu Grunde, nämlich das vom Strom der Erlebnisse, den ich nun in einem Punkt quer durchschneide”).

⁶¹² PS, pp.314-16. (Grifo do autor).

verificação completa (que nutria a plena determinação do sentido) não seria nada além do tratamento do passado da *memória* como uma *imagem material*, que supostamente nos daria um critério de exatidão da descrição da experiência imediata. Em resumo: a coisificação das representações seria o tratamento da experiência imediata como um fluxo no qual, a cada momento, a *totalidade* da experiência imediata nos seria dada. Essa totalidade plenamente determinada (dada em “um piscar de olhos” (*Augenblicken*) do presente) seria a realidade com a qual a proposição deveria ser comparada e subsistiria exclusivamente no passado da memória primária.⁶¹³

A importância do PS é que nos revela como essa dimensão temporal da confusão entre *representação* e *coisa* estaria conectada com o problema da impossibilidade de uma distinção entre ser e parecer ser da memória. O ponto central da conversão do passado em coisa é que nos leva a conceder à imagem do passado fenomênico um estatuto *transtemporal* (como um objeto físico que subsiste no passado). Pensamos ser possível reencontrar esse “objeto” que nos foi dado (a imagem material da vivência), cada vez que o acessamos através da memória. Nesse caso, a memória nos daria o critério de correção da descrição da experiência imediata, pois poderíamos “ver” o passado cada vez que relembrássemos a vivência. Para utilizar uma analogia expressa no PS, supomos que o passado é um quarto que tem dentro de si um objeto, que seria a vivência passada. Caso aceitemos a possibilidade de acessar esse quarto pela memória (como fez Wittgenstein em 1929-1930), ou negar essa possibilidade (como explorou Wittgenstein no PS), ainda assim haveria dentro do quarto um objeto que manteria ao longo do tempo a sua forma e a sua multiplicidade e que determinaria o modelo para as aplicações da linguagem.

O que torna as seções finais do ALP importantes ao percurso entre as seções 243-315 é que, do ponto de vista genético das análises do tempo, a localização da confusão entre representação e coisa é o elemento central da crítica à ideia de que os significados das palavras seriam os dados imediatos. É essa constatação que revela o equívoco presente no tratamento da memória como fonte da identidade, que estaria na base da ideia de uma linguagem que se atenha ao *tempo da memória*. É a aplicação da *transtemporalidade* dos objetos às sensações e representações que leva à suposição de que a memória poderia nos dar um acesso ao original da vivência.

⁶¹³ MS 107, p. 222 / PB, §48.

Com a localização dessa falsa analogia, Wittgenstein desfaz agora a outra ponta do dilema (implícito na seção 265), tornando a sua crítica à inexistência de um critério de correção da memória (na seção 258) e do regresso ao infinito da justificação subjetiva pela memória (na seção 265) uma crítica cogente à linguagem privada. Como visto nas seções 258 e 265, o critério de correção da regra semântica (supostamente) determinada no batismo da sensação teria de nos ser dado pela memória. Porém, caso buscássemos justificar a regra semântica recorrendo à memória, teríamos, duas opções: *i*) o regresso ao infinito ou *ii*) parar (de forma dogmática) em algum momento. A primeira ponta do dilema é explorada pela seção 265 através da ideia de que, nesse caso, estaríamos em situação semelhante à de alguém “que comprasse várias cópias do mesmo jornal do dia para ter certeza do que está escrito é verdade”. A segunda ponta do dilema (que podemos encontrar como um elemento central à filosofia de Wittgenstein em 1929-1930) é o tratamento da memória como um modo de “ver” o passado, no qual a memória nos daria um acesso imediato ao original da vivência (ao *protótipo* lógico do fenômeno). É apenas após essa localização da confusão gramatical entre representação e coisa (que desfaz o sentido primário de memória) que seríamos levados à constatação da inexistência de um critério privado de correção para o batismo da sensação e que, caso queiramos recorrer à memória (em sentido secundário) para justificar essa relação, seríamos levados a um regresso ao infinito. Ou seja, é apenas após a localização da falsa analogia que poderíamos indagar (como fez Wittgenstein no PS):

Pode-se imaginar uma representação mais exata? *Temos um critério para isso?*
Em um caso temos, em outro não, e então perde qualquer sentido falar em uma “possível maior exatidão” e assim também de uma “aproximatividade” [*Beiläufigkeit*] da apresentação [*Darstellung*].⁶¹⁴

Porém (e esse seria o grande trunfo da posição defendida por Wittgenstein – como veremos na seção seguinte) a inexistência de um critério privado não põe problema algum à linguagem das sensações. A exigência de um critério seria apenas uma decorrência do tratamento das *sensações* como *objetos*.

viii) O comportamento e o começo dos jogos de linguagem (a dimensão positiva do ALP)

⁶¹⁴ PS, p. 320. (Grifos do autor).

Especialmente entre as seções 246-249 e 271-292, Wittgenstein expressa aquilo que podemos compreender como a parte positiva de sua filosofia, acerca de como a linguagem das sensações vem a ser possível – sem que sejamos levados à bipartição entre uma linguagem pública e uma linguagem privada (indizível). A posição defendida por Wittgenstein pode ser resumida pela passagem 290, na qual afirma:

Eu identifico minha sensação certamente não através de um critério: mas eu utilizo a mesma expressão. Mas isso não é o *final* do jogo de linguagem; mas o seu começo.⁶¹⁵

O que apreendemos da análise genética nas seções anteriores desta tese é que a constatação da inexistência de um critério privado de correção se põe como uma consequência da localização da confusão entre vivência e coisa (representação e imagem), que levava à concessão de uma *transtemporalidade* aos dados imediatos. É a localização dessa falsa analogia que desfaz o sentido primário de memória e revela que teríamos apenas o uso secundário para justificar a regra semântica, de tal modo que seríamos levados ao regresso ao infinito (expresso na seção 265), pois nunca encontraríamos uma instância independente para a justificação da memória inicial. Mas essa constatação de que não há um critério privado de correção não nos leva a uma infabilidade das sensações, na qual teríamos apenas o uso público da linguagem (que tem como modelo as expressões naturais e primitivas) e um acesso imediato a objetos privados indizíveis. A solução oferecida por Wittgenstein, expressa na citação acima, é sustentar que a inexistência de um critério privado não põe problema à linguagem das sensações, pois as sensações não são *objetos* que necessitam ser *conhecidos* por meio de critérios: “[e]u identifico minha sensação certamente não através de um critério”.

Como visto no primeiro sub-capítulo desta seção, a noção de privacidade a ser explorada no ALP tem como um dos seus elementos centrais a ideia de que, nesse caso, não haveria nenhuma ligação entre as sensações e a expressão primitiva e natural (“*ursprünglichen, natürlichen, Ausdruck*”) das sensações nomeadas por essa linguagem. É por meio desse corte, entre comportamento e sensação, que somos levados à bipartição entre uma esfera privada (de *objetos* privados – as sensações) e uma esfera pública (das expressões primitivas e naturais). É nesse cenário que supomos a necessidade de um *critério de correção privado* para a nomeação da sensação. E é

⁶¹⁵ PU, §290. (“Ich identifiziere meine Empfindung freilich nicht durch Kriterien, sondern ich gebrauche den gleichen Ausdruck. Aber damit *endet* ja das Sprachspiel nicht; damit fängt es an.”).

apenas através da suposição da necessidade de um critério privado que supomos possível identificar a sensação (privada) de maneira correta ou não. Porém, (e esse ponto será central ao pensamento de Wittgenstein) essa necessidade de um *critério* para a identidade da sensação (que supostamente deveria nos ser dado pela memória, no âmbito da experiência privada) seria apenas uma consequência da negligência de como utilizamos a linguagem das sensações, tendo como critério as expressões primitivas e naturais. Em outros termos: não é necessário o recurso a um critério privado para a nomeação das sensações, pois utilizamos em nossos jogos de linguagem as expressões primitivas e naturais como critérios (públicos) para falarmos das sensações.

Para a compreensão da posição defendida por Wittgenstein é crucial notarmos como o autor trata a relação entre sensação e o comportamento como uma relação lógica (criterial). Como expresso na seção 244:

Esta é uma possibilidade: palavras são conectadas com a expressão primitiva, natural, da sensação e usadas em seus lugares. A criança se machuca e chora; e o adulto fala com ela e ensina a ela exclamações e, posteriormente, sentenças. Ele ensina à criança um novo comportamento de dor.⁶¹⁶

Assim como expresso nas LSD, o modelo para a aplicação das palavras será o comportamento da dor (“[t]emos que falar de comportamento se falamos de nossa linguagem e seu uso”⁶¹⁷). Por esse viés, a expressão primitiva e natural seria conectada com as palavras, através do ensino de novos “comportamentos de dor” (*Schmerzbehmen*). A criança apreenderia a substituir um comportamento primitivo (como o choro de dor) por exclamações e sentenças. Porém (e esse é o cerne da posição defendida pelo autor), com isso Wittgenstein não visa afirmar que a palavra “dor” *signifique* (*bedeute*) o choro (o comportamento primitivo) – reduzindo as proposições sobre a dor a proposições sobre o comportamento da dor. O ponto central é que: “(...) a expressão verbal *substitui* o choro e não o descreve”.⁶¹⁸

Esses trechos da seção 244 nos permitem notar como, para Wittgenstein, a expressão primitiva e natural possibilitaria a construção de um jogo de linguagem que podemos chamar de “primário”, a partir do qual, jogos “secundários” seriam desenvolvidos – ao substituímos o comportamento primitivo por outros

⁶¹⁶ PU, §244. (“Dies ist eine Möglichkeit: Es werden Worte mit dem ursprünglichen, natürlichen, Ausdruck der Empfindung verbunden und an dessen Stelle gesetzt. Ein Kind hat sich verletzt, es schreit; und nun sprechen ihm die Erwachsenen zu und bringen ihm Ausrufe und später Sätze bei. Sie lehren das Kind ein neues Schmerzbehmen”).

⁶¹⁷ LSD, p. 334. (“We have to talk of behavior if we talk of our language and its use”).

⁶¹⁸ PU, §244. (“(...) der Wortausdruck des Schmerzes ersetzt das Schreien und beschreibt es nicht”).

comportamentos, por palavras e sentenças. No jogo primário, assume-se uma relação lógica (necessária) entre a dor e a expressão da dor (o choro de dor da criança), de tal modo que essa expressão possa desempenhar o papel lógico de critério da dor. A partir desse jogo de linguagem “primário” podemos construir outros jogos de linguagem, através da substituição (*ersetzen*) da expressão de dor por palavras, de tal modo que a expressão verbal será um novo *comportamento de dor*.

Um ponto importante a ser notado é que, no jogo de linguagem “primário”, não poderíamos falar ainda em falsidade, visto que a expressão natural da dor não poderia ser *erradamente* identificada com a sensação. Apenas em jogos de linguagens secundários (onde o comportamento primitivo seria substituído por outro comportamento, ou por palavras) haveria espaço para a dúvida e o erro (ou a mentira). Por exemplo, ao utilizarmos palavras no lugar do choro (ou um outro comportamento de dor), a relação entre as palavras que expressam a dor e a dor não seria mais uma expressão primária/natural, mas uma relação que será agora mediada por critérios (por regras gramaticais de uso da palavra). E é apenas nesse caso que poderíamos falar em uma identificação errada da dor ou de um comportamento falso da dor. Em outros termos: nesse caso, um critério seria necessário como *critério de “segunda ordem”* para o uso de uma palavra no lugar do *critério de “primeira ordem”* (a expressão natural). Assim, apenas em um jogo de linguagem secundário seria possível mentir que sentimos dor. Esse caráter secundário do jogo de linguagem, onde há espaço para a mentira, é expresso pelo autor através da ideia de que: “[a] mentira é um jogo de linguagem que será aprendido, como qualquer outro”.⁶¹⁹

Porém, mesmo que haja jogos de linguagem nos quais a expressão da dor seria o critério da dor (sem que houvesse a possibilidade de dúvida), isso (aparentemente) ainda não resolveria o problema do caráter privado da dor. Seria ainda (supostamente) possível dizermos: “(...) apenas eu posso saber se eu realmente tenho dor; outra pessoa pode apenas supor”.⁶²⁰ Wittgenstein irá desfazer essa afirmação de duas maneiras: “[i]sto é por um lado falso, por outro contra-senso”.⁶²¹ Primeiro, ele recorre à ideia de que, no uso corriqueiro que fazemos do verbo “saber” (*wissen*), há casos em que alguém poderia dizer que sabe que estamos com dor (por exemplo, ao gritarmos de dor após um

⁶¹⁹ PU, §249. (“Das Lügen ist ein Sprachspiel, das gelernt sein will, wie jedes andre”).

⁶²⁰ PU, §246. (“(...) nur ich kann wissen, ob ich wirklich Schmerzen habe; der Andere kann es nur vermuten”).

⁶²¹ PU, §246. (“Das ist in einer Weise falsch, in einer andern unsinnig”).

gravíssimo machucado). Por outro lado, e esse é o sentido importante da crítica, segundo Wittgenstein: “[n]ão se pode dizer de mim (exceto como piada) que eu sei que tenho dor”.⁶²² A possibilidade de dizer que “eu sei que tenho dor” só teria sentido ante a possibilidade de dizer que “não sei se tenho dor”. Porém, a dor que sinto não é algo que *conheço* e que poderia não conhecer. Como afirma Wittgenstein: “eu *as tenho*”.⁶²³

Essa contraposição entre *saber* que tenho dor e *ter* a dor visa novamente afastar o tratamento da dor como um *objeto* que conheço e que poderia não conhecer, e revela em que sentido, para Wittgenstein, a afirmação de que sensações são privadas seria um contrassenso (*unsinnig*). O caráter epistemicamente privado da sensação não é algo passível de verdade ou falsidade, como uma questão empírica trivial. Ela é uma regra gramatical (cuja negação não seria a descrição de uma *impossibilidade lógica*): “[a] proposição ‘sensações são privadas’ é comparável à: ‘joga-se paciência sozinho’”.⁶²⁴

Tomemos um exemplo, para melhor compreender a posição defendida por Wittgenstein. Sentimos dor e a expressamos naturalmente – através da expressão facial de dor, nos contorcendo, ou grunhindo de dor. Por meio de nossa educação, aprendemos a substituir esses comportamentos primitivos e naturais (que são os critérios/modelos de dor, nos jogos de linguagem primários) por expressões e sentenças. É interessante notar que, até mesmo, o grito de dor pode ser parte de um jogo de linguagem que aprendemos. Isso pode ser notado pelo modo como gritamos de dor, em português, “ai” e, em inglês, “auch”. O “ai” em português e o “auch” em inglês já seriam substituições do comportamento primitivo de dor. Outro refinamento desse jogo de linguagem seria a substituição do grito pela sentença “eu estou com dor” (ou, como no caso dos britânicos: “*Oh dear: how very unpleasant*”). O que Wittgenstein tem em vista salientar é que, nesse caso, a dor não é algo identificado por meio de um critério de identidade (tal qual um objeto físico seria). A dor (como sensação privada) não é algo que reconheço e que poderia não reconhecer: “eu *as tenho*”. Por esse viés, Wittgenstein torna evidente que a palavra “dor” não é o nome dessa sensação, cuja identidade me seria dada por meio de um critério de identidade. A palavra “dor” (na sentença “eu estou com dor”) é parte do modo como *exteriorizamos* a dor – ao invés de gritarmos, grunhirmos ou, simplesmente, nos contorcemos de dor – em um jogo de linguagem que

⁶²² PU, §246. (Grifo do autor). (“Von mir kann man überhaupt nicht sagen (außer etwa im Spaß) ich wisse, daß ich Schmerzen habe”).

⁶²³ PU, §246. (Grifos do autor). (“Ich *habe sie*”).

⁶²⁴ PU, §248. (“Der Satz "Empfindungen sind privat" ist vergleichbar dem: "Patience spielt man allein"”).

substitui o comportamento primitivo da dor por palavras e outros comportamentos. O que Wittgenstein busca salientar na seção 290 é que essa substituição da expressão natural por palavras e sentenças não é o final do jogo de linguagem, mas o seu início. É a partir desse jogo de linguagem que aprendemos jogos de linguagem como, por exemplo, fingir que estamos com dor, ou mentir que sentimos dor.

Porém, caso alguém não saiba utilizar a palavra “dor” teríamos que dar a ela uma explicação dessa palavra, que poderia ter a forma de uma explicação (ou definição) ostensiva, na qual poderíamos (como exemplifica Wittgenstein nas LSD) beliscá-la e dizer: “isto é dor”. Com isso, não buscaríamos nomear *indiretamente* a sua sensação (privada), mas esclarecer o uso da palavra, de tal modo que essa pessoa possa substituir o seu comportamento primitivo pela palavra (e por expressões como “eu estou com dor”). Nesse caso, como diz Wittgenstein: “[o] que é *behaviorista* é o modelo que eu dou”.⁶²⁵ (Porém, como veremos no capítulo seguinte, seria necessário uma *Vorbereitung* para que essa explicação ostensiva possa ter algum uso e venha a possibilitar a compreensão da gramática de “dor” – a determinação categorial do que é nomeado).

Do ponto de vista de nossas análises do tempo, podemos sumarizar a posição defendida por Wittgenstein da seguinte forma (atendo-se principalmente às ideias expressas nas LSD). Ao tomar a relação entre a sensação e o comportamento como uma relação lógica (na qual o comportamento é o critério para a sensação), Wittgenstein pode situar tanto a linguagem quanto o seu significado no *filme* (no tempo homogêneo da física). O modelo para a aplicação da palavra “dor” não será a dor, como um “objeto” privado (dado no tempo da memória), mas o comportamento da dor (um evento físico no tempo físico) – tornando possível a bipolaridade da memória. Isso permite a construção de jogos de linguagem primários, a partir dos quais poderíamos construir outros jogos de linguagem, nos quais a expressão primitiva e natural de dor seria substituída por outros comportamentos de dor (que incluiriam palavras e expressões). A sensação, por sua vez, não seria um *nada*, mas aquilo que exteriorizamos através dos jogos de linguagem, nos quais podemos utilizar palavras e expressões para substituir o modo como *naturalmente expressamos nossas sensações*. Em resumo, como afirma Wittgenstein nas LSD:

Disso não se segue que a dor é um comportamento.

⁶²⁵ LSD, p. 339. (Grifo do autor).

Se alguém perguntar “isso é tudo?”, então eu deveria responder: *no âmbito da linguagem* isso é tudo.⁶²⁶

⁶²⁶ LSD, p. 343. (Grifos meus).

7. Conclusão: a necessária dimensão temporal do seguir uma regra

Neste último capítulo, nos dedicaremos à compreensão de como Wittgenstein conceberá a normatividade da linguagem, em face da ruptura com a fundamentação fenomenológica do sentido – que localizamos no PS e pudemos explicitar como o pano de fundo do ALP.⁶²⁷ Faremos isso tendo em vista também sumarizar o percurso e as ideias expressas ao longo do livro. Para isso, abordaremos alguns dos importantes problemas tratados por Wittgenstein, na parte inicial das PU.

Nas seções iniciais das PU (§§1-64), após abordar aquilo que podemos chamar de “paradoxo das definições ostensivas” (utilizando aqui a terminologia de David Stern⁶²⁸), Wittgenstein discorre sobre o problema dos nomes simples, em conexão com a tese ontológica da existência dos elementos simples (“(...) os ‘individuais’ de Russell e os meus ‘objetos’ (Tractatus Logico-Philosophicus) eram tais elementos primários”).⁶²⁹ A dificuldade inicial em questão (o paradoxo das definições ostensivas) é que: “(...) uma definição ostensiva pode em *cada* caso ser assim ou de outro modo interpretada”.⁶³⁰ Ao apontar para um objeto e dizer “isto é X”, há várias categorias nas quais podemos situar o significado de “X” (podendo “X” ser o nome da cor do objeto, da forma, do tamanho etc.). Uma possível resposta a esse paradoxo (explorada na seção 29 das PU) é o recurso a termos categoriais para determinar “precisamente” o que é definido de modo ostensivo. Poderíamos dizer: “esta *cor* é ‘X’”, “esta *forma* é ‘X’”, “este *tamanho* é ‘X’”. Porém, isso nos leva a um outro problema:

Mas as palavras “cor” e “distância” deixam-se apreender apenas de uma maneira?
– Bem, elas apenas precisam de definição. – Defini-las por meio de outras palavras! E como fica a última definição dessa corrente [de definições]?⁶³¹

⁶²⁷ A ideia central que explorarei neste capítulo (de que encontraremos na filosofia tardia de Wittgenstein uma concepção de atemporalidade temporalmente constituída) é discutida por Luiz Henrique Lopes dos Santos, em seu artigo de 2008, sobre o realismo matemático em Wittgenstein.

⁶²⁸ Cf. Stern, 2004, pp. 72-107.

⁶²⁹ PU, §46. (“Diese Urelemente waren auch Russell's 'individuals' und auch meine 'Gegenstände' (Log. Phil. Abh.)”). Cf. Stern, 2004. (Em especial, o capítulo 4 “The critique of referential theories of meaning and the paradox of ostension: §§1–64”).

⁶³⁰ PU, §26. (“(...) die hinweisende Definition kann in *jedem* Fall so und anders gedeutet werden”).

⁶³¹ PU, §29. (“Aber läßt sich denn das Wort "Farbe", oder "Länge" nur so auffassen? - Nun, wir müssen sie eben erklären. - Also erklären durch andere Wörter! Und wie ist es mit der letzten Erklärung in dieser Kette?”).

Essa via de resolução do paradoxo da definição ostensiva nos levaria ao regresso ao infinito, no qual definiríamos as palavras que poderiam “fixar” o significado do que é definido ostensivamente com outras palavras e agora necessitaríamos definir essas outras palavras por meio de outras palavras, *ad infinitum*.

No TLP (como visto), esse regresso era estancado através do postulado dos sinais simples (constitutivos das proposições elementares), que nomeavam os objetos simples. Em algum momento da análise lógica das proposições chegaríamos a proposições cujo sentido não dependeria do valor de verdade de nenhuma outra proposição – sendo essas proposições funções de verdade de si mesmas. Como vimos, nesse caso, o autor evitaria o regresso ao infinito, ao fundamentar o sentido de modo *atemporal* (metafísico), em objetos *eternos* e *imutáveis*, que seriam os significados dos nomes das proposições elementares (com os quais esses nomes partilhariam a forma lógica).

A gênese dessa fundamentação metafísica do sentido (em um horizonte intencional eterno e imutável) será criticada por Wittgenstein na sequência das PU, por meio de uma longa citação do diálogo Teeteto de Platão, em que Sócrates afirma a Teeteto:

Salvo engano, escutei algumas pessoas dizerem isso: para os *elementos primários* [*Urelemente*] – a se dizer - não há definição, dos quais nós e tudo mais somos compostos; pois tudo que é por si só pode apenas ser *nomeado*, nenhuma outra determinação é possível, nem que isso *é* nem que isso *não é*... Mas o que é por si só deve ser... nomeado sem qualquer outra determinação. Em consequência é impossível de um elemento primário falar de modo definitório; pois para isso nada é possível além da mera nomeação; ele tem apenas o seu nome. E, assim como, o que consiste desses elementos primários é ele mesmo complexo, também os nomes desses elementos tornam-se discurso declarativo pela interconexão. Pois a essência do discurso é a interconexão de nomes.⁶³²

Um paralelo entre essa passagem e as teses do TLP é que (do ponto de vista ontológico) a existência dos “elementos primários” (ou dos objetos simples do TLP) não poderá ser contingente, pois “(...) se isso não *existisse*, nem mesmo se poderia

⁶³²PU, §46. (Grifos do autor). (“Täusche ich mich nämlich nicht, so habe ich von Etlichen gehört: für die *Urelemente* - um mich so auszudrücken - aus denen wir und alles übrige zusammengesetzt sind, gebe es keine Erklärung; denn alles, was an und für sich ist, könne man nur mit Namen *bezeichnen*; eine andere Bestimmung sei nicht möglich, weder die, es *sei*, noch die, es *sei nicht*. ... Was aber an und für sich ist, müsse man ... ohne alle anderen Bestimmungen benennen. Somit aber sei es unmöglich, von irgend einem Urelement erklärungsweise zu reden; denn für dieses gebe es nichts, als die bloße Benennung; es habe ja nur seinen Namen. Wie aber das, was aus diesen Urelementen sich zusammensetzt, selbst ein verflochtenes Gebilde sei, so seien auch seine Benennungen in dieser Verflechtung zur erklärenden Rede geworden; denn deren Wesen sei die Verflechtung von Namen”).

nomear isso e não se poderia dizer nada disso”.⁶³³ E dado que esse elemento não poderia ser desmembrado em elementos ainda menores, como dirá Sócrates, ele poderá “(...) apenas ser *nomeado*, nenhuma outra determinação é possível, nem que isso *é* nem que isso *não é*”.

Uma importante parte da crítica de Wittgenstein a essa tese ontológica/semântica será desfazer o caráter metafísico desses objetos cuja existência seria um pressuposto do sentido da proposição, ao mostrar que aquilo que em nossa linguagem não podemos dizer que “*é* ou que isso *não é*” atribuímos (normalmente) o papel de *modelo* (*Muster*). Esse ponto é exemplificado pela célebre passagem sobre o metro de Paris:

Há *uma* coisa da qual não se pode dizer nem que tem um metro de comprimento, nem que não tem um metro de comprimento, e isso é o metro de Paris. – Mas isso não é, certamente, atribuir-lhe uma propriedade extraordinária, mas apenas marcar o seu papel peculiar no jogo de linguagem da mensuração com um metro padrão.⁶³⁴

A posse necessária da propriedade em questão (ter um metro) não seria uma “propriedade extraordinária” (metafísica/atemporal) desse objeto, mas decorre apenas da maneira como em um determinado contexto toma-se aquele objeto como *modelo*. Além disso, em certo sentido, poderemos dizer que ele será um objeto *simples*, pois será a *unidade* do método de mensuração. Esse objeto seria, então, condição de possibilidade do sentido, de tal modo que estaria vetada a bipolaridade (e o sentido) à proposição que atribui a esse objeto aquilo que ele mesmo determina. Dito de outra forma: é a partir desse objeto que um modo de representação será construído, de tal maneira que poderemos dizer, *de outros objetos*, que “isso tem um metro”. Como afirma Wittgenstein, nas PU, tomando como exemplo o uso dos modelos de cor (ecoando as ideias fisicalistas de 1929):

O modelo é um instrumento da linguagem, com o qual fazemos atribuições de cor. Neste jogo de linguagem, ele não é algo que é representado, mas um meio de representação.⁶³⁵

Mas, mesmo que a proposição que atribui ao objeto aquilo que ele determina não tenha sentido (pois não seria um movimento – bipolar – dentro do jogo de linguagem),

⁶³³ PU, §50. (Grifo do autor). (“(...) *wäre* es nicht, so könnte man es auch nicht einmal nennen und also garnichts von ihm aussagen ”).

⁶³⁴ PU, §50. (“Man kann von *einem* Ding nicht aussagen, es sei 1 m lang, noch, es sei nicht 1 m lang, und das ist das Urmeter in Paris. - Damit haben wir aber diesem natürlich nicht irgend eine merkwürdige Eigenschaft zugeschrieben, sondern nur seine eigenartige Rolle im Spiel des Messens mit dem Metermaß gekennzeichnet.”).

⁶³⁵ PU, §50. (“Dieses Muster ist ein Instrument der Sprache, mit der wir Farbaussagen machen. Es ist in diesem Spiel nicht Dargestelltes, sondern Mittel der Darstellung.”).

ela poderia ainda ter um uso no ensino daquele jogo de linguagem. Nesse caso, a proposição “isto é vermelho” (dita seguida do ato indicativo que aponta para aquilo que será tomado como modelo de vermelho) seria uma proposição gramatical, que fixaria o sentido que a palavra “vermelho” tem naquele jogo de linguagem. Entretanto (e esse é um ponto crucial a ser notado), aqui o problema novamente se põe: “(...) uma definição ostensiva pode em *cada* caso ser assim ou de outro modo interpretada”.⁶³⁶ Como garantir que a pessoa, ao qual essa instrução é dada, compreenderá que “vermelho” é o nome da cor e não da forma (ou do material, ou do tamanho etc.) daquele objeto que tomamos como modelo?

O modo como Wittgenstein resolve esse paradoxo e o regresso ao infinito (que estaríamos sujeitos caso optássemos por definir verbalmente a categoria do que foi explicado de forma ostensiva), é através da ideia de que: “(...) a definição ostensiva pode explicar o uso – o significado – de uma palavra quando o papel geral da palavra na linguagem está claro”.⁶³⁷ Sem que esse *contexto de uso* da palavra já esteja determinado (de tal modo que aquele ao qual a definição será dada já deverá saber usar a linguagem) não seríamos capazes de escapar do paradoxo em questão, pois não seria possível determinar a categoria do que é explicado ostensivamente. É esse contexto de uso da palavra que é expresso (na seção 257 das PU) como a *Vorbereitung* que deve estar dada “(...) para que a mera nomeação tenha sentido” (ausente no caso da linguagem privada).⁶³⁸ Como veremos a seguir (em conexão com as análises sobre o fisicalismo do período intermediário), essa *Vorbereitung* pressupõe regularidades e uma semelhança de aptidões entre os falantes. (Retornaremos a esse tópico ao longo desta conclusão).

Porém, mesmo que a definição ostensiva seja bem sucedida e possamos constatar que a pessoa ao qual a definição foi dada parece (*naquele momento*) ter efetivamente compreendido a definição, ainda assim, estaríamos diante de uma série de problemas.⁶³⁹ Esse problema pode ser abordado de forma temporal, tanto de modo retrospectivo quanto de forma prospectiva (sendo essas formas versões do problema do “seguir uma regra”). De modo retrospectivo, o problema se mostra como a dificuldade

⁶³⁶ PU, §26. (“(...) die hinweisende Definition kann in *jedem* Fall so und anders gedeutet werden”).

⁶³⁷ PU, §30. (“Die hinweisende Definition erklärt den Gebrauch - die Bedeutung - des Wortes, wenn es schon klar ist, welche Rolle das Wort in der Sprache überhaupt spielen soll”).

⁶³⁸ PU, §257. (“(...) daß schon viel in der Sprache vorbereitet sein muß, damit das bloße Benennen einen Sinn hat”).

⁶³⁹ Um modo de constatar que a pessoa ao qual a definição foi dada parece ter efetivamente compreendido a definição é, por exemplo, (no caso da definição ostensiva “isto é vermelho”) pedir que a pessoa busque um livro vermelho, ou que escolha a tinta vermelha etc..

de saber se o uso da regra (por exemplo, “isto é vermelho”) feito pela pessoa no presente estaria de acordo com os seus usos passados. De forma prospectiva, o problema se revela como a questão por aquilo que poderia garantir que a regra, no presente, possa determinar os usos futuros dessa regra. São essas dificuldades que tornam a questão “o que é seguir uma regra?” um problema central à filosofia tardia de Wittgenstein. Vejamos, então, como esse problema se coloca no percurso de Wittgenstein.

Do ponto de vista genético, podemos interpretar esse problema explorado nas PU como o desenvolvimento do tema da intencionalidade, que Wittgenstein expressa, em 1929-1930, através das análises sobre a expectativa.⁶⁴⁰ O problema central era que “[n]ão posso confrontar a expectativa prévia com o que acontece”⁶⁴¹. Ou seja, no futuro, não teríamos como acessar o ato intencional passado para saber qual sentido que foi atribuído a uma imagem. Wittgenstein ainda recorria em 1930 à ideia tractariana de figura (*Bild*) para uma tentativa de resolução do problema: “[o] que é essencial para a intenção é a figura [*Bild*]: a figura do que é intencionado”.⁶⁴² Porém, isso apenas recolocava o problema em um outro nível: “[a] intenção nunca reside na figura [*Bid*] ela mesma, uma vez que, não importa como a figura seja formada, ela pode sempre significar de maneiras diferentes”.⁶⁴³ A resolução desse problema, em 1929-1930, se dava através do tratamento atemporal do sentido, no qual a proposição, que é a expressão da expectativa, manteria uma relação *interna* (necessária) com a proposição que descreve o evento que a preenche (no futuro), pois ambas determinariam um mesmo lugar no espaço de possibilidades. Não saber se um possível evento (no futuro) preenche ou não a expectativa (expressa pela proposição no passado) seria não saber o sentido de *p* (qual possibilidade, ou possibilidades, a proposição *p* representa). Mas, para que a relação entre a expectativa e o evento futuro seja uma relação interna, segundo Wittgenstein, “(...) a expectativa deve estar no mesmo espaço que o que é esperado”.⁶⁴⁴ É essa inserção da expectativa no mesmo espaço de possibilidades que aquilo que é esperado que tornaria possível que a expectativa determinasse a *mesma*

⁶⁴⁰ Essa relação é sugerida por Saul Kripke, na nota de rodapé 19, de seu livro de 1982. O tema da expectativa e as análises dos trechos que serão aqui citados sobre esse tema foram abordados na seção 3.1.1. desta tese.

⁶⁴¹ MS 107, p. 257 / PB§28. (Embora na versão das PB o ponto de exclamação final tenha sido suprimido).

⁶⁴² MS 107, p. 289. PB, §21.

⁶⁴³ MS 107, p. 292. PB, §24a.

⁶⁴⁴ MS 107, p. 258 / PB, §28.

possibilidade que, caso ocorra, preenche a expectativa (sem a necessidade de um terceiro elemento). Assim, a questão que se tornava central era: como a expectativa podia estar no mesmo espaço de possibilidades que o fenômeno esperado, de tal modo que a expressão da expectativa possa ser a determinação de possibilidades que são as mesmas possibilidades expressas pela proposição que descreve o evento futuro?

Em 1929-1930, Wittgenstein oferece duas vias de resposta a essa indagação. O viés fisicalista é através da ideia de que os padrões e modelos (fisicalistas) estariam no mesmo espaço de possibilidade que a realidade a ser mensurada.⁶⁴⁵ Essa inserção é decorrente do modo como na construção de um padrão/modelo, traz-se para o interior da linguagem um *fato*, cuja existência torna-se um “(...) pressuposto do sentido de uma proposição”.⁶⁴⁶ Por esse viés, a normatividade da linguagem seria *construída* através dos acordos, em cada contexto de uso da linguagem, acerca das unidades do método pela qual a linguagem seria projetada sobre a realidade. Mas, em 1929-1930, essa camada da linguagem seria apenas como uma rede arbitrária que lançamos sobre o mundo – à semelhança da rede de figuras geométricas, que Wittgenstein considera no aforismo 6.341 do TLP, para a descrição das manchas irregulares (que seriam o mundo). O ponto de contato entre linguagem e realidade (no qual o sentido seria plenamente determinado) ocorreria no âmbito da descrição fenomenológica (sendo apenas as proposições que descrevem a experiência imediata proposições *genuínas*). Nesse âmbito, a manutenção do sentido ao longo do tempo seria alcançada ao situar as memórias e representações no mesmo espaço que a realidade:

Se quero dizer a alguém que cor um material deve ter, eu mando a ele um modelo [*Muster*], e obviamente esse modelo pertence à linguagem; e igualmente a *memória* [*Gedächtnis*] ou a *representação* [*Vorstellung*] de uma cor que através de uma palavra eu invoco [*erwecke*].

Memória e realidade devem estar em *um* espaço.

Poderia também dizer: a representação [*Vorstellung*] e a realidade estão em *um* espaço.⁶⁴⁷

Enquanto na camada fisicalista o sentido seria dependente das regularidades subsumidas no objeto que é o modelo/padrão e na prática que torna possível a aplicação do modelo (que seria um acordo acerca do que seria um juízo naquele contexto), no âmbito dos fenômenos o sentido estaria fundado de forma *atemporal* na posse da representação que seria o modelo (o protótipo lógico), ao qual teríamos sempre acesso

⁶⁴⁵ Cf. MS 107, p. 279 / PB, §45.

⁶⁴⁶ Cf. MS 107, p. 280 / PB, §45.

⁶⁴⁷ MS, 107, p. 281 / PB, §38 (escrito em 3 de fevereiro de 1930). (Apenas as palavras “memória” e “representação” foram grifadas por mim. Os demais grifos são do autor).

pela memória. É essa dimensão fenomenológica que será criticada no MS 110, de julho de 1931, onde o autor afirma:

Eu acredito que o erro está na ideia de que o significado de uma palavra é uma representação [*Vorstellung*], que acompanha a palavra. E essa concepção novamente tem a ver/ é conectada com a de consciência [*Bewußt-Seins*]. Isto que eu sempre chamei de “primário” [*Dessen, was ich immer „das Primäre” nannte*].⁶⁴⁸

Era essa concepção que levava Wittgenstein, em 1929-1930, a afirmar que a teoria ingênua do *fazer-para-si-uma-representação* (*Sich-eine-Vorstellung-Machens*) não seria completamente falsa.⁶⁴⁹

O tratamento da memória e das representações como modelos que pertencem à linguagem permitia ao autor resolver (*ou melhor, vetar o surgimento*) do problema do “seguir uma regra” – tanto em sua dimensão retrospectiva quanto prospectiva – visto que não seria possível indagar (em 1929-1930) se a representação de um fenômeno nos dá ou não *o mesmo* fenômeno, dado em outro momento do tempo. É nesse ponto, cujo fundamento é o colapso entre passado e memória (no qual memória seria “(...) uma determinada parte da estrutura lógica do mundo”⁶⁵⁰), que o regresso ao infinito seria estancado. Visto que a ordem e o conteúdo do passado era a ordem e o conteúdo da memória, não seria possível indagar se a rememoração de certo fenômeno (a sua *re-*representação) é ou não a rememoração do mesmo fenômeno que foi antes dado (ou se a rememoração de hoje tem o mesmo conteúdo que a rememoração de ontem). Assim, esse acesso imediato ao modelo (por intermédio da memória) garantia, de uma só vez, que o uso de uma regra semântica que correlaciona um nome ao seu significado estaria de acordo com os usos passados dessa regra, assim como, com as aplicações futuras da regra, pois teríamos sempre à disposição um modelo invariável do significado.

Wittgenstein buscará, na sequência das seções iniciais das PU, desfazer o abismo entre os modelos fisicalistas (arbitrários e imprecisos) e os modelos dados pela memória (que, de acordo com nossa interpretação, em 1929-1930, seriam o fundamento da plena determinação do sentido). Como afirma Wittgenstein:

Mas se nenhum destes modelos pertencesse à linguagem, e nós *gravássemos em nós* a cor (por exemplo) que uma palavra designa? – “E se gravamos em nós então isso vem aos olhos da mente quando pronunciamos a palavra. Então, isto deve ser indestrutível, se existir a possibilidade que nos lembremos disso a

⁶⁴⁸ MS, 110, p. 230 (de 29 de junho de 1931).

⁶⁴⁹ Cf. MS 108, p. 59 / PB, §11.

⁶⁵⁰ BT §102, p. 351 / MS 110, pp. 9-10.

qualquer momento”. – Mas o que tomamos como critério para a rememoração correta? – Quando trabalhamos com um modelo, ao invés de nossa própria memória, há circunstâncias nas quais dizemos que o modelo mudou de cor e julgamos a partir de nossa memória. Mas não podemos em algumas circunstâncias falar do escurecimento (por exemplo) de nossa imagem mnemônica? Não estamos tanto à mercê da memória quanto de um modelo? (Pois alguém poderia sentir-se inclinado a dizer: “se não tivéssemos memória deveríamos estar à mercê de um modelo”). – Ou talvez de alguma reação química. Imagine que você devesse supostamente pintar uma cor particular “C”, que tem a cor que aparece quando combinadas as substâncias químicas X e Y. – Suponha que a cor aparecesse a você como mais clara em um dia que em outro dia, você nesta circunstância não diria “eu devo estar enganado, a cor certamente é a mesma que a de ontem”? Isto mostra que nem sempre recorreremos ao que a memória nos diz como veredicto da última corte de apelação.⁶⁵¹

O cenário inicial nesta seção é a suposição de que não tivéssemos em nossa linguagem objetos como modelos e que guardaríamos em nossas mentes os significados das palavras (por exemplo, a cor significada pela palavra “vermelho”). De forma genética, poderíamos dizer que esse cenário inicial seria a recusa dos modelos fisicalistas e a tentativa de fundamentar o sentido de modo exclusivamente fenomenológico, como fez Wittgenstein em 1929-1930 (ao tomar o sistema primário como o fundamento ontológico/sintático/semântico do sistema secundário). Um ponto importante a ser notado é que esse tratamento da memória como modelo aproxima os dados da memória do estatuto metafísico atribuído aos objetos simples (que subsistiriam independentemente do que seja o caso),⁶⁵² pois a possibilidade de sempre relembrarmos tornaria o modelo algo “indestrutível”. A questão central levantada pelo autor (que, como vimos no capítulo anterior, ganha proeminência com a recusa do tratamento da memória como um modo de “ver” o original da vivência) é: “mas o que tomamos como critério para a rememoração correta”? O que Wittgenstein buscará mostrar é que “nem sempre recorreremos ao que a memória nos diz como veredicto da última corte de

⁶⁵¹ PU, §56. (“Aber wie, wenn kein solches Muster zur Sprache gehört, wenn wir uns, z.B., die Farbe, die ein Wort bezeichnet, *merken*? - "Und wenn wir sie uns merken, so tritt sie also vor unser geistiges Auge, wenn wir etwa das Wort aussprechen. Sie muß also an sich unzerstörbar sein, wenn die Möglichkeit bestehen soll, daß wir uns jederzeit an sie erinnern." - Aber was sehen wir denn als das Kriterium dafür an, daß wir uns richtig an sie erinnern? - Wenn wir mit einem Muster statt mit unserm Gedächtnis arbeiten, so sagen wir unter Umständen, das Muster habe seine Farbe verändert und beurteilen dies mit dem Gedächtnis. Aber können wir nicht unter Umständen auch von einem Nachdunkeln (z.B.) unseres Erinnerungsbildes reden? Sind wir dem Gedächtnis nicht ebenso ausgeliefert, wie einem Muster? (Denn es könnte Einer sagen wollen: "Wenn wir kein Gedächtnis hätten, wären wir einem Muster ausgeliefert.") - Oder etwa einer chemischen Reaktion. Denke, du solltest eine bestimmte Farbe "F" malen, und es ist die Farbe, welche man sieht, wenn sich die chemischen Substanzen X und Y miteinander verbinden. - Nimm an, die Farbe käme dir an einem Tag heller vor als an einem andern; würdest du da nicht unter Umständen sagen: "Ich muß mich irren, die Farbe ist gewiß die gleiche, wie gestern"? Das zeigt, daß wir uns dessen, was das Gedächtnis sagt, nicht immer als des obersten, inappellabeln, Schiedsspruchs bedienen.”).

⁶⁵² Cf. TLP, 2.024.

apelação”. Há casos em que tomamos a memória como critério para determinar se um modelo mudou ao longo do tempo. Mas estaríamos também propensos, diante de um critério confiável (por exemplo: uma reação química que determina o modelo da cor), a aceitarmos o equívoco da memória.

Essa seção 56 das PU parece sugerir que, em certo sentido, a posição de Wittgenstein seria diferente da posição que atribuímos a ele no capítulo anterior. Nesse trecho, Wittgenstein afirma que há casos em que recorremos à memória para determinar a correção de um (suposto) modelo. Isso poderia parecer contrário à tese de que o cerne do ALP e da ruptura de 1930-1931 (localizada no PS) seria o abandono da fundamentação do sentido no *tempo da memória*, através da localização da falsa analogia do tratamento do passado como um objeto. A crítica à atribuição da *transtemporalidade* dos objetos físicos às representações deveria vetar a possibilidade da utilização da memória como critério. Porém, a ideia de que utilizemos a memória, *em alguns casos*, para determinar se um modelo mudou ou permaneceu o mesmo (presente na seção 56 das PU) não seria contrária à tese aqui defendida, pois (e isso é crucial que tenhamos em mente) a crítica ao sentido “primário” de memória (como fonte da identidade e conhecimento – que estaria presente no ALP e no PS) não é a recusa total de que a memória tenha algum papel na determinação do sentido.⁶⁵³ Restará o sentido “secundário” de memória, na qual ela é “(...) um guardião mais ou menos confiável do que ‘realmente’ aconteceu”.⁶⁵⁴ Nesse caso, estaríamos “tanto à mercê da memória quanto de um modelo” (como sugere Wittgenstein, na seção 256 das PU, através de uma indagação retórica). Como os objetos físicos que tomamos como modelos podem desbotar, a memória também poderá se tornar obscura. Mas, mesmo assim, ainda seria possível jogos de linguagem nos quais a memória é aquilo a partir do qual determinamos a identidade ou a correção de algo. Por exemplo, em um julgamento, podemos aceitar que a identidade do criminoso será determinada pela memória da testemunha. Mas isso não quer dizer que essa memória seja *necessariamente verdadeira* (como era o caso das memórias primárias). Apenas significa que, naquele jogo de linguagem, não temos nenhum outro critério, além da memória e aceitamos essa memória como critério.⁶⁵⁵

⁶⁵³ Esse erro é cometido por John Cook em seu livro de 1994 (especialmente no capítulo 17 “Wittgenstein’s analysis of mental states and powers (pp.269-287).

⁶⁵⁴ MS 108, p. 33 / PB, §49 / BT, §105, p. 363.

⁶⁵⁵ Mas há outros caso nos quais estaríamos dispostos a atribuir um caráter não-bipolar às nossas memórias. Esse seria o caso da memórias imediatas e das memórias que desempenham um papel fulcral,

O caráter necessariamente *bipolar* que a memória assumirá a partir da crítica presente no ALP (cuja gênese, de acordo com esta tese, estaria no PS) é tematizada por Wittgenstein, na segunda parte das PU:

Sempre elimine a ideia de um objeto privado dessa maneira: assumo que isso mude constantemente, mas que você não nota a mudança porque a sua memória constantemente lhe engana.⁶⁵⁶

Wittgenstein não estria aqui advogando uma espécie de ceticismo acerca da memória, mas apenas sugerindo que, ao aceitar a *possibilidade* de que a memória sempre nos engane, a ideia de um objeto privado desapareceria. Isso, como frisado, seria apenas a recusa do sentido primário de memória para a aceitação de que há apenas o sentido secundário de memória, na qual a memória seria necessariamente bipolar.

Porém, era a camada fenomenológica que freava o regresso ao infinito, garantindo a manutenção do princípio da plena determinação do sentido. Isso significa que, a partir de 1930-1931, não mais haverá um solo firme sobre o qual construir a linguagem. A dependência dos métodos de mensuração fisicalistas de 1929-1930 ao contexto de uso e às práticas humanas agora se estenderá por toda a linguagem. É essa mudança que torna a gramática arbitrária (como pudemos notar no BT). Isso também significa que a ação de trazer para o interior da linguagem “partes” do mundo (que é o modo como os modelos e padrões fisicalistas eram construídos) será a maneira como a linguagem determinará as suas regras. Não haverá mais uma harmonia essencial (metafísica) entre linguagem e mundo, mas uma normatividade construída pelo modo como partes do mundo serão trazidas para o interior da linguagem, através da eleição arbitrária dos padrões e modelos (que serão os critérios de aplicação das palavras). Ou seja, as práticas humanas em um determinado contexto da linguagem (em um jogo de linguagem) tomarão alguns eventos como *regra* para a construção de nossos juízos – ao estipular os padrões e modelos para o uso da linguagem naquele contexto. Além disso,

em nossas vidas (as chamadas "memórias autobiográficas"). Aparentemente, não seria possível a atribuição de falsidade a memórias que tenho do que acabou de acontecer (a memória imediata) ou do lugar onde vivi a maior parte da minha vida (uma memória autobiográfica). Porém, não há nada que vete, do ponto de vista da estrutura temporal (fisicalista) da linguagem, a possibilidade de que essas memórias sejam falsas. O caráter aparentemente indubitável não é decorre de uma propriedade intrínseca dessas memórias (que as distinguiria das demais), mas do fato de que, caso duvidemos dessas memórias nossa racionalidade como um todo estaria em xeque. Duvidar da certeza que tenho, do lugar onde vivi, ou do que fiz há poucos segundos, implicaria a aceitação da possibilidade da loucura. Porém, essas memórias não são necessariamente verdadeiras. Podemos estar errados, assim como podemos estar loucos. Elas apenas são memórias das quais tenho boas razões para aceitar que são verdadeiras e a falsidade recorrente delas revelaria a existência de algum problema mental.

⁶⁵⁶ PU, II, p. 207. (“Eliminiere dir immer das private Objekt, indem du annimmst: es ändere sich fortwährend; du merkst es aber nicht, weil dich dein Gedächtnis fortwährend täuscht”).

cada contexto não só determinará os modelos e padrões, mas também aquilo que conta como uma aplicação correta desses modelos e padrões (à semelhança do que tínhamos nos métodos de verificação do período intermediário). Isso implica também que será necessária a determinação do que é um juízo, naquele contexto de uso. Assim como em 1929-1930 seria necessário um *método* de mensuração, que determinaria o que conta como uma aplicação correta do padrão, será também necessário, nas PU, o acordo acerca do que conta como um juízo naquele contexto de uso da linguagem:

Para a comunicação através da linguagem, deve haver não apenas acordos sobre definições, mas também (por mais estranho que isso possa parecer) acordos sobre juízos. Isso parece abolir a lógica, mas não abole. – É uma coisa descrever o método de mensuração e outra obter e pronunciar resultados de mensuração. Mas o que chamamos de “mensuração” é, em parte, determinado por uma certa constância nos resultados de mensuração.⁶⁵⁷

Do ponto de vista das análises de 1929-1930 sobre hipóteses, o que torna a noção de *regra* o conceito central da filosofia tardia de Wittgenstein é que os próprios objetos que poderão ser utilizados como *modelos* para a aplicação da linguagem serão, eles mesmos, *regras* (e não dados imediatos cuja forma e multiplicidade lógica nos seria imediatamente acessível). E caso queiramos dizer que essas regras *unem* coisas ainda mais simples, essas coisas também seriam objetos físicos (ou seja: mais regras). Onde então termina esse regresso, de tal modo que o sentido seja possível?

Um ponto importante a ser notado é que a ideia de *simples* e *complexo* perderá qualquer sentido absoluto. A simplicidade e a complexidade serão sempre determinadas pelo contexto de uso da linguagem (pelo jogo de linguagem). Por esse viés, simples e complexo estariam agora em um mesmo nível, pois ambos seriam dependentes da aplicação das regras, de tal modo que de nada adiantará pensar que o complexo é construído a partir do simples. Ou seja (em resposta a essa indagação que fecha o parágrafo anterior), poderíamos dizer que o regresso não termina no simples (que seriam os elementos a partir dos quais o complexo seria construído), mas nas regras básicas daquele jogo de linguagem (“[a] explicação tem em algum lugar um fim”).⁶⁵⁸

O que o ALP veta (e cuja gênese estaria no PS) é a ideia de que a aplicação dessas regras pudesse ser determinada por algo que nos seria dado no *tempo da*

⁶⁵⁷ PU, §242. (“Zur Verständigung durch die Sprache gehört nicht nur eine Übereinstimmung in den Definitionen, sondern (so seltsam dies klingen mag) eine Übereinstimmung in den Urteilen. Dies scheint die Logik aufzuheben; hebt sie aber nicht auf. - Eines ist, die Meßmethode zu beschreiben, ein Anderes, Messungsergebnisse zu finden und auszusprechen. Aber was wir "messen" nennen, ist auch durch eine gewisse Konstanz der Messungsergebnisse bestimmt.”).

⁶⁵⁸ PU, §1. (“Die Erklärungen haben irgendwo ein Ende.”).

memória. Por esse viés, a tentativa de fundamentar o sentido no âmbito *mental* (como um estado mental co-presente à aplicação da regra), não seria nada além da tentativa de fundamentação da determinação das regras em *imagens mentais* – cuja posse (supostamente) garantiria todas as aplicações futuras da regra (e a manutenção do sentido ao longo do tempo). Mas, sem a possibilidade da determinação do que seja aplicar corretamente a regra no *tempo da memória*, a questão que se põe é: o que garante que a regra será aplicada corretamente ao longo do tempo?

Aqui novamente encontraríamos a dimensão retrospectiva, assim como, a prospectiva do problema que localizamos do paradoxo da definição ostensiva. Como saber se a aplicação da regra no presente estaria de acordo com as aplicações passadas? Ou como é possível que a aplicação presente possa determinar as aplicações futuras da linguagem? O abandono da plena determinação do sentido em 1930-1931 significa que essas questões não terão uma resposta atemporal – que seria a explicitação de como as condições de verdade da linguagem estariam plenamente determinada pelas condições de sentido da linguagem. As condições de sentido, elas mesmas, sempre serão dependentes do contexto e determinadas *ao longo do tempo*. Mas isso não significa que estaríamos diante de uma forma radical de ceticismo semântico. Aquilo que conta como a aplicação correta de uma regra será determinada em cada contexto de uso da linguagem, através do mesmo tipo de acordo que, em 1929-1930, determinava o método pela qual um determinado padrão seria utilizado (estipulando aquilo que contará como uma utilização correta daquele padrão). Certamente, por esse viés, sem as regularidades e sem uma uniformidade das aptidões dos falantes, a linguagem não seria possível, pois não teríamos como determinar padrões e modelos, nem como manter ao longo do tempo a determinação do que contaria como uma aplicação correta desses padrões e modelos. Mas isso não significa que o regresso ao infinito não tenha um fim. O fim do regresso seria encontrado nas ações e nas práticas daquele contexto, que permitem a instituição das regras gramaticais. Como afirma o autor:

“Então você está dizendo que o acordo humano decide o que é verdadeiro e o que é falso?” – É o que seres humanos *dizem* que é verdadeiro e falso; e na linguagem eles concordam. Isto não é um acordo em opiniões, mas na forma de vida.⁶⁵⁹

⁶⁵⁹ PU, §241. (Grifo do autor). (“So sagst du also, daß die Übereinstimmung der Menschen entscheide, was richtig und was falsch ist?” - Richtig und falsch ist, was Menschen *sagen*; und in der Sprache stimmen die Menschen überein. Dies ist keine Übereinstimmung der Meinungen, sondern der Lebensform”).

Do ponto de vista temporal, isso significa que o problema temporal da intencionalidade, que antes era resolvido de forma atemporal, receberá agora uma resolução também temporal (embora isso não revogue o caráter atemporal da regra). A determinação de um modelo é o ato de retirar a bipolaridade de uma determinada proposição (por exemplo: "isto é vermelho" - que traz para o interior da linguagem o respectivo objeto como regra). Essa proposição passará a ser a regra a partir da qual construiremos nossos juízos, de tal modo que terá um estatuto *atemporal* (visto que não terá sentido perguntar se seu valor de verdade muda ou permanece o mesmo ao longo tempo). Se essa questão for possível, isso significa que a proposição perdeu seu estatuto de regra (e o objeto o seu estatuto de modelo). Em resumo: temos, na filosofia madura de Wittgenstein, uma normatividade construída através da concessão, *ao longo do tempo*, de um estatuto *atemporal* a algumas proposições.

O que tornará a posição tardia o espectro invertido de sua filosofia inicial é que não haverá nada que *a priori* garanta que continuaremos a aplicar corretamente as regras e os modelos (não há mais um isomorfismo essencial entre linguagem e mundo). Mas essa precariedade do sentido teria como limite o fato de que, sempre que se queira colocar em questão uma proposição antes tomada como gramatical (ou um determinado modelo), teremos que tomar outras proposições como regras – de tal modo que sempre será necessário, para que a linguagem seja possível, que algumas proposições estejam isentas de bipolaridade. Esse ponto é exemplificado na filosofia tardia de Wittgenstein através de uma metáfora que tem fortes conotações temporais:

Pode-se imaginar que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, endureçam e funcionem como canais para tais proposições empíricas não endurecidas fluidas; e essa relação se alteraria com o tempo, no sentido que proposições fluidas se endureceriam e proposições duras tornar-se-iam fluidas. A mitologia pode mudar novamente em um estado de fluxo, o leito do rio de nossos pensamentos pode mudar. Mas eu sempre distingo entre o movimento das águas sobre o leito do rio e a mudança do leito ele mesmo; embora não haja uma divisão clara entre um e outro.⁶⁶⁰

No período intermediário a imagem heraclítica do rio descrevia o fluxo essencial da realidade fenomênica, que nos era dado no leito das possibilidades atemporais do espaço lógico. O movimento do rio seria o fluxo das proposições que descrevem o fluxo

⁶⁶⁰ UG, §§96-97. ("Man könnte sich vorstellen, daß gewisse Sätze von der Form der Erfahrungssätze erstarrt wären und als Leitung für die nicht erstarrten, flüssigen Erfahrungssätze funktionierten; und daß sich dies Verhältnis mit der Zeit änderte, indem flüssige Sätze erstarrten und feste flüssig würden. /Die Mythologie kann wieder in Fluß geraten, das Flußbett der Gedanken sich verschieben. Aber ich unterscheide zwischen der Bewegung des Wassers im Flußbett und der Verschiebung dieses; obwohl es eine scharfe Trennung der beiden nicht gibt").

fenomênico – sendo que a sintaxe dessas proposições seria (em última instância) determinada pelas dimensões de possibilidades de cada ponto do espaço de possibilidades (o leito metafísico do rio da linguagem). Agora o leito do rio são as proposições que isentamos da bipolaridade e o fluxo é o uso da linguagem que toma por regra essas proposições. Com isso, o leito da linguagem (e de nossos pensamentos) poderia mudar, e aquilo que era leito (modelo/regra) poderá tornar-se rio (posto em dúvida, tornar-se proposição bipolar), mas sempre deverá ser possível distinguir o leito e o rio.

Assim, necessidade e contingência serão construídas em cada jogo de linguagem, não mais através de uma relação essencial entre linguagem e mundo, mas pela forma como as práticas de cada contexto trazem o mundo para o interior da linguagem, ao isentar da bipolaridade algumas proposições (tornando certos objetos/eventos/comportamentos como modelo ou padrão, a partir do qual construiremos nossos juízos).

Mas a crítica a uma plena determinação do sentido, fundada no tempo da memória, não significa o desaparecimento completo da distinção entre temporalidades distintas – que poderiam ser exemplificadas pela distinção entre a *tela* e o *filme* (na metáfora do projetor). Há a transtemporalidade dos objetos físicos e o constante presente das sensações, estados e impressões. Haverá também a temporalidade das regras – que não seria a temporalidade homogênea da física, nem o constante presente das sensações, estados e impressões. A permanência da regra não seria a permanência empírica dos objetos físicos, nem a duração dos estados e sensações, mas aquilo que permite a construção da temporalidade física a partir da qual podemos mensurar aquilo que perdura ou que tem duração. O que desaparece é a ideia de uma hierarquia entre essas temporalidades, na qual as regras seriam determinadas pela forma lógica do que nos é dado no tempo da memória (que determinaria também a forma lógica que fixaria o limite do dizível, das linguagens fisicalistas).

Esse viés genético também nos mostra que a abertura que a hipótese tinha para o futuro (em 1929-1930) estará presente (em certo sentido) nas regras da linguagem como um todo. Não é possível algo que, de uma vez por todas, determine os usos futuros da regra. (A imagem de um fenômeno que nos é dado hoje, não terá poder normativo algum no futuro – pois essa memória será necessariamente bipolar). O que determina a aplicação da regra é o jogo de linguagem, cuja possibilidade de perdurar estará assentada na permanência de algumas regularidades no mundo. Para saber se alguém

sabe seguir uma regra, os seus usos passados contarão tanto quanto os seus usos futuros e teremos que olhar em cada contexto de uso para determinar o que conta como critério naquele contexto.

Bibliografia

- Auxier, R. E., Hahn, L. E. (eds), **The Philosophy of Jaakko Hintikka: The Library of Living Philosophers** [= *PJH*], Vol. XXX, Chicago, Open Court, 2006.
- Baker, G.: **The Voices of Wittgenstein (The Vienna Circle). Ludwig Wittgenstein and Friedrich Waismann**. Original German Texts and English translations. Transcribed, edited and with an introduction by Gordon Baker. Routledge, 2003.
- Bouveresse, J., **La Force de la Règle: Wittgenstein et l'invention de la nécessité**, Les Éditions de Minut, 1987.
- Bouwsma, O. K., **Wittgenstein: Conversations 1949-51**. Indianapolis, Hackett, 1986.
- Campbell, J., **Past, Space, and Self**, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1995.
- Cook, J., **Wittgenstein's Metaphysics**, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.
- Empiricus, S. **Outline of Pyrrhonism**. Transl. By Bury, R. G., London: Harvard University Press, 1933.
- Ferraz Neto, B., **Fenomenologia em Wittgenstein: Tempo, Cor e Figuração**, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2003.
- Gallerani Cuter, J.V., " 'p' diz p", in **Cadernos Wittgenstein**, n. 1, Depto. de Filosofia – USP, 2000.
- Hintikka, J., "Ludwig's Apple Tree: Evidence Concerning the Philosophical Relations between Wittgenstein and the Vienna Circle", in *Ludwig Wittgenstein: Half-Truths and One-and-a-Half Truths (Selected Papers, Volume 1)*. Dordrecht: Kluwer, 1996.
- _____, **Selected Papers, vol. 1: Ludwig Wittgenstein: Half-Truths and One-and-a-Half-Truths** [= *SP*, vol. 1], Netherlands, Kluwer Academic Publishers, 1996.
- Hintikka, B. M., and Hintikka, J., **Investigating Wittgenstein** [= *IW*], Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- Hyder, D., *The Mechanics of Meaning: Propositional Content and the Logical Space of Wittgenstein's Tractatus*, Walter de Gruyter, Berlin/New York, 2002.
- James, W., **The Principles of Psychology**, London, Harvard University Press, 1918.
- Kienzler, W.: **Wittgensteins Wende zu seiner Spaetphilosophie 1930-1932**. Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1997.
- Kripke, S. A., *Wittgenstein on rules and private language*, Cambridge: Havard University Press, 1982.

- Lee, D. (ed), **Wittgenstein's Lectures, Cambridge, 1930-32**, Oxford, Blackwell, 1980.
- Malcolm, N., "Wittgenstein's Philosophical Investigations", in *Philosophical Review*, Vol. 63, No. 4 (Oct., 1954), (1954): 530-559.
- Marion, M., « Wittgenstein, l'intentionnalité et les règles », In : **Philosophiques**, vol. 25, n° 1, 1998, p. 3-27.
- Miah, S., **Russell's Theory of Perception 1905–1919**, Continuum International Publishing Group, London, 2006.
- Moore, G. E., Wittgenstein's Lectures in 1930-33, **Mind**, New Series, Vol. 64, No. 253. (Jan., 1955), pp. 1-27.
- Mulhall, S., **Wittgenstein's Private Langue**, Oxford University Press, Oxford, 2007.
- Noë, A., "Wittgenstein, Phenomenology and What It Makes Sense to Say", **Philosophy and Phenomenological Research**, 54 (1), 1994, p. 1-42.
- Ramsey, F., "Notes on Time", in: **Cambridge and Vienna: Frank P. Ramsey and the Vienna Circle**, Maria Carla Galavotti (Ed), Springer, Netherlands, 2006, pp. 156-158.
- Pears, David F., **Bertrand Russell and the British Tradition in Philosophy**, London: Collins. New York: Random House, 1967.
- _____, 'Russell's Theories of Memory 1912–1921', in **Bertrand Russell's Philosophy**, Edited by George Nikhnikian, London: Duckworth, 1974.
- Perrin, D., **Le Flux et l'instant - Wittgenstein aux prises avec le mythe du présent**, Paris, Vrin, 2007.
- _____, "Tempo e intencionalidade temporal no Wittgenstein do período intermediário", Tradução: Ferraz Neto, B, In: **Doispontos**, Curitiba, São Carlos, vol. 6, n. 1, p.97-124, outubro, 2009
- Russell, B., **Our Knowledge of the External World**, London, Allen & Unwin, 1914.
- _____, **Mysticism and Logic and Other Essays**, Longmans, London, Green & Co, 1918.
- _____, "The Relation of Sense-data to Physics", In: **Mysticism and Logic and Other Essays**, Longmans, London, Green & Co, 1918, pp. 145-179.
- _____, **Theory of Knowledge**, London, Routledge, 1984.
- _____, **The Analysis of Mind**, London, Routledge, 1995.
- Santos, L. H. L.. Notas críticas sobre o realismo matemático, à moda de Wittgenstein. *Analytica (UFRJ)*, v. 12, p. 129-145, 2008.

- Soutif, L.; Silva, G.. « La lecture phénoménologique hintikienne de Wittgenstein: la dimension temporelle ». In: C. Chauviré. (Org.). **Les lectures de Wittgenstein -** Bibliothèque d'histoire de la philosophie. Paris: Vrin, 2010.
- Soutif, L.. **Wittgenstein et le problème de l'espace visuel. Phénoménologie, géométrie, grammaire.** Vrin, Paris, 2011.
- Stern, D., **Wittgenstein on Mind and Language**, Oxford University Press, 1995.
- _____, "Heraclitus' and Wittgenstein's river images: stepping twice into the same river", In: **The Monist**, vol. 74, 1991, pp. 579-604.
- _____, **Wittgenstein's Philosophical Investigations**, Cambridge University Press, Cambridge, 2004.
- Strawson, R. F., "Critical Notice: Philosophical Investigations", in *Mind*, LXIII, (1954): 70-99.
- Travis, C., **Thought's Footing: a theme in Wittgenstein's Philosophical Investigations**, Oxford University Press, Oxford, 2006.
- Waismann, F., *Wittgenstein and the Vienna Circle: conversations recorded by Friedrich Waismann*, McGuinness (ed.), Basil Blackwell, Oxford, 1979.
- Williams, M. **Problems of Knowledge: a critical introduction to epistemology.** Oxford: Oxford University Press. 2001.
- Wittgenstein, L., "Some Remarks on Logical Form", In: **Proceedings of the Aristotelian Society, Suppl. vol. 9** (1929) 162-171.
- _____, **Philosophical Remarks**, Rhees, R.(ed). Transl. by Hargreaves, R. and White, R., Chicago, The University of Chicago Press, 1975.
- _____, **Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1932-35**, Oxford, Blackwell, 1979.
- _____, **Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1930-32**, Oxford, Blackwell, 1980.
- _____, **Wittgenstein's Nachlass - The Bergen Electronic Edition [= MS / TS]**, Clean Version © Copyright in this machine-readable text Hans Kaal and Alastair McKinnon, 1989.
- _____, **Philosophical Occasions 1912-1951**, Klagge, J. and Nordmann, A. (ed). Hackett, Indiana, 1993
- _____, "The Language of Sense Data and Private Experience – Notes by Rush Rhess". *Philosophical Occasions 1912-1951*, Klagge, J. and Nordmann, A. (ed). Hackett, Indiana, 1993, pp. 290-367.

- _____, **Tractatus Logico-Philosophicus**, Transl. by dos Santos, L.H.L., São Paulo, Edusp, 1994.
- _____, **The Blue and Brown Books**, Oxford, Blackwell, 1958.
- _____, **Philosophical Investigations**, Third edition, Transl. by Anscombe, G. E. M., Oxford, Blackwell Publishing, 2002.
- _____, “Phänomenale Sprache”. In: **The Voices of Wittgenstein (The Vienna Circle). Ludwig Wittgenstein and Friedrich Waismann**. Ed: Baker. Original German Texts and English translations. Transcribed, edited and with an introduction by Gordon Baker. Routledge, 2003.
- _____, **The Big Typescript – TS 213**, Luckhardt G.G. and Maximilian A.E (ed), Transl. by Luckhardt G.G. and Maximilian, Oxford, Blackwell Publishing, 2005.